

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Tese de Doutorado

A REVISTA NOVA ESCOLA: POLÍTICA EDUCACIONAL NA
"NOVA REPÚBLICA"

Autora: Leda Aparecida Pedroso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Pereira Chainho Gandini

Este exemplar corresponde à redação final da Tese
de Doutorado defendida por Leda Aparecida
Pedroso e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 08 / 11 / 1999

Assinatura: _____

Orientadora

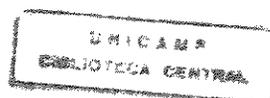
Comissão Julgadora:

James P. Maker

Ania Quibili

1999

058700002



| | |
|-------------|---------------------------------------|
| UNIDADE | EC |
| N.º CHAMADA | I/UNICAMP |
| | 23432 |
| V. | Ed. |
| TOMBO DC | 40199 |
| PREÇO | 278,00 |
| C | D <input checked="" type="checkbox"/> |
| PREÇO | 229,11,00 |
| DATA | 29/01/00 |
| N.º CPD | |

CM-00135766-0

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

P343r Pedroso, Leda Aparecida.
A Revista Nova Escola : política educacional na "Nova República" / Leda Aparecida Pedroso. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador : Raquel Pereira Chainho Gandini.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Comunicação de massa. 2. Política e educação.
3. Educação - Brasil - 1986-1989. 4. Democracia. 5. Periódicos brasileiros. I. Gandini, Raquel, Pereira Chainho. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar concepções e posicionamentos da Revista Nova Escola quanto à democracia e à democratização da educação no período político denominado “Nova República” (1986-1989). A análise é feita sob dois enfoques: o contexto e o texto. Na consecução destes objetivos elegeu-se como referenciais teóricos textos referentes a fatos políticos do período bem como sobre a teoria que analisa os “meios de comunicação de massa” e a “indústria cultural”. A Revista foi assim considerada nesta pesquisa, por sua tiragem e distribuição nas escolas, e pela forma de tratamento dos fatos transformados em notícias. Naquele período, o Estado (MEC), em parceria com a iniciativa privada (Editora da Revista) unem interesses financeiros e políticos de acordo com a política em curso no país, abrindo, ao mesmo tempo, espaço de crítica aos professores.

ABSTRACT

The present research is aimed to study both the conception and the positioning of the magazine *Revista Nova Escola* with regard to the democracy and the democratization of education during the Brazilian political period known as “Nova República” (1986-1989). The analysis is based on text and context. Texts referring to the political period mentioned above and to the theory analyzing the “media” and the “cultural industry” have been selected to provide the achievement of the goals. The choice of that magazine is due to its issue and distribution to schools as well as to its policy deal with the facts described in the news. At that time, the State (Ministry of Public Instruction and Culture) and the private enterprise (Publishing House) associated financial and political interests, in accordance with the current policy of the country, enabling educators to have space for discussion.

A meu Pai

Aos meus pais, Paulo e Julieta

Aos meus filhos, Volney, Mônica, Nádia e Ricardo,

e aos meus netos Rafael e Lucas

Agradecimentos

Durante o período de elaboração desta tese aprendi muito com o próprio trabalho, com as pessoas que se fizeram presentes em minha vida pessoal e acadêmica e, digamos assim, com a vida em si.

Nos trabalhos acadêmicos contei sempre com o incentivo, a leitura atenta dos textos e a orientação segura e exigente da Profª Drª Raquel Pereira Chainho Gandini a quem agradeço muitíssimo pois, sem os mesmos este trabalho não teria chegado a termo.

Agradeço, também, ao Prof. Cleiton de Oliveira pelas sugestões dadas em meu exame de qualificação e, também, pela amabilidade e solicitude constantes em suas atitudes, sempre que a ele recorri.

Da mesma forma, agradeço ao Prof. Dr. James Patrick Maher, que sempre me incentivou, desde os tempos da graduação, e ao Prof. Dr. Maurício Tragtenberg (*in memoriam*) pelos caminhos abertos no estudo dos meandros das instituições burocráticas.

Agradeço, ainda, aos colegas de trabalho, especialmente ao Prof. Dr. João Augusto Gentilini e Prof. Heudo Borghi que, além do apoio e incentivo, muito me ajudaram quer colaborando com a complementação do material da pesquisa quer substituindo-me nas aulas quando precisei.

À amiga e colega de trabalho Profª. Drª Vera Valdemarin agradeço o exemplo de esforço e dedicação ao trabalho, apesar das adversidades da vida.

Agradeço, também, à Rosimar Ap. Moreira e José Sebastião Soares, secretários do Departamento de Ciências da Educação da Unesp de Araraquara e à Nadir

Gomes Camacho, Secretária da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, sempre solícitos quando precisei entrar nos escaninhos das regras acadêmicas formais.

Dos amigos Prof. Dr. José Vaidergorn e Profª Drª Angela Viana Machado Fernandes destaco, com carinho, o incentivo, o apoio e ajuda constantes, uma vez que amizade não se agradece, mas é sempre sentida, posto que aquece o coração.

Quero agradecer, ainda, a força e a expectativa positiva de meus filhos, genros e nora que me ajudaram a retomar o trabalho, depois de um difícil, mas superado, período de dificuldades. Agradeço, também, a impressora nova que me deixou mais animada e permitiu maior rapidez e qualidade na apresentação gráfica.

Lembro, ainda, da imprescindível ajuda da Vaneide nos aborrecidos mas indispensáveis afazeres domésticos, sem a qual não teria tido condições de realizar este trabalho.

Finalmente, mas é claro, em primeiro lugar, espero poder sempre corresponder ao amor incondicional do Paulo.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| ÍNDICE DE QUADROS..... | 1 |
| INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 1. O processo de elaboração da Pesquisa..... | 10 |
| 2. O Problema..... | 13 |
| CAPÍTULO I – Apresentação da Revista Nova Escola..... | 23 |
| CAPÍTULO II – O Contexto: Dos Fins, Idéias e Ideologia..... | 59 |
| CAPÍTULO III – O Texto: Estereótipos, Fragmentação e Personalização..... | 73 |
| 1. A Revista Nova Escola, o MEC e a Nova República..... | 73 |
| 2. Os Temas de Política Educacional na Revista Nova Escola..... | 92 |
| 3. As Políticas Estaduais e Municipais de Educação e as Escolas Rurais na Revista Nova Escola..... | 110 |
| 3. 1. As políticas Estaduais de Educação na Revista Nova Escola..... | 112 |
| 3. 2. As Políticas Municipais de Educação na Revista Nova Escola..... | 136 |
| 3. 3. As Escolas Rurais na Revista Nova Escola..... | 147 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 175 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 183 |
| APÊNDICE 1 – POLÍTICA EDUCACIONAL: Resumos de artigos, reportagens e matérias não citados nos capítulos da tese..... | 187 |
| APÊNDICE 2 – CARTAS: Síntese das cartas enviadas pelos leitores e publicadas pela Revista Nova Escola nas Seções Cartas e Sala dos Professores..... | 236 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|--------------|
| QUADRO 1 - RUBRICAS sob as quais foram classificados os artigos, reportagens e matérias dos trinta primeiros exemplares da Revista Nova Escola (excluídas as seções permanentes)..... | 25 |
| QUADRO 2 - Política em Geral..... | 25 |
| QUADRO 3 – Escolas e Redes de Ensino..... | 29 |
| QUADRO 4 – Temas referentes à Política Educacional..... | 30-32 |
| QUADRO 5 – Políticas Compensatórias: Ministério da Educação (MEC)/Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)..... | 33 |
| QUADRO 6 – professores (considerados enquanto categoria profissional)..... | 34 |
| QUADRO 7 – Assuntos Temáticos..... | 39 |
| QUADRO 8 – Experiências Educacionais..... | 40 |
| QUADRO 9 – Relatos Pessoais..... | 44 |
| QUADRO 10 – Cartas enviadas para as Seções Cartas / Sala dos Professores / Você e a Lei..... | 49 |
| QUADRO 11 – Cartas referentes às seções fixas da Revista..... | 49 |
| QUADRO 12 – Cartas referentes aos artigos, reportagens e matérias classificados sob a rubrica “Assuntos Temáticos”..... | 50 |
| QUADRO 13 – Cartas referentes aos artigos, e reportagens classificados sob as rubricas “Experiências Educacionais” e “Relatos Pessoais”..... | 50 |

| | |
|--|----------------|
| QUADRO 14 – Cartas referentes aos artigos, reportagens e matérias classificados sob as rubricas “Política em Geral”, “Política Educacional” e “Professores” (considerados enquanto categoria profissional)..... | 51 |
| QUADRO 15 – Estados focalizados individualmente..... | 113 |
| QUADRO 16 – Estados focalizados conjuntamente..... | 114-118 |
| QUADRO 17 – Municípios focalizados conjuntamente..... | 136 |
| QUADRO 18 – Municípios focalizados individualmente..... | 137 |
| QUADRO 19 – Escolas Rurais..... | 148 |

INTRODUÇÃO

A formação e a atualização dos professores da escola básica tem sido alvo das preocupações dos que de alguma forma se relacionam ou se responsabilizam pela educação no Brasil. Algumas políticas governamentais (federais, estaduais e municipais) desenvolvidas no recente período de democratização política procuraram, das mais diferentes maneiras, desenvolver programas para enfrentar essa questão. Entre elas destacam-se a promoção de cursos de aperfeiçoamento, a divulgação de materiais didático-pedagógicos e a programação para TVs educativas. Da mesma forma, a iniciativa privada tem atuado nesse campo quer no que concerne às suas escolas quer entre os professores em geral.

Dentre as iniciativas privadas apontadas acima, a REVISTA NOVA ESCOLA, da Fundação Victor Civita, vem se constituindo em destacado instrumento de divulgação de experiências pedagógicas e temas educacionais nos âmbitos público e privado. Criada em 1971, com o nome Escola para Professores, fazia parte das publicações da Editora Abril¹ e pretendia ser, conforme o editorial do seu número zero, “um instrumento de diálogo e cooperação com o professor de 1º grau, em benefício do ensino e da educação no Brasil”.

¹ A Editora Abril iniciou suas atividades no Brasil no início da década de 1950, com a publicação de revistas em quadrinhos infantis, cuja matriz era a empresa norte-americana Walt Disney. Posteriormente, de forma análoga à outra editora (Editorial Abril da Argentina) cujos proprietários eram parentes do seu principal acionista, passou a publicar revistas voltadas ao público feminino, juvenil e de amenidades. Em 1968, iniciou a publicação da influente revista Veja, de atualidades.

O direcionamento aos professores do 1º grau foi justificado pelo editor por estarem localizados nesse setor os maiores problemas do ensino, por ser aí que uma publicação pedagógica poderia ser útil ao maior número daqueles que têm a responsabilidade de ensinar, e porque residiria na implantação e no aperfeiçoamento desse grau de ensino “a esperança do êxito do gigantesco esforço desenvolvido pelo Governo Federal e pelos Estados no sentido de dar ao país o ensino adequado às suas necessidades presentes e futuras”. Cabe notar que em 1971, ano da promulgação da Lei 5692², a Revista se colocava “a seu serviço”, por considerá-la mais do que uma reforma, “uma nova concepção da escola e do ensino”.

Após a publicação de vinte e sete números, de outubro de 1971 a abril de 1974, a editora interrompeu sua publicação retomando-a em março de 1986 com o nome de NOVA ESCOLA. A retomada de sua publicação se deu no chamado período da “Nova República”, quando a democracia política começou a se implantar no país. Esta retomada foi possível, conforme o editorial de seu primeiro número da nova fase, graças ao apoio recebido de algumas empresas privadas e do Ministério de Educação, que assinou contrato com a Fundação Victor Civita (entidade sem fins lucrativos), através do qual cada uma das 220.000 escolas públicas de 1º Grau existentes no país passaria a receber, mensalmente, de março a junho e de agosto a dezembro, um exemplar de NOVA ESCOLA. Para o editor Victor Civita, “tal fato não apenas revela o clima de diálogo e colaboração que impera hoje no Ministério de Educação, mas também demonstra o espírito público daquelas empresas privadas” (Carta do Editor, Revista Nova Escola n.º 01, março/1986, p.5).

² Esta Lei alterou diversos artigos da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 4.024/1961.

A expressiva tiragem da Revista Nova Escola (chegando a 384 mil exemplares em 1989) e sua ampla divulgação, quer através das bancas de revistas e de assinaturas, quer diretamente nas escolas, justifica a incursão em seu conteúdo aos que julgam importante saber o que foi divulgado para os professores do país através dessas publicações que contam com o apoio institucional do Ministério de Educação. A escolha desta revista como objeto de pesquisa deve-se à possibilidade de, através de sua análise, estabelecer relações entre as concepções políticas veiculadas e os interesses aí defendidos e a forma como foram tratados os fatos políticos ocorridos no país bem como as políticas educacionais implementadas.

No período histórico anterior, a partir do final da década de 70, a democracia começara a se firmar, como definiu Carlos Nelson Coutinho, um “valor universal” (Coutinho, 1980). Esta era compreendida como uma concepção contrária à concepção instrumental de democracia proposta como uma condição para consolidar e aprofundar a sociedade socialista. Tal concepção de democracia, entretanto, gerou críticas de alguns “marxista-leninistas”, como atesta o próprio autor. Sua proposta, naquela circunstância, era a união dos opositoristas na “luta pela conquista e consolidação de um regime de liberdades político-formais” que pusesse “definitivamente termo ao regime de exceção que, malgrado a fase de transição que estamos vivendo, ainda domina em nosso país” (Coutinho, 1980). Esta diretriz passou a ser um referencial teórico e de prática política entre aqueles que almejavam a democratização do país durante o regime militar instalado em 1964 e que lideraram as mudanças do regime político vigente. Em nome desta “democracia” entendida como “valor universal” foram empreendidas ações políticas que através de alianças e pactos

efetuaram a chamada “transição democrática”³. Desse contexto também fizeram parte os professores e intelectuais ligados à educação que começaram a se articular através de entidades representativas (p. ex., APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, ADUSP – Associação dos Docentes da USP, ADUNICAMP – Associação dos Docentes da Unicamp etc.), procurando vencer o isolamento que a concepção tecnicista predominante havia imposto à educação. Tal concepção refere-se, por exemplo, à introdução de teorias e metodologias comportamentais tanto no ensino quanto na administração educacional.

Não se pode afirmar, porém, que o conjunto dos professores tenha se organizado em prol da superação desta situação. Isto se deve a vários fatores, encontrando-se entre eles a censura imposta aos meios de comunicação que não permitia a divulgação das concepções democráticas e das lutas de oposição ao regime vigente empreendidas no país.

Com a descompressão do regime, os anos 80 caracterizaram-se pela ascensão ao poder de partidos e políticos que se diziam comprometidos com as causas democráticas. Entre elas destaca-se a democratização da educação que passa a fazer parte dos programas e intenções dos candidatos e governantes. Estes, uma vez eleitos, procuraram implementar algumas políticas educacionais consideradas democratizadoras, principalmente no que se refere à ampliação do número de vagas, combate à evasão escolar e à repetência, implementação de políticas compensatórias (merenda escolar, distribuição

³ Entende-se aqui “transição democrática” como o período do final da década de 1970 até a eleição do primeiro presidente civil da República eleito pelo Colégio Eleitoral em 1984 (Tancredo Neves).

de livros didáticos, transporte escolar etc.) e maior participação de professores e pais (Conselhos de Escola em alguns Estados, por exemplo). No âmbito legislativo, a Constituinte e a nova Constituição de 1988 fortaleceram convicções e práticas mais democráticas através de discussões que culminaram no Congresso com algumas conquistas inseridas no texto da Carta Magna, notadamente no Título “Dos Direitos Sociais”. Tais conquistas, no campo educacional, podem ser creditadas em grande parte à atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que reuniu naquela oportunidade quinze entidades nacionais⁴. De acordo com Gohn,

os denominadores comuns que articulavam essas quinze entidades eram: a defesa da escola pública e a posição político-partidária de oposição ao regime militar. Em relação à Nova República, então vigente durante o lançamento do Fórum, a composição das forças sociais se dividiam em: apoio, oposição radical ou neutralidade (aparente). Entretanto, a importância do Fórum foi dada pelo seu significado como um todo, um bloco ... representando uma frente democrática voltada para a construção da cidadania no país (Gohn, 1992, p. 80).

Nesse período, não se pode deixar de notar, também, a luta empreendida por movimentos sociais que nessa década ganharam expressão política reivindicando participação e cidadania a segmentos até então marginalizados da cena política, como mostra a mesma autora citada.

⁴ O Fórum foi composto inicialmente por 15 entidades nacionais: ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior); ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação); ANDE (Associação Nacional de Educação); ANPAE (Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação); SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); CPB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil); CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade); CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores); CUT (Central Única dos Trabalhadores); FENOE (Federação Nacional dos Orientadores Educacionais); FASUBRA (Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras); OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas); UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas); e UNE (União Nacional dos Estudantes). Cf. Gohn, 1992.

Em direção contrária ao processo democratizante da educação pretendido, persistem, ainda, devido a essas mesmas políticas e a algumas perdas dos setores democráticos na Constituição de 1988, os baixos salários, investimentos insuficientes na formação dos professores e melhoria da qualidade do ensino, o privatismo na educação que se expande do 3º para o 2º Grau de ensino, o crescimento do número de crianças que vivem nas ruas das grandes cidades e o aumento da violência. O avanço da democratização política nesse período não garantiu melhores frutos nas políticas econômicas que não conseguiram reduzir as desigualdades através de uma melhor distribuição de renda para a população.

Os fatos acima ensejam o estudo de publicações daquele período, uma vez que com a suspensão formal da censura, a indústria cultural⁵, através dos meios de comunicação de massa, passou a divulgar, elogiar ou criticar as políticas levadas a efeito pelos governantes, exercendo seu papel de formadores de opinião. Dentre os vários aspectos possíveis de serem analisados na Revista Nova Escola, pretende-se neste trabalho, analisá-la como “meio de comunicação de massa”, integrante da “indústria cultural”, destacando alguns de seus posicionamentos e concepções concernentes à democracia e à democratização da educação no período chamado de “Nova República” (1986-1989).

Esta é evidentemente uma opção política. Wright Mills (1969), ao tratar do “sentido político” do trabalho do pesquisador define como sua a tarefa de buscar os “valores da liberdade e razão”, relacionando seus temas de estudos com a estrutura social e a história. Para este autor, cabe ao cientista social direcionar seu trabalho a três tipos de

⁵ O conceito de indústria cultural, conforme Horkheimer & Adorno (1971), será focalizado adiante.

homens: aos que têm poder e consciência dele; àqueles cujos atos têm conseqüências estruturais, mas que não parecem delas conscientes; e aos que não dispõem regularmente de tal poder e cuja consciência se limita aos seus ambientes diários. A estes, em cuja companhia parece encontrar-se parte dos professores, direciona-se a presente pesquisa que buscará mostrar o sentido que as tendências e decisões estruturais têm para seus ambientes. Dessa forma, pretende-se contribuir, ainda que limitada e modestamente, com a consolidação da democracia no Brasil no sentido de democracia defendido por Wright Mills de que

todas as pessoas virtualmente atingidas por qualquer decisão que os homens tomem, devem ter voz ativa nessa decisão. Isso, por sua vez, significa que todo poder de tomar decisões deve ser legitimado publicamente, e que os responsáveis por elas o sejam também publicamente (Mills, 1969, p.203-4).

Para a consecução da análise proposta elegeu-se como referenciais textos de autores que analisam fatos e processos políticos do período estudado bem como estudos teóricos sobre “meios de comunicação de massa” e “indústria cultural”, uma vez que a Revista Nova Escola foi assim considerada, nesta pesquisa, como se demonstrará em seu desenvolvimento.

A opção por este referencial teórico encontra respaldo na historização da importância do “político”, feita por J. Baudrillard, antes de anunciar sua deterioração na massa. Em suas palavras:

Durante muito tempo a estratégia do poder pôde parecer se basear na apatia das massas. Quanto mais elas eram passivas, mais ele estava seguro. Mas essa lógica só é característica da fase burocrática e centralista do poder. E é ela que hoje se volta contra ele: a inércia que fomentou se tornou o signo de sua própria morte. É

por isso que o poder procura inverter as estratégias: da passividade à participação, do silêncio à palavra (Baudrillard, 1994, p. 24).

Essas eram as estratégias “democráticas” pretendidas nos tempos da “Nova República” que, no caso da Revista Nova Escola almejava ser um canal de informação e formação da opinião dos professores e, ao mesmo tempo, dar-lhes voz, em nome da melhoria da qualidade do ensino. Porém, além dos objetivos declarados, é preciso perguntar sobre os objetivos não declarados presentes em suas entrelinhas. Para poder responder a essa pergunta, foi necessário seguir dois caminhos: contextualizar a Revista no período político e focalizar o texto, isto é, os artigos, matérias e reportagens, como se verá adiante.

1. O Processo de elaboração da pesquisa

Na realização desta pesquisa percorreu-se um longo e sinuoso caminho, construído com idas e vindas ao texto jornalístico, às rubricas sob as quais seriam selecionados, classificados e analisados os artigos, reportagens e matérias, e aos referenciais teóricos que subsidiaram as análises feitas.

Em primeiro lugar procurou-se ter uma visão geral da Revista através de um Estudo-Piloto que abrangeu oito, dos oitenta e um números da Revista Nova Escola, publicados de março de 1986 a dezembro de 1994. Diferentemente do que se pretendia fazer inicialmente – selecionar para análise, através dos títulos, todas as matérias, artigos e reportagens que tratassem especificamente da política educacional pública e privada, nos âmbitos federal, estadual e municipal, em todos os níveis de ensino, e classificar o material selecionado quanto à frequência com que trata dos temas e sub-temas – neste estudo procedeu-se à leitura dos referidos números na íntegra e em sua totalidade. Tal mudança foi

feita pelo fato de o procedimento anterior ter se mostrado insuficiente para uma incursão nos conteúdos veiculados que possibilitasse uma definição e classificação mais objetiva das categorias analíticas utilizadas na pesquisa.

Foram selecionados, naquela oportunidade, os três primeiros números da Revista (março, abril e maio de 1986), os dois últimos números de 1994 e três números intermediários: 54 (dezembro de 1991) e 64 (março de 1993) escolhidos pela atenção despertada por suas respectivas capas (“Salários” e “Como ajudar a formar o novo cidadão”, respectivamente) e, o número 61 (outubro de 1992) por trazer uma reportagem sobre o movimento dos estudantes que em agosto haviam saído às ruas pelo *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello. Desta forma, ficaram representados na amostra, os momentos iniciais, intermediários e finais da Revista Nova Escola, até 1994, ano em que foi iniciada a pesquisa.

Este trabalho foi denominado *Estudo-Piloto – Política Educacional e Professores: a Revista Nova Escola em Revista* (mimeo, 1995). A incursão nesses números possibilitou tanto uma visão geral da Revista quanto a definição de critérios para a seleção das matérias, reportagens e artigos bem como a definição dos números que seriam selecionados para a pesquisa ora apresentada. Na impossibilidade de se analisar todos os números publicados até aquela data (1995), optou-se por selecionar os trinta números iniciais da Revista Nova Escola, abrangendo o período de março de 1986 a maio de 1989. Estes trinta exemplares da Revista Nova Escola foram publicados no período chamado de “Nova República”, que se encerrou com a eleição do primeiro Presidente da República pelo voto direto, após os governos militares instalados no país a partir de 1964.

Na segunda fase da pesquisa foram selecionados e classificados os artigos, reportagens e matérias daqueles trinta números da Revista referentes a:

- **Assuntos Temáticos:** temas focalizados pela revista em matérias, artigos e reportagens;
- **Experiências Educacionais:** relatos individuais de professores e/ou de escolas sobre experiências pedagógicas;
- **Relatos Pessoais:** depoimentos de professores, políticos, escritores, artistas etc;
- **Política em Geral:** matérias, artigos e reportagens sobre temas de política nacional e internacional;
- **Política Educacional:** matérias, artigos e reportagens sobre temas da política educacional federal, estaduais, municipais e de escolas rurais;
- **Professores** (considerados enquanto categoria profissional): matérias, artigos e reportagens sobre reivindicações, movimentos, salários etc.;
- **Cartas:** correspondência enviada pelos leitores e publicada pela revista.

Dos itens acima, a **Política Educacional** foi escolhida como objeto de análise da presente pesquisa. Porém, no intuito de fornecer um panorama geral da Revista Nova Escola, os demais itens foram quantificados e/ou resumidos e apresentados no primeiro capítulo e nos apêndices.

Na segunda fase da pesquisa foram feitos os seguintes trabalhos parciais:

- Classificação, mapeamento e tabulação das matérias, reportagens e artigos, dos trinta primeiros números da Revista Nova Escola (apresentados no primeiro capítulo);
- Síntese das matérias, reportagens e artigos selecionados para a pesquisa sob a rubrica **Política Educacional** (apêndice 1);

– Síntese das Cartas enviadas pelos leitores e publicadas pela Revista (apêndice 2).

2. O Problema

A análise da Revista Nova Escola enquanto “meio de comunicação de massa”, integrante da chamada “indústria cultural” esbarrou desde logo com um questionamento que a todo momento emergia nos pensamentos da pesquisadora: a Revista poderia ser assim considerada e, neste caso, os professores – seu público alvo – poderiam ser considerados como “massa”?

A tentação de resolver rápida e satisfatoriamente a questão foi vencida na primeira consulta sobre o termo “massa”, no *Dicionário de Ciências Sociais* da Fundação Getúlio Vargas, cujo verbete apresenta logo no início:

O termo massas, em seus usos científicos, não tem perfil conceitual bem definido. Com o mesmo termo alude-se a realidades diferentes, que nem sempre coincidem com os limites convencionais dos diversos ramos das ciências sociais. Por outro lado, o termo serve para qualificar certo tipo de conduta, de movimentos políticos e sociedades; a abundante literatura sobre esses temas não contribuiu tampouco para estabelecer o conteúdo conceptual do termo massas, que não é facilmente redutível a um denominador comum (*Dicionário de Ciências Sociais*, 1986, p. 726-727).

Baseando-se em duas amplas subdivisões – microsociologia e macrosociologia – o referido Dicionário recorre a conceitos de J. Ortega y Gasset (“a rebelião das massas”) e Karl Mannheim (“a democratização fundamental”) para discorrer sobre a divisão da sociedade em “maiorias” e “minorias”, “massas” e “minorias”, “massas e elites” e “homem massa”, conceitos esses advindos do fato de que os dois autores se defrontaram com a consequência da democratização política e da industrialização técnica

que fez com que grandes setores da população europeia chegassem a participar do poder sócio-político, jurídico, econômico, cultural etc., numa medida desconhecida até então (em torno dos anos vinte). Em resumo, Ortega y Gasset não identifica massas e minorias com nenhum estrato social:

Por massa não se entende especialmente o operário; não se designa aqui uma classe social, mas um modo de ser homem que ocorre hoje em todas as classes sociais. ... (O termo massa) identifica grupos da estrutura da sociedade do ponto de vista de sua articulação dinâmica com minorias.

No verbete “sociedade de massas”, K. Mannheim (*Man and society in an age of reconstruction*. New York, Harcourt, Brace, 1940, p. 44-61) descreve este tipo de sociedade “como a que produz todas as irracionalidades e explosões emocionais características de aglomerações humanas amorfas” (ibidem, p. 1143).

Passo seguinte, uma breve leitura das definições sobre o tema e seus correlatos, que são de interesse para esta pesquisa, tais como “público”, “sociedade de massa”, “cultura de massa”, “meios de comunicação de massa” e “indústria cultural”, no mesmo Dicionário de Ciências Sociais, comprovou a amplitude e a complexidade do tema anunciadas no início. Público, transcreve o Dicionário baseando-se na definição de Agesta (1959, p. 218), é

aquela porção, maioria ou minoria do povo, que presta atenção aos fenômenos políticos e os julga com sua convicção ativa. De acordo com essa idéia, é a atenção que se presta que decide sobre essa espécie de público; público são os que atendem, não os que entendem. O decisivo não é a competência ou a qualidade técnica do juízo, mas a intensidade da atenção. ... Não há público em geral, e sim públicos para cada conteúdo cultural determinado (ibidem, p. 1015).

No mesmo Dicionário citado, uma das definições de “sociedade de massa” feita por C. Wright Mills em *The power elite* (1956, p. 304), contrasta sociedade de massa com público, afirmando que a massa tem as seguintes características:

Muito menos pessoas expressam opiniões do que as recebem ... As comunicações que prevalecem são organizadas de tal forma que é difícil ou impossível ao indivíduo responder ... A concretização da opinião em ação é controlada por autoridades que organizam e controlam os canais de tal ação ... Agentes de instituições autorizadas penetram nessa massa, reduzindo qualquer autonomia que ela possa ter na formação de opinião através de discussão (ibidem, p. 1143-4).

Se existe massa, existiria, também, uma cultura de massa:

A descrição e a interpretação da cultura de massa apresentam várias formas, mas implicam admitir que as massas consomem ou desfrutam uma cultura substancialmente *diferente* da desfrutada, quer no presente, quer no passado, pelos elementos da elite da estrutura social; que tais diferenças são tanto de conteúdo como de qualidade; que os objetos da cultura de massa são transmitidos e difundidos através dos meios de comunicação de massa modernos; e que são, em aspectos importantes, afetados por esse fato, por sua vendabilidade e pelo tamanho do mercado que os desfruta (ibidem, p. 293, grifo meu).

O termo *diferente*, acima, foi grifado porque Teixeira Coelho (1995, p. 14) aponta que um dos caminhos, para se entrar na discussão da indústria cultural, é o aberto por D. MacDonald, que fala na existência de três formas de manifestação cultural: superior, média e de massa (subentendendo-se por cultura de massa uma cultura ‘inferior’). A cultura média, do meio, é designada também pela expressão *midcult*, que remete ao universo dos valores pequeno-burgueses; e a cultura de massa não é por ele chamada de *mass culture*

mas sim, pejorativamente, de *masscult* – uma vez que, para ele, não se trataria nem de uma cultura, nem de massa”.

MacDonald observa que

da distinção entre os níveis culturais, não se devia concluir por uma moção de censura contra a cultura de massa e a indústria cultural pelo fato de serem responsáveis por produtos de pouco ou nenhum valor cultural. Devia-se reprovar essa mesma indústria cultural e a *midcult* por explorarem propostas originárias da cultura superior, apresentando-as de modo a fazer com que o público acredite estar consumindo obras de grande valor cultural ... (Teixeira Coelho, 1995, p. 19).

Poderia ser até possível dizer, continua Teixeira Coelho, que a *masscult* teria, em sua banalidade, uma força e uma motivação histórica profundas, responsáveis por um seu dinamismo capaz de fazê-la romper com as barreiras de classes sociais e culturais e colocar as bases de uma instável, precária e discutível mas democrática comunidade cultural. Uma comunidade desinteressada de referir-se o tempo todo à cultura superior, ao contrário do que ocorre com a *midcult*, e por isso mesmo capaz, eventualmente, de vir a produzir sua forma de cultura superior. Nessa perspectiva, a *midcult* surge como filha bastarda ou subproduto da cultura de massa. Nesse processo, ela se diferencia da *masscult*: a) por tomar emprestados procedimentos da cultura superior, desbastando-os, facilitando-os; b) por usar esses procedimentos, quando eles já são notórios, já foram ‘consumidos’; c) por rearranjá-los, visando à provocação de efeitos fáceis; d) por vendê-los como cultura superior e, por conseguinte, tentar convencer o consumidor de que teve uma experiência com a verdadeira cultura, num processo que o tranqüiliza e que substitui, em sua mente, outras inquietações e indagações que possa ter (Teixeira Coelho, 1995, p. 19-20).

A “tradução” de obras originárias da chamada cultura superior para o grande público ou mesmo para a massa tem sido uma tática dos meios de comunicação, que a pretexto de democratizarem a cultura promovem sua “facilitação” e acabam por promover sua fragmentação, mutilando-as.

Recorrendo a C. R. Wright em *Mass Communication* (1959), o anteriormente referido *Dicionário de Ciências Sociais* define “comunicação de massa” como

uma forma especial de comunicação dirigida ao grande público, isto é, a um número de seres humanos vasto, heterogêneo e anônimo. Dela se exclui, por meio da técnica, toda relação pessoal e privada, como nos telegramas, telefonemas etc. O fundamental é que se dirija a uma multidão de indivíduos através dos meios técnicos de transmissão do som e da imagem: rádio, televisão, cinema, jornal etc. Cada um destes é chamado meio de comunicação de massa, denominação correspondente à inglesa originária de *mass media of communication* (*Dicionário de Ciências Sociais*, 1986, p. 227).

Nos sistemas políticos modernos, explica o verbete “Comunicação Política”, no *Dicionário de Política* organizado por N. Bobbio et alii, o tipo e a frequência das mensagens transmitidas

são decisivos para a formação das atitudes da opinião pública e, conseqüentemente para o tipo de pressões que ela exerce sobre os centros decisórios do sistema político. Segundo Fagen (1966), as diferenças mais relevantes nos fluxos de comunicação estão ligadas ao tipo de regime político. Nos regimes democráticos, a comunicação tende a ser constante entre a elite e a opinião pública. As mensagens vão quer da elite às massas para lhes solicitar apoio, quer, se bem que com maior dificuldade, das massas à elite através dos múltiplos canais que transmitem à instância política. Nos regimes autoritários, o fluxo de comunicação é constante

entre as elites e os círculos governativos; é igualmente constante entre a elite e a massa dos cidadãos; mas são raros os canais que transmitem as mensagens na direção oposta. Finalmente, nos regimes totalitários, a característica principal é a comunicação maciça fluindo da elite para as massas. Todos os mecanismos humanos e tecnológicos controlados pela *leadership* são usados para obter o máximo de apoio popular e de eficiência. O esforço é constante, coerente e eficaz. É claro que existem aqui outros fluxos importantes: verticalmente, da base para o vértice, sob a forma de informações e de críticas moderadas; horizontalmente, entre a elite e os centros decisórios, no modo típico de todos os sistemas burocráticos complexos. Mas o fluxo dominante é o descendente (Bobbio et alii, orgs., 1986, p. 201).

Hannah Arendt, por sua vez, compreende que

as massas não se unem pela consciência de um interesse comum, e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (Arendt, 1979, p. 35).

As incursões nesses conceitos, na tentativa de encontrar resposta à pergunta inicial – a Revista Nova Escola pode ser considerada como meio de comunicação de massa? – se por um lado serviu como aproximação às teorias elaboradas, por outro, mostrou não somente sua complexidade mas, também, o quanto a questão é controversa. Gabriel Cohn (1973) analisa os conceitos de elite, massa, público, opinião pública, sociedade de massa, cultura de massa e comunicação de massa, reconstruindo as

articulações históricas da reflexão social sobre eles. Este autor questiona a cientificidade dos conceitos, mostrando o conteúdo ideológico das noções construídas e redefinidas pelos interessados para justificar sua posição de mando na sociedade (ibidem: 30-31). Tome-se, como exemplo, sua análise do conceito de *elite*, cuja noção, para ele, representa a “quase exata contrapartida” da noção de *massa*. Quase exata, explica Cohn, porque o estatuto histórico dessas noções não é equivalente, pois ambas as noções são produzidas na mesma área da sociedade, “justamente aquela ocupada pelas ‘elites’ ... Ninguém se auto-define como membro da massa, nem essa auto-identificação é encontrada no plano coletivo”. Para ele, a própria crítica ao mito da crença no governo da elite teria a virtude de tocar o ponto essencial: “o problema não é o da simples presença de minorias dominantes, mas da *legitimação* do seu domínio enquanto ‘elites’”. Resta saber, ele indaga, se uma noção tão obviamente construída pelos interessados, para justificar sua posição de mando na sociedade, pode ser considerada apta a converter-se em conceito científico (ibidem: 30-31).

Para Cohn,

a categoria teórica básica para a análise da comunicação e da cultura é a *ideologia*. A análise deve concentrar-se sobre as condições de produção de uma modalidade específica de manifestação ideológica, e sobre o modo como essa produção se reflete nos seus produtos (ibidem, p. 161).

O mesmo autor explica que as versões dominantes da análise sociológica da comunicação e da cultura em sociedades contemporâneas carecem de valor teórico, porque correspondem à incorporação acrítica de noções oriundas de contextos claramente ideológicos e que, em consonância, as concepções da sociedade subjacentes ao uso dessas noções também são mais propriamente ideológicas do que teóricas, isto é, “reproduzem a

realidade ao invés de transcendê-la explicativamente”. Esta análise, ele pondera, “não pode tomar como ponto de partida os mecanismos de mercado na área cultural, mas deve examinar como se constituem, simultaneamente, os bens culturais enquanto mercadorias e os seus consumidores” (ibidem).

Na concepção de Cohn,

tomados os bens culturais enquanto mercadorias, a análise deve concentrar-se nelas, para apanhá-las simultaneamente como resultados de uma modalidade dada de produção e como condicionantes de modalidades correspondentes de consumo. ... (Daí) segue-se que a análise sociológica da comunicação e da cultura deve operar no nível das mensagens produzidas e difundidas em grande escala em sociedades complexas.

A análise da comunicação, ele conclui, deve ser imanente àquilo que é comunicado – as mensagens – e as inferências sociologicamente relevantes somente podem ser formuladas através do uso sistemático da ideologia⁶ (ibidem, 161-162).

A análise da Revista Nova Escola transitou durante todo o tempo por essas concepções sumariamente expostas acima. Por um lado, é difícil caracterizar com precisão esta revista como meio de comunicação de massa, uma vez que ela pretende atingir um público específico: os professores. Por outro lado, é nítida sua posição ideológica, no sentido definido por Cohn, posto que ela veicula *mensagens* dentro de um contexto histórico e político, no caso aqui analisado o período político denominado “Nova República”. Além disso, chega mesmo a se aproximar da chamada *midcult* definida por D. MacDonald, quando em nome da democratização das informações propõe-se a “traduzir” as

⁶ Em relação ao conceito *ideologia*, ver capítulo II, adiante.

notícias notadamente as políticas, produzindo uma fragmentação das mesmas o que não contribui para uma análise mais aprofundada dos fatos. Não se pode negar, porém, que ela contribui para o intercâmbio entre os professores e, nesse caso, as informações entre os mesmos não está sob seu controle. Não se pode criticar, também, as reportagens que focalizam temas pedagógicos (não analisados nesta pesquisa), visando a melhoria da qualidade do ensino, embora, muitas vezes, nas reportagens que os abordam, coloca-se sobre os ombros dos professores a maior responsabilidade por tal melhoria, apesar das precárias condições do ensino presentes no país.

Isto posto, concluímos que nos pressupostos acima, o fundamento básico da análise é o de considerar a Revista enquanto “indústria cultural”. Esta expressão, segundo Adorno (1971), criada por ele em co-autoria com Horkheimer, tinha o objetivo de substituir o termo “cultura de massa”. Visava excluir a interpretação de seus defensores ao pretender tratar-se de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas. A indústria cultural, ele diz,

é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. ... Na medida em que nesse processo a indústria cultural inegavelmente especula sobre o estado de consciência e inconsciência de milhões de pessoas às quais ela se dirige, as massas não são, então, o fator primeiro, mas um elemento secundário, um elemento de cálculo; acessório da maquinaria. O consumidor não é o rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto. O termo *mass media*, que se introduziu para designar a indústria cultural, desvia, desde logo, a ênfase para aquilo que é inofensivo. Não se trata nem das massas em primeiro lugar, nem das técnicas de comunicação como tais, mas do espírito que lhes é insuflado, a saber, a voz de seu senhor. A indústria cultural abusa da consideração com relação às massas para reiterar, firmar e reforçar a mentalidade

destas, que ela toma dada *a priori*, e imutável. É excluído tudo pelo que essa atitude poderia ser transformada. As massas não são a medida mas a ideologia da indústria cultural, ainda que esta última não possa existir sem a ela se adaptar. ... (Em sua concepção) as produções do espírito no estilo da indústria cultural não são mais *também* mercadorias, mas o são integralmente (Adorno, *in* Cohn, org., 1971, p. 287-289).

A publicação da Revista Nova Escola, fruto de um contrato entre uma fundação privada – a Fundação Victor Civita (criada a partir da Editora Abril) – e um órgão governamental – o MEC – aproxima-se dos pressupostos expressos acima. Para demonstrá-los optou-se por dois eixos de análise, como visto no item anterior: contextualizar a Revista no período político e focalizar o texto, isto é, os artigos, matérias e reportagens publicados. Para tanto, no primeiro capítulo, foi feita uma apresentação da Revista, para se ter uma idéia geral sobre a mesma. No segundo, destacou-se aspectos do contexto histórico e político do período estudado, especialmente “dos fins, das idéias e da ideologia”. A análise do texto foi feita no terceiro capítulo onde foram abordados aspectos da relação entre a Revista e o MEC, da publicação de temas de política educacional na Revista e da forma de tratamento jornalístico das reportagens sobre as políticas estaduais e municipais de educação bem como das que focalizaram as escolas rurais.

Capítulo I – Apresentação da Revista Nova Escola:

A Revista Nova Escola (algumas vezes abreviada como NE neste trabalho) vem sendo editada regularmente desde março de 1986. São nove números anuais, editados mensalmente durante o ano letivo, excluindo-se, portanto, os meses de janeiro, fevereiro e julho.

Compõem a Revista as seguintes seções permanentes:

- Editorial (destaca alguns artigos, matérias e reportagens);
- Índice (destacando com ilustrações alguns artigos, reportagens e matérias);
- Cartas e Sala dos Professores (destinadas à correspondência dos leitores);
- Você e a Lei (destinada às consultas sobre direitos trabalhistas);
- Mural (seção de notícias curtas sobre fatos e eventos);
- Agenda (destinada à divulgação de Congressos, Seminários, Encontros, Cursos);
- Idéias (sobre sugestões práticas para resolver problemas cotidianos);
- Recreação (jogos e atividades para crianças);
- Era uma vez (publicação de histórias infantis);
- Humor (seção de quadrinhos ou textos humorísticos);
- Livros (resenhas de livros didáticos, de interesse para professores e de interesse geral).

Além das seções acima, a Revista publica matérias, reportagens e artigos aqui classificados sob as rubricas: “Experiências educacionais”, “Relatos e Depoimentos Pessoais”, “Assuntos Temáticos” (temas variados focalizados pela Revista), “Política em

Geral”, “Política Educacional” e “Professores” (considerados enquanto categoria profissional). Estes artigos, reportagens e matérias classificados sob estas rubricas estão mapeados adiante⁷.

Neste trabalho, foram considerados para análise os artigos, reportagens e matérias dos trinta primeiros números da Revista Nova Escola selecionados sob a rubrica, “**Política Educacional**”. Não foram quantificadas e/ou resumidas as seções: “Editorial” “Mural”, “Humor”, “Idéias”, “Livros”, “Recreação”, “Era uma vez” e as propagandas. Esta exclusão se justifica pelo número insignificante ou nulo de cartas dos leitores referindo-se às mesmas, mostrando assim sua menor repercussão.

Os quadros quantitativos, apresentados a seguir, abrangem tanto a rubrica definida para análise – **Política Educacional** – quanto as não selecionadas, para que se possa ter um panorama geral dos assuntos veiculados pela Revista.

⁷ Entende-se aqui por matérias as publicações sem assinatura de repórter, embora a revista não as apresente como posição editorial. As reportagens são assinadas. São consideradas como artigo as opiniões assinadas de colaboradores.

QUADRO 1: RUBRICAS sob as quais foram classificados os artigos, reportagens e matérias dos trinta primeiros exemplares da Revista Nova Escola (excluídas as seções permanentes)

| Rubricas | Número de matérias, reportagens e artigos |
|---|---|
| Política em Geral | 13 |
| Política Educacional (escolas e redes de ensino) | 76 |
| Política Educacional (temas referentes a) | 40 |
| Política Educacional (Políticas Compensatórias: Ministério da Educação (MEC)/Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) | 18 |
| Professores (considerados enquanto categoria profissional) | 24 |
| Assuntos Temáticos | 175 |
| Experiências educacionais | 16 |
| Relatos Pessoais | 25 |

1. POLÍTICA EM GERAL:

QUADRO 2 - Política em Geral

| N ° de artigos, reportagens e matérias | Assunto Principal |
|--|---|
| 08 | Sobre o Processo Constituinte e/ou Constituição de 1988 |
| 02 | Sobre Planejamento familiar |
| 01 | Sobre Política Econômica |
| 01 | Sobre Professora na Política |
| 01 | Sobre Direitos Humanos |

1.1 Síntese das matérias, reportagens e artigos sobre Política em Geral:

Sobre o Processo Constituinte e/ou Constituição:

– Reportagem em forma de entrevista (sem identificação de repórter): “Professora, o que é Constituinte?” Com Guiomar Namo de Melo, ex-secretária municipal de Educação de São Paulo, sobre a Constituinte e a Constituição em geral, os três poderes da República, o

direito à educação etc. Salaria a importância da participação nos debates que influenciarão a elaboração da nova Constituição (Revista Nova Escola nº 01, março de 1986);

– Reportagem de Amélia Nascimento: “Constituinte e Educação: Como escolher um bom candidato”, orientando os professores para as eleições de 1986 e apresentando as principais propostas, para a educação, de 10 candidatos (um, ex-presidente da Confederação dos Professores do Brasil, e nove ex-secretários estaduais de Educação) (Revista Nova Escola nº 06, setembro de 1986);

– Matéria: “Guia do Voto” (Suplemento especial das Revistas da Editora Abril/Fundação Victor Civita, nº 02 – outubro/novembro de 1986). Sobre orientações gerais quanto à Constituinte, histórico político das Constituições Brasileiras, “como escolher o seu constituinte”, “o que é uma boa constituição”, alguns temas que serão regulados pela Constituição, orientações práticas quanto ao processo eleitoral (Revista Nova Escola nº 08, novembro de 1986);

– Artigo de Pedro Demo, professor, diretor-geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP): “Opinião: Professor e Constituinte”, sobre a necessidade de se “lutar para que a nova Constituição estabeleça as condições de transformar em realidade o teórico direito de todos à Educação de 1º Grau” (Revista Nova Escola nº 08, novembro de 1986);

– Artigo de Vital Didonet, presidente da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar do Brasil e da Comissão A Criança e a Constituinte: “Criança também é cidadã”, sobre as lutas pelo reconhecimento dos direitos das crianças na nova Constituição Brasileira (Revista Nova Escola nº 10, março de 1987);

– Reportagem de Maria Inês Martins e Robinson Sasaki: “Constituinte: muita água ainda vai rolar”, sobre as principais questões educacionais em pauta na Constituinte, datas-chaves na Constituinte, opiniões de alguns constituintes da sub-comissão de Educação (Revista Nova Escola n° 14, agosto de 1987);

– Reportagem de Hamilton de Souza: “Salário-Educação: É justo dividir o bolo com a escola particular?”, sobre a destinação de verbas públicas às escolas particulares, em debate na constituinte (Revista Nova Escola n° 15, setembro de 1987);

– Reportagem (assinada somente no final, com as iniciais V.G./R.S.): “Constituição: As conquistas que agora precisam sair do papel”, sobre as principais conquistas educacionais obtidas com a nova Constituição e a necessidade de sua implantação: verbas e recursos para a educação, merenda escolar, ensino público, gratuito e obrigatório, gestão democrática e padrão de qualidade, valorização profissional, escolas privadas e Plano Nacional de Educação. Apresenta, também, os “novos direitos dos trabalhadores” (Revista Nova Escola n° 27, dezembro de 88).

Sobre Planejamento familiar:

– Matéria: “Especial: Planejar a família é um direito humano fundamental”, sobre a cartilha “Como planejar a família” “editada com a colaboração da BENFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) e distribuída como encarte desta edição de Nova Escola” (Revista Nova Escola n° 15, setembro de 1987);

– Artigo de Eunice Michillis, deputada federal pelo PFL do Amazonas, professora e alfabetizadora: “Opinião: A vida planejada”, sobre planejamento familiar e divulgando a “política democrática” do governo Sarney que “para atingir seu objetivo, convocou o

Ministério da Saúde, que vem desenvolvendo o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher; o Ministério da Previdência e Assistência Social, que incluiu o planejamento familiar entre os serviços prestados pelo INAMPS; a LBA, que está orientando as camadas de baixa renda; e o Ministério da Educação, que determinou a difusão de informações sobre esse assunto através das redes de ensino público e privado” (Revista Nova Escola n° 15, setembro de 1987).

Sobre Política Econômica:

– Artigo: “Por que matamos o Cruzeiro? De Adélia Nascimento, sobre a terceira reforma monetária ocorrida no Brasil após a instalação da República, abordando conjuntura, inflação, desemprego, política econômica do governo militar, ORTNs, a nova moeda (Cruzado) (Revista Nova Escola n° 03: abril/86).

Sobre Professora na Política:

– Reportagem de Flaminio Araripe: “Professora governa o Acre”, sobre a professora Iolanda Fleming, ex-professora primária e primeira mulher a ocupar um posto de governador de Estado no Brasil. Sobre sua vida passada e planos como governadora (Revista Nova Escola n° 05, agosto de 1986).

Sobre Direitos Humanos:

– Matéria: “Comemoração: Direitos Humanos Agora! 40 anos da Declaração”, pequena matéria (uma coluna) lembrando a data e o direito à educação (Revista Nova Escola n° 27, dezembro de 1988)

2. POLÍTICA EDUCACIONAL:⁸

Sob a rubrica “Política Educacional” – objeto de análise desta pesquisa, feita nos capítulos II e III, adiante – foram selecionados e classificados artigos, reportagens e matérias que serão apresentados nos sub-itens “Escolas e Redes de Ensino” por tratar de escolas e redes de ensino regionais, estaduais, municipais e rurais; “Temas referentes à Política Educacional”; e “Políticas Compensatórias: Ministério da Educação (MEC)/ Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)”, para tornar mais claras análises feitas posteriormente sobre a relação MEC/Revista Nova Escola.

QUADRO 3 - Escolas e Redes de Ensino:

| Nº de artigos, reportagens e matérias | Assunto Principal |
|--|---|
| 04 | Sobre programas desenvolvidos em Regiões |
| 31 | Sobre programas desenvolvidos em Estados (focalizados individualmente) |
| 09 | Sobre programas desenvolvidos em Estados (focalizados conjuntamente) |
| 11 | Sobre programas desenvolvidos em Municípios (focalizados individualmente) |
| 02 | Sobre programas desenvolvidos em Municípios (focalizados conjuntamente) |
| 19 | Sobre programas desenvolvidos em Escolas Rurais (estaduais e municipais) |

⁸ Os resumos dos artigos, reportagens e matérias classificadas sob a rubrica “Política Educacional”, que não foram citados no corpo do trabalho, encontram-se no apêndice 1 deste trabalho.

QUADRO 4 - Temas referentes à Política Educacional:

* Opiniões Dicotômicas

| Temas e nº da Revista Nova Escola | Tipo de Publicação |
|--|--|
| Educação na Nova República (nº 01, março/86) | Reportagem entrevistando autoridades, estudantes, professores e escritora |
| Jornada Diária de Aula: duração (nº 01, março/86) | Artigo na Seção Opinião (Prof. José Mário Pires Azanha, da USP) |
| Problemas da Educação Brasileira (nº 02, abril/86) (nº 20, abril/88) | Reportagem no formato de enquete feita com autoridades de ensino, professores, artistas, alunos e pais Artigo na Seção Opinião (Isolde Benilde Andreatta, presidente da Associação dos Professores do Paraná) |
| Municipalização do Ensino (nº 02, abril/86) | Artigo na Seção Opinião (Terezinha Saraiva, ex-secretária estadual da Educação do Estado da Guanabara) |
| Municipalização e democracia (nº 23, agosto/88) | Reportagem entrevistando autoridades políticas, do ensino e de entidades do magistério |
| Escolaridade Obrigatória: oito anos? (nº 03, abril/86) | Reportagem em forma de OD*: <i>Não</i> (Maria Yedda Linhares, secretária da Educação do RJ); <i>Sim</i> (Selma Garrido, presidente da ANDE) |
| Educação Moral e Cívica: fim da disciplina (nº 04, junho/86) | Reportagem em forma de OD*: <i>Sim</i> (João Cardoso Palma Filho, da CENP – SP); <i>Não</i> (Ernesto Rosa, Comissão Estadual de Educação Moral e Cívica (SP) |
| Grêmios (eles estão de volta) (nº 04, junho/86) | Reportagem mostrando a possibilidade de criá-los entrevistando alunos de SP e RJ |
| Reforma Ortográfica (nº 05, agosto/86) | Reportagem entrevistando jornalistas, alunos, escritores e professores |
| Eleição para diretor de escola (nº 06, setembro/86) | Reportagem em forma de OD*: <i>Sim</i> (Gilda Poli Rocha Loures, secretária Estadual de Educação do Paraná); <i>Não</i> (Luís Gonzaga Pinto, presidente da UDEMO) |
| Burocracia na escola (nº 07, outubro/86) | Artigo de Lúcia Velloso, assessora da Secretaria Estadual da Educação do RJ |

| (Cont.) Temas e nº da Revista Nova Escola | Tipo de Publicação |
|---|---|
| Lei 5692/71: mudá-la resolve os problemas da Educação? (nº 09, dezembro/86) | Reportagem em forma de enquete com autoridades educacionais e professores |
| Nova LDB (nº 24, setembro/88) | Artigo na Seção Opinião (Hermes Zanetti, deputado federal e presidente da CPI da Lei Calmon) |
| Nova LDB (nº 26, novembro/88) | Reportagem entrevistando autoridades educacionais entidades do magistério e professores |
| Nova LDB (nº 29, abril/89) | Reportagem entrevistando autoridades do ensino, entidades do magistério e professores |
| “Primeiro Grau desafia a capacidade do MEC” (nº 09, dezembro/86) | Depoimento de Luís Soares, da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional do MEC |
| “A escola de 1º Grau não existe” (nº 29, abril/89) | Reportagem entrevistando Arlette D’Antola e Myrtes Alonso, do Programa de supervisão e Currículo, da PUC-SP |
| Salário Educação: uma proposta (nº 09, dezembro/86) | Artigo na Seção Opinião (Hermes Zanetti, ex-presidente da CPB) |
| Salário Educação: verbas para escolas particulares? (nº 15, setembro/87) | Reportagem entrevistando entidades e autoridades do ensino, proprietários de escolas, deputados, pais e professores |
| Mudança Curricular no Núcleo Comum de 1º e 2º Graus (nº 10, março/87) | Reportagem entrevistando autoridades do ensino e professores |
| Ano Escolar: 180 dias letivos não bastam (nº 11, abril/87) | Artigo na Seção Opinião (Júlio Correa, secretário de Ensino Básico do MEC) |
| Atuação profissional dos professores (nº 13, junho/87) | Artigo na Seção Opinião (Régis Farr, colaboradora de Nova Escola) |
| Métodos de Alfabetização (nº 14, agosto/87) | Reportagem entrevistando autoridades de ensino e professores |
| Educação: objetivos e cidadania (nº 16, outubro/87) | Reportagem entrevistando Neidson Rodrigues, da UFMG |
| Informática na Educação (nº 17, novembro/87) | Reportagem entrevistando responsáveis por projetos em Recife, Rio de Janeiro, Niterói e RS. |
| Educação Postural (nº 17, novembro/87) | Reportagem entrevistando Antônia Dalla Pria Bankoff, da UNICAMP |
| Férias alternadas (nº 18, dezembro/87) | matéria paga da EMBRATUR |

| (Cont.)Temas e nº da Revista Nova Escola | Tipo de Publicação |
|--|--|
| Objetivos da escola pública (nº 18, dezembro/87) | Artigo na Seção Opinião (Maria Eliete Santiago, técnica da Delegacia do MEC, em Recife) |
| Educação Ambiental (nº 19, março/88) | Reportagem entrevistando professores universitários e responsáveis por projetos em vários Estados. |
| Fracasso Escolar e ideologia (nº 19, março/88) | Reportagem entrevistando Magda Becker Soares, da UFMG |
| Universidade (nº 22, junho/88) | Artigo na Seção Opinião (Eunice Jacques, do Jornal Zero Hora de Porto Alegre) |
| Novo perfil das professoras do ensino público (nº 23, agosto/88) | Reportagem sobre pesquisa de Lia Faria, coordenadora do setor de Estudos e Programas Especiais dos CIEPs, RJ |
| Construções escolares (arquitetura) (nº 24, setembro/88) | Reportagem sobre construções antigas e recentes em vários Estados |
| Educação dos Japoneses (nº 24, setembro/88) | Reportagem sobre 80 anos de migração japonesa |
| Cursos de Formação do Magistério (nº 26, novembro/88) | Reportagem: histórico dos cursos, depoimento de alunas, projetos extintos, debate entre professores, experiências em andamento em SP, MG, PR, PE, RS e Projeto da PUC-SP |
| Educação Formal (reprovação, democratização, profissionalização) (nº 26, novembro/88) | Reportagem entrevistando Luiz Carlos Cagliari, da UNICAMP |
| Ensino Público (nº 26, novembro/88) | Artigo na Seção Opinião (João Carlos Di Gênio, diretor-presidente do Centro Educacional Objetivo) |
| Alfabetização (construtivismo; Emília Ferreiro) (nº 28, dezembro/88) | Reportagem com pesquisas e biografia de Emília Ferreiro, entrevistas com professores que aplicam suas idéias, Estados onde há experiências (RS, SP, RJ, MG, BA, PE) e obras traduzidas |
| Ensino Noturno (nº 29, abril/88) | Reportagem com depoimentos de alunos, dados estatísticos de SP, RS, Assis (SP) e Uberlândia (MG), e entrevista com José Raimundo, ex-secretário de Ensino Básico do MEC. |
| Analfabetismo (nº 29, abril/88) | Artigo na Seção Opinião (Célia Pereira Maduro Neto, funcionária do MEC) |

QUADRO 5 - Políticas Compensatórias: Ministério da Educação (MEC)/Fundação de Assistência ao Estudante (FAE):

* Programa Nacional do Livro Didático

** Programa Nacional de Material Escolar

| Assunto Principal e nº da Revista Nova Escola | Tipo de Publicação |
|--|---|
| “Livros Didáticos: agora quem escolhe é você” (nº 02, abril/86) | Reportagem sobre o PNLD* |
| FAE – “Material à venda em mercados” (nº 03, abril/86) | Reportagem |
| “Merenda fortalece municípios” (nº 04, junho/86) | Artigo na Seção Opinião (Carlos Pereira de Carvalho e Silva, presidente da FAE) |
| “57 milhões de livros” PNLD* (nº 05, agosto/86) | Reportagem com Egberto C. Gaia, diretor da FAE |
| “Salas de Leitura: um prazer ao alcance das novas gerações” (nº 07, outubro/86) | Reportagem |
| “Pesquisa em biblioteca” (nº 07, outubro/86) | Reportagem |
| “O 1º Grau ainda desafia capacidade do MEC” (nº 09, dezembro/86) | Depoimento de Luís Soares, da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional do MEC |
| PNME** Material Didático: grátis para o Nordeste” (nº 10, março/87) | Reportagem |
| “FAE dá mais um prêmio para incentivar a pesquisa” (nº 13, junho/87) | Divulgação |
| “Livro Didático: ele deve ser bem conservado” (nº 14, agosto/87) | Divulgação |
| “Educação de Adultos: EDUCAR promete apoiar projetos sem privilégios” (nº 15, setembro/87) | Divulgação |
| Projeto de Educação Básica no Nordeste (nº 16, outubro/87) | Divulgação |
| Salas de Leitura (nº 17, novembro/87) | Divulgação |
| Prêmio FAE de Pesquisa Estudantil (nº 19, março/88) | Matéria |
| “Carteira Escolar: a dura luta pelo direito de sentar direito” (nº 20, abril/88) | Reportagem |
| “Aos professores das escolas da Rede Oficial de Ensino” (nº 23, agosto/88) | Matéria paga divulgando o Programa Salas de Leitura da FAE |
| “Salas de Leitura” da FAE (nº 25, outubro/88) | Divulgação |
| “Corte nas verbas federais atinge atuação da FAE” (nº 27, dezembro/88) | Reportagem entrevistando Carlos Pereira de Carvalho e Silva, presidente da FAE |
| “Livro Didático: melhorar o visual não é luxo” (nº 28, março/89) | Reportagem com Paulo Bernardo Vaz, mestre em editoração |

3. PROFESSORES (considerados enquanto categoria profissional):

QUADRO 6 – Professores (considerados enquanto categoria profissional)

| Nº de artigos, reportagens e matérias | Assunto Principal |
|---------------------------------------|--|
| 06 | Sobre ou com entidades do magistério |
| 05 | Sobre salários |
| 03 | Com autoridades do ensino |
| 02 | Sobre a vida cotidiana dos professores |
| 02 | Sobre professores e legislação |
| 02 | Sobre formação de professores |
| 02 | Sobre desejos dos professores |
| 01 | Sobre professores municipais |
| 01 | Sobre recenseamento de professores |
| 01 | Sobre qualidade do ensino |
| 01 | Sobre perfil da professora |

3.1. Síntese das matérias, reportagens e artigos sobre “Professores” (considerados enquanto categoria profissional):

Sobre ou com entidades do magistério:

– Artigo de Gumercindo Milhomen Neto, vice-presidente regional da Região Sudeste da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP): “Opinião: A luta continua”, analisando as mudanças na política econômica do país (controle de preços) chamadas de “pacote” e relacionando-as às reivindicações dos professores (Revista Nova Escola n° 03, maio de 1986);

– Reportagem de Nilson de Souza: “Entrevista: Em 86, professores conquistam seu espaço”, com Niso Prego, presidente da CPB desde sua fundação em 1985, sobre lutas da entidade, Emenda Calmon, verbas, reivindicações, greves, política partidária etc. (Revista Nova Escola n° 09, dezembro de 1986);

– Reportagem: “Professores reafirmam exigências para a Educação”. Sobre o 20º Congresso da CPB divulgando o documento final e a eleição da nova diretoria cujo presidente eleito é Tomaz Gilian Deluca Wonghon (Revista Nova Escola nº 11, abril de 1987);

– Artigo de Beatriz Pardi, vice-presidente da APEOESP: “Opinião: Professores Mobilizados”, sobre as lutas dos professores relacionando-as à democratização da escola e da sociedade (Revista Nova Escola nº 07, novembro de 1987);

– Reportagem: Campanha “Queremos Salvar a Escola Pública”. Sobre apoio da CPB à campanha “Em Defesa da Escola Pública” aprovada e lançada na V Conferência Brasileira de Educação (CBE) realizada em Brasília, agosto de 1988 (Revista Nova Escola nº 25, outubro de 1988);

– Reportagem/Entrevista: “Nunca faremos a última greve”, com Tomaz Wonghon, presidente da CPB, em final de mandato. Sobre a categoria em geral, constituinte, greves, reivindicações, papel do Estado e dos professores na educação etc. (Revista Nova Escola nº 27, dezembro, 1988).

Sobre Salários:

– Reportagem: “Os professores mais bem pagos do país” (Estado do Amapá) (Revista Nova Escola nº 05, agosto de 1986);

– Reportagem: “Quanto ganha o professor brasileiro”. Pesquisa nacional com quadros comparativos entre 27 Estados (Revista Nova Escola nº 07, de outubro de 1986);

– Reportagem: Balanço: “Um ano difícil, de poucas conquistas novas”. Sobre lutas e greves por melhores salários em vários Estados (SP, RJ, SC, DF, PI, MG, RS) (Revista Nova Escola n° 18, dezembro de 1987);

– Artigo de Gastão Octávio Franco da Luz, coordenador do Centro de Ciências do Paraná: “Opinião: Baixos salários não explicam tudo”, apontando o descompromisso do Estado e da Universidade com a formação dos professores, como principais causas das deficiências do magistério e, não, os salários (Revista Nova Escola n° 20, abril de 1988);

– Reportagem: “O escândalo do salário ilegal”, sobre os salários dos professores municipais, tomando como exemplo vários municípios brasileiros (Revista Nova Escola n° 21, maio de 1988).

Sobre Autoridades do ensino:

– Artigo de Jorge Bornhausen, ministro da Educação e senador pelo PFL de Santa Catarina: “Opinião: Valorização do Magistério” (Revista Nova Escola n° 16, outubro de 1987);

– Reportagem/Entrevista: “Professor anda mais carente que aluno”, com Anna Bernardes da Silveira Rocha, membro do Conselho Federal de Educação e ex-secretária de Educação do Espírito Santo, sobre perfil do “bom professor”, formação de professores, salários, greves, papel do Estado na Educação, exemplos de programas – Escola Aberta (SC), Cieps (RJ), Educação no DF (Revista Nova Escola n° 21, maio de 1988);

– Reportagem/Entrevista: “Falta profissionalismo ao professor”, com Silke Weber, secretária de Educação de Pernambuco, sobre situação da Educação no Estado de Pernambuco (Revista Nova Escola n° 22, de junho de 1988).

Sobre Vida cotidiana dos professores:

– Reportagem: “Um dia na vida de um professor”, focalizando o cotidiano de um professor (Revista Nova Escola n° 13, junho de 1987);

– Reportagem: “Saúde: Ninguém precisa ter ‘doença de professor’”, sobre as principais doenças da profissão (Revista Nova Escola n° 16, outubro de 1987).

Sobre Professores e legislação:

– Reportagem: “O que fazer – desde já – para garantir seus direitos”, sobre principais leis e tipos de contrato de trabalho (Revista Nova Escola n° 24, setembro de 1988)

– Reportagem: “A lei que falta ao professor municipal”, sobre elaboração/implantação do Estatuto do Magistério Municipal nos municípios brasileiros (Revista Nova Escola n° 25, outubro de 1988).

Sobre Formação de Professores:

– Reportagem: “Formação do professor: aqui começam os problemas da Educação”, criticando como vem sendo encarada esta questão (Revista Nova Escola n° 10, maio de 1987)

– Entrevista: “Um velho problema, muito longe de uma solução”, com Maria Teresa Marques Amaral, professora da Faculdade de Educação da UFMG (Revista Nova Escola n° 14, agosto de 1987)

Sobre Desejos dos Professores:

– Reportagem: “O presente de cada um no dia do professor”, sobre desejos e anseios de professores, baseada em depoimentos individuais (Revista Nova Escola nº 16, outubro de 1987)

– Reportagem: “O que eles confessam: o meu maior sonho é ...”, baseada em depoimentos pessoais (Revista Nova Escola nº 25, outubro de 1988)

Sobre Professores Municipais:

– Reportagem: “Professor municipal: um profissional em busca de sua valorização”, sobre a situação profissional desses professores em vários municípios do país, apresentando dados estatísticos gerais (Revista Nova Escola nº 16, outubro de 1987).

Sobre Censo de Professores:

– Reportagem: “Censo: Professores fora da classe”, sobre recenseamento de professores estaduais no Rio Grande do Sul mostrando a alta percentagem de professores exercendo outras funções em outros órgãos do governo (Revista Nova Escola nº 14, agosto de 1988)

Sobre Qualidade do Ensino:

– Entrevista: Com sua acomodação, os professores prejudicam a qualidade do ensino”, com a professora Lia Ribeiro Cestariolo, autora da tese de mestrado “A problemática da Educação na Escola Pública” cuja elaboração foi baseada em depoimentos de professores e diretores do Rio Grande do Sul e recusada pela UFRS (Revista Nova Escola nº 23, agosto de 1988)

Sobre Perfil da Professora:

– Reportagem: “Novo perfil da professora muda o ensino”, baseada em pesquisa de Lia Faria, autora da tese de mestrado “Questão Feminina no movimento de contradições das escolas públicas”, sobre novos perfis (10%) que estão aparecendo entre as professoras (Revista Nova Escola n° 23, agosto de 1988)

4. ASSUNTOS TEMÁTICOS:

QUADRO 7 – Assuntos Temáticos:

| Temas | N° de reportagens | Temas | N° de reportagens |
|---|--------------------------|---|--------------------------|
| Metodologia/Didática | 22 | Museus | 2 |
| Saúde | 21 | Drogas | 2 |
| Alfabetização | 18 | Violência | 2 |
| Psicologia | 11 | Cultura | 2 |
| Ciências (disciplina escolar) | 11 | Avaliação | 2 |
| Matemática (disciplina escolar) | 9 | Televisão | 2 |
| Educação artística (disciplina escolar) | 7 | Ed. Moral e Cívica (disciplina escolar) | 1 |
| Educação Ambiental/Ecologia | 6 | Teatro | 1 |
| Geografia (disciplina escolar) | 6 | Música | 1 |
| Educação Física (disciplina escolar) | 5 | Educação religiosa (disciplina escolar) | 1 |
| Índios | 5 | Supervisão de Ensino | 1 |
| História (disciplina escolar) | 4 | Mulher | 1 |
| Informática | 4 | Filosofia | 1 |
| Escrita | 4 | Cometa Halley | 1 |
| Educação sexual | 4 | Dia do Trabalho | 1 |
| Administração escolar | 3 | Coordenação Pedagógica | 1 |
| Raça Negra | 3 | Educação no Trânsito | 1 |
| Estudos Sociais (disciplina escolar) | 3 | Atualização | 1 |
| Química (disciplina escolar) | 2 | Dia das mães | 1 |
| Deficientes | 2 | | |

5. EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS:

QUADRO 8 – Experiências Educacionais:

| Tema | Nº de reportagens |
|---------------------------|-------------------|
| Experiências Educacionais | 16 |

5.1. Síntese das reportagens sobre Experiências Educacionais:

– Reportagem de Rosângela Guerra: “A escola desabou. E o povo a reconstruiu”. Sobre experiência de 65 famílias de pequena localidade – Córrego de Dourado, município de Tarumirim (MG) – entre os anos de 1981 e 1984. Informa, também, sobre a Secretaria de Ação Comunitária – SEAC, onde se pode obter recursos para reformas de prédios escolares, feitas em mutirão (Revista Nova Escola nº 02, abril de 1986);

– Reportagem de Lígia Belini: “Escola Aberta do Calabar”, sobre experiência na Favela do Calabar, em Salvador (BA), que pertence à rede pública de ensino, foi criada pela Associação de Moradores do local e recebe recursos de convênios com o Ministério da Educação e Prefeitura de Salvador, mas não é reconhecida oficialmente pela Secretaria de Educação do Estado (Revista Nova Escola nº 02, abril de 1986);

– Reportagem de Francisco Karam: “Ele fez da escola um lugar de gente feliz”, sobre um professor – Vilson Steffen – que transformou a Escola Básica Municipal Acácio Garibaldi São Thiago, em Barra da Lagoa – Florianópolis (SC), atuando com e em prol da comunidade local (Revista Nova Escola nº 03, abril de 1986);

– Reportagem de Lane Bastos: “Uma escola, um ato de amor”, sobre a “Nossa Escolinha”, construída por Zoraide Cabral Sena (tia Zoraide), na periferia de Belém (PA) e

que funciona desde 1984, mas não é legalizada. É uma experiência de escola “adaptada à realidade do bairro”, mas tia Zoraide luta por sua legalização, pois só assim poderá ter dentistas, médicos, serventes, mais uma professora, um filtro, um banheiro e um forro para o teto (Revista Nova Escola nº 08, novembro de 1986);

– Reportagem (sem identificação de autoria): “Colegiado: Comunidade e escola ensaiam a democracia”, sobre a Escola Estadual Carvalho Britto, em Sabará (MG), onde foi implantado o Colegiado, instrumento auxiliar na administração escolar, de caráter consultivo e deliberativo, criado pela Resolução 4787, da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Informa, também, a criação de Colegiados e/ou Conselhos de Escola nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal (Revista Nova Escola nº 10, março de 1987);

– Reportagem de Rosângela Guerra: “O que é, o que é? Parece Fábrica, castelo, brinquedo...mas não é...” Sobre a Escola Estadual Percival Farquhar, município de Timóteo (MG), construída com projeto arquitetônico diferente das escolas convencionais o que influencia decisivamente seu funcionamento (Revista Nova Escola nº 11, abril 87);

– Reportagem de João Roberto Laque: “Turismo Escolar: O primeiro vôo do Passaportezinho”, sobre viagem de 60 alunos paulistas de 1º Grau (metade de escolas particulares e metade de estudantes carentes assistidos pelas sociedades espíritas Camile Flamarion e Barsanulfo, de Pirituba, extrema periferia de São Paulo) à Brasília, patrocinados pela Embratur e Fundação Victor Civita (Revista Nova Escola nº 14, agosto de 1987);

– Reportagem de Vera Gomes: “Escolas-Produção: Para muitos, o sonho de uma vida nova”, sobre três escolas, em Pernambuco que integram um projeto de vinte escolas-

produção (dezenove no Nordeste e uma em Brasília), que recebem dinheiro da OEA – Organização dos Estados Americanos – e que pretendem “oferecer a seus alunos do 1º Grau, além da instrução regular, a oportunidade de se tornarem ‘micro-empresários’” (Revista Nova Escola nº 15, setembro de 1987);

– Reportagem de Nilson de Souza (colaboração de Ione de Souza) sobre experiência de duas turmas de 4ª série da Escola Estadual Professor Júlio Grau de Porto Alegre (RS) que elaboraram sua própria “constituição”, aprovando “leis” estipulando direitos e deveres dos alunos. Apresenta, também, avaliação da “constituição” feita, a pedido da Revista, pela psiquiatra e psicóloga infantil Dulce V. M. Machado, comentando a “influência autoritária” em seu resultado (Revista Nova Escola nº 16, outubro de 1987);

– Reportagem de Martha Feldens: “Terra: Ancinho, enxada... A escola ensina a reforma agrária”, sobre experiência na Escola Estadual João Paulo I, no bairro de Bacacheri, em Curitiba (Paraná), onde os alunos de 1ª a 8ª série realizam atividades de conservação e uso da terra, dentro do Programa Reforma Agrária Escolar, que pretende “provocar a discussão do problema político da terra e da necessidade da reforma agrária no país” (Revista Nova Escola nº 18, dezembro de 1987);

– Reportagem de Hamilton de Souza “Ação Comunitária: Uma escola criada e mantida com muita garra”, sobre a luta pela construção da EEPGA Leonor Fernandes Costa Zacharias, no Jardim da Flores, loteamento popular, na zona rural de São Paulo, distante 40 quilômetros do centro da cidade, da qual participaram moradores e pais que agora atuam, indicando, inclusive a diretora (Revista Nova Escola nº 21, maio de 1988);

– Reportagem de Ana Márcia Souza: “Ação Comunitária: Uma escola para as crianças trabalhadoras”, sobre a Escola de 1º e 2º Graus Cidade de Emaús, no bairro de

Bengui (PA), que é um “prolongamento quase natural do trabalho desenvolvido pelo padre Bruno Secchi, que há mais de 10 anos reúne, na República do Pequeno Vendedor, os menores que ganham a vida nas ruas da cidade”, oferecendo treinamento profissionalizante. Em 1983 recebeu recursos do Ministério da Educação e, posteriormente, passou a receber verbas públicas para se manter, embora pertença a uma instituição privada vinculada à Igreja Católica. Os funcionários e professores são pagos pela Secretaria de Educação do Pará; a Funabem forneceu recursos para reforma do prédio (Revista Nova Escola n° 22, junho de 1988);

– Reportagem de Rita Moraes: “Escola de Pesca: Assim se pega peroá”, sobre a Escola de Pesca de Piúma, no litoral do Espírito Santo. Pertence à rede estadual de ensino capixaba e além das disciplinas do 1° Grau ensina Artes de pesca, Tecnologia do Pescado, Navegação, Construção Naval, Mecânica Naval Natação e Remo (Revista Nova Escola n° 27, dezembro de 1988);

– Reportagem de Martha Feldens: “Paisagismo: O embelezamento da escola nas mãos das crianças” sobre a Escola Polivalente de Curitiba (Paraná), onde se desenvolve um programa de paisagismo e Educação Ambiental, orientado pela Secretaria Estadual de Educação que abrange 40 escolas (Revista Nova Escola n° 28, março de 1989);

– Reportagem de Ana Lagôa: “Artes: Atividades ligadas à natureza agitam escola da periferia”, sobre a EEPG Octávio Edgard de Oliveira, no Parque Los Angeles, periferia de São Bernardo do campo, na Grande São Paulo, onde se desenvolve um trabalho de animação cultural em conjunto com o grupo Teatro Engenho Novo (Revista Nova Escola n° 30, maio de 1989);

– Reportagem de Rita Morais: “Pomeranos: Eles chegam à escola sem falar português”, sobre a Escola de Jatibocas, na zona rural da cidade de Santa Maria de Jetibá (ES) onde grande parte dos alunos chega à escola sem falar português, falando apenas o pomerano, um dialeto quase esquecido na sua terra de origem, a Pomerânia – pequena região entre a Alemanha e a Polônia (Revista Nova Escola n° 30, maio de 1989).

6. RELATOS PESSOAIS:

QUADRO 9 – Relatos Pessoais:

| Tema | N° de reportagens e artigos |
|------------------|------------------------------------|
| Relatos Pessoais | 25 |

6.1. Síntese dos artigos e reportagens sobre Relatos Pessoais:

– Reportagem de Altair José Moreira e Ledy Valporto Leal (SP), Vera Gomes (Belém), Betânia Mascarenhas (Recife), Rosângela Guerra (Belo Horizonte) e Raimundo Luedy (Salvador): “Como era meu aluno”, sobre personalidades políticas e artísticas, baseada em depoimentos de seus antigos professores. Em pauta: José Sarney (então presidente da República), Marco Maciel (Ministro da Educação), Tancredo Neves, Almir Pazzianoto (políticos) e Regina Duarte, Bruna Lombardi, Maria Bethânia e Eva Wilma (Revista Nova Escola n° 01, março de 1986);

– Reportagem de Paulo Figueiredo: “Bodas de prata no magistério”, com duas professoras e um professor cariocas que contam suas vidas (Revista Nova Escola n° 02, abril de 1986);

- Reportagem de Rosângela Guerra (Belo Horizonte), Tânia Fusco (Brasília) e Betânia Mascarenhas (Recife): “A situação mais difícil que eu já vivi na escola” baseada em depoimento de três professoras (Revista Nova Escola n° 05, agosto de 1986);
- Artigo (conto) de Roberto Drumond, escritor e jornalista: “Meu tipo inesquecível”, sobre a “senhora matemática” e um professor que mudou seu ensino (Revista Nova Escola n° 07, outubro de 1986);
- Reportagem de Francisco Karam, Maria Devanir, Tânia Fusco e Dora Incontri: “Enquete: Que nota você daria ao seu professor? Baseada em depoimentos de 13 alunos (Revista Nova Escola n° 07, outubro de 1986);
- Reportagem: Consultoria: Professor Rafael Grise, da USP, autor do livro Didática Mínima: “Flagrantes de sala de aula”, sobre alguns “flagrantes” de sala de aula, extraídos desse livro (Revista Nova Escola n° 08, novembro de 1986);
- Reportagem de Ivânia Vieira, Francisco Karam, Flaminio Araripe, Betânia Mascarenhas, Jussara Pereira, Jefferson S. Pereira, Rose Rodrigues: “Enquete: Como deve ser o diretor ideal?” Baseada em depoimentos de 12 professores (Revista Nova Escola n° 08, novembro de 1986);
- Reportagem de Cláudia Ferraz: “Festa de fim de ano: Veja porque nem todas dão certo”, baseada em depoimentos de três professoras (Revista Nova Escola n° 09, dezembro de 1986);
- Artigo (depoimento) de Fanny Abramovich, educadora e escritora: “Meu tipo inesquecível: A professora que eu não queria ser” (Revista Nova Escola n° 10, março de 1987);

– Reportagem de Inês Martins, Jussara Pereira, Lane Bastos, Martha Feldens e Rosemeyre Rodrigues: “Enquete: Como você usa o castigo em sua sala de aula?”, baseada em depoimentos de 12 professores (Revista Nova Escola n° 11, abril de 1987);

– Artigo de Regina Cabral, “Meu tipo inesquecível: Ah, que saudade da dona Zila” (Revista Nova Escola n° 11, abril de 1987);

– Reportagem de João Roberto Laque: “Nova Escola apresenta: Um dia na vida de um professor”. O repórter acompanhou um professor durante um dia de trabalho (Revista Nova Escola n° 13, junho de 1987);

– Reportagem de Flaminio Araripe, Francisco Karam, Ivandra S. Previdi, João Roberto Laque, Lane Bastos, Martha Feldens, Nilson de Souza, Rosemeyre Rodrigues e Vera Gomes: “Enquete: Como seria a escola de seus sonhos?”. Baseada em depoimentos de 10 professores (Revista Nova Escola n° 14, agosto de 1987);

– Reportagem de Jimenas Beltrão (PA), João R. Laque (SP), Luiz Spada (GO), Nilson de Souza (RS), Regis Farr (RJ) e Vera Gomes (PE): “Enquete: Como você age quando não sabe uma resposta?”, baseada em depoimentos de 10 professores (Revista Nova Escola n° 15, setembro de 1987);

– Reportagem de Hamilton de Souza (SP), Maria Inês Martins (DF), Martha Feldens (Paraná), Nilson de Souza (RS) e Sandra Chaves (RJ): “Especial: Meu tipo inesquecível”, com antigos professores de Lauro César Muniz, autor de teatro, cinema e telenovelas; Miguel Falabella, ator; Álvaro Dias, então governador do Paraná; Cássio Rodrigues da Cunha, o deputado mais jovem do Congresso Constituinte; Fernanda Torres, atriz; Luis Fernando Veríssimo, jornalista e escritor (Revista Nova Escola n° 16, outubro de 1987);

– Reportagem de Ana Júlia, Edméia Passos, Flaminio Araripe, João Roberto Laque e Rosemeyre Rodrigues: “Enquete: Como você seria se fosse professor?”, com 11 alunos (Revista Nova Escola nº 16, outubro de 1987);

– Reportagem de Cláudio Pucci e Ana Sanches “Entrevista: O bom professor é um criador de novos mundos”, com Rubem Alves, Doutor em Filosofia e ex-pastor presbiteriano, sobre papel do educador na relação professor/aluno, o “bom professor”, métodos, professores brasileiros, educação e política, democracia, lei 5692/71, instituições, sonhos, sedução etc. (Revista Nova Escola nº 18, dezembro de 1987);

– Reportagem de Ana Júlia Rodrigues, Claudia Ribeiro Ferraz, Nilson de Souza, Rosângela Guerra e Vera Gomes: “Depoimentos: O maior desafio que eu enfrentei este ano”, baseada em depoimentos de 6 professores (Revista Nova Escola nº 18, dezembro de 1987);

– Reportagem de Flaminio Araripe, João Roberto Laque, Luiz Spada, Nilson de Souza, Rosângela Guerra, Rosemeyre Rodrigues e Zínia Araripe: “Enquete: O que a escola deve dar a seus filhos?”, baseada em depoimentos de 12 pais/mães (Revista Nova Escola nº 18, dezembro de 1987);

– Reportagem de Ana Júlia Rodrigues (BA), Flaminio Araripe (AC), Luiz Spada (GO), Maria Elizabeth Nogueira (SC), Maria Francisca Marcello (ES), Rose Rodrigues (MS): “O que eles dizem: O que te dá mais medo na escola?”, Baseada em depoimentos de 15 alunos (Revista Nova Escola nº 19, março de 1988)

– Reportagem (não consta identificação de repórteres): “O que eles fazem: Quando o aluno diz um palavrão”, baseada em depoimentos de 13 professores (Revista Nova Escola nº 20, abril de 1988)

– Reportagem de Maria Francisca Marcello (ES), Robinson Sasaki (SP), Rosângela Guerra (MG), Teca Moreno (RJ) e Vera Gomes (PE): “Como eles reagem: Diante da discriminação racial”, baseada em depoimentos de 11 professores (Revista Nova Escola n° 21, maio de 1988);

– Reportagem (não consta identificação de repórteres): “O que eles contam: Minha maior loucura em sala de aula”, baseada em depoimentos de 12 professoras (Revista Nova Escola n° 23, agosto de 1988);

– Reportagem (não consta identificação de repórteres): “O que eles contam: A minha maior injustiça”, baseada em depoimentos de 09 professoras (Revista Nova Escola n° 24, setembro de 1988);

– Reportagem (não consta identificação de repórteres): “O que eles sentem: Na hora de reprovar um aluno” baseada em depoimentos de 11 professores (Revista Nova Escola n° 27, dezembro de 1988).

7. CARTAS enviadas pelos leitores e publicadas pela Revista⁹:

QUADRO 10 - Cartas: enviadas para as seções Cartas / Sala dos Professores / Você e a Lei:

| | |
|---|-----|
| Cartas enviadas à Seção “Sala dos Professores” (pedidos de correspondência e/ou ajuda) entre leitores | 411 |
| Cartas enviadas à seção “Você e a Lei” (consultas trabalhistas) | 221 |
| Cartas enviadas à seção “Agenda” (divulgação de Congressos, Seminários, Cursos e outros eventos) | 129 |
| Cartas referentes à Revista Nova Escola em geral | 86 |
| Cartas pedindo endereços de escolas, instituições e professores entrevistados | 53 |
| Cartas expondo problemas não referentes a matérias, artigos e reportagens anteriores | 36 |
| Cartas enviando sugestões e reivindicações à Revista | 33 |
| Correções e/ou retificações feitas pela Revista na “Seção Erramos” | 13 |
| Cartas pedindo correções e/ou esclarecimentos | 11 |

QUADRO 11 - Cartas referentes às seções fixas da Revista:

| Seções | Nº de Cartas |
|-------------|--------------|
| Idéias | 4 |
| Humor | 2 |
| Era uma vez | 2 |

⁹ Os resumos das cartas enviadas pelos leitores e publicadas pela Revista encontram-se no Apêndice 2 deste trabalho. Foram quantificadas e resumidas as cartas enviadas até o exemplar nº 36, devido ao fato de que as mesmas poderiam se referirem aos artigos, reportagens e matérias publicadas nos exemplares de 1 a 30, aqui analisados.

QUADRO 12 - Cartas referentes aos artigos, reportagens e matérias classificados sob a rubrica “Assuntos Temáticos”:

| Temas | Nº de cartas | Temas | Nº de cartas |
|---|---------------------|--|---------------------|
| Alfabetização | 20 | Raça Negra | 4 |
| Livros Didáticos | 18 | TV e Educação | 4 |
| Educação em geral | 16 | Saúde | 3 |
| Psicologia | 15 | Supervisão escolar | 3 |
| Metodologia/didática | 14 | Ciências (disciplina escolar) | 3 |
| Educação Física (disciplina escolar) | 11 | Índio | 3 |
| Educação Ambiental | 10 | Escrita | 2 |
| Pré-escola | 9 | Leitura | 2 |
| Mulher | 8 | Pais | 2 |
| Matemática (disciplina escolar) | 7 | Educação para o Trânsito | 2 |
| Educação Sexual | 7 | Educação Moral e Cívica (disciplina escolar) | 2 |
| História (disciplina escolar) | 7 | Violência | 2 |
| Educação de Deficientes | 6 | Especialistas em educação | 1 |
| Geografia (disciplina escolar) | 6 | Divulgação | 1 |
| Magistério | 6 | Cometa Halley | 1 |
| Ensino Religioso (disciplina escolar) | 6 | Estudos Sociais (disciplina escolar) | 1 |
| Educação Artística (disciplina escolar) | 5 | Física (disciplina escolar) | 1 |

QUADRO 13 - Cartas referentes aos artigos e reportagens classificadas sobre as rubricas Experiências Educacionais e Relatos Pessoais:

| | |
|--|----|
| Cartas sobre publicações de experiências educacionais e relatos pessoais | 12 |
|--|----|

QUADRO 14 - Cartas referentes aos artigos, reportagens e matérias classificados sob as rubricas Política em Geral, Política Educacional e Professores (considerados enquanto categoria profissional):

| Rubricas | Nº de cartas |
|--|---------------------|
| Política em Geral | 18 |
| Política Educacional | 93 |
| Política Educacional (MEC/FAE) | 25 |
| Professores (considerados enquanto categoria profissional) | 52 |

A título de indicação, uma vez que os artigos, reportagens e matérias acima classificados (com exceção dos referentes à “Política Educacional”, analisados nos capítulos II e III), não foram objeto de análise sistemática nesta pesquisa, destaque-se alguns aspectos interessantes da Revista que serão apontados a seguir. Note-se, primeiramente, o grande número de temas focalizados, o que por si só já denota uma publicação do tipo “variedades”, onde ficaria quase impossível um aprofundamento teórico o que de fato a Revista não se propõe a fazer, e por isso não poderia ser cobrada. Em seu primeiro número, o editor da Revista Nova Escola, Victor Civita, afirma: “Esperamos que a revista – *que não é e nem deseja ser uma publicação pedagógica* – cumpra os objetivos que inspiraram sua criação: fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho do seu trabalho ...” (Carta do Editor, Revista Nova Escola nº 1, março/1986, p. 5, grifos meus). Porém, como se verá nos próximos capítulos, o primeiro objetivo definido pelo editor, nem sempre foi perseguido, pois as informações passaram por um tratamento jornalístico que não raras vezes fragmentaram as notícias e personalizaram fatos políticos e sociais.

Dentre os temas focalizados nos trinta primeiros exemplares aqui analisados, a “Política Educacional” – tema selecionado como objeto desta pesquisa – foi abordado 134 vezes somando-se as rubricas: “Política educacional (escolas e redes de ensino)”, “Política Educacional (temas referentes a)” e “Política Educacional (Políticas Compensatórias: Ministério da Educação (MEC)/Fundação de Assistência ao Estudante)”. Este total coloca este tema em segundo lugar, ficando abaixo apenas dos “Assuntos Temáticos” que ocupam o primeiro lugar (*cf.* Quadro 1, p. 25). Se forem considerados, também, os artigos, reportagens e matérias sobre os “Professores (considerados enquanto categoria profissional)”, uma vez que esse tema está intimamente ligado à política educacional, tem-se um total de 158 artigos, reportagens e matérias publicados, demonstrando o interesse da Revista por esta temática (*Ibidem*).

Do lado dos leitores, chama a atenção o grande número de cartas publicadas pela Revista. Dentre elas, destacam-se, inquestionavelmente, as enviadas para as seções “Sala dos Professores” (411), “Você e a Lei” (221) e “Agenda” (129), bem como as cartas pedindo endereços de escolas, instituições e professores entrevistados (53), cujo total representa ampla maioria sobre as demais (*cf.* Quadro 10, p. 49). Este número expressivo de correspondências referentes a interesses e necessidades individuais mostram, por um lado, a falta de canais de informação, por parte dos órgãos responsáveis pelas políticas educacionais (federais, estaduais e municipais), que respondam a estes interesses e necessidades. Por outro lado, mostram uma das opções da Revista que é a do atendimento individualizado, legitimando-se através do espaço aberto aos professores e, ao mesmo tempo, assegurando sua continuidade.

O atendimento individualizado vem sendo focalizado desde, pelo menos a década de 1960, pelas agências publicitárias dos Estados Unidos da América, como aponta um dos dirigentes da agência publicitária Kenyon & Eckhardt, em 1967:

tem sido voz corrente entre os publicitários que os fabricantes de mensagens devem se dirigir a uma pessoa, e os problemas sempre advieram do fato de não saberem quem era aquela pessoa. Ninguém jamais soube, como era, o que esperava de um determinado produto ou tipo de produto. Em vez disso, o fabricante de mensagens via-se conversando com uma imagem mítica do homem médio, fragmentos de pessoas, e jamais com uma pessoa real, possuidora de vontade e gostos reais (Mattelart, 1979, p. 125).

Em outras palavras, continua o mesmo autor,

não podemos penetrar no mercado de massa com um perfil inerte da massa. Assim, o problema fundamental é: avaliar de maneira mais adequada as 'necessidades e interesses' dos consumidores para melhor poder atendê-los (Idem, p. 126).

Nesse direcionamento individualizado note-se, também, a realização de um dos propósitos da Revista - ... proporcionar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 1º Grau (*Carta do Editor*, Revista Nova Escola nº 1, março de 1986) - demonstrado não somente pelo número de cartas referindo-se à correspondência entre os professores (411), mas também, pelas enviadas à seção *Agenda* (129) (*cf.* Quadro 10, p. 49). Esta troca de informações e experiências pode ser considerada democrática, pois a publicação dessas cartas apenas facilita a correspondência entre os leitores, sem controle sobre os possíveis resultados e conseqüências da mesma.

Da mesma forma, embora não citada como objetivo da Revista pelo editor, a seção *Você e a Lei*, procurou informar os professores quanto aos seus direitos trabalhistas. O conhecimento dos próprios direitos perante a lei pode ser considerado como requisito

básico da cidadania, apesar de alguns autores criticarem um possível corporativismo e carreirismo entre os mesmos, provocando um “efeito de retro-anulação política”, à medida em que determinadas atitudes prejudicam os alunos e seus pais (Cunha, 1991). Não se pode esquecer, porém, que a sociedade brasileira possui, também, aspectos corporativos, apesar da democracia política formal em vigor (Pedroso, 1995).

Ainda sob o enfoque da cidadania pode-se destacar as reportagens classificadas sob a rubrica “Política em Geral”, onde por oito vezes o processo constituinte e/ou a Constituição Brasileira de 1988, foram focalizados (*cf.* Quadro 2, p. 25). Sob este mesmo enfoque, pode-se considerar, também, a rubrica “Professores” (considerados enquanto categoria profissional) quando esta categoria foi focalizada em: artigos e reportagens com ou sobre seus movimentos e entidades do magistério (seis vezes); artigo e reportagens sobre salários (cinco vezes); e reportagens sobre legislação e professores (duas vezes) (*cf.* Quadro 6, p. 34).

Porém, a cidadania, enquanto componente da democracia, fica em segundo plano, como por exemplo: quando a política econômica aparece apenas uma vez como tema central de artigos, reportagens e matérias (*cf.* Quadro 2, p. 25); quando o editor se dirige “à(s) professora(s)”, feminilizando o tratamento dispensado aos professores; quando em reportagens sobre “Experiências Educacionais”, “Relatos Pessoais” e “Professores” a Revista entrevista “abnegados” professores que tentam resolver problemas nem sempre de sua alçada, apresentando-os como “modelos”; ou, quando lança mão de outros “modelos” através de depoimentos de “ídolos” (escritores, artistas de televisão, políticos de projeção nacional) opinando sobre temas educacionais.

Nos “Relatos Pessoais”, destaque-se aqui especialmente, as reportagens “*Como era meu aluno*” (Revista Nova Escola nº 01, março de 1986) e “*Meu tipo inesquecível*” (Revista Nova Escola nº 16, outubro de 1987).

Na primeira reportagem, como visto nos resumos do quadro sobre “Relatos Pessoais”, são focalizadas e reunidas personalidades políticas e artísticas, com base em depoimentos de seus antigos professores. Em pauta: José Sarney (então presidente da República), Marco Maciel (Ministro da Educação), Tancredo Neves, Almir Pazzianoto (políticos) e Regina Duarte, Bruna Lombardi, Maria Bethânia e Eva Wilma (artistas). Na segunda, artistas, políticos e jornalista, “lembram” de seus antigos professores e são “lembrados” por eles. Em pauta, Lauro César Muniz, autor de teatro, cinema e telenovelas; Miguel Falabella, ator; Álvaro Dias, então governador do Paraná; Cássio Rodrigues da Cunha, o deputado mais jovem do Congresso Constituinte; Fernanda Torres, atriz; Luís Fernando Veríssimo, jornalista e escritor.

Este tipo de reportagem inegavelmente chamativa, ao menos para os consumidores de programas televisivos, tem seu lugar na indústria cultural. De acordo com Zuin (1999, p. 106),

... na sociedade cuja indústria cultural está globalizada, os objetos que ocupam o ideal do ego são incrivelmente intercambiáveis. Os ídolos do esporte, da música, do cinema e da televisão alternam-se na preferência de indivíduos que se identificam entre si como membros consumidores dos produtos e do estilo de vida dessas “personalidades”. O interessante é que tanto o vínculo estabelecido quanto a determinação das vontades idiossincráticas no grupo são reforçados pelo aparato publicitário, formado pela mídia. Tal aparato enaltece as características maravilhosas destas personagens, agremiações e objetos que também podem ser nossas, desde que façamos parte do grupo. Por outro lado, o desejo de ser sujeito

jamais se realiza completamente. A libido coarctada em seus fins primários, que atende as exigências narcísicas do “sujeito”, é deslocada para outro objeto que possui algum tipo de traço “autêntico” e que já foi aprovado pelo gosto geral, antes mesmo de ser instalado no mercado (Soares Zuin, 1999, p. 106).

Sérgio Paulo Rouanet (1986: p. 139), continua Soares Zuin, já havia observado que, na sociedade da produção cultural industrializada, dispensa-se a figura do líder para a obtenção da coesão social dos consumidores. A personalização regressiva ocorre através da identificação com os chamados líderes secundários, tais como os artistas de cinema e televisão. Seu argumento apóia-se na necessária conversão das forças sociais reificadas em elementos humanos, daí a importância de que as decisões políticas sejam reduzidas aos dramas exclusivamente pessoais dos líderes, os quais parecem determinar os rumos da própria sociedade (ibidem).

Sob outro enfoque, os artigos, reportagens e matérias aqui classificados sob a rubrica “Assuntos Temáticos”, buscam cumprir o primeiro objetivo da Revista que, como visto acima, é o de “fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho do seu trabalho”. Como se viu no quadro relativo a esses assuntos, os temas mais focalizados foram: Metodologia/Didática (22 vezes), Alfabetização (18 vezes), Psicologia (11 vezes) e Disciplinas escolares (49 vezes) (*cf.* Quadro 7, p. 39). Estes temas também parecem compor o rol de necessidades e interesses dos professores. Haja visto o expressivo número de cartas publicadas, onde se destacam os seguintes temas: Alfabetização (20 cartas), Livros Didáticos (18 cartas), Educação em Geral (16 cartas), Psicologia (15 cartas), Metodologia/Didática (14 cartas), e as cartas sobre as disciplinas escolares que, ao todo somam 49. Porém, o tema Saúde, focalizado 21 vezes pela Revista, foi tema de apenas 3 cartas (*cf.* Quadro 12, p. 50).

Em algumas dessas reportagens¹⁰ o que pode ser questionado não é o objetivo de informar os professores contribuindo para um melhor desempenho de seu trabalho. O que se pode questionar é a forma como essas informações (fatos) são *transformados* em notícias, como se fossem *mercadoria*. A utilização de *slogans*, da personificação dos fatos e da fragmentação do texto constituem-se em procedimentos próprios dos meios de comunicação de massa, como se verá nos capítulos seguintes.

Tais procedimentos poderiam encontrar justificativa em um dos objetivos da Revista que é o de ser um “elemento de leitura *agradável* e instrutiva” (Carta do Editor, Revista Nova Escola nº 1, março de 1986, grifo meu). Porém, esses procedimentos, dependendo dos temas tratados, podem não apenas informar mal o leitor, com o agravante de passar a impressão de que ele estaria suficientemente informado, mas também, dirigir sua atenção para determinados aspectos, quer do interesse da revista quer do Ministério da Educação (MEC), parceiro de sua edição e distribuição. Tal direcionamento, condiz melhor com outro objetivo, qual seja, o de integrar a professora “ao processo de mudança que ora se verifica no país” (Carta do Editor, *Revista Nova Escola* nº 1, março de 1986).

O objetivo acima, como se verá adiante, se revelaria no intuito não expresso, de reforçar a imagem deste “novo” período político através do *slogan* “Nova República”, tentando assegurar o comprometimento dos professores com a melhoria da qualidade do

¹⁰ Os artigos, reportagens e matérias sobre “Assuntos Temáticos” não foram analisados sistematicamente nesta pesquisa. Porém, a leitura dos mesmos para sua classificação, permitiu uma visão, ainda que “impressionista”, de que aqui também foram usados os mesmos procedimentos jornalísticos utilizados nos artigos reportagens e matérias sobre “Política Educacional”, apontados nos capítulos seguintes.

ensino, mesmo na ausência de condições que seriam de responsabilidade dos responsáveis pela implementação das políticas educacionais.

Capítulo II – O Contexto: Dos Fins, Idéias e Ideologia

A Revista Nova Escola, como meio de comunicação de massa, integrante da “indústria cultural”, certamente exerce alguma influência, relacionada a seus interesses, sobre seus leitores (no caso, os professores de 1º Grau). Em sua realização pode-se identificar pelo menos dois grandes grupos de interesse: a iniciativa privada (empresa jornalística) e o Estado.

Na indústria cultural, a identificação dos grupos de interesse que estão no comando dos meios de comunicação de massa contribui para a análise de seus objetivos, uma vez que, como o próprio nome indica, eles são meios utilizados na consecução de fins. Estudiosos da influência e do poder dos meios de comunicação de massa vêm focalizando essa relação que é central para aqueles que buscam entender o exercício do poder nas relações sociais.

Lazarsfeld & Merton, estudando a preocupação social com a “ubiquidade e poder em potencial dos *mass media*”, sugerem que, ao invés de uma crença quase mágica em seu “enorme poder”, preocupemo-nos com os “diversos tipos de controle social que poderosos grupos de interesse exercem na sociedade”. As sociedades complexas, segundo eles, são sujeitas a formas diversas de controle organizado que podem ser mais visíveis e diretas, como a violência organizada e a coerção da massa (utilizadas, por exemplo, por Hitler) ou a utilização cada vez maior (nos Estados Unidos) da “persuasão em massa” em detrimento da utilização da força física, violência e coerção. Em suas palavras:

A preocupação manifesta quanto às funções dos *mass media* deve-se, em parte, à observação válida de que estes meios tomaram para si a tarefa de conformar o público de massa ao *status quo* social e econômico (Lazarsfeld & Merton, 1982, p. 106).

Ciro Marcondes Filho, analisando os poderes do jornalismo em *O Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza*, considera que

Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como “a verdade” (Marcondes Filho, 1986, p. 11).

O jornalismo, ele continua, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade (ibidem).

O mesmo autor, analisando a imprensa sob o ponto de vista da economia política considera que

o fato de possuir jornais, denunciar fatos políticos e econômicos, além de funcionar como meio de venda de uma mercadoria (informação e opinião), é uma forma de amenizar o desequilíbrio real da distribuição de poder, pois, contra a voz da maioria dominada e despossuída da população, cujo agir social organizado (passeatas, movimentos, revoluções) ou não (quebra-quebras, linchamentos, assaltos) representa de fato uma forma de manifestação pública de sua insatisfação, aparecem vozes, em si reduzidas e poucas, mas excepcionalmente ampliadas e tornadas genéricas, da imprensa. Por um lado, a voz abafada, sufocada, explosiva da esfera

pública popular, que não encontra veículos institucionalizados seus para mostrar a “outra face da realidade” com a mesma ênfase de um grande jornal liberal diário ou de uma estação de TV monopolista de audiência; por outro, a voz tecnológica, sofisticada e falsa da esfera pública do poder, encobrindo, silenciando, negando a outra. Não fosse assim, a imprensa na sociedade capitalista não seria uma instituição suporte. Ela tanto o é que seria difícil pensar o capitalismo sem imprensa (que satisfaz tanto a necessidade de difusão pública e pseudo-social de alguns monopolistas de classe, que dela se utilizam para “representar” a voz social, como a necessidade ideológica – portanto, falsa – de “multiplicidade de opiniões”, quando, de fato, as únicas opiniões diversificadas que têm livre acesso aos grandes monopólios de comunicação são os próprios membros dos poderes a ela associados e dos que em torno deles circundam), da mesma forma que seria impossível pensar uma imprensa sem capitalismo (ibidem, p. 12).

Na consecução desses objetivos, o Estado na época atual, conforme síntese de Maurício Tragtenberg, prefaciando a mesma obra de Marcondes Filho:

é o grande organizador da hegemonia, no sentido gramsciano do termo, controlando, através de licenças, os instrumentos de reprodução simbólica. Desativando a política e eliminando a opinião pública com capacidade de opor-se, ele, através da comunicação de massa, reforça o controle social. Ou seja, sob uma fachada democrática, o Estado no século XX realiza a “democracia totalitária” enunciada por Tocqueville no século passado (ibidem, p. 7).

De fato, são graves as palavras de Alexis de Tocqueville expressas em *A Democracia na América* sobre o advento de um “novo despotismo, menos tirânico que administrativo”:

após ter assim tomado em suas mãos poderosas cada indivíduo e após ter-lhe dado a forma que bem quis, o soberano estende os braços sobre toda a sociedade; cobre-lhe a superfície com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas

não conseguiriam aparecer para sobressair na massa; não dobra as vontades, amolece-as, inclina-se e as dirige; raramente força a agir, mas opõe-se freqüentemente à ação; não destrói, impede o nascimento; não tiraniza, atrapalha, comprime enerva, arrefece, embota, reduz, enfim, cada nação a nada mais ser que uma manada de animais tímidos e industriais, cujo pastor é o governo (Tocqueville, 1985, p. 311).

Diferentemente de Marcondes Filho, pode-se identificar outras compreensões de *ideologia*, como por exemplo, em Lefort, em Marcuse e em Habermas, cujas distinções são apontadas por Gandini:

Primeiro, notamos a ideologia enquanto conjunto de idéias e esse não é o único nível de análise possível. É *um* dos níveis e sua classificação traz importantes conseqüências para a segunda distinção ... entre “ideologia burguesa” e a ideologia da sociedade contemporânea, que foi chamada de “ideologia da sociedade industrial” por Marcuse, “ideologia invisível” por Claude Lefort e “ideologia dos que não tem ideologia” ou ideologia da tecnocracia por Habermas (Gandini, 1986, p. 62, grifo da autora).

Segundo esta mesma autora, para Lefort, a ideologia é entendida ... como um encadeamento de representações que, além de pressupor a necessidade de justificação de uma dada configuração, pressupõe também a tentativa de paralisar ou ocultar a história, no contexto das sociedades históricas. O conceito de ideologia restringe-se, portanto, às sociedades nas quais o discurso não tira a sua legitimidade de uma ordem transcendental, mas supõe a realidade como sendo inteligível em si e passível de gerar um conhecimento positivo (Lefort 1979, p. 309).

Estamos, portanto, lidando com uma *operação de formação e transformação* e não apenas com um “reflexo”. *O ocultamento* que caracteriza o discurso

ideológico pressupõe que “*nele as marcas simbólicas são convertidas em determinações naturais*”¹¹.

Indo mais além, Horkheimer e Adorno incorporam o problema dialético da ideologia, que

é falsa consciência, e entretanto não só falsa. A cortina que se interpõe, necessariamente, entre a sociedade e a compreensão social da sua natureza expressa, ao mesmo tempo, essa natureza, em virtude do seu caráter de cortina necessária. As ideologias verdadeiras e próprias convertem-se em pseudo-ideologias apenas na relação em que se situam a respeito da própria realidade. Elas podem ser verdadeiras ‘em si’, como o são as idéias de liberdade, humanidade e justiça, mas não verdadeiras quando têm a presunção de já estarem realizadas (Horkheimer e Adorno, 1978, p. 198-9)

As relações entre o Estado e setores da sociedade no Brasil possuem, entretanto, a especificidade dos processos históricos que aqui ocorreram. Na sociedade brasileira, segundo S. Schwartzman (1982), os Estados modernos que se formaram à margem da revolução burguesa podem ser considerados “patrimoniais”. Este “patrimonialismo moderno” ou “neopatrimonialismo”, ele explica,

não é simplesmente uma forma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política por um ‘estrato social sem propriedades que não tem honra social por mérito

¹¹ Cf. GANDINI, R.P.C. *Ideologia e Burocracia na Rotulação de Estudantes*, in: Educação e Sociedade, VIII(24):61-74, Campinas, CEDES, agosto 1986; LEFORT, C. *As formas de História – ensaios de antropologia política*. Tradução de Luis Roberto Salinas Fortes e Marilena Chauí. SP, Brasiliense, 1979; e MARCUSE, H. *A ideologia da Sociedade Industrial – o homem unidimensional*. 4ª edição. Tradução de Giasone Rebuá. RJ, Zahar, 1973.

próprio', ou seja, pela burocracia e a 'chamada classe política' (Schwartzman, 1982, p. 45-46)¹².

Ainda de acordo com este mesmo autor, a participação política nos Estados que possuem características neopatrimoniais, como o Brasil, adquire uma forma típica, que no passado levou à "tentativa de organização da sociedade em termos cooperativos tradicionais, criando uma estrutura legal de enquadramento e representação de classes que perdura até hoje" (ibidem, p. 52-53). No entanto, ele continua, a expansão do mercado tornou a sociedade mais complexa e formas autônomas de organização e participação política foram criadas. Para submetê-las à sua tutela o Estado tratava, e ainda trata de buscar uma forma de relacionamento entre esses dois sistemas de participação: a "cooptação política"¹³. Trata-se, então, ao contrário das formas de participação política advindas da experiência da revolução burguesa, de um "Estado forte" que é "capaz de impor sua vontade e ordenamento à sociedade civil", através de um "corporativismo" onde "prevalece o monopólio" e "as posições de poder são estabelecidas de tal forma que existe pouco espaço para disputas. Estas, quando ocorrem não se dão por critérios estritos de mercado", mas "tendem a ser circunscritas e privatizadas por grupos funcionais e especializados".

As relações apontadas acima ocorrem, também, na chamada indústria cultural. Documento coletivo que serviu de base para os estudos e reflexões que

¹² Schwartzman considera "inadequada" a expressão "estamento burocrático" utilizada por Faoro (1976) em sua análise do Estado brasileiro.

¹³ "A expressão 'cooptação política' é sugerida para referir-se a um sistema de participação política débil, dependente, controlado hierarquicamente, de cima para baixo ... Assim, a participação política deixa de ser um direito e torna-se um benefício outorgado, em princípio revogável" Schwartzman (1982, p. 37).

culminaram no VII Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, promovido pela Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), em 1984, afirma que

Na sociedade brasileira, as relações entre Estado e indústria cultural são marcadas por um grande poder de controle político e econômico deste sobre aquela e por conflitos aparentemente injustificáveis já que, em princípio, tanto um quanto outra defendem os interesses de grupos sociais. Ao contrário do que ocorre nos países capitalistas centrais em que a indústria cultural é parte integrante e efetiva da “sociedade civil”, no Brasil a presença do Estado nos meios de comunicação é muito mais ostensiva. O emprego do recurso da censura policial, o controle hegemônico dos meios de comunicação, a importância como patrocinador publicitário, a ingerência política feita sob a justificativa do controle técnico são ações do Estado sobre os meios de comunicação impensáveis nos países de capitalismo central, mas corriqueiros no Brasil (Melo [org.], 1985 p. 14).

No período dos governos militares, a censura exercida especialmente entre os anos de 1968 a 1978, impusera proibições aos meios de comunicação de massa em nome da Segurança Nacional e a critério dos censores. Durante aquele período foi usada para desencorajar o sensacionalismo da imprensa e impedir a divulgação de críticas ao governo feitas por setores da Igreja, bem como qualquer rumor sobre abertura política, tortura de presos políticos, escândalos financeiros e disputas sobre a sucessão presidencial.

Naquele período as pressões políticas e econômicas foram usadas como importantes ferramentas para controlar os meios de comunicação de massa.

No Brasil, analisa S. Matos,

o financiamento dos “mass media” tem sido um veículo poderoso de controle estatal, porque todos os bancos são administrados ou diretamente supervisionados pelo Governo. A concessão de licenças para a importação de materiais e

equipamentos e o provisionamento por parte do Governo de subsídios para cada importação têm influenciado e levado os meios de comunicação de massa a adotarem uma sustentação às medidas governamentais (Matos, 1985, p. 66-7)¹⁴.

Na ordem capitalista, continua o Documento da INTERCOM, acima citado,

Estado e sociedade civil, embora distingüíveis (o primeiro nas esferas propriamente políticas das relações sociais, a segunda nas chamadas esferas privadas, em que sujeitos sociais poderiam atuar e decidir sem a interferência direta dos aparelhos e instrumentos do Estado), são aspectos indissociáveis de uma só realidade. Apesar de suas especificidades, ambos pertencem a um mesmo sistema de poder que garante a reprodução ideológica capaz de assegurar a manutenção da hegemonia burguesa. A diferença (artificial mas palpável) entre os dois é, inclusive, um dos mais inteligentes recursos para a garantia dessa hegemonia, já que é dela que o Estado – fiador final de quase todas as relações sociais e detentor do poder armado, último instrumento de sustento de tal hegemonia – retira sua aparência de neutralidade e parte da legitimidade com que é encarado pela maioria dos cidadãos (ibidem, p. 14-15).

Portanto, conclui o referido documento, “apesar de se poder separar um do outro, Estado e sociedade civil têm um objetivo comum, que é o de garantir a reprodução das relações sociais numa ordem capitalista”. Porém, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi marcado pela inexistência de condições de crescimento auto-sustentado e autônomo. Por isso, analisa o citado documento,

é evidente que numa sociedade como a nossa, em que o mercado consumidor dos bens essenciais está restrito a uma minoria da população, não há anunciantes em número e vigor necessários para a sustentação de uma indústria cultural massiva e pujante como numa sociedade tipo a norte-americana, por exemplo. Se um jornal ou

¹⁴ Sobre as pressões políticas e econômicas impostas a alguns jornais e revistas, ver Matos, 1985, p. 72-4.

um filme não tem anunciantes ou público capazes de atrair um empresário e realizá-los com o objetivo de ter lucro com eles e se o Estado julga importante para a reprodução ideológica que a população tenha acesso a jornal e filme, ele – Estado – acabará por financiá-los. Este paradoxo não é uma aberração do capitalismo. Não se trata de um “defeito” de fabricação, ocorrido por acaso – ou incompetência – no Brasil. É uma condição essencial das sociedades como a nossa ... (onde) as relações de classes e as próprias classes sociais carecem das dimensões estruturais e dos dinamismos societários que, nos países centrais, são indispensáveis para a estabilidade e transformação equilibrada da ordem social.

Como a burguesia não consegue impor sua hegemonia de outra maneira, o Estado converte-se em instituição-chave de defesa da ordem capitalista. Assim, a influência do Estado sobre os meios de comunicação é aparentemente exagerada, sob o ponto de vista do que seria uma influência ‘normal’ ou ‘aceitável’ num país de capitalismo central (ibidem, p. 16-17).

No Brasil ocorreu uma mudança de atuação dos meios de comunicação durante a “transição democrática”. Nessa época, analisa S. Marrach, a mídia brasileira, consoante com o momento político, vinha modificando sua atuação. De acordo com ela,

No Brasil, desde o início do processo de abertura política, a mídia foi abandonando paulatinamente o papel de gata borralheira a que foi relegada durante o regime militar. Com o movimento pelas “Diretas Já”, a televisão modificou a programação; a política passou para primeiro plano no telejornalismo e nos programas de entrevistas. Mais que a TV, a imprensa mergulhou na campanha, definindo o conteúdo e o espaço jornalístico em função da luta pelo Estado de direito e pelas liberdades democráticas. Mas ainda ia a reboque de outras instituições da sociedade civil, como a OAB, e dos partidos políticos (Marrach, 1993, p. 136).

A atuação da mídia no episódio das diretas-já, de acordo com Melo, deu-se em dois estágios. Num primeiro momento,

a centelha de indignação popular espalhou-se pelo país inteiro, sem que os meios de comunicação de massa a refletissem ou a respaldassem. ... Num outro estágio, resgatando o lema imperial – “vão-se os anéis, mas fiquem os dedos”– os proprietários da indústria da informação decidem acertar o passo e aderem à onda gigantesca que exige o fim das mordomias, da recessão econômica e da tutela política” (Melo, 1985, p. 6).

Apesar do “oportunismo estratégico dos empresários da comunicação”, ele avalia que a mudança de linha editorial e a pressão jornalística exercida pela grande imprensa e pela mídia eletrônica, sintonizadas com as lideranças da Aliança Democrática contribuíram para barrar a operação continuísta capitaneada por Maluf e viabilizar o êxito da candidatura de Tancredo Neves. Tal episódio, de acordo com ele,

confirma a tendência da imprensa brasileira de se alinhar com o poder vigente ou emergente, recorrendo à margem de manobra de que dispõe para persuadir, cooptar ou coagir os políticos profissionais, impondo compromissos ou garantindo beneplácitos (ibidem – grifos meus).

Apesar da vontade popular que exigia eleições diretas para a presidência da República, as lideranças políticas conservadoras e progressistas acertaram nos bastidores a “conciliação liberal” que, na análise de Melo, resgatou o

binômio republicano “ordem e progresso” – progresso como sinônimo de retomada do crescimento econômico, estímulo às atividades produtivas, melhoria das condições de vida da população trabalhadora, redução da miséria etc.; ordem como tradução de não revanchismo, desestímulo ao radicalismo político, reorganização constitucional controlada etc.

Os segmentos organizados da sociedade brasileira começavam a se preparar para oferecer contribuições ao novo governo e lutar para que a transição democrática não se reduzisse a mais um pacto de elites para afastar o povo do curso da História. A tese da Constituinte ganhava força, renunciando-se um amplo debate sobre as questões nacionais e a busca de soluções alternativas (ibidem, p. 7).

A INTERCON “sentia-se comprometida com o processo de mudança”, relata Melo explicando:

toda a sua ação durante o período autoritário fora marcada pela denúncia das condições que caracterizavam um modelo de comunicação antidemocrático e antipopular. Chegava o momento de contribuir para a reversão das expectativas e alinhar postulados e propostas capazes de ensejar um novo sistema de comunicação nacional (ibidem, p. 7, 9)¹⁵.

Enquanto sociedade científica, propunha-se a utilizar o arsenal da observação sistemática e o instrumental da análise amadurecida para pensar projetos de comunicação exequíveis estrategicamente no bojo da democratização da sociedade e factíveis de resistir às flutuações de um cenário político cuja hegemonia pertence às correntes neoconservadoras (ibidem).

O comprometimento da INTERCON, visto acima, mostra o clima político que inaugurava o novo período chamado de “Nova República” que, apesar da morte de Tancredo Neves, deu continuidade a seus objetivos.

Em 1986 (ano inicial da publicação da Revista Nova Escola), o governo federal, já sob a presidência de José Sarney (empossado após a morte do presidente eleito Tancredo Neves), buscava corresponder às demandas pela democratização do país. O *slogan* criado – “Nova República” – procurava diferenciar o novo governo dos anteriores

¹⁵ Sobre as razões dessa atitude, ver Melo, 1985, p. 8-10.

(exercidos desde 1964 por militares), apesar da eleição ter se realizado de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, após a derrota da emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT) que pleiteava eleições diretas para a presidência da República.

Crítico da “transição democrática” e da chamada “Nova República”, Florestan Fernandes afirma que esta não se caracterizou como “revolução burguesa” e sim como uma “conciliação pelo alto” que articulou interesses econômicos, sociais e políticos. Em sua opinião, frente ao movimento que ganhava as ruas, o que mais convinha às elites econômicas, culturais e políticas das classes dominantes, naquele momento,

era esvaziar a praça pública, recolher as bandeiras políticas “radicais”, matar no nascedouro o movimento cívico mais impressionante da nossa história – restaurando de um golpe as transações de gabinete, as composições entre os varões “liberais” da República, o mandonismo político

que, em sua avaliação, exibiram um profissionalismo político de causar inveja por seu êxito. Para tal êxito, contribuiu a definição do período como “Nova República” que, em sua concepção, passou como “versão sacrossanta da transição difícil à democracia” (Fernandes 1985, p. 27, 56-57).

De fato, tal *slogan* possibilitaria cunhar o novo período político com um estereótipo capaz de produzir identidade. O estereótipo, analisa R. Barthes,

é a palavra repetida, fora de toda magia, de todo entusiasmo, como se fosse natural, como se por milagre essa palavra que retorna fosse a cada vez adequada por razões diferentes, como se imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação: palavra sem-cerimônia, que pretende a consistência e ignora sua própria insistência. Nietzsche fez o reparo de que a “verdade” não era outra coisa senão a solidificação de antigas metáforas. Pois bem, de acordo com isso, o estereótipo é a via atual da

“verdade”, o traço palpável que faz transitar o ornamento inventado para a forma canonical, coercitiva, do significado (Barthes, 1973, p. 57).

Como produtos artificiais, os estereótipos são apropriados pela mídia. E, como analisa Marcondes Filho (1986), a produção de notícias pelo jornalismo cria uma “segunda natureza dos fatos sociais, diferente e, em muitos casos, oposta à verdadeira natureza das coisas”.

Em interessante conjunção de autores, explica Sonia Marrach, que o que distingue a mídia das outras organizações burocráticas é que nela a violência simbólica se assenta no fascínio do meio. O desenvolvimento das organizações que produzem cultura é concomitante ao processo de “desencantamento do mundo” e perda do sentido. A mídia vem preencher o vazio do mundo desencantado com seu fascínio. E o fascínio surge onde o sentido é nulo. A fascinação, escreve Baudrillard, “é a intensidade extrema do neutro ... os leitores não vêem mais diferença entre os conteúdos que se refratam no vácuo – só o meio funcionando como efeito ambiente e se apresentando como espetáculo e fascinação”. “O meio é a mensagem” profetizava MacLuhan. ... As massas, elas não escolhem, não produzem diferenças, mas indiferenciação – elas mantêm a fascinação do meio, que preferem à exigência crítica da mensagem (Marrach, 1993, p. 138).

As análises acima permitem diferenciar o contrato estabelecido entre o MEC e a Fundação Victor Civita, como um outro tipo de relacionamento entre o governo e os meios de comunicação que pode ser caracterizado como uma forma explícita de parceria. Justificando tal relacionamento, Victor Civita, no primeiro número da Revista Nova Escola, afirma que o contrato assinado

não apenas revela o clima de diálogo e colaboração que impera hoje no Ministério de Educação, mas também demonstra o espírito público daquelas empresas privadas (“Carta do Editor”, *Revista Nova Escola*, nº 1, 1986, p. 5)

Este novo tipo de relacionamento, porém, não superou as relações características entre o Estado e a indústria cultural no Brasil, apontadas acima por Melo (1985), principalmente no que se refere à importância do Estado como patrocinador dos meios de comunicação de massa. Isto é, Estado e sociedade civil, melhor dizendo, a iniciativa privada, tornam-se indissociáveis quando se trata de garantir um mesmo sistema de poder que garante, também, a reprodução ideológica.

Como explica Hannah Arendt,

Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza ... A riqueza comum¹⁶ ... permaneceu – ou, antes, destinava-se a permanecer – estritamente privada. Comum era somente o governo, nomeado para proteger uns dos outros os proprietários privados na luta competitiva por mais riqueza (Arendt, 1991, p.78-79).

Durante a chamada “Nova República”, o contrato entre o MEC e a Fundação Victor Civita, equacionou interesses mercadológicos e de difusão de concepções políticas vinculadas à iniciativa privada e o interesse do governo federal em difundir suas concepções políticas e educacionais entre os professores de 1º Grau, como se verá, a partir da análise do texto da Revista Nova Escola feita a seguir.

¹⁶ Para o conceito do que é “comum” ver “A esfera Pública: o comum” (Arendt, cap. II, item 7, 1991)

Capítulo III – O Texto: estereótipos, fragmentação e personalização

1. A Revista Nova Escola, o MEC e a Nova República

Em seu número inicial, a Revista Nova Escola introduz o estereótipo “Nova República” em reportagens e entrevistas. O melhor exemplo foi a reportagem “Como vai a Educação na Nova República?” feita por Paulo Fernando Figueiredo e Eduardo Toaldo (Revista Nova Escola nº 01, p. 40-41). Inicialmente os repórteres destacam afirmação feita por Marco Maciel, primeiro Ministro da Educação do “atual regime”, segundo o qual, “nesse período inicial já se pode sentir o ‘esforço do governo para tornar permanente o processo de redenção da Educação’”. A seguir apresentam opiniões de Ruth Rocha, autora de livros infantis; Lauro de Oliveira Lima, educador e autor de obras pedagógicas; Eduardo Portela, ex-Ministro da Educação, Maria Yeda Linhares, secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Paulo de Tarso Santos, ex-Ministro da Educação e ex-Secretário da Educação de São Paulo, Gilda P. Rocha Loures, secretária de Educação do Paraná e Davi Molinari, tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, resumidas a seguir.

Ruth Rocha: “A Educação e a preparação do indivíduo para a crítica”; “dentro da Nova República isto está acontecendo com largueza de espaço”; “colocar o país em ritmo de democracia é básico para o setor educacional”; “O Ministério da Educação era muito fraco no antigo regime, e agora percebo que ele está fortalecido e atuante, com os problemas educacionais ventilados”.

Lauro de Oliveira Lima: “percebe-se que as autoridades da Nova República estão interessadas em resolver os problemas educacionais, mas elas ainda não encontraram o caminho que levará às soluções desses problemas”; “a melhoria da merenda, a recuperação dos prédios escolares, o aumento dos salários dos professores, tudo isso é muito bom, muito importante, muito bonito”. “só que nada disso vai promover uma mudança fundamental ... de paradigma”.

Eduardo Portela: “a julgar pelas suas primeiras ações, a Nova República está no caminho certo, no que se relaciona com a educação. Vários projetos idealizados durante a minha gestão no Ministério, que não chegaram a ser desenvolvidos, agora estão sendo implantados, como por exemplo, a extinção do Mobral e as modificações do vestibular. Um problema antigo a ser agora enfrentado é o do ensino do 1º Grau. Desassistido pelo poder público nas últimas décadas, ele vem se transformando num ponto de estrangulamento”.

Maria Yeda Linhares: “O atual regime está levando a sério os problemas do ensino no Brasil. Mas, apesar disso, ainda não conseguiu colocar uma mensagem nova que, curiosamente, não precisa partir de idéias vanguardistas, pensamentos importados ou por demais inovadores, uma vez que educadores importantes como os professores Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho há décadas perceberam o problema crucial, que é o da formação de professores. O que precisamos é ter coragem e competência para colocar em prática aquelas idéias, devidamente adaptadas à realidade de hoje, quando os municípios inchados de gente e magros de recursos ficam sem condições até de cumprirem satisfatoriamente a Lei da Obrigatoriedade Escolar”.

Paulo de Tarso Santos: “Sempre achei que os problemas da Educação brasileira são mais políticos que técnicos. Já existiam documentos técnicos de grande valor.

O que faltava era a decisão política de considerar a Educação como prioridade. A aplicação da Emenda Calmon, para mim, representou um passo importante dado pela educação brasileira, pois ajudou a resolver um problema fundamental: o dos recursos”. “Outro aspecto favorável da Educação na Nova República foi a implantação de um diálogo nacional sobre a Educação, como naquele Dia D, quando foram discutidos os pontos básicos a serem enfrentados pelo ministério”.

Gilda P. Rocha Loures: “Não podemos negar que houve um avanço: conquistamos a famigerada Emenda Calmon, o ministério abriu-se no sentido do diálogo, há uma preocupação com a descentralização das decisões, foi procurada uma aproximação com entidades como a ANDES, legalizou-se a UNE e o Ministério parece interessado nas sugestões feitas no Forum dos Secretários”.

Davi Molinari: “As modificações substanciais que todos nós esperamos só acontecerão a partir de uma ampla mobilização social, que forçará a escola a mudar para se adequar à comunidade, pois na minha opinião o problema principal é este: a escola não compreende nem reflete a comunidade que supostamente serve”.

Marco Maciel: prioridade para o ensino básico. “A proposta da Nova República é clara: desenvolvimento dentro de um processo democrático, o que por definição exige igualdade de oportunidades. Que oportunidades tem a criança sem acesso à escola? O problema é político e amplo demais para ser tratado apenas por educadores. Precisamos dar escola a todos e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do ensino que ainda é muito baixa. Mas para isso precisamos trabalhar junto aos Estados e municípios, para revalorizar e dignificar a figura do professor, sem o qual não nos será possível fazer nada. É importante reconhecer a prioridade do ensino básico”.

Todos pareciam concordar com as “boas intenções” da Nova República, reforçando a posição da Revista em ressaltar o “clima de diálogo e colaboração”, destacado, como já se viu, no editorial de seu primeiro número. Com exceção de Lauro de Oliveira Lima e Davi Molinari, os demais elogiam ou fazem, com cuidado, algumas críticas e sugestões, mas com otimismo. Nas respostas dadas é interessante notar, também, as expressões “antigo” e “novo” regime procurando demarcar aquele período político como se tivesse havido uma profunda ruptura com o período anterior.

No governo Sarney, observa Luiz Antônio Cunha,

a insistência em marcar a diferença do governo civil com os governos militares (que não eram designados como tais, mas sim por um impreciso “passado”) resultou na busca quase caricata de aparentar a abertura do Estado à Sociedade Civil. Assim é que uma das marcas iniciais da Nova República na área educacional foi a formação de grandes comissões, com a presença de antigos dissidentes e insurgentes ao lado de membros com posições opostas. Eram comissões cuja “soma algébrica” igualava a zero. ... A diversidade de opiniões abria caminho para que o ministro fizesse o que melhor lhe conviesse, até mesmo acatar algumas sugestões, protegido pelas ambigüidades ou pelas contradições de conteúdo dos relatórios (Cunha, 1991, p. 308).

As expressões “antigo” e “novo” regime encobriam a “conciliação pelo alto” que, na concepção de Florestan Fernandes, caracterizou a chamada “transição democrática” e o período da “Nova República”. A “conciliação pelo alto”, ele analisa, “não rompeu com o passado, remoto ou recente. Não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a. Nasceu de seu ventre e foi batizada em sua pia batismal”. O Colégio Eleitoral foi o seu berço e a “retórica” empolgou sua defesa “através da indústria cultural de comunicação de massas e da ação rasteira dos políticos profissionais”. Criou-se, assim, uma

“mistificação monstruosa: a montagem política e ideológica de um Frankenstein batizado de Nova República e trombeteado pela cultura da comunicação de massa como uma ‘vitória do Povo na luta pela democracia’”! (Fernandes, 1985, p. 20, 28).

De acordo com Cunha,

No governo de José Sarney, o primeiro Presidente da República civil em 20 anos, o Ministério da Educação e Cultura foi dividido em dois. O Ministério da Educação manteve consigo, além do que era específico desse título, toda a área de esportes e a sigla MEC¹⁷. O Ministério da Cultura – MINC, esforçou-se para encontrar seu objeto próprio num espaço definido pelos extremos do dirigismo estatal, das sempre presentes seduções populistas e da mera agência de promoção de eventos eruditos (Cunha, 1991, p. 265).

Ainda de acordo com ele, “na divisão dos ministérios pelas forças políticas partidárias que viabilizaram a eleição de Tancredo Neves, o MEC coube aos dissidentes que apoiaram o golpe de Estado – PFL -, enquanto o MINC coube ao PMDB”.

Tancredo Neves ainda vivia, lembra Cunha,

quando uma manobra do ministro do PFL conseguiu manter no âmbito do MEC a rede das emissoras de rádio e as televisões educativas, importante elemento de propaganda política. Este primeiro evento deu o tom para a administração educacional federal, que utilizou a educação como meio de influência política de uma forma e com uma intensidade que não encontraram paralelo em nossa história (ibidem).

No contexto acima, além de contribuir para firmar o estereótipo “Nova República”, a Revista Nova Escola garantiu, em seu conteúdo, nos trinta primeiros números

¹⁷ Ao longo do governo Sarney, o MEC foi ocupado por três senadores do PFL (Marco Maciel, de 15/03/85 a 14/02/86; Jorge Bornhausen, até 05/10/87; e Hugo Napoleão, até 17/01/89) e um deputado “moderado do PMDB, Carlos Santana, até 15/03/90 (cf. Cunha, 1991, p. 265)

aqui analisados, a presença do MEC, especialmente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), divulgando suas idéias, programas e objetivos. Quer na forma de propaganda e/ou divulgação, quer na forma de reportagens nas quais entrevistou seus responsáveis, fez jus ao contrato firmado como esclarece a Carta do Editor no primeiro número da revista¹⁸, como pode-se ver no quadro a seguir, já apresentado no Capítulo I:

¹⁸ “... Isso só nos foi possível graças ao apoio que recebemos de algumas empresas privadas e do próprio Ministério da Educação, que assinou contrato com a FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA (entidade sem fins lucrativos) através do qual cada uma das 220 mil escolas públicas de 1º grau existentes no país receberá, mensalmente, de março a junho e de agosto a dezembro, um exemplar de NOVA ESCOLA” (Carta do Editor, *Revista Nova Escola* nº 1, março/1986, p.5).

Quadro 5 - Políticas Compensatórias: Ministério da Educação (MEC)/Fundação de Assistência ao Estudante (FAE):

* Programa Nacional do Livro Didático

** Programa Nacional de Material Escolar

| Assunto Principal e nº da Revista Nova Escola | Tipo de Publicação |
|--|---|
| “Livros Didáticos: agora quem escolhe é você” (nº 02, abril/86) | Reportagem sobre o PNLD* |
| FAE – “Material à venda em mercados” (nº 03, abril/86) | Reportagem |
| “Merenda fortalece municípios” (nº 04, junho/86) | Artigo na Seção Opinião (Carlos Pereira de Carvalho e Silva, presidente da FAE) |
| “57 milhões de livros” PNLD* (nº 05, agosto/86) | Reportagem com Egberto C. Gaia, diretor da FAE |
| “Salas de Leitura: um prazer ao alcance das novas gerações” (nº 07, outubro/86) | Reportagem |
| “Pesquisa em biblioteca” (nº 07, outubro/86) | Reportagem |
| “O 1º Grau ainda desafia capacidade do MEC” (nº 09, dezembro/86) | Depoimento de Luís Soares, da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional do MEC |
| PNME** Material Didático: grátis para o Nordeste” (nº 10, março/87) | Reportagem |
| “FAE dá mais um prêmio para incentivar a pesquisa” (nº 13, junho/87) | Divulgação |
| “Livro Didático: ele deve ser bem conservado” (nº 14, agosto/87) | Divulgação |
| “Educação de Adultos: EDUCAR promete apoiar projetos sem privilégios” (nº 15, setembro/87) | Divulgação |
| Projeto de Educação Básica no Nordeste (nº 16, outubro/87) | Divulgação |
| Salas de Leitura (nº 17, novembro/87) | Divulgação |
| Prêmio FAE de Pesquisa Estudantil (nº 19, março/88) | Matéria |
| “Carteira Escolar: a dura luta pelo direito de sentar direito” (nº 20, abril/88) | Reportagem |
| “Aos professores das escolas da Rede Oficial de Ensino” (nº 23, agosto/88) | Matéria paga divulgando o Programa Salas de Leitura da FAE |
| “Salas de Leitura” da FAE (nº 25, outubro/88) | Divulgação |
| “Corte nas verbas federais atinge atuação da FAE” (nº 27, dezembro/88) | Reportagem entrevistando Carlos Pereira de Carvalho e Silva, presidente da FAE |
| “Livro Didático: melhorar o visual não é luxo” (nº 28, março/89) | Reportagem com Paulo Bernardo Vaz, mestre em editoração |

Através da divulgação de sua atuação, o MEC procurava responder às exigências de democratização do ensino que a democratização política do país havia colocado. Na época, havia entrado novamente em cena o antigo tema das desigualdades sociais exigindo políticas governamentais que atacassem o problema. Tal intenção aparece no extenso depoimento de Luís Soares, responsável pela Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional do MEC, seguido de quadro demonstrativo das principais ações e programas desenvolvidos que foram publicados no exemplar da Revista Nova Escola número 09, p. 48-57.

Nessa reportagem Soares afirma que “como todos sabem que a prática mais comum no país é o favorecimento dos já favorecidos em detrimento dos não favorecidos”, haviam colocado como prioridade número 1 “a criação de uma escola de 1º Grau verdadeira e igualitária, na qual todas as crianças tenham as mesmas oportunidades, independentemente das camadas sociais às quais pertencem”. Em primeiro lugar, continua Soares, procurou-se “atacar o problema do não cumprimento da obrigatoriedade escolar, questão histórica que persiste desde a Constituição de 1824”. Para ele, “esta questão fica evidente quando se constata a existência de oito milhões de crianças em idade escolar que não freqüentam escola alguma e que a cada 100 crianças matriculadas na 1ª série apenas 48 vão para a 2ª, principalmente por causa da repetência”.

Se queremos democratizar a escola, afirma Soares, “somos obrigados a assumir uma postura democrática”, não “baixando pacotes prontos e acabados sobre os Estados e municípios, na esperança vã de que seja possível encontrar uma solução para um país de dimensões continentais como é o Brasil”. Ao contrário, ele enfatiza, “procuramos

discutir, levantar dúvidas e conhecer as dificuldades de cada região, para que possamos estabelecer um verdadeiro trabalho de cooperação técnica”.

Para superar o problema da repetência, segundo Soares, procura-se trabalhar junto às Secretarias “no sentido de desenvolver uma dinâmica que nos permita dar um melhor acompanhamento a esses alunos”. Para tanto, foi criado em 16 Estados “um programa de atendimento especial para crianças de nove a catorze anos, para que possam acelerar seus estudos mantendo um bom nível de aprendizado”. Soares enfatiza que “essa experiência não é um projeto” e que procuram “fugir da linha do projetismo”, que nunca respondem de modo satisfatório quando são colocados em prática”.

Ainda de acordo com Soares, o trabalho é feito por regiões e o “MEC, que, em alguns casos, entra com o apoio financeiro, atua principalmente na garantia de apoio técnico, utilizando seu próprio pessoal e também profissionais dos próprios Estados que tenham realizado experiências bem-sucedidas dentro do processo educacional” .

Uma das tarefas assumidas é, segundo ele, “promover o reencontro da escola com ela mesma”, tentando fazer com que “algumas das atividades que sobrecarregam a escola sejam passadas a outros órgãos A escola hoje está assumindo o papel de restaurante público, posto de saúde, centro social, além de outras funções que a comunidade resolva jogar sobre ela”. É preciso, ele frisa, que “a escola pública – único espaço que as camadas populares dispõem para ter acesso ao saber – possa, de fato, exercer a função básica para a qual foi criada”. Nesse processo de retomada do verdadeiro papel da escola, o professor deve assumir o seu lugar, ele continua, afirmando: “não podemos nos esquecer de que nada substituirá a relação existente entre aluno e professor” (nem mesmo o computador). Temos, pois, que considerar “a difícil situação em que se encontra o professor, que talvez esteja,

neste momento, entre os profissionais de remuneração mais baixa”. A maioria dos municípios, ainda paga menos do que o salário mínimo a seus professores que são na maioria leigos. “Como não nos preocuparmos”, ele questiona, “quando sabemos que pessoas semi alfabetizadas estão na linha de frente do processo de alfabetização?” Como solução propõe “acabar com a história do sacerdócio, da vocação do trabalho por amor”. Para tanto, é preciso que cada município tenha seu Estatuto do Magistério que normatize o ensino e a estabilidade” no emprego, pois a cada quatro anos, quando mudam os prefeitos, mudam, também os professores. Soares sugere que os professores se organizem para pressionar neste sentido, pois quando a apresentação do estatuto foi exigida pela Lei 5692/71, eles foram elaborados visando assegurar os recursos federais por ela condicionados, e não como uma decorrência de compromissos com a categoria.

Por fim, ele espera que “a próxima Constituição mantenha a escolaridade mínima de oito anos” e “reserve um espaço para os problemas do magistério, caso contrário, estaremos pondo em risco a integridade nacional – pois o professor é um dos elementos importantes na construção da nacionalidade. É ele a grande escada para que se eleve o homem brasileiro”.

Em destaque, a reportagem apresenta um quadro intitulado “Realizações, projetos e frustrações” do MEC, repleto de projetos e programas em andamento. Neste quadro constam dados relativos ao orçamento destinado ao 1º Grau, à exigência de elaboração do Estatuto do Magistério nos municípios, à Municipalização do Ensino Básico, à Aplicação seletiva de recursos, ao Combate ao *déficit* escolar, à Qualidade de Ensino (quatro horas de aula por dia e 180 dias letivos), à Remuneração dos professores, aos Cursos para leigos, ao Programa de Atendimento Educacional ao Servidor Público, às

Escolas agropecuárias, aos Subsídios à Constituinte (criação de comissões e continuidade ao debate do dia “D”), ao papel das Secretarias de 1º e 2º Graus, ao Programa de Informática, à Ação da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), à distribuição dos Livros Didáticos 1987, à Merenda Escolar, à Ampliação da Merenda, ao PLIDEF (não traduz a sigla) em 1986 (substituição dos livros descartáveis por reutilizáveis), ao PLIDEF 1987, à distribuição de Material Escolar e ao Programa Nordeste (convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)).

Nesta ampla reportagem fica reforçada a impressão de que o MEC estava realizando grandes, numerosos e bem intencionados projetos. A Revista cumpria, assim, seu papel de atribuir *status* àqueles programas, legitimando a atuação do MEC e a de seus dirigentes.

Em interessante análise, Merton & Lazarsfeld apontam como uma das funções dos *mass media* a atribuição de *status* às causas públicas, às pessoas, às organizações e aos movimentos sociais. Os *mass media*, em sua concepção,

conferem prestígio e crescem a autoridade de indivíduos e grupos, legitimando seu *status*. O mecanismo desta função de atribuição de *status* é patente na propaganda-padrão com testemunhos em que “pessoas importantes” endossam um determinado produto. Dentro do largo âmbito da população ..., tais testemunhos não somente destacam o prestígio do produto mas também canalizam prestígio para a pessoa que testemunha. ... O público dos *mass media* aparentemente é adepto da crença circular: “se você realmente é importante, estará no foco de atenção da massa, e se você está no foco de atenção de atenção da massa, então você é realmente importante” (Merton & Lazarsfeld, 1982, p. 111).

Mas, se a intenção da Revista era legitimar o *status* do MEC, como visto acima, por que publicaria cartas de professores fazendo sugestões ou reclamando dos

programas da FAE, criticando a Fundação Educar e questionando a distribuição da merenda escolar?

Resumindo, na seção “Sala dos Professores”, onde a Revista publica cartas dos leitores, os professores se manifestam: em Nova Escola nº 07, professor de Indaiatuba (SP), sugere que parte da verba para a distribuição de livros didáticos seja destinada para a distribuição de livros infanto-juvenis. Um professor de Auriflana (SP) e outro de Novo Gama (GO), em Nova Escola nº 08, denunciam o não recebimento até aquela data dos livros do Programa Nacional do Livro Didático (o exemplar da Revista é de novembro de 1986). Uma professora de Palmas Monte Alto (Bahia), em Nova Escola nº 10, critica o formulário para escolha dos livros por apresentar poucos e desconhecidos títulos. Como, por exemplo, apenas três títulos de Estudos Sociais para 3ª série, dos quais teve que escolher dois que não conhecia. Sugere que sejam enviados os próprios exemplares para a escolha. Em outro número, um professor de Juazeiro do Norte (CE) indaga por que o aluno pobre tem que comprar o livro de inglês a preço exorbitante, já que a FAE distribui através do Programa Nacional do Livro Didático, cadernos, livros etc. Em Nova Escola Nº 29, professora de Salvador (BA) diz-se feliz em saber que o programa Salas de Leitura vem sendo bem-sucedido em alguns Estados da Federação, mas constrangida por haver participado da fundação do projeto, no Complexo Escolar Clériston Andrade, em Salvador, e vê-lo extinto abruptamente. Em Nova Escola nº 35, professor de Morro do Chapéu (BA) pergunta: “A relação de material escolar fornecida pela FAE aos alunos do Nordeste é enorme, mas onde será que fica tudo aquilo?” Lá, ele continua, “o aluno recebe apenas um simples caderno. É preciso que esse quadro mude, as autoridades têm que tomar uma atitude”. Enfim, Professor de Bagre (PA), em Nova Escola nº 12, sintetiza: “Parece que

tudo vai bem com a educação. Livros distribuídos pela FAE, MEC criando salas de leitura, merenda escolar reforçada; só o professor fica para trás. Salários baixos, cursos deficientes, politicagens nas nomeações. Senhor Ministro da Educação, sem bons professores não há educação!”.

Dessas cartas apenas uma foi respondida. Edison Wagner, da FAE, em Nova Escola nº 14, responde à professora que havia solicitado mais opções de escolha de livros de Estudos Sociais: “Não é bem assim”, ele diz:

“Para esta disciplina estão listados 36 títulos. Como os conteúdos de Estudos Sociais para a 3ª e 4ª séries são dependentes de currículos locais, algumas editoras elaboram versões especiais para as diferentes unidades da Federação. Além destas, há ainda sete títulos não específicos que podem ser adotados, a critério dos professores. Ou ainda livros do tipo “integrado” (19), com conteúdos de Estudos Sociais. Quanto à sugestão de remeter às escolas os “próprios exemplares”, em vez da listagem dos títulos, é inexecutável. Significaria encaminhar a cada uma das 200 mil escolas brasileiras uma coleção de 1 400 títulos, ou seja, 280 milhões de exemplares!”

A Fundação Educar foi, também, criticada por um professor de Caetité (BA), no exemplar nº 28. Em seu município, afirma o professor, a Fundação Educar está sendo pior do que o Mobral: “só colocam professores do mesmo partido político deles”, “não há supervisão, não há aulas todo dia e poucos alunos comparecem ... estão dando aulas para crianças menores de 10 anos e alguns professores só têm a 3ª série do 1º Grau”. Para ele, “o Mobral não tinha tanta politicagem assim”. Porém, professora de Cambé (PR), na Revista Nova Escola nº 32, se diz “chocada com a carta do professor de Caetité sobre a Fundação Educar”, pois avalia que em seu município o projeto é muito eficiente. Neste mesmo exemplar, Rosângela L. Silva, da Fundação Educar (PR), também discorda do “desabafo”

do professor de Catieté, esclarecendo que a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, criada pelo decreto nº 91980 em 25/11/85, tem atribuição de fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. A Fundação coloca-se à disposição das entidades para apoio técnico, e/ou financeiro e material, sendo de responsabilidade das entidades a seleção dos professores, a supervisão, a mobilização dos alunos, enfim, a execução dos programas. Porém, no exemplar nº 35, Equipe de Professores do Programa de Educação Básica, de Poço Verde (SE), discorda da professora Rosângela L. Silva, afirmando que “não adianta a cara colega ... dizer-nos que a Fundação Educar tem a atribuição de fomentar programas etc. Pois o que mais estamos cansados de ver são órgãos e instituições governamentais se acusarem mutuamente. Enquanto isso, nossa Educação está um caos”. A carta da Equipe começa afirmando que em Poço Verde “somos unânimes em afirmar que essa Fundação Educar é o maior fiasco. O Programa de Educação Básica está parado. Muitos de nossos alunos ficaram sem concluir a segunda etapa do programa, pois os professores passaram de outubro de 1988 a fevereiro de 1989 sem receber seus vencimentos, dos quais apenas uma parte foi paga no final de julho passado” (1989).

Da mesma forma, dois professores de Terra Roxa (PR) discordam da professora de Cambé (PR) quando diz acreditar que a Fundação Educar funcione em todo o Paraná. Eles afirmam que em seu município ela nunca existiu e que lá os analfabetos e semi-analfabetos constituem 65% da população.

Além das críticas aos programas relacionados aos livros didáticos e à Fundação Educar, a distribuição da merenda escolar também foi questionada. No exemplar de Nova Escola nº 05, de agosto de 1986, Professora de Guapiara (SP) denuncia a falta de

merenda escolar nas escolas isoladas, em São Paulo, onde até 20 de março, haviam recebido a merenda somente uma vez, que deu para quinze dias; em Nova Escola nº 13, Professor do município de Alto Alegre, em Bacuri, no Maranhão, pergunta onde estão escondidas as merendas destinadas ao município, onde 85% dos alunos são carentes, “já que o rádio, a televisão e os jornais vivem publicando a distribuição desse benefício à população escolar”; em Nova Escola nº 19, professora de Itiúba (BA) indaga a causa de a merenda escolar deixar de ser distribuída naquele município nas escolas que têm classes com menos de 40 alunos. Ela “desabafa”: “Os pais pensam que somos nós, os professores, os culpados. Parece que, nessas classes, as crianças não precisam comer”. Também, no exemplar nº 21, professora de Campo Alegre de Lourdes (BA) pergunta onde está a merenda escolar que os jornais, o rádio e a televisão divulgam estar sendo distribuída para todos os Estados. Indo um pouco mais longe, professora de Cacoal (RO), no exemplar nº 23, reclama: “o sistema educacional não dá o mínimo valor ao professor leigo rural, que vive isolado, dificilmente recebe supervisão, tem uma escola com crianças mal alimentadas (que até desmaiam de fraqueza), a merenda é insuficiente, o material didático é racionado e o salário pior ainda”. Em Nova Escola nº 29, mais três professores referem-se à merenda: um professor de Tanque Novo (BA) pergunta “por que este governo não libera mais verbas para a distribuição da merenda?”. Em sua opinião, “com esta situação o resultado é a derrota, principalmente nas escolas rurais, onde as crianças andam quilômetros para chegar à escola”; um professor de Monsenhor Gil (PI) relata que na escola em que trabalha a merenda deu apenas para dois meses e, como não há merenda, os alunos ficam sem recreio; e uma professora rural de Seropédica (RJ), responsável pela merenda, pede idéias de cardápios. Em Nova Escola nº 32: Professora de Formiga (MG) pergunta “de que adianta o

uso de tecnologia na preparação da merenda escolar, se os nossos alunos ... andam até 4 quilômetros para chegar à escola e não estão recebendo merenda suficiente?"; em Nova Escola nº 33, professora leiga de Tanque Novo (BA) que trabalha em escola rural, com crianças carentes que até desmaiam de fraqueza porque a merenda só chega atrasada e é insuficiente, reclama que recebe menos da metade de um salário mínimo; e, no exemplar nº 35, Professora de Redenção (CE), "desabafa", listando os problemas de sua escola, afirmando entre outros, que as crianças têm fome e não há merenda.

Sobre a questão da merenda escolar, nenhuma das cartas foi respondida.

Dentre as cartas, classificadas em sub-títulos (a partir do exemplar nº 19), destaca-se a da professora de Redenção (CE) classificada pela Revista como "Desabafo". Aí, "desabafa" a professora: "Leciono há sete anos ... e faço esse desabafo porque não suporto mais presenciar tanta injustiça. É revoltante, triste e lamentável a situação dos alunos em nossa escola. As crianças têm fome, não há merenda. As crianças têm sede, a água é poluída e não há filtros na escola. As crianças desejam brincar, falta ânimo. Esses fatores influenciam na freqüência e conseqüentemente na aprendizagem. E o professor assiste a tudo isso de mãos atadas, pois não dispõe de meios para amenizar essa situação, ele próprio já é desvalorizado pela sociedade, que não reconhece a sua importância para o engrandecimento do país. Acredito que esse quadro poderá ser revertido. Depende de todos, principalmente de um maior empenho das autoridades comprometidas com a causa educacional".

Uma leitura mais atenta da Revista pode esclarecer a questão feita acima. Ao classificar as cartas publicadas em sub-títulos (a partir do exemplar nº 19, de março de 1988), principalmente os "desabafos", e ao não estabelecer relações entre os problemas

apontados e a política educacional federal nas reportagens, matérias e artigos que tratavam deste tema, os editores isolavam tais críticas. Isoladas, as mesmas não ameaçavam a imagem favorável à “Nova República” que a Revista passava.

Entendendo melhor o contexto e a publicação dessas cartas marcadamente reprovadoras ou críticas, é preciso lembrar que nos tempos da chamada “Nova República” havia um anseio de participação gerado pelas demandas democráticas desde a década anterior¹⁹. Ao isolar as críticas, porém, pode-se dizer que tal imagem, assume um caráter ideológico, no sentido de “falsa ideologia” defendido por Horkheimer e Adorno (cf. cap. II) isto é, quando as idéias que podem ser “verdadeiras” em si, “têm a presunção de já estarem realizadas” (Horkheimer e Adorno, 1978: p. 198-9).

Os jornais (e pode-se dizer, também, as revistas) analisa Marcondes Filho, são como pontas de icebergs, que no nível externo representam a democracia formal, na qual todos seriam iguais, e, no fundo, escondem o poder político ou econômico que os sustenta, que é incomparavelmente diferenciado de um jornal para outro em relação ao seu tamanho e importância (Marcondes Filho, 1986, p. 13).

No contexto sugerido acima, a publicação daquelas cartas abria a possibilidade de participação dos professores. Porém, ao não estabelecer relações entre os programas apresentados nas matérias, reportagens e artigos da Revista e as críticas feitas nas cartas, propiciavam uma confusão entre conhecer os problemas e atuar sobre eles através de “ação social organizada”. Essa confusão é, na opinião de Merton & Lazarsfeld,

¹⁹ Sobre a questão da participação naquele período, cf., por ex., N. Rodrigues em *A democratização da Escola: Novos Caminhos* onde o autor discorre sobre as demandas para uma ... “abertura democrática no país,

uma “disfunção narcotizante” dos *mass media*, supondo-se, como eles mesmos enfatizam, que “não seja do interesse da complexa sociedade moderna ter uma grande parcela da população politicamente apática e inerte”. Mas, o problema é que tal efeito narcotizante pode não ser uma disfunção e sim intrínseco aos interesses das sociedades modernas (Merton & Lazarsfeld, 1982, p. 115).

O reforço às opiniões e a criação de um clima apropriado, afirma Marcondes Filho, “operam no sentido de incentivar a *aceitação* e a *submissão*” (Marcondes Filho, 1986, p. 15 – grifos meus). Para explicar esses efeitos, ele recorre a K. Buselmeier quando afirma que:

por trás de os objetos da política de informação andarem juntos com a respectiva política dominante, mostra-se não um pensamento autônomo, uma consciência política, que seria constante, senão, muito pelo contrário, um posicionamento afirmativo (Buselmeier, 1974, p. 144, *in ibidem*).

Segundo esta autora citada, a acomodação decorrente ocorre de duas formas: “como sobreidentificação com a política dominante” e “como apatia política”. Pesquisas por ela citadas mostram que, no primeiro caso, trabalhadores declaravam-se “interessados por política”, sendo, porém, que esse ‘interesse’ era identificado como “concordância” com a ideologia e o sistema dominante”. No caso da “apatia política”, esta expressava-se no fato de os trabalhadores “conformarem-se” ou “limitarem-se” com suas realidades.

A política de produção de notícias, segundo Marcondes Filho,

tem o caráter de cultivar a passividade. O tratamento que ela dá aos fatos, quer como mitos (Barthes, 1982) ou signos (Baudrillard. s/d: 99 e seq.; Prokop, 1979: 76

fazendo com que a sociedade se abra a formas múltiplas de participação nos seus processos decisórios e que a escola também seja penetrada por esses princípios de participação”. Rodrigues (1983, p. 43).

e seq.), conduz, em qualquer caso, à despolitização do real: é a apresentação dos fatos como algo unívoco, fechado, somente positividade, sem contradições; não há a ambivalência, mas a disciplina e a adaptação ao modelo; são – enquanto desmontagens do real – confirmações do esperado, formas que encobrem a dialética e qualquer penetração inesperada além do visível. É uma organização do mundo não contraditória. O real, o contraditório, é esvaziado, e como conseqüência, o sistema reforça-se e é inocentado. O conflito, o polêmico, o questionador que existe em cada fato desaparece (Marcondes Filho, 1986, p. 15-16).

Como exemplo de tal sentimento, o exemplar da Revista Nova Escola nº 34 traz depoimento de professora de São Paulo (SP) afirmando que

“muitas vezes nos esquecemos de que (a Revista) se trata de informações publicadas e nos inteiramos de seus assuntos de tal forma que parece estarmos trocando confidências com nossa maior e mais íntima amiga”!!!

Um exame mais detido do conteúdo dos diversos números da Revista Nova Escola publicados neste período aqui apresentado permite, assim, identificar um movimento que incorpora o apoio à orientação política governo federal que procurava se firmar, e que se revela nos artigos, reportagens e matérias onde as medidas governamentais foram favoravelmente expostas. Paralelamente, publicando algumas críticas, não à política do MEC, mas utilizando a palavra de seus leitores para apontar alguns problemas pontuais, publicadas separadamente desses mesmos artigos, reportagens e matérias, a Revista **aparenta** uma posição “democrática” não chegando a um questionamento efetivo das políticas educacionais federais, então empreendidas. O resultado é uma publicação que, embora pretendendo-se independente e autônoma (mesmo com o apoio institucional e financeiro de instâncias governamentais), termina sendo uma potente defensora daquelas políticas federais então implementadas.

2. Os Temas de política educacional na Revista Nova Escola:

Além das políticas educacionais federais, analisadas no item anterior, e das políticas educacionais estaduais, municipais e das escolas rurais que serão analisadas no item 3, adiante, a Revista abordou vários temas de política educacional. Estes temas foram aqui considerados quando relacionados a análises ou propostas feitas nos âmbitos das políticas governamentais. Neste sentido é que foram incluídas reportagens sobre construtivismo, educação ambiental e métodos de alfabetização, por exemplo, como se vê no quadro a seguir, já apresentado no Capítulo I.

Quadro 4 - Temas referentes à Política Educacional:

* Opiniões Dicotômicas

| Temas e nº da Revista Nova Escola | Tipo de Publicação |
|--|--|
| Educação na Nova República (nº 01, março/86) | Reportagem entrevistando autoridades, estudantes, professores e escritora |
| Jornada Diária de Aula: duração (nº 01, março/86) | Artigo na Seção Opinião (Prof. José Mário Pires Azanha, da USP) |
| Problemas da Educação Brasileira (nº 02, abril/86) (nº 20, abril/88) | Reportagem no formato de enquete feita com autoridades de ensino, professores, artistas, alunos e pais Artigo na Seção Opinião (Isolde Benilde Andreatta, presidente da Associação dos Professores do Paraná) |
| Municipalização do Ensino (nº 02, abril/86) | Artigo na Seção Opinião (Terezinha Saraiva, ex-secretária estadual da Educação do Estado da Guanabara) |
| Municipalização e democracia (nº 23, agosto/88) | Reportagem entrevistando autoridades políticas, do ensino e de entidades do magistério |
| Escolaridade Obrigatória: oito anos? (nº 03, abril/86) | Reportagem em forma de OP*: <i>Não</i> (Maria Yedda Linhares, Secretária da Educação do RJ); <i>Sim</i> (Selma Garrido, presidente da ANDE) |
| Educação Moral e Cívica: fim da disciplina (nº 04, junho/86) | Reportagem em forma de OP: <i>Sim</i> (João Cardoso Palma Filho, da CENP – SP); <i>Não</i> (Ernesto Rosa, Comissão Estadual de Educação Moral e Cívica (SP) |
| Grêmios (eles estão de volta) (nº 04, junho/86) | Reportagem mostrando a possibilidade de criá-los entrevistando alunos de SP e RJ |
| Reforma Ortográfica (nº 05, agosto/86) | Reportagem entrevistando jornalistas, alunos, escritores e professores |
| Eleição para diretor de escola (nº 06, setembro/86) | Reportagem em forma de OP: <i>Sim</i> (Gilda P. Rocha Loures, secret. Est. da Educação do Paraná); <i>Não</i> (Luís Gonzaga Pinto, presidente da UDEMO) |
| Burocracia na escola (nº 07, outubro/86) | Artigo de Lúcia Velloso, assessora da Secretaria Estadual da Educação do RJ |

| (Cont.)Temas e nº da Revista Nova Escola | Tipo de Publicação |
|---|---|
| Lei 5692/71: mudá-la resolve os problemas da Educação? (nº 09, dezembro/86) | Reportagem em forma de enquete com autoridades educacionais e professores |
| Nova LBB (nº 24, setembro/88) | Artigo na Seção Opinião (Hermes Zanetti, deputado federal e presidente da CPI da Lei Calmon) |
| Nova LDB (nº 26, novembro/88) | Reportagem entrevistando autoridades educacionais entidades do magistério e professores |
| Nova LDB (nº 29, abril/89) | Reportagem entrevistando autoridades do ensino, entidades do magistério e professores |
| “Primeiro Grau desafia a capacidade do MEC” (nº 09, dezembro/86) | Depoimento de Luís Soares, da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional do MEC |
| “A escola de 1º Grau não existe” (nº 29, abril/89) | Reportagem entrevistando Arlette D’Antola e Myrtes Alonso, do Programa de supervisão e Currículo, da PUC-SP |
| Salário Educação: uma proposta (nº 09, dezembro/86) | Artigo na Seção Opinião (Hermes Zanetti, ex-presidente da CPB) |
| Salário Educação: verbas para escolas particulares? (nº 15, setembro/87) | Reportagem entrevistando entidades e autoridades do ensino, proprietários de escolas, deputados, pais e professores |
| Mudança Curricular no Núcleo Comum de 1º e 2º Graus (nº 10, março/87) | Reportagem entrevistando autoridades do ensino e professores |
| Ano Escolar: 180 dias letivos não bastam (nº 11, abril/87) | Artigo na Seção Opinião (Júlio Correa, secretário de Ensino Básico do MEC) |
| Atuação profissional dos professores (nº 13, junho/87) | Artigo na Seção Opinião (Régis Farr, colaboradora de Nova Escola) |
| Métodos de Alfabetização (nº 14, agosto/87) | Reportagem entrevistando autoridades de ensino e professores |
| Educação: objetivos e cidadania (nº 16, outubro/87) | Reportagem entrevistando Neidson Rodrigues, da UFMG |
| Informática na Educação (nº 17, novembro/87) | Reportagem entrevistando responsáveis por projetos em Recife, Rio de Janeiro, Niterói e RS. |
| Educação Postural (nº 17, novembro/87) | Reportagem entrevistando Antônia Dalla Pria Bankoff, da UNICAMP |
| Férias alternadas (nº 18, dezembro/87) | matéria paga da EMBRATUR |

| (Cont.)Temas e nº da Revista Nova Escola | Tipo de Publicação |
|--|--|
| Objetivos da escola pública (nº 18, dezembro/87) | Artigo na Seção Opinião (Maria Eliete Santiago, técnica da Delegacia do MEC, em Recife) |
| Educação Ambiental (nº 19, março/88) | Reportagem entrevistando professores universitários e responsáveis por projetos em vários Estados. |
| Fracasso Escolar e ideologia (nº 19, março/88) | Reportagem entrevistando Magda Becker Soares, da UFMG |
| Universidade (nº 22, junho/88) | Artigo na Seção Opinião (Eunice Jacques, do Jornal Zero Hora de Porto Alegre) |
| Novo perfil das professoras do ensino público (nº 23, agosto/88) | Reportagem sobre pesquisa de Lia Faria, coordenadora do setor de Estudos e Programas Especiais dos CIEPs, RJ |
| Construções escolares (arquitetura) (nº 24, setembro/88) | Reportagem sobre construções antigas e recentes em vários Estados |
| Educação dos Japoneses (nº 24, setembro/88) | Reportagem sobre 80 anos de migração japonesa |
| Cursos de Formação do Magistério (nº 26, novembro/88) | Reportagem: histórico dos cursos, depoimento de alunas, projetos extintos, debate entre professores, experiências em andamento em SP, MG, PR, PE, RS e Projeto da PUC-SP |
| Educação Formal (reprovação, democratização, profissionalização) (nº 26, novembro/88) | Reportagem entrevistando Luiz Carlos Cagliari, da UNICAMP |
| Ensino Público (nº 26, novembro/88) | Artigo na Seção Opinião (João Carlos Di Gênio, diretor-presidente do Centro Educacional Objetivo) |
| Alfabetização (construtivismo; Emília Ferreiro) (nº 28, dezembro/88) | Reportagem com pesquisas e biografia de Emília Ferreiro, entrevistas com professores que aplicam suas idéias, Estados onde há experiências (RS, SP, RJ, MG, BA, PE) e obras traduzidas |
| Ensino Noturno (nº 29, abril/88) | Reportagem com depoimentos de alunos, dados estatísticos de SP, RS, Assis (SP) e Uberlândia (MG), e entrevista com José Raimundo, ex-secretário de Ensino Básico do MEC. |
| Analfabetismo (nº 29, abril/88) | Artigo na Seção Opinião (Célia Pereira Maduro Neto, funcionária do MEC) |

Dos temas acima, destaque-se os seguintes para serem aqui considerados: municipalização do ensino, nova Lei de Diretrizes e Bases e salário educação, pela importância que tiveram no período e por serem tratados amplamente, através de opiniões de várias pessoas; e, eleição de diretores escolares, fim da disciplina Educação Moral e Cívica e número de anos de escolaridade obrigatória, por serem abordados através das opiniões de apenas duas pessoas.

Além de aparecer nas políticas governamentais de vários Estados, como se verá nos quadros referentes às reportagens sobre as políticas estaduais, a municipalização do ensino foi tratada em duas reportagens temáticas: na Seção Opinião (Revista Nova Escola n° 02, p. 66), por Terezinha Saraiva, ex-secretária estadual da Educação do antigo Estado da Guanabara; e, na reportagem *Municipalização: ela só trará a democracia se todos participarem*, de Ana Lagôa em colaboração com Cristina Scomazzom (SC), Maria Inês Martins (DF), Nara Baptisti (RJ), Rosângela Guerra (MG) e Vera Gomes (PE) (Revista Nova Escola n° 23, p. 12-21). A seção *Opinião* é apresentada em forma de artigo, onde uma personalidade escreve sobre o tema indicado no título.

Só resta cumprir a Lei é o título dado pela Revista à opinião de Terezinha Saraiva, diretora de Desenvolvimento Social do Sesi, ex-secretária municipal de Educação do Rio, na administração Marcos Tamoio, sobre municipalização do ensino e Emenda Calmon. Chamada do artigo: “A Emenda Calmon deu aos municípios condições de assumirem a responsabilidade pela Educação de 1° Grau. E agora...”. “Sou uma ardorosa defensora da municipalização do ensino de 1° Grau”. A partir dessa afirmação cita, entre outros, os seguintes argumentos: cabe ao município fazer a chamada da população, indicar os locais adequados à construção de escolas, desenvolver programas de capacitação

profissional dos professores, elaborar os estatutos do magistério. Em sua opinião, a situação melhora com a assinatura da Emenda Calmon, mas de nada adiantará as prefeituras contarem com maiores recursos se não se prepararem para usar bem essa nova verba.

Mas, é na ampla reportagem *Municipalização: ela só trará a democracia se todos participarem*, que a questão é tratada a contento, quando são apontados argumentos favoráveis e contrários à municipalização, através de entrevistas com secretários da Educação e representantes das entidades do magistério, bem como destacando alguns municípios como exemplo. A reportagem inicia com a afirmação de que “a municipalização do ensino de 1º Grau é hoje irreversível”. Isto por causa da Constituição (ainda não se trata da Constituição de 1988) estabelecer que as prefeituras serão prioritariamente responsáveis por este setor da Educação e vários governos já estarem assinando convênios com as prefeituras, repassando-lhes encargos e recursos. O texto jornalístico foi redigido utilizando as opiniões de: José Raimundo, de Jaraguá do Sul (SC); Sylvio Sniecikowski, secretário da Educação de Santa Catarina; Ideli Salvatti, presidente da Associação dos Licenciados De Santa Catarina; Hugo Gontijo, secretário da Educação de Minas Gerais; Rosaura de Magalhães Pereira, presidente da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais; João Antonio Felício, presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo; Elba Sá Barreto, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo; Horácio Reis, presidente da Associação do Ensino Oficial do Estado de Pernambuco; Thomaz Wonghon, presidente da Confederação dos Professores do Brasil; Silvia Barreto Nigromonte, coordenadora do Programa de Municipalização do Ensino de 1º Grau, do Rio de Janeiro; Angela Gomes Fernandes, do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro; Arlindo Oro, prefeito de David Canabarro (RS); Silke

Weber, secretária da educação de Pernambuco; e Edla Soares, secretária da Educação do Recife. Em destaque a reportagem apresenta a situação da municipalização do ensino em Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Também em destaque apresenta os percentuais de repasse de arrecadação previstos pela Constituinte para a Reforma Tributária e um Quadro sobre a rede municipal de ensino no país. Além das opiniões acima e dos dados quantitativos a reportagem destaca, também, opiniões sobre questões afins à municipalização – democratização, descentralização, recursos e poder local – de: Edla Soares, secretária da Educação do Recife; Marcelo Chueiri, assessor da Secretaria da Educação (SP); Ideli Salvatti, presidente da Alisc (SC); Elba Sá Barreto, da Fundação Carlos Chagas (SP); Sylvio Sniecikowsky, secretário da Educação de Santa Catarina; Rosaura de Magalhães Pereira, presidente da UTE (MG); e João Antonio Felício, presidente da Apeoesp (SP).

Além de ouvir todas essas pessoas e abordar conceitos pertinentes à municipalização, a reportagem logo de início situa historicamente a questão, mostrando que a municipalização do ensino de 1º Grau “sempre esteve presente nas diretrizes do governo federal”, mas que os municípios não chegaram a ter autonomia e recursos suficientes para assumir integralmente essa responsabilidade, devido “à centralização de poder que historicamente dominou a política nacional”. Somente no início da década de 60, continua, “desenhou-se uma perspectiva de fortalecimento do poder municipal” mas, “logo em seguida, com os governos militares que se instalaram após 1964, as prefeituras se viram novamente esvaziadas”.

Apesar de não citar os nomes dos governadores dos Estados focalizados, essa forma de tratamento de temas pode ser considerada abrangente, conceitual e histórica.

Continuando, destaque-se a nova **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Assim como o tema Constituinte/Nova Constituição, que foi abordado oito vezes, a nova (LDB) foi bastante focalizada nestes primeiros trinta números da Revista, nos seguintes artigos e reportagens: *5692: mudar essa lei resolve os problemas da Educação?*, reportagem de Nilson de Souza (RS), Célia Regina Lopes (RJ) e Ana Maria Sanchez (SP) (Revista Nova Escola nº 09, p. 10-15); *Uma nova lei para todos os Graus*, artigo de Hermes Zanetti, na seção Opinião (Revista Nova Escola nº 24, p. 66); *O que eles acham: O mais importante na LDB*, várias opiniões (Revista Nova Escola nº 26, p.40-41); e *LDB: Esquenta o debate sobre a nova lei de Educação*, reportagem de Adriana Tigre, Nilson de Souza, Renato Anselmi, Robinson Sasaki e Vera Gomes (Revista Nova Escola nº 29, p. 36-39).

Em *5692: mudar essa lei resolve os problemas da Educação?*, os entrevistados foram: Maria Yedda Linhares, Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro; Tomaz Wonghon, Secretário Geral da CPB; Professor Salvador Xavier, da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro; Professor Di Giorgi, autor do livro Escola Nova; Laurinda Barbosa, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro; Francisco Antônio de Alencar, Secretário de Educação do Piauí; Anna Bernardes, Secretária de Educação do Espírito Santo. Chamada: “Embalados pelo clima de mudança que a formulação de uma nova Constituição inspira, educadores pensam em alterar também a lei ordinária que rege o 1º grau. Veja por quê”.

Linhares considera que a lei 5692 “foi assinada num momento em que a ditadura militar se consolidava no nosso país” e por isso, “deve ser vista com reservas”. Wonghon ressalta que leis como essa surgiram em toda a América Latina, “sempre com o

mesmo propósito de garantir a manutenção da mão-de-obra barata, nos países que funcionavam como quintais das nações desenvolvidas”. A profissionalização pretendida não passou, em sua opinião, de uma “farsa” uma vez que as escolas não foram preparadas para dar esse tipo de ensino. Como consequência, ele lamenta, a falsa profissionalização decretou o fim das boas escolas técnicas. Também as escolas normais, em sua opinião, sofreram as consequências da multiplicação sem os recursos humanos exigidos para seu funcionamento.

Somente em 1982, com a lei 7 044, é que a profissionalização obrigatória foi derrubada. Isto permitiu que as escolas pudessem desenvolver “um trabalho mais de acordo com suas características e limitações”, opina o professor Xavier. Mas, de acordo com Wonghon, não foi apenas esse aspecto que prestou um desserviço à Educação, mas, também, a mudança das matérias que deveriam passar a ser dadas como atividades, nas primeiras quatro séries.

Para Di Giorgi, a lei 5692 implantou o que ele chama de “pedagogia liberal tecnicista” que de acordo com o conservadorismo do sistema político-econômico vigente, só aceita as mudanças superficiais, rejeitando toda e qualquer transformação verdadeira. Nesta postura voltada para os meios de ensino, o professor foi transformado numa figura secundária. Suas tarefas passaram a ser “previamente determinadas por uma elite de planejadores – grupo do qual geralmente o professor não fazia parte e sobre o qual não exercia nenhuma influência”. Completando o pensamento de Di Giorgi, Laurinda Barboza questiona: “se a ditadura privilegiava um modelo econômico que favorecia o capital estrangeiro, visando ao financiamento do projeto de industrialização, como poderia se

empenhar na formação de profissionais qualificados, capazes de reivindicar seus direitos como cidadãos e como trabalhadores?

A lei 5692 “determinou uma nova divisão de trabalho escolar, inspirada na teoria gerencial” refletindo “um contexto de euforia na expansão econômica do milagre brasileiro”, opina Alencar. A tecnologia era “um fator essencial na ideologia de um Brasil potência”, completa Di Giorgi. Portanto, ele conclui, pretendia-se que “a Educação se enquadrasse dentro desse processo, gerando, por consequência, uma pedagogia autoritária”.

Anna Bernardes considera claro que um governo autoritário não poderia conceber uma legislação destituída de autoritarismo. Mesmo assim, em sua opinião, o governo teve a seu favor “o fato de não se empenhar para que suas determinações fossem seguidas na prática”. Isso, em sua opinião, “deixou aos professores a liberdade de ignorar a lei, prosseguindo seu trabalho da maneira como achavam melhor”. Portanto, ela conclui, “a lei não foi cumprida nos aspectos positivos nem nos negativos”. Quanto ao não cumprimento, Whonghon exemplifica com os Estados que não cumpriram nem mesmo a exigência de possuir seu Estatuto do Magistério e, quando o fizeram, caso de Alagoas, foi somente para cumprir uma exigência legal.

Os entrevistados concordam que a legislação deveria ser alterada. Mas, na opinião de Whonghon, “qualquer alteração deve acontecer como resultado de uma discussão envolvendo educadores do Brasil inteiro e vários segmentos da sociedade brasileira”. Para Linhares, “não é a mudança desta lei e nem a implantação de qualquer outra, mais aperfeiçoada, que acabará com os graves problemas da Educação brasileira”. Esses problemas, em sua opinião, “só começarão a ser eliminados no dia em que as autoridades adquirirem vontade política”. Diferentemente, Anna Bernardes acredita que

“não precisamos de nenhuma lei federal para reger a Educação brasileira. Os princípios básicos que nortearão o setor educacional devem estar na Constituição, cabendo a cada Estado estabelecer as diretrizes e as bases de sua Educação”.

A reportagem traz em destaque duas medidas tomadas pelo governo nas escolas públicas: matrícula de crianças com seis anos nas classes de alfabetização (diminuindo a repetência no final da 1ª série) e abertura de espaço para a Educação Artística nas escolas de 1º Grau. Esses destaques ilustram afirmações de Maria Yedda Linhares de que no Rio de Janeiro estão fazendo modificações, mesmo com a 5692 em vigor.

Observe-se que, em 1986, as discussões sobre uma nova LDB apenas iniciavam e a Revista já aborda o tema de forma ampla, entrevistando vários profissionais do ensino.

Em *Opinião*: “*Uma nova lei para todos os Graus*”, a Revista cede espaço para Hermes Zanetti, atuante deputado federal nas questões da educação durante a Constituinte e elaboração da Constituição Brasileira de 1988, que opina sobre a necessidade de uma nova lei que abranja todos os graus de ensino. Em sua opinião, a elaboração desta lei “deve ser feita de forma democrática e participativa”. Com a experiência enriquecida pela participação na Assembléia Nacional Constituinte, “todas as entidades vinculadas à Educação têm diante de si um grande desafio e uma grande oportunidade: ajudar o Congresso Nacional na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Uma lei democrática para uma sociedade democrática”.

Em *O que eles acham: o mais importante na LDB*”, após a promulgação da Constituição de 1988, a Revista propõe, novamente, ampla discussão. Aí opinam

professores e autoridades educacionais: Maria Antonieta Bianchi, professora do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG; Rejane Biancon Ouriques, professora de português da escola Anibal Nunes Pires, em Florianópolis (SC); João Henrique de Souza, secretário estadual da Educação, em Terezinha (PI); Francisco Antônio Poli, presidente da União dos Diretores de Escolas do Magistério Oficial, de São Paulo; Adonay de Sabá, ex-professor da rede municipal de ensino, demitido em 1987, quando presidia a Associação Profissional dos Professores do Amazonas (AM); Oneide Maria Longhinotti, diretora do Colégio Estadual Henrique Stodiek, em Florianópolis (SC); Sílvia Helena Campello Coelho, diretora da Escola Estadual Luís Pessanha, em Belo Horizonte (MG); Angela Gomes Fernandez, diretora do Centro de Professores do Estado do Rio de Janeiro (RJ); e Aparecida Neri de Souza, professora da rede pública e assessora técnica do gabinete da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Mais uma vez (três números depois da reportagem anterior, a Revista propõe o tema em *LDB: esquentando o debate sobre a nova lei de Educação*, onde foram entrevistados: Ana Maria Saul, vice-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Ângela Maria Cardoso de Mello, professora gaúcha; Fernando Fonseca, presidente do Conselho Federal de Educação; Cleusa Pires de Andrade, da União dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime); Paulo Egon, ex-secretário para assuntos educacionais da CPB; Elba Sá Barreto, da ANDE; senador João Calmon (PMDB-ES); Beatriz Pardi, vice-presidente da Associação dos Professores de São Paulo; senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), Silke Weber, secretária da Educação de Pernambuco; Miguel Ângelo Brandi, assessor jurídico da Associação das Escolas Católicas. Questões abordadas

na reportagem: principais pontos aprovados no XXII Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), que reuniu 2 700 delegados das 31 entidades filiadas e mudou o nome para Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): escola pública de qualidade, com vagas para todos desde o pré até o 3º Grau; verba pública exclusivamente destinada à escola pública; currículos adequados às realidades regionais e nacional; piso nacional de salário a ser calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE); plano nacional de cargos e salários; democratização do sistema de ensino, inclusive com eleição direta de diretor de escola; e necessidade de mobilização dos professores para que a aprovação da nova LDB não se arraste por muito tempo. Além das questões abordadas pela CNTE, constam da reportagem: índices sobre a situação do ensino no país; questões polêmicas (propostas pela CNTE) que encontram resistências no Congresso Nacional, entre membros do CFE e entre dirigentes de escolas católicas; LDB única para todos os níveis, medidas de apoio para a universalização (transporte, alimentação, distribuição de material didático); contra a municipalização do ensino; nova composição dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação; conselhos de escola e eleição de diretores; proposta de reduzir ao máximo a possibilidade de recursos às escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, estabelecida na nova Constituição. Em destaque, reportagem de Renato Anselmi, ouviu Roberto Felício, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ex-Confederação dos Professores do Brasil (CPB), sobre as decisões do XXII Congresso Nacional da Confederação do Professores do Brasil, realizado em janeiro de 1989, em Campinas – SP.

Tema correlato à LDB, a discussão do **Salário Educação** foi proposta pela Revista duas vezes: na seção “Opinião”, com o artigo de Hermes Zanetti “*Onde buscar*

dinheiro”, em (Revista Nova Escola nº 09, p. 66) e na reportagem “*Salário-Educação: É justo dividir o bolo com a escola particular?*”, de Hamilton de Souza em colaboração com Maria Inês Martins (DF), Nilson de Souza (RS), Régis Farr (RJ), Rosângela Guerra (MG) e Vera Gomes (PE), em (Revista Nova Escola nº 15, p. 36-40).

Em *Opinião: Onde buscar dinheiro?*, O professor gaúcho, Hermes Zanetti, advogado, ex-diretor de ensino de 1º Grau e ex-presidente da CPB, opina sobre recursos para financiar o ensino de 1º Grau. Em síntese sua idéia é que o salário-educação (descontado na base de 2,5% sobre o salário de contribuição da folha de pagamento das empresas) seja apenas de 0,8%, mas sobre o faturamento, quer da empresa rural, quer da urbana. Em sua opinião, a forma vigente penaliza as empresas que utilizam muita mão-de-obra sendo que as que não detêm muita mão-de-obra utilizam mais do aparelho educacional, uma vez que a automação introduzida é resultado do processo educacional. Seus princípios são: “universalização do ensino de 1º Grau”; obrigatoriedade da criança freqüentar a escola e do Estado dar condições para ela estar na escola e, portanto, o ensino obrigatório deve ser gratuito.

A reportagem *Salário-Educação: É justo dividir o bolo com a escola particular?*, inicia com a chamada: “Participe também dessa discussão, que tem inflamado os debates no Congresso Constituinte. A nova Carta pode mudar a sorte da escola particular e aprofundar sua anunciada crise. A reportagem divulga o artigo 7 do anteprojeto constitucional, aprovado na Subcomissão da Educação, segundo o qual, “o ensino é livre à iniciativa privada, observadas as disposições legais, sendo proibido o repasse de verbas públicas para a criação e manutenção de entidades de ensino particular”. Sobre o assunto a reportagem traz opiniões de: Roberto Dornas, presidente da Federação Nacional dos

Estabelecimentos de Ensino (entidade representante da Escola Particular); Jacques Velloso, da Faculdade De Educação da Universidade de Brasília; Júlio Correa, secretário de Ensino Básico do MEC; Paulo Pan Chacon, proprietário do colégio Oswald de Andrade, em São Paulo; Werner Sonntag, vice-presidente do sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1 e 2 Graus, do Rio Grande do Sul; Marcos Júlio Fuhr, presidente do Sindicato dos Professores Gaúchos; Pedro Emanuel Barreto Muniz, diretor do Colégio Esuda, em Recife; Guiomar Namó de Mello, ex-secretária da Educação do Município de São Paulo; Chopin Tavares de Lima, secretário da Educação do Estado de São Paulo; José Aurélio Camargo, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo. Em destaque, a reportagem divulga encontro promovido pela Federação das Associações Educativas Privadas Latino-Americanas e Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, onde foi elaborado documento dirigido ao Congresso Constituinte em defesa da escola particular. Em outro destaque, a reportagem traz pequenos trechos de opiniões de: Florestam Fernandes, deputado constituinte do PT-SP; Arnaldo S. Cobiانchi, professor de escola estadual, em São Paulo; Martha Reis Costa, professora de escola municipal do Rio de Janeiro; Chico Humberto, deputado constituinte do PDT-MG; Romildo Guerrante, pai de duas alunas de escola particular, RJ; Cristina Tavares, deputada Constituinte, PMDB-PE; Otilia Tioko Sano, professora de escola estadual, SP; Edison Dias, pai de aluna de escola municipal.

Pode-se dizer das reportagens sobre a LDB e Salário-Educação que não só cumpriram a função de informar o leitor, mas de fornecer elementos para análise ao ouvir autoridades, políticos, representantes de escolas particulares, representantes de entidades do magistério e deputados envolvidos. Pode-se mesmo afirmar que nessas reportagens

focalizando o Congresso Nacional e trazendo a público as discussões aí travadas, a Revista contribuiu para o fortalecimento da democracia no país e considerou seus leitores – os professores – como cidadãos, não somente por abordar questões pertinentes à democratização da educação, mas também pela forma abrangente de tratamento jornalístico dado às mesmas.

Porém, este tipo de tratamento jornalístico nem sempre esteve presente nas matérias e reportagens. Por exemplo, nas matérias *Você acha que diretor de escola deve ser eleito?* (Revista Nova Escola nº 06, p. 8-9) e *Você concorda com o fim de Moral e Cívica?* (Revista Nova Escola nº 04, p. 20-21), a Revista apresenta as questões que são respondidas por apenas duas pessoas, uma defendendo “sim” e a outra defendendo “não”. E, em *Oito anos de escola* (Revista Nova Escola nº 03, p. 21) têm-se, também, apenas duas opiniões diferentes.

Quanto à **eleição para diretores**, Gilda P. Rocha Loures, secretária Estadual de Educação do Paraná, responde sim, e Luís Gonzaga Pinto, presidente da União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial, de São Paulo, responde não. Loures argumenta que “as eleições de diretores de escola, significam, em primeiro lugar, o início de um processo de democratização das relações escolares. Em segundo lugar, representam um exercício útil para que a comunidade escolar comece a se responsabilizar pelo destino da escola”. Relata também as dificuldades e os benefícios da implantação desta proposta no Paraná. Gonzaga Pinto argumenta que

estamos passando por um processo de transição política que cria esta ânsia de eleições. Mas dentro da sociedade há um setor, o político, onde cabem eleições para

a ocupação de cargos no Poder Executivo e no Poder Legislativo. Já a escola tem um mundo, uma forma de ser, que não lhe permite adotar modismos.

Os Estados que hoje elegem diretores, ele continua, são lugares onde nunca houve tradição de Concursos e os cargos de diretores são preenchidos por indicação política. Cita o Estado de São Paulo onde, em sua opinião, “os concursos têm sido uma barreira que impede a interferência política”.

Sobre o fim da disciplina **Educação Moral e Cívica**, a pergunta foi respondida por João Cardoso Palma, dirigente da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, que disse sim, e Ernesto Rosa, presidente da Comissão Estadual de Moral e Cívica de São Paulo, que disse não. Palma argumenta, entre outros motivos, que esta disciplina só entrou nos currículos em dois períodos de autoritarismo da vida política nacional: 1942 (Reforma Capanema) e 1969, no governo da Junta Militar. Para ele, “desenvolver civismo, hoje, é tratar das questões do dia-a-dia, como o pacote econômico e a Constituinte”. Rosa defende a Educação Moral e Cívica enquanto uma disciplina que não tem conteúdo específico. Em sua opinião, “deve ser trabalhada no nível afetivo e comportamental” como educação artística, por exemplo. Acredita que “do mesmo modo como uma criança precisa, durante uma fase de seu desenvolvimento psicológico, acreditar que seus pais são fortes e poderosos, ela precisa também olhar para sua pátria com um certo ufanismo”.

Em *Oito Anos de Escola* o tema foi proposto pela Revista em razão da nova Constituição a ser elaborada. Maria Yedda Linhares, secretária de Educação do Rio de Janeiro defende quatro ou cinco anos de escolaridade “efetiva”. Selma Garrido Pimenta, presidente da Associação Nacional de Educação, defende a garantia de oito anos de

escolaridade obrigatória e a perspectiva de ampliação da obrigatoriedade até o 2º Grau. Linhares argumenta com dados do Rio de Janeiro, onde somente 13% das crianças matriculadas na 1ª série, em 1967, completaram o 1º Grau em 1974:

Na verdade, nem o Poder Público tem condições de obrigar os pais a matriculem seus filhos nas escolas, nem as escolas têm demonstrado capacidade de alfabetizar de verdade todas as crianças que se matriculam. Portanto, essa Lei de Obrigatoriedade Escolar é uma mentira. Neste momento, em que o governo se mostra disposto a investir no ensino público, nós, educadores, pais e toda comunidade brasileira, precisamos analisar a questão da Educação nos seus aspectos políticos e sociais e não apenas do ponto de vista da pedagogia.

Selma, argumenta a favor dos oito anos de escolaridade comparando com países “mais avançados”, onde o nível de escolaridade das populações é alto mostrando a relação entre desenvolvimento e oferta de escolarização: “a educação é uma das condições para o desenvolvimento do país”, ela diz.

Esse tipo de matéria que traz posições contrárias ou diferentes tem o mérito de mostrar duas versões em curso e suscitar a discussão. Entretanto, não permite ao leitor formar uma opinião mais precisa e fundamentada. Nos assuntos acima, apenas duas opiniões parecem ser insuficientes para que os leitores possam analisar as questões. Muitos outros aspectos das problemáticas abordadas não foram citados por nenhum dos entrevistados. Afinal, a eleição de diretores escolares era uma experiência que estava sendo feita em vários Estados e a questão da obrigatoriedade escolar e do número de anos de escolaridade obrigatória motivo de acirrados debates na Constituinte.

Essa visão dicotomizada, de acordo com Adorno, se dá em um

clima cultural específico que reforça tanto a dicotômica e generalista visão de mundo, que divide os indivíduos entre aqueles que são considerados bons ou maus, quanto a personalização que reduz os problemas político-sociais aos dramas pessoais dos dirigentes, por exemplo. Apesar de suas características distintas, tanto a estereotipia quanto a personalização são fundamentais para a incapacidade, cada vez mais freqüente, de se experienciar o mundo (Adorno, 1972, p.348, *in* Zuin, 1999, p. 103).

3. As políticas estaduais e municipais de educação e as escolas rurais na revista Nova

Escola:

Na análise das formas como foram veiculadas as políticas estaduais e municipais de educação bem como as experiências das escolas rurais divulgadas pela Revista Nova Escola, focalizou-se especialmente a *fragmentação da realidade* e a *personificação dos processos sociais* aí presentes.

Marcondes Filho mostra o papel da imprensa (particularmente a produção da notícia como mercadoria na sociedade capitalista) salientando seus aspectos político-econômicos e ideológicos. Suas análises sobre estes últimos, principalmente no que se refere às formas de encobrimento e falseamento, são elucidadoras dos tipos de tratamento a que são submetidas as notícias. Do “jogo” com o texto noticioso fazem parte a *fragmentação da realidade* e a *personificação dos processos sociais*, bem como outros processos de falsificação, distorção e favorecimento e, ainda, a saturação e a polarização de conceitos.

Este mesmo autor explica que

O tratamento que sofre a notícia antes de chegar ao receptor é o principal modo de se operar a chamada “manipulação” jornalística. Entre a ocorrência de um

fato social relevante, o acontecimento “objetivo” e sua apresentação ao público surgem diversas formas de intervenção que alteram sensivelmente o caráter e, principalmente, o efeito dessas notícias. É nessa altura que se opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com fins de valorização e interesse de classe.

O falseamento não se dá, via de regra, de forma intencional; ao contrário, ele faz parte da própria forma do jornalista estruturar seu mundo, de discernir os fatos (inconscientemente) com uma “visão dominante”. O patrão, o orientador ideológico da empresa jornalística não estabelece “regras de redação” para que as notícias, que entram como fato puro, saiam como informações enviesadas. Tal procedimento não chega a essas minúcias, muito embora o trabalho dos copidesques nas redações jornalísticas contribua – na medida em que buscam uma “padronização ao estilo do jornal” – para uniformizar (e, portanto, moldar ideologicamente) e para subtrair a explosividade de notícias. Em verdade as “normalizações técnicas” do como produzir uma notícia atuam de tal forma que castram parte do potencial crítico e da periculosidade das notícias. ... Na elaboração da notícia atua uma censura formal, externa e interna (auto-censura), assim como forma de pensamento censurado, que não se confundem com os tipos de censura formal (Marcondes Filho, 1986, p. 39).

Nesta obra, o autor caracteriza basicamente três formas de falseamento ou encobrimento das notícias como pensamento censurado, formas essas que concentram o mais importante do que se conhece sobre a manipulação noticiosa. São elas: “a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais, o uso da técnica e da lingüística e a sonegação das informações ‘indesejáveis’” (Marcondes Filho, 1986, p. 40).

Isto posto, destaque, primeiramente, as políticas estaduais de educação no item a seguir.

3.1. As políticas estaduais de educação na revista Nova Escola:

Verifique-se, primeiramente, alguns quadros quantitativos para obter uma visão da frequência com que cada Estado é focalizado individual e conjuntamente pela Revista bem como os principais temas abordados:

QUADRO 15 - Estados focalizados individualmente:

* Matérias, reportagens, artigos exclusivos sobre estes Estados

** O Distrito Federal foi considerado aqui como Estado

*** Referência ao trabalho infantil

**** Centros Integrados de Educação Pública

***** Ações da Comunidade em parceria com o Estado

| Estados | Nº e data da revista | Assunto Principal * |
|--------------------|--|--|
| Amazonas | 01/mar/86 | Evasão/Repetência *** |
| Ceará | 01/mar/86 09/dez/86 | Alfabetização Evasão e repetência |
| São Paulo | 05/ago/86 11/abr/87 11/abr/87 17/nov/87 21/mar/88 26/nov/88 | Escolas Rurais Ciclo Básico Férias: Interior na Praia Municipalização do Ensino Ação Comunitária ***** Núcleos Regionais de Ensino (UNESP) |
| Minas Gerais | 06/set/86 23/ago/88 27/dez/88 | Escolas Rurais *** Balanço de gestão Curso de Magistério no Instituto São Rafael, BH. |
| Paraná | 08/nov/86 17/nov/87 24/set/88 27/dez/88 28/mar/89 | Escolas Rurais *** Universidade Popular Avaliação das escolas estaduais Projeto de Alfabetização Programa de Paisagismo e Educação Ambiental |
| Pernambuco | 14/ago/87 18/dez/87 20/abr/88 | Escolas-Produção *** Projeto Pintura na Escola Clientelismo |
| Rio de Janeiro | 21/mar/88 | CIEPs **** |
| Pará | 22/jun/88 | Ação Comunitária ***** |
| Piauí | 24/set/88 | Livros Didáticos para 1ª a 4ª série |
| Santa Catarina | 24/set/88 | Videocassetes apreendidos e doados às escolas |
| Espírito Santo | 25/out/88 | Programa de Difusão Cultural nas Escolas |
| Acre | 25/out/88 30/mar/89 | Projeto Experimental de Lotação de Classes de Primeira Série a Partir do Critério de Prontidão à Alfabetização Tese: "Educação Básica: imposição política ou pressão social?" de Edir Marques de Oliveira, da UFF |
| Rio Grande do Sul | 26/nov/88 | Textos didáticos de autores locais |
| Distrito Federal** | 28/mar/89 | Novo Método de Ensino da Matemática |

QUADRO 16 - Estados focalizados conjuntamente:

* Matérias, reportagens e artigos sobre Estados tratados conjuntamente

** Sistema de Avanço Progressivo, da Secretaria Estadual da Educação

(+) Avaliação positiva

(-) Avaliação negativa

| Estados * | Nº e data da revista | Temas | Enfoques |
|-------------------------------------|-------------------------------------|--|--|
| Paraná | 02/abr/86 13/jun/87 | Exp. Educacionais Planos de Gestão 1987 | Escola Santa Rosa 1500 salas de aula, centros de treinamento, articulação com a universidade, reduzir a burocracia em 1/3, computadores, volta dos professores para a sala de aula, APMs e colegiados escolares bibliotecas existentes |
| | 18/dez/87 19/mar/87 19/mar/87 | Biblioteca Escolar Educação Ambiental Propostas para 1988 | Ciclo Básico, cursos de magistério, reforma curricular e salários |
| | 20/abr/88 | Balanço de gestão 1987 | (+) diminuição de pessoal, computadores, descentralização de verbas (para as escolas), diálogo com o magistério |
| | 23/ago/88 30/mai/89 | Preservação de escolas Ciclo Básico | Experiência em andamento |
| | Santa Catarina | 02/abr/86 13/jun/87 | Exp. Educacionais Planos de Gestão |
| 18/dez/87 19/mar/87 20/abr/88 | | Biblioteca Escolar Educação Ambiental Balanço de gestão 1987 | (+) evasão escolar; (-) salários (não pagamento) e recurso contra lei estadual (eleição de diretores) |
| 30/mai/89 | | Ciclo Básico | Contrário à experiência |
| | | | |

| Estados * | Nº e data da Revista | Temas | Enfoques |
|-------------------|------------------------|------------------------|--|
| Rio Grande do Sul | 02/abr/86 | Exp. Educacionais | Ciclo Básico vagas, municipalização (construções, merenda, escolas), ampliação de vagas bibliotecas existentes |
| | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | Municipalização e Quadro de pessoal (-) ampliação da rede, municipalização, ameaças de demissão e remoções arbitrárias de professores fora de suas funções; |
| | 19/mar/88 | Educação Ambiental | |
| | 19/mar/88 | Propostas para 1988 | |
| 20/abr/88 | Balanço de gestão 1987 | | |
| | 22/jun/88 | Preservação de escolas | Experiência em andamento |
| | 30/mai/88 | Ciclo Básico | |
| São Paulo | 02/abr/86 | Exp. Educacionais | Ciclo Básico Combate à burocracia, ao centralismo e autoritarismo, novo currículo, mais salas de aula, salários, ajuda da comunidade |
| | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | Bibliotecas existentes |
| | 19/mar/88 | Educação ambiental | Municipalização (+) descentralização (maiores poderes às delegacias de ensino) e novo currículo; (-) salários |
| | 19/mar/88 | Propostas para 1988 | |
| 20/abr/88 | Balanço de gestão 1987 | | |
| | 30/mai/87 | Ciclo Básico | Experiência em andamento |
| Rio de Janeiro | 02/abr/86 | Exp. Educacionais | Atuação da Secretaria de Educação Integração redes estadual e municipal, material didático, bibliotecas, treinamento de professores |
| | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | Bibliotecas existentes |
| | 19/mar/88 | Propostas para 1988 | Curso de Magistério, currículo e carreira (+) eleição para diretores; - integração das redes municipal e estadual e não conclusão de obras iniciadas de CIEPs |
| | 20/abr/88 | Balanço de gestão 1987 | |
| | 30/mai/89 | Ciclo Básico | Experiência em andamento |

| Estados * | Nº e data da Revista | Temas | Enfoques |
|---|-------------------------------------|---|--|
| Minas Gerais | 02/mar/86 | Exp. Educacionais | Ciclo Básico |
| | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | Ampliação de vagas, curso supletivo, desburocratização da administração escolar, municipalização, Núcleos de Ensino Extracurriculares (programa de educação integral, como os CIEPs) |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | Bibliotecas existentes |
| | 19/mar/88 19/mar/88 20/abr/88 | Educação Ambiental Propostas para 1988 Balanço de gestão 1987 | Municipalização e novo currículo (+) uma escola com atendimento em período integral; (-) municipalização |
| Pará | 02/abr/86 | Exp. Educacionais | Projeto Avante |
| | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | combater repetência, evasão, crianças fora da escola e divórcio entre a escola e a criança carente |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | bibliotecas existentes |
| | 20/abr/88 23/ago/88 30/mai/89 | Balanço de gestão 1987 Preservação de escolas Ciclo Básico | (+) novo estatuto, conselhos de escola, combate à violência; (-) salários Iniciando implantação |
| Mato Grosso do Sul | 02/abr/86 | Exp. Educacionais | Alfabetização |
| | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | ampliação de vagas (30.000 crianças fora da escola), computadores, reorganização do setor educacional, participação comunitária |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | bibliotecas existentes |
| | 19/mar/88 30/mai/89 | Educação Ambiental Ciclo Básico | iniciando implantação |
| Distrito Federal (aqui considerado como Estado) | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | alfabetização, CB, combate à evasão e repetência, qualidade, direções colegiadas, conselhos deliberativos |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | bibliotecas existentes |
| | 19/mar/88 | Educação Ambiental | |
| | 19/mar/88 20/abr/88 | Propostas para 1988 Balanço de gestão 1987 | Plano Quadrienal (-) 100 diretorias colegiadas (implantou apenas 10) e melhoria do CB |
| | 30/mai/89 | Ciclo Básico | Experiência em andamento |

| Estados * | Nº e data da Revista | Temas | Enfoques |
|---------------------|-----------------------------|------------------------|---|
| Pernambuco | 02/abr/86 | Exp. Educacionais | Classes de aceleração Crianças fora da escola, analfabetismo, repetência, qualidade, ampliação do período escolar, volta dos professores à sala de aula, salários, fórum itinerante de Educação Bibliotecas existentes CB e concurso para o magistério (+) repetência, discussão de prioridades (com municípios), recuperação da rede física e cursos; – professores em funções burocráticas Projeto Nova Escola Contrário à experiência |
| | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | |
| | 19/mar/87 | Educação Ambiental | |
| | 19/mar/87 | Propostas para 1988 | |
| 20/abr/87 | Balanço de gestão 1987 | | |
| | 27/dez/88 | Projeto Nordeste | |
| | 30/mai/89 | Ciclo Básico | |
| Ceará | 02/abr/86 | Exp. Educacionais | Recuperação Enxugar a máquina administrativa, ampliação da rede (27% das crianças fora da escola), formação de professores, recursos diretos às escolas, equipamentos (principalmente nas escolas rurais) Bibliotecas existentes Ensino profissionalizante, pré-escola e 1º Grau (+) eliminação de cargos ilícitos, vagas ociosas, repetência; (–) reciclagem dos professores e novo currículo Projeto de Extensão Escola Viva |
| | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | |
| | 18/dez/87 | Biblioteca Escolar | |
| | 19/mar/88 | Educação Ambiental | |
| | 19/mar/88 | Propostas para 1988 | |
| 20/abr/88 | Balanço de gestão 1987 | | |
| | 27/dez/88 | Projeto Nordeste | |
| Rio Grande do Norte | 13/jun/87 | Planos de Gestão 1987 | participação da comunidade, capacitação dos professores, salários (+) implantação do novo estatuto; (-) debate para Plano de Educação e salários |
| | 20/abr/88 | Balanço de gestão 1987 | |

| Estados * | Nº e data da Revista | Temas | Enfoques |
|-----------|---|--|--|
| Sergipe | 13/jun/87 19/mar/88 20/abr/88 | Planos de Gestão 1987 Propostas para 1988 Balanço de gestão 1987 | evasão e repetência, novo currículo, calendário adaptado ao calendário agrícola, 1000 salas de aula, salários, crianças fora da escola, centro de treinamento, centro de educação especial, participação comunitária Concurso para o magistério e novo estatuto (+) retorno de 15% dos 4000 professores que estavam fora da sala de aula, Centro de treinamento dos professores e comissão para estatuto; (-) crianças fora da escola, rede física e salários |
| Alagoas | 13/jun/87 20/abr/88 | Planos de Gestão 1987 Balanço de gestão 1987 | Moralização, repetência, evasão, qualificação dos professores, currículo, conselhos comunitários nas escolas, integração com a universidade, professores fora das salas de aula, 31% de crianças fora da escola (+) conselhos de escola, eleição para diretores, salários |
| Paraíba | 13/jun/87 | Planos de Gestão | Ampliação de vagas, qualidade, plano estadual de educação com a participação da população, pedagogia crítica |
| Bahia | 13 18/dez/87 19/mar/88 20/abr/88 | Planos de Gestão 1987 Biblioteca Escolar Propostas para 1988 Balanço de gestão 1987 | Analfabetismo (67,8% da população rural), evasão, repetência, programa de educação (inclusive para 10% de adultos), cursos Bibliotecas existentes Ciclo Básico de Alfabetização (+) alfabetização de adultos, recuperação da rede física e distribuição de material |
| Goiás | 18/dez/87 19/mar/88 30/mar/89 | Biblioteca Escolar Educação Ambiental Ciclo Básico | Bibliotecas existentes Iniciando implantação |
| Acre | 23/ago/88 | Preservação de escolas | |

As reportagens sobre as políticas educacionais propostas e/ou implementadas nos Estados durante o período aqui estudado mostram que algumas prioridades estabelecidas eram comuns em vários Estados: ampliação do número de vagas para atender as crianças fora da escola, combate à repetência e à evasão escolar, propostas de alfabetização (Ciclo Básico, classes de aceleração, cartilhas e livros didáticos especiais), municipalização do ensino, concursos para o magistério, cursos para professores, desburocratização, volta para a sala de aula dos professores comissionados em outros órgãos governamentais, novos currículos e melhoria salarial.

Algumas dessas políticas, como se sabe, foram referendadas, no final da década de 80, durante o processo constituinte e na nova Constituição Brasileira de 1988. Ao se reconhecer a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família (Artigo 205), foi confirmado o direito ao acesso à escola, isto é, a garantia de vagas para todos no ensino de 1º Grau. Tal direito, por sua vez, levou ao questionamento da repetência e da evasão escolar, pois democratizar o ensino significaria, não somente garantir o acesso à escola, mas, também, oferecer condições de permanência e conclusão da escolaridade obrigatória o que levava os responsáveis pela educação comprometidos com a democratização do ensino a buscar soluções para o problema. Algumas das medidas tomadas neste sentido foram comuns em vários Estados, como o Ciclo Básico de Alfabetização que ampliava para dois anos o período inicial da alfabetização sistemática das crianças (*cf.* QUADRO 16, p. 114-118, acima). Outras experiências também foram tentadas, como a das Classes de Aceleração, em Pernambuco. A municipalização do ensino de 1º Grau foi implantada, ou pelo menos tentada em vários Estados (*cf.* quadro acima).

Porém, mais do que divulgar as experiências estaduais de educação, com informações completas proporcionando oportunidade de questionamentos ou possíveis estímulos para implantação de algumas medidas, a tônica das reportagens foi a de passar a idéia de mudança, como se toda mudança fosse positiva somente pelo fato de mudar. As políticas estaduais foram divulgadas fragmentadamente reforçando a idéia dos novos tempos ou do “novo regime”. As críticas feitas pelos entrevistados apresentavam um caráter pontual, sem correlação com a política federal de educação. Por diversas vezes, indiretamente, foi atribuída aos professores a maior responsabilidade em efetuar mudanças qualitativas no ensino apesar das condições adversas, personificando tal processo.

Tome-se como exemplo as duas reportagens que abordaram o maior número de Estados conjuntamente. No exemplar nº 13, de junho de 1987, foram entrevistados os recém empossados secretários da Educação, que falaram sobre os problemas encontrados e as medidas que seriam tomadas em seus Estados. Após um ano, no exemplar nº 20, de abril de 1988, a revista pretendeu comparar as realizações com as “promessas” feitas na primeira reportagem.

Na reportagem *Promessas: Os novos secretários contam seus planos* (Revista Nova Escola nº 13, de junho de 1987), são focalizados os seguintes Estados: Paraná, Distrito Federal (aqui considerado como Estado), Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe, Ceará, Pará, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Na reportagem *Balanço: nem todos os planos para a educação deram certo* (Revista Nova Escola nº 20, de abril de 1988), são focalizados os mesmos Estados, com exceção do Mato Grosso do Sul e Paraíba.

Além da fragmentação dos dados fornecidos pelos entrevistados, estas reportagens apresentam outros senões. Tome-se, por exemplo, os Estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas. Estes Estados não são focalizados pela Revista individualmente quanto às suas políticas educacionais. Essas duas reportagens onde os Estados são focalizados conjuntamente, são as únicas sobre os mesmos nos trinta primeiros números da Revista aqui analisados (*cf.* QUADRO 16, p. 114-118, acima). Constituem-se, portanto, em importante informação para os professores destes Estados.

No Rio Grande do Norte, as “promessas” do então secretário da educação, Oto Eufrásio de Santana, eram: promover debates com a participação da comunidade escolar para levantar as necessidades da “sociedade civil”; e atacar de imediato os problemas de qualificação e baixos salários dos professores. Na reportagem sobre o “balanço” da realização das promessas, o secretário não foi novamente entrevistado. Diz a reportagem:

Ao assumir a Secretaria da Educação do Rio Grande do Norte, Oto Santana prometeu abrir o debate para a elaboração de um Plano de Educação e melhorar a qualificação e os salários dos professores. A proposta de discussão não se deu na prática, critica Jesi Bulhões, da Associação dos Professores.

Ora, além de não entrevistar novamente o próprio secretário, essa “promessa” não constava da reportagem sobre planos dos secretários. Para Bulhões, “houve algum avanço na implantação do novo Estatuto do Magistério (não diz qual avanço), mas, de outro lado, ocorreu um rebaixamento dos salários”.

Em Alagoas, as “promessas” do secretário Luciano Peixoto eram: repensar a educação e moralizar o ensino, indicadas como as principais metas. Os principais

problemas apontados por ele, mas que seriam atacados “com urgência” foram: falta de uma política educacional em Alagoas que vem se refletindo em diversas áreas: alto índice de repetência e evasão, baixa produtividade do ensino, problemas de qualificação dos professores e falta de adequação curricular. O secretário propunha, também, a criação de conselhos comunitários nas escolas, uma maneira de fiscalizar e nortear as ações educacionais, e a integração das escolas à Universidade. Ele apontava, ainda, outros problemas: falta de vagas na rede estadual (de acordo com ele, 31% das crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula no Estado) e o grande número de professores atuando em funções burocráticas (segundo ele, dos 17 463 professores estaduais, 4 968 trabalhavam longe dos alunos e 3 069 estavam à disposição de outros órgãos).

Na reportagem sobre o “balanço” das promessas, tal como no Rio Grande do Norte, o secretário também não foi ouvido novamente. A entrevistada, Alba Correia da Silva, presidente da Associação dos Professores de Alagoas, “avalia que o secretário Luciano Peixoto tem feito o possível para cumprir as prioridades estabelecidas”. Ela diz que “o secretário prometeu e já deu início ao processo de democratização das escolas, com a criação de conselhos escolares e encaminhamento da proposta de eleição para diretores”. Além disso, de acordo com ela, “a valorização do Magistério também está ocorrendo na medida em que obtivemos isonomia salarial com os profissionais do mesmo nível de formação que atuam em outros órgãos do Estado, o que melhorou em mais de 100% a situação salarial”. As demais “promessas” não foram comentadas pela entrevistada ou questionadas pela reportagem.

Este tipo de tratamento repetiu-se na abordagem dos demais Estados na reportagem de avaliação *Balanço: nem todos os planos para a educação deram certo*. Os

repórteres (não identificados nesta reportagem) não questionaram os entrevistados sobre as “promessas” dos secretários e tampouco fizeram comparações que “lembrassem” os leitores que haviam lido a reportagem *Promessas: Os novos secretários contam seus planos* (Revista Nova Escola nº 13, de junho de 1987), ou informasse os leitores que não haviam lido a mesma. Além disso, não utilizaram o mesmo critério de entrevista nos Estados citados. No Estados do Ceará, Pará, Bahia, São Paulo, Santa Catarina foram entrevistados, novamente, apenas os secretários da Educação e não representantes de entidades do magistério. No Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Distrito Federal a reportagem fez a avaliação sem citar as fontes. Em Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraná foram entrevistados apenas representantes de entidades do magistério que criticaram ou confirmaram as avaliações dos secretários. Desta atitude, o mínimo que se pode dizer é que não houve rigor jornalístico no tratamento do tema. Note-se, também, que nestas reportagens sobre política educacional, a atuação governamental na Educação aparece desvinculada da política geral dos Estados uma vez que nem sequer são citados os nomes dos governadores como se os secretários da Educação tivessem autonomia para definir e implementar os projetos e programas. Desta forma, pode-se dizer que a Revista não contribuiu, no período estudado, para uma informação mais precisa dos leitores sobre as causas das avaliações negativas ou positivas dos entrevistados, sobre os governadores responsáveis pelas políticas governamentais em cada Estado e sobre os partidos políticos aos quais pertenciam, despolitizando o debate. Se considerarmos que nas democracias modernas (representativas), os partidos políticos são os elos de ligação entre a população e os governantes eleitos (Bobbio, 1986), contribuir para sua divulgação e fortalecimento seria contribuir para a consolidação da democracia.

Não se trata aqui, evidentemente, de exigir um rigor semelhante ao exigido em publicações científicas. Tampouco seria sensato exigir a publicação da totalidade dos dados sobre as políticas educacionais dos Estados, em reportagens dessa Revista que não se propõe a tanto. Porém, não se pode deixar de refletir sobre os procedimentos utilizados na *midcult*, apontados por Teixeira Coelho que, baseando-se em D. MacDonald cita:

... é a *midcult*²⁰ que surge como subproduto da indústria cultural. Nesse processo, ela se diferencia da *masscult*: a) por tomar emprestados procedimentos da cultura superior, desbastando-os, facilitando-os; por usar esses procedimentos quando eles já são notórios, já foram “consumidos”; por rearranjá-los, visando a provocação de efeitos fáceis; por vendê-los como cultura superior e, por conseguinte, tentar convencer o consumidor de que teve uma experiência com a “verdadeira cultura”, num processo que o tranqüiliza e que substitui, em sua mente, outras inquietações e indagações que possa ter (Teixeira Coelho, 1995, p. 19).

Nas reportagens sobre as políticas educacionais nos Estados pode-se questionar, também, a ênfase atribuída às experiências individuais como capazes de resolver os problemas educacionais gerais. Na reportagem *Reforma Silenciosa* (Revista Nova Escola n° 02: 10-17), isso aparece claramente.

A chamada da reportagem já define o enfoque:

Discretos e eficazes, eles adaptam os currículos à realidade de seus alunos. Corajosos e criativos, desafiam leis para suprir a falta da pré-escola. Realistas e aplicados, voltam a estudar para oferecer um trabalho mais eficiente... É assim que um número sempre crescente de professores tenta descobrir um novo caminho para a Educação de 1° Grau.

²⁰ As concepções de MacDonald sobre cultura superior, média e de massa foram explicadas na Introdução, item 2, acima.

A repórter introduz o assunto afirmando que “há pelo menos duas décadas, os educadores brasileiros vêm tentando chamar a atenção das autoridades para o que classificam de a ‘falência’ da escola pública de 1º Grau”. Porém, em sua opinião, nestes “mais promissores anos 80, um número incalculável deles deixou de apenas criticar e tomou a si a tarefa de mudar o desagradável panorama da Educação no Brasil, pelo menos no que se refere ao 1º Grau”. Os efeitos desse movimento, ela avalia, “já se mostram amplos o suficiente para merecerem o batismo de ‘reforma’ ... que na maioria das vezes surge de iniciativas individuais ou da decisão de pequenos grupos”. Com isso, “o movimento não tem precisado de leis, decretos ou das clássicas ‘ordens superiores’ para legitimar-se”. Na prática, ela continua, esse movimento “objetiva modificar a realidade brasileira”. Dos quase sete milhões de crianças matriculadas na 1ª série em 1981, continua a repórter, “somente três milhões conseguiram ser promovidas para a série seguinte”. Ela cita a secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro, Maria Yedda Linhares, que afirma saírem os concluintes do 1º Grau, na “condição de semi-analfabetos”. A seguir, a reportagem apresenta alguns dados referentes a experiências nos Estados citados, abaixo resumidos:

Paraná: “Cada escola elabora suas leis”. Experiência focalizada: Escola Estadual Santa Rosa, em Curitiba. Diretora, Maria Aparecida Faria.

Mudanças realizadas:

– currículos (quando uma matéria é “complicada para uma determinada série” é repassada para uma série mais adiantada;

– provas foram substituídas por “avaliação diária” (“do momento em que o aluno entra no espaço escolar, tudo o que ele faz é resumido e anotado pela professora, que dá

atenção não só aos trabalhos realizados em classe como às suas atitudes em relação aos colegas, seu interesse pelas atividades etc.”).

- eliminação do livro didático (as crianças estudam em cartilhas feitas por elas mesmas);

- em várias situações os alunos têm o poder de decisão (exemplo citado relata atraso de professora que não deu aula e teve o dia descontado);

Resultados:

- em 1985, apenas 11 dos 480 alunos que estudam do pré à 4ª série foram reprovados;

- a escola transformou-se em símbolo da abertura educacional que está acontecendo no Paraná, desde 1982;

- apoiada na sugestão do atual governador (não diz quem é) a Secretaria deu “carta branca” às escolas paranaenses afirmando que “devem descobrir seus jeitos de auto-avaliarem o trabalho que fazem e, a partir daí, colocar em prática todas as medidas que julgarem necessárias para melhorá-lo”;

- em 1982, a reprovação no Estado foi de 20%; em 83, de 18%, aumentando em cerca de 6.000 o número de alunos aprovados.

Após a leitura dos dados apresentados para o leitor permanecem as seguintes questões: o critério de mudança curricular foi somente o citado? Quantos alunos cada professor tem, para poder fazer as “avaliações diárias”? Quais as outras situações em que os alunos podem decidir? Quem é o Governador citado e o seu partido? A política Estadual de Educação se resume em dar “carta branca” às escolas? Qual é a situação das outras escolas do Paraná?

Santa Catarina: “O sistema muda para ensinar melhor”. Focaliza a Secretaria Estadual de Educação.

A reportagem inicia afirmando que “os bons ventos da abertura educacional demoraram para arejar a Educação em Santa Catarina”, pois somente em 1985 esta resolveu acabar com o Sistema de Avanço Progressivo (SAP) na rede estadual de 1º Grau, implantado em 1970. “Por ser o único Estado brasileiro a adotar o SAP, Santa Catarina pôde colocar em prática um sistema que, na verdade, se confunde com a abominada aprovação automática”. A reprovação foi reduzida a níveis mínimos, mas a evasão atingiu proporções assustadoras. Dos 104 mil alunos matriculados em 1977, só 34 mil concluíram a 8ª série em 1985, pois “a má qualidade do ensino afugentou 70 mil crianças da rede estadual”. Na zona rural, apenas cinco em cada 100 crianças terminaram o 1º Grau. Aí, “são vários os fatores que impedem os alunos de permanecer os oito anos na escola – entre eles, a necessidade de se usar a mão-de-obra infantil”, afirma a reportagem.

De acordo com a professora Vera Bazzo, da Universidade Federal, “o que vemos atualmente são alunos matriculados no 2º Grau sem terem capacidade de formular pensamentos com um mínimo de lógica”. Para os alunos que estudaram sob a vigência do SAP, o ‘estouro’ ocorreu quando procuraram vagas nas escolas de 2º Grau, concorrendo com jovens vindos das redes municipal e particular. O mínimo que disseram foi: “Fomos tapeados!”

A reportagem não explica quem acabou com o SAP e o que foi feito depois, o que significa “abertura educacional”, quem a propôs e o que significa “bons ventos”.

Rio Grande do Sul: “Não se reprovam mais crianças de 1ª série”. Focalizou-se a Secretaria Estadual de Educação.

No Rio Grande do Sul “a situação do ensino é uma das melhores do país”:

- em 1980 foi implantado o Projeto Estudos Contínuos nas duas séries iniciais que produziu os seguintes resultados em 1985: 33% de reprovação na 1ª série, 17% na 2ª, 15% na 3ª e 21% na 4ª série. A criança só é avaliada após dois anos de estudos e se aprovada é promovida para a 3ª série. O Projeto previa treinamento dos professores que foram preparados para respeitar o nível de desenvolvimento e conhecimento de cada grupo de sua turma. Nestes quatro anos o sistema atendeu a cerca de cinco mil crianças, registrando um índice de aprovação de 82% e apenas 1% de evasão. O Projeto foi considerado “tão bom” que o Ministério da Educação liberou 1 bilhão de cruzeiros para que fosse atendido o dobro de crianças em 1986. Em breve será ampliado para as redes municipais.

Após o relato dos dados ficam as seguintes questões: como considerar 33% de reprovação na 1ª série se as crianças só são avaliadas na 2ª? Quais séries foram consideradas ao se informar os índices de 82% de aprovação e 1% de evasão? Qual é a proporção de alunos e escolas, em relação à rede estadual, nas quais foi implantado o Projeto?

São Paulo: “A distância entre pobres e ricos fica menor”. Destaque para a Secretaria de Educação do Estado que implantou o Ciclo Básico e para uma professora que antes mesmo da medida já havia modificado o ensino na Escola Aurélio de Campos, na “distante e pobre Vila da Paz”. Abaixo, alguns dados:

Justamente por entender que ensinar é mais importante que aprovar, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo esperou dois anos para oficializar o seu Ciclo Básico (CB), implantado em 1984, nas cinco mil escolas públicas urbanas de 1º Grau e em cerca de 13 mil escolas rurais.

Além da continuidade dos dois anos iniciais, o sistema paulista prevê a possibilidade de a criança precisar de aulas extras podendo, então, esticar a permanência diária na escola por mais duas horas, recebendo merenda suplementar e acompanhamento de um professor. “A intenção é diminuir a distância entre os alunos pobres e os vindos das classes média e alta”. De acordo com a reportagem,

uma pesquisa mostra que os professores aprovam a proposta do Ciclo Básico – embora critiquem a maneira como ele foi implantado: ‘como as coisas foram feitas, implantou o Ciclo quem quis e como quis’, afirmam.

Alguns resultados: em 1983, antes do CB, a repetência foi de 44% e a evasão de 13%. Em 1985, foram de 30% e 12% respectivamente.

A experiência da professora, usada como exemplo, resume-se em remanejar alunos dividindo-os em classes de “níveis alto, médio e baixo” com acompanhamento especial e aprovação para a 2ª série com acompanhamento. Resultados: “após uma série de remanejamentos, elas [as crianças] foram alfabetizadas”, os índices de repetência que eram de 80%, em 1981, baixaram para menos de 20% (não informa em que ano), e a evasão “praticamente não existe por lá”, informa a professora.

O relato desta experiência sugere as seguintes questões: como uma só professora pode remanejar alunos na escola, uma vez que em 1986, data da reportagem, consta que ela era monitora de Ensino da 18ª Delegacia de Ensino da Secretaria Estadual de São Paulo, mas não informa sua função quando “chegou”, em 1981, na escola citada? Como ficou a escola após a implantação do CB ?

Rio de Janeiro: “Maior salário aos professores que alfabetizam”. Destaque para a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

A secretária de Educação, Maria Yedda Linhares, parte do princípio de que “precisamos de um novo modelo para o ensino brasileiro e só vamos consegui-lo com o esforço e a participação de todos: professores, diretores de escola, pais e alunos”. Na busca desse modelo, a administração do Rio, iniciou suas atividades “ouvindo os professores”. Criou um grupo de trabalho que analisou a questão da evasão e repetência e resolveu agir depois de constatar que a culpa pelo fracasso escolar deixou de ser atribuída ao aluno, mas passou a ser atribuída às precárias condições familiares, o que, na opinião da Secretária, “acaba dando no mesmo”. A situação era a seguinte, ela denuncia:

em 1983, 560 das 814 escolas da rede pública estavam literalmente caindo aos pedaços; a merenda, mal administrada, servia para encher os bolsos dos responsáveis pela compra dos gêneros alimentícios; e as escolas reprovavam, todos os anos, mais da metade de seus alunos.

Diante desse quadro as ações da Secretaria de Educação foram:

– “investir maciçamente na reforma e construção de prédios, mudar a sistemática da merenda e promover o máximo de cursos de reciclagem para professores”;

– repensar os currículos com a preocupação de “fazer com que tenham uma dimensão cultural, permitindo ao professor perceber a experiência do aluno e aproveitar a visão de vida trazida pela criança”, afirma a diretora do Departamento Geral de Educação, Laurinda Barboza;

– as quase mil escolas municipais abriram matrículas para crianças de seis anos de idade em Classes de Alfabetização (CA);

– assim como em São Paulo e no Rio Grande do Sul, as crianças têm dois anos para a alfabetização, mas seu tempo de escolarização é ampliado;

– gratificação para os professores das classes de alfabetização (incentivo “mínimo em termos financeiros”, mas “sua importância está no fato de simbolizar o reconhecimento por uma função que até há pouco era considerada menor”, afirma Laurinda).

Os resultados obtidos mostram que “enquanto em 1984 a reprovação na 1ª série girava em torno de 50%, em 1985 baixava para 40%”. A reportagem não explica qual é a nova sistemática da merenda.

Minas Gerais: “O que atrapalha é a falta de pré-escolas”. Destaque para a Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Em 1983, 41% do total de alunos das escolas estaduais de 1º Grau foram reprovados e 12% evadiram-se. Esse é o problema que a Secretaria pretende resolver, concentrando esforços na fase de alfabetização. Para tanto, criou, em 1984, o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) que dedica dois anos para a alfabetização. O CBA foi implantado após uma série de encontros, nos quais o novo sistema foi apresentado, ficando acertado que cada escola estabelecerá seus meios de utilização do processo. No entanto, conta José Boaventura Teixeira, diretor de Ensino do 1º Grau, “isso criou uma certa ansiedade por parte dos professores levando a Secretaria a mudar de tática”. Neste ano as escolas vão desenvolver o projeto a partir de normas estabelecidas pelo órgão. Na opinião de muitos professores mineiros, diz a reportagem, “o CBA não conseguirá alterar a situação do Estado, já que, para eles, o problema é anterior à alfabetização”. Os professores teriam que suprir a falta de pré-escola na 1ª série.

Pará: “em grupos menores, maior atenção às crianças”. Destaque à iniciativa da socióloga e professora de 1º Grau, Maria Joana de Souza Lima.

Por entender que as iniciativas oficiais dificilmente chegam com a rapidez exigida pela gravidade dos problemas”, Maria Joana, “resolveu não esperar por elas”. Por conta própria foi para Goiás, quando soube que “um grupo de adolescentes ... conseguia alfabetizar em três meses suas turmas de alunos adultos”. Da experiência dos “rapazes” e de sua própria experiência de magistério Maria Joana “estabeleceu as bases do Projeto Avante, um programa destinado a ajudar as crianças que permanecem na 1ª série dois ou mais anos, e que prevê turmas menores, para que o professor possa dar mais atenção a cada criança”. Com o apoio da Secretaria Estadual de Educação conseguiu colocar em prática o seu projeto que ao final do ano promoveu 90% dos 77 alunos participantes. Em 1985, a experiência foi estendida para oito cidades do interior abrangendo mais de 4 000 crianças.

A reportagem não explica quais as principais medidas do Projeto, qual a porcentagem de crianças envolvidas em relação ao número de crianças da rede escolar, se com o Projeto o número de vagas foi ampliado, quem coordena o Projeto e quem são os rapazes de Goiás.

Mato Grosso do Sul: “Professores se dão conta de sua importância”. Destaque à Secretaria Estadual de Educação que iniciou um trabalho para reduzir a evasão e a repetência na 1ª série.

No início, em 1983, o trabalho foi chamado de “Reforço à Alfabetização” e foi realizado com 1.500 crianças que quase ao final da 1ª série ainda não conheciam as sílabas simples. Durante 38 dias estas crianças tiveram um atendimento especial, em seis horas de aulas diárias, com três professores. Como resultado, em janeiro de 1984, 95% delas haviam aprendido a ler e a escrever. Mas, apesar dos resultados a experiência não foi estendida à rede, pois “ficou claro, desde logo, que não poderíamos fazer o mesmo com

todos os alunos da rede estadual ... não teríamos espaço para formar turmas muito pequenas, nem professores disponíveis”, declara Aparecida Bueno Nogueira, coordenadora geral de Educação.

A partir dessa experiência, “a Secretaria passou a se preocupar mais com o alfabetizador. Organizando cursos de treinamento, está tentando conscientizá-lo de sua importância e provocar nele um interesse maior pelo trabalho”. Com isso, informa Maria Aparecida, “no ano passado a rotatividade dos professores foi menor”. Em sua opinião, “essa rotatividade ocorria em função das dificuldades que o professor tinha em enfrentar os resultados negativos de seu trabalho”. Antes, ela continua, “a 1ª série era entregue a iniciantes. Hoje contamos com profissionais que se sentem de fato alfabetizadores, e isso é fundamental para a criança, que nessa fase depende muito do professor”.

A reportagem não questiona se seriam os professores que não estariam “conscientes” de sua importância, ou os órgãos competentes que não os valoriza de fato e não somente em discursos. Não informa, também, qual a porcentagem de rotatividade dos professores antes e depois dos cursos, quantos professores fizeram os cursos e quantas crianças serão beneficiadas com os cursos desses professores.

Pernambuco: “Cinco horas de aula para os iniciantes”. Destaque para a Fundação Guararapes, órgão que coordena o ensino municipal de 1º Grau no Recife.

Em Pernambuco, “a reprovação na 1ª série ultrapassa os 40% e a evasão anda em torno de 20%” (não é citado o ano). Medidas tomadas para a “alfabetização real das crianças nos dois primeiros anos de escolarização: estender para cinco o número de horas diárias dos alunos das classes iniciais; treinamento para os professores aos sábados;

Classes de Aceleração (sem tempo determinado para ultrapassar cada uma das cinco etapas em que estão divididas).

O presidente da Fundação, João Francisco de Souza, aponta o despreparo dos professores como uma das causas dos elevados índices de repetência e evasão no Recife, mas “não deixa de considerar os problemas sócio-econômicos da região, que levam as crianças a ingressarem cedo demais no mercado de trabalho”.

A reportagem não informa se os professores são remunerados, ou não, para fazer os cursos aos sábados. Não foram apresentados resultados das iniciativas, mesmo as das Classes de Alfabetização que iniciaram em 1984. A repórter comenta: “como até hoje não foram divulgados com clareza os dados sobre o aproveitamento desses alunos, fica-se sem saber se eles estão de fato aprendendo ou se estão apenas compondo turmas paralelas para não atrapalhar o ensino regular”.

Ceará: “Recuperação ao longo de todo o ano letivo”. Destaque para Secretaria Estadual de Educação:

A coordenadora do Serviço de Supervisão da Secretaria Estadual de Educação, Iolanda Caracas, aponta a “falta de sintonia entre a escola pública e o aluno” como a principal causa de evasão e repetência. Ela diz que “os professores falam para um aluno que eles têm na cabeça e não para a criança que está ali, na frente deles, com suas características próprias e individuais”.

Para evitar esse desencontro, estão produzindo cartilhas como a da “Ana e do Zé” para o meio rural e “João e Maria” para as escolas urbanas. Entretanto, para que essas cartilhas tenham o êxito esperado, seria preciso distribuí-las em número suficiente para todas as escolas e treinar professores, o que não está sendo feito, “por falta de

recursos”. O que a Secretaria fez foi “um horário especial, em dez escolas da capital, no qual as crianças que apresentam dificuldades passam a ter mais duas horas de aula por dia, como se fosse uma recuperação simultânea ao ano letivo”.

Na opinião da assessora do Ministério de Educação, Ester Barroso, “o Estado está demonstrando seu empenho em diminuir a taxa de evasão que, na 1ª série, anda em torno de 50%”. “A função da escola de 1º Grau é, fundamentalmente, ensinar o aluno a ler, escrever e pensar, e aos poucos, o Estado do Ceará está conseguindo isso”.

A reportagem não responde as seguintes indagações: quem está elaborando as cartilhas e quando ficarão prontas? Quando se pretende treinar os professores? Em termos percentuais, o que significa o aumento de horas em dez escolas? Em que a assessora do MEC se baseia para dizer que o Estado do Ceará está conseguindo ensinar o aluno a ler, escrever e pensar? E a matemática?

Voltando à chamada da reportagem e à sua introdução que colocam nas mãos dos professores a resolução dos problemas educacionais, com destaque para a evasão e a repetência viu-se que algumas experiências focalizadas, nos diversos Estados, procuram demonstrar que com vontade, criatividade e dedicação, os professores, melhor dizendo, “as professoras”, conseguem alfabetizar as crianças, evitando sua retenção e evasão escolar.

Porém, as dificuldades apontadas e as medidas tomadas pelas Secretarias Estaduais de Educação focalizadas, não confirmam essa indicação. Não se trata de menosprezar os trabalhos individuais, mas de perceber seu alcance e possível continuidade na ausência de políticas que garantam sua manutenção e possível ampliação. Através dos depoimentos pode-se perceber que não dá para ser otimista quanto à resolução dos problemas educacionais quando os próprios responsáveis pela Educação afirmam a

insuficiência de verbas e falta de condições para dar continuidade aos projetos e programas governamentais. Citando apenas o que foi apontado nesta reportagem para melhorar o ensino evitando evasão e repetência vê-se que seria necessário: treinamento de professores, redução do número de alunos por classe, elaboração e distribuição de material didático adequado aos meios rurais e regionais, aumento do número de horas/aulas diárias, pré-escolas, distribuição de merenda escolar, melhores salários e condições das escolas e equacionar o problema do trabalho infantil. Porém, pesquisas realizadas na década de 1990 – ver, por exemplo, Cunha (1991), Oliveira (1992), Pedroso (1994 e 1995) – têm mostrado que a tônica das políticas educacionais da década de 80 foi a descontinuidade, impedindo que se equacionassem positivamente os problemas de evasão e repetência, apontados como os mais sérios em vários Estados.

3.2. Políticas municipais de educação na Revista Nova Escola:

Quanto às políticas educacionais municipais que foram divulgadas pela Revista têm-se:

QUADRO 17 - Municípios focalizados conjuntamente:

| Municípios | Nº e data da revista | Temas |
|-------------------|-----------------------------|--------------------|
| Manaus (AM) | 01/mar/86 | Ampliação de vagas |
| Recife (PE) | 01/mar/86 | Ampliação de vagas |
| Brasília (DF) | 01/mar/86 | Ampliação de vagas |
| Cananéia (SP) | 04/jun/86 | Escolas rurais |

QUADRO 18 - Municípios focalizados individualmente:

* Centros Integrados de Educação Pública

| Municípios | Nº e data da Revista | Temas |
|---------------------|-------------------------------------|--|
| Ilhéus (BA) | 01/mar/86 | Reprovação |
| Lages (SC) | 02/abr/86 19/mar/88 | Escolas Rurais Construção de escolas |
| Rio de Janeiro (RJ) | 04/jun/86 11/abr/87 26/nov/88 | CIEPs * “Escolas-Comunitárias” Eleição direta para diretor de escola |
| Porto Alegre (RS) | 06/set/86 22/jun/88 | Método de alfabetização Êxodo no ensino público |
| Cabo (PE) | 13/jun/87 | Alfabetização de adultos |
| Recife (PE) | 14/ago/87 | Ciclo Básico |
| Fortaleza (CE) | 20/abr/88 | Programa de Saúde Oral |
| Dom Inocêncio (PI) | 28/mar/88 | Fundação Ruralista |
| São Paulo (SP) | 28/mar/88 30/mai/89 | Projeto de Informática Secretário da Educação Paulo Freire (entrevista) |
| Salvador (BA) | 29/abr/89 | Capacitação de Professores |

As reportagens sobre as políticas municipais focalizaram os mesmos problemas destacados quanto às políticas estaduais: falta de vagas, evasão e repetência escolar. O enfoque utilizado também foi o mesmo, procurando mostrar como positivas as iniciativas no âmbito municipal. Como exemplo, veja-se as reportagens temáticas sobre vagas *O milagre da multiplicação* (Revista Nova Escola nº 01, p. 46-49), de Ana Célia Ossame (Manaus), Betania Mascarenhas (Recife) e Jacy Magalhães (Brasília) e *Escolas Comunitárias: um jeitinho carioca de driblar a falta de vagas*, de Lúcia Gomes (Revista Nova Escola nº 11, p. 38-41).

Na reportagem *O milagre da multiplicação*, a chamada mostra a gravidade do problema:

São cinco milhões as crianças que não obtêm vagas nas escolas espalhadas pelo Brasil. Se fossem reunidas num mesmo lugar, elas formariam a terceira cidade mais populosa do país. Mas como ampliar o número de vagas, quando nem sempre há recursos para construir novas escolas? A esse desafio os responsáveis pela Educação, em algumas regiões brasileiras, têm respondido com arrojo e inventividade.

A seguir apresentam as “soluções” encontradas em Manaus (barracas em praça da cidade), Recife (ônibus velhos adaptados) e Brasília (escola em barracas da Festa dos Estados).

Manaus: “Adonilson Moraes da Rocha, 10 anos, pequena estatura, corpo franzino. Durante muito tempo, cheirava cola e fumava como adulto, enquanto vadiava pelas ruas. Seu pai vendia sacos, sua mãe trabalhava como doméstica. Assim era a vida que Adonilson ia levando”. E, assim, tem início a reportagem sobre o Projeto “Meu Filho” da prefeitura de Manaus. São doze barracas de lona, instaladas em praças do centro e dos bairros da cidade. As barracas abrigam 600 crianças de 7 a 14 anos que “abandonaram uma vida de pedinte”. Ficam nas barracas dez horas por dia estudando, trabalhando, e se alimentando. A prefeitura dá a elas uniforme, sapatos, material escolar e paga um terço do salário mínimo, pelo trabalho que fazem. Quando ajudam no trabalho do Horto Municipal, “ainda podem levar para casa parte daquilo que foi produzido”. A escolaridade segue o currículo comum e as classes são de 25 crianças que se revezam nos trabalhos escolares e de limpeza das praças. “Quando chega a noite, as crianças sentem-se cansadas mas estão contentes”, afirma a repórter. Adonilson, à noite, “nunca ficava contente, pois não voltava

para casa. Arrumava uns papéis na porta da igreja São Sebastião, no centro da cidade, e ali dormia. Preso várias vezes, foi até castigado com palmatória por policiais, na cadeia”. Mas, “a vida de Adonilson mudou repentinamente quando surgiram as barracas”.

Como outras crianças do projeto, com história parecida com a sua, ele encontrou, através desse projeto, tudo o que não tinha: aulas, comida e uma ocupação que o retirou das portas de supermercados, onde pedia comida. E mais: nas barracas encontrou amigos – os professores – junto a quem pode chorar, depois de uma briga.

Niza Moreira Liberato, Secretária de Educação de Manaus, até o final do ano anterior, e coordenadora do projeto, “garante” que o rendimento escolar das crianças é superior ao dos alunos das escolas públicas tradicionais e que os índices de reprovação são baixos. A repórter entrevistou, também, Públio Caio Bessa, presidente da Associação Profissional dos Professores do Amazonas, para quem o projeto “jamais deveria ter sido criado”. Em sua opinião, “os professores ficam sobrecarregados de tarefas, pois, além de dar aulas, ainda têm que ficar atentos para que as crianças não se exponham aos riscos do trânsito enquanto trabalham”. Ele acha “injusto que as crianças sejam obrigadas a trabalhar para que desfrutem do direito de estudar”. Antes, ele argumenta, “a criança rica estudava em escola particular e a pobre, em escola pública. Agora, a prefeitura criou mais uma divisão: as mais pobres vão para o projeto Meu Filho”. Sua conclusão é que “as barracas das praças estão sendo utilizadas como publicidade ‘ao vivo e ambulante’ pelo governo local”.

A reportagem afirma, que

incompreensões à parte, a realidade, porém, é que os possíveis defeitos apontados por Públio parecem não significar muita coisa para as crianças. Nos seus

depoimentos, há sempre a revelação de que o projeto é o sonho que queriam ver realizado.

Evaristo Pereira Melo, há seis meses lecionando

na barraca estrategicamente instalada perto do Juizado de Menores, destinada aos alunos que estiveram mais mergulhados na marginalidade, afirma que “o importante é que essas crianças não precisam mais roubar para comer. Nas barracas elas encontram amizade e proteção”.

Na reportagem faltam informações quanto à data do início do projeto, avaliação do rendimento e reprovação mais fidedignos, nome e partido do prefeito responsável pelo projeto e, também, a informação se Adonilson passou, ou não, a ir dormir em casa. Também não questiona o trabalho infantil e não percebe, ou faz que não, que os depoimentos positivos das crianças podem estar relacionados ao fato de serem “cuidadas”, de poderem freqüentar uma escola, de terem uniforme, comida etc. e não por estudarem em barracas tendo, ainda, que limpar as praças.

Recife: seis ônibus velhos foram adaptados em 1980, para servirem como salas de aula de crianças pobres em idade de iniciação escolar. O projeto do ex-prefeito Gustavo Krause, foi justificado, em 1986, por Luzinete Figueiredo, uma das coordenadoras da Fundação Guararapes, instituição que cuida de 154 escolas oficiais da cidade: “se o menor não tem onde estudar, até debaixo de uma árvore o ensino é válido”, afirma. Entretanto, conforme relato da repórter, ao final de 1985, três ônibus foram substituídos por construções de alvenaria devido, conforme a presidenta da Fundação Guararapes, Aureci Bione, ao clima quente de Recife. Apesar disso, ela acha a idéia “boa e econômica”. Segundo a reportagem, “há quem prefira – como a professora Ivonete Vasconcelos Matos –

suportar o calor da salas-ônibus a trabalhar numa sala que não tenha sido preparada especialmente para alunos de pré-escola”.

Pelos depoimentos pode-se ver que os ônibus-escolas poderiam, quando muito, ser considerados como uma medida de urgência. Salas especiais para pré-escolas e escolas de alvenaria seriam as soluções mais econômicas quando se pensa a longo prazo. Entretanto, a reportagem classifica as “soluções” apresentadas, inclusive na chamada de capa deste número, como arrojadas e inventivas, reforçando-as, “misticamente”, no título, como “o milagre da multiplicação”. Ora, ironicamente poder-se-ia considerar que “milagre” seria a construção de escolas para todos e que se preocupassem, também, com a qualidade do ensino oferecido.

Brasília: a Secretaria de Educação do Distrito Federal instalou a Escola Parque nas barracas da Festa dos Estados. A escola atende 150 alunos, na faixa de 11 a 18 anos, que antes perambulavam pelo centro de Brasília, executando pequenos trabalhos, como os de lavar carros, engraxar sapatos e vender amendoim. Dos 45 boxes construídos para a Festa dos Estados, 14 são utilizados pela escola. Neles os alunos recebem os cursos convencionais de 1º Grau e outros, como o de confeitaria e carpintaria. Depois de assistirem a este curso, “os alunos conseguem fabricar carrinhos de rolemã que vendem ou trocam por outros produtos na feira de Ceilândia”. Um convênio com o SENAC vai permitir aos alunos receberem outros tipos de treinamento (não informa quais). Por ora, o expediente da escola começa às 8 horas e só se encerra às 19 horas, para poder oferecer turnos diversos nos quais os alunos que trabalham podem se acomodar. A escola fornece café da manhã, almoço e jantar. Os alunos que quiserem fazer sua higiene pessoal na escola recebem pasta, escova de dentes e sabonete. A escola tem, também, uma orquestra

organizada por membros da Escola de Música de Brasília, com o apoio da Fundação Educacional do Distrito Federal. Alguns alunos já iniciaram vida profissional na própria Escola de Música de Brasília. O encaminhamento dos alunos a campos de trabalhos profissionais é uma das metas da Escola Parque. Diz a diretora Ieda Lopes da Silva: “a nossa preocupação é a de não liberar o aluno que completou 18 anos de idade sem que ele tenha terminado de receber alguma preparação para o trabalho”. Depoimento de um dos alunos, cuja idade é 17 anos: “A melhor escola que já conheci. Foi aqui que aprendi a profissão de biscoiteiro”.

Consoante com a praxe da Revista, a reportagem de Brasília também não informa quem era o governador do Distrito Federal, nem em que ano começou a experiência. Assim como nas experiências estaduais, esta reportagem sobre experiências municipais tenta passar a idéia de que os responsáveis pela Educação estão resolvendo os problema de vagas. Não importa que seja em ônibus improvisados, barracas ou praças públicas...

Tal como no título da reportagem anterior (*O milagre da multiplicação*), o título da reportagem *Escolas Comunitárias: um jeitinho carioca de driblar a falta de vagas*, induz o leitor a pensar que se conseguiu resolver satisfatoriamente uma dramática situação de escolas não oficiais do Rio de Janeiro.

A chamada da reportagem já indica isso: “Aproveitando o que têm e inventando o que não têm, as comunidades pobres do Rio assumem a tarefa de alfabetizar suas crianças. E já formam uma rede paralela”. Na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, moram cerca de 250 mil pessoas. Lá existem mais de quinze estabelecimentos, “escolas comunitárias”, que atendem 150 crianças (de 3 a 13 anos). Segundo a Secretaria do Bem-

Estar Social, 20% (cerca de 32 mil) das crianças que anualmente disputam vagas na 1ª série da rede oficial estão sendo alfabetizadas por suas comunidades. O problema da falta de vagas no Rio continua, apesar de o município ter passado de 814 para 1 000 escolas nestes últimos quatro anos, incluindo-se nestes números os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Mas, a Secretaria Municipal de Educação não pode precisar quantas escolas deveriam ser construídas para atender à demanda, por falta de um censo escolar. Extra-oficialmente, calcula-se que seriam necessárias pelo menos trezentas unidades. A reportagem avalia que “ao tomarem para si a tarefa de criar seus próprios locais de ensino, as comunidades pobres acabaram formando uma verdadeira rede paralela, com cerca de quinhentas escolas, segundo cálculo da Secretaria do Bem-Estar Social, que presta auxílio a algumas delas”. A falta de recursos exige improvisação constante. As dificuldades só são amenizadas quando recebem alguma ajuda do governo. É o caso da “Sucego da Mamãe” (sic) que no ano passado começou a receber merenda da Secretaria do Bem-Estar Social para seus 150 alunos. A diretora e fundadora, Marina da Silva Esmeraldo, explica que a quantia recebida como ajuda das mães (entre 15 e 85 cruzados) mal dá para o pagamento das dez pessoas que trabalham na escola, recebendo salários mensais de 250 a 300 cruzados.

Em destaque, a repórter entrevista Maria Yedda Linhares, ex-secretária de Educação do Rio de Janeiro. Para ela, “a proliferação das escolas comunitárias é uma resposta das comunidades carentes à ideologia discriminatória das classes dominantes”. “Uma reação compreensível, mas não uma solução para o problema”. O perigo maior dessa imensa rede paralela, ela continua, “está na cristalização dos dois Brasis: o dos ricos e o dos pobres. Isso prejudica a integração das classes – uma das funções da escola pública”.

Quanto à falta de vagas, Linhares argumenta que de nada adiantaria construir escolas para a demanda de 160 mil alunos para a 1ª série no município e 164 mil no Estado, pois o problema estaria, também, na má qualidade que continuam a ser “máquinas de fazer repetentes, sobretudo na 1ª série”. Ela acentua que o último governo construiu centenas de escolas, aumentou o número de professores, promoveu cursos de reciclagem etc. “Fizemos muito, mas o muito que fizemos ainda é pouco, muito pouco, porque os problemas da Educação são amplos profundos e diversificados, e jamais serão resolvidos de uma hora para outra e por uma só administração”.

Observe-se que a Revista entrevistou a ex-secretária de Educação e não o Secretário que estava, então, no cargo. Ela não dá respostas satisfatórias, procurando defender o antigo governo. Além disso, note-se que justamente as crianças pobres é que estão pagando para estudar. As vagas em escolas oficiais, com um mínimo de condições de funcionamento decente, parece que estão, ainda longe de soluções satisfatórias. Quanto à Revista, poderia ter focalizado as experiências relatadas acima como denúncia e, não encarando-as como soluções, no caso da primeira e pretensamente isenta, no caso do Rio de Janeiro.

Em números posteriores a Revista focaliza os novos secretários municipais de Educação dos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, empossados após as eleições municipais de 1988, com enfoques diferentes. Em *Currículo: A reforma chega às escolas do Rio*” (Revista Nova Escola nº 26: 56-57), a repórter Nara Baptisti afirma que o primeiro passo em busca da democratização do ensino no município do Rio de Janeiro foi a realização de eleições diretas para diretor de escola, no final de 1987. O próximo deverá ser dado no início de 1989, com a implantação de um novo currículo em todas as escolas de 1º

Grau da cidade. O secretário municipal da Educação, Moacir de Góes, quer que as escolas partam de pontos diferentes, respeitando “a situação e a prática sociais de seus alunos”, mas que o conteúdo e a chegada sejam iguais. Para tanto, a Secretaria elaborou um mapa com os conteúdos mínimos para cada série, resultado de discussão sobre a reforma curricular, deflagrada em 83, com sugestões de professores. O Centro de Professores do Rio de Janeiro, porém, tem restrições a essa esquematização, por achar que “o mapa é uma forma de tolher a iniciativa e a criatividade do professor”, diz Angela Gomes Fernandes, diretora da entidade. Esta e outras críticas estão sendo encaminhadas aos grupos de trabalho da Secretaria que estão aperfeiçoando o novo currículo. Os professores da rede tiveram cinco meses para discutir e eleger dois delegados em cada um dos dois Distritos de Educação e Cultura, que deverão reunir-se para redigir e aprovar a proposta curricular final. A reportagem apresenta os principais objetivos das disciplinas da área de alfabetização, História e Geografia, Matemática e Ciências.

Consoante com as demais reportagens da Revista, esta também não divulga o nome do prefeito do Rio, do qual Góes era secretário, e não relaciona as questões educacionais com as políticas governamentais em geral. Diferentemente, em “*Por uma escola séria e alegre*” (Revista Nova Escola nº 30:22-25), José Luiz Frare e Hamilton de Souza entrevistam Paulo Freire politizando as questões levantadas.

A chamada da reportagem é a seguinte: “O novo secretário da Educação do Município de São Paulo, Paulo Freire, fala de sua administração e dos planos educacionais de seu partido, o PT”. A reportagem apresenta uma biografia sucinta de suas atividades no Brasil e durante o exílio e aborda as seguintes questões: Vitória do PT em importantes cidades do país; proposta do partido para a Educação; como devem agir os educadores

progressistas; erradicação do analfabetismo prevista na Constituição e atuação pretendida pelo PT em suas administrações para alcançar esse objetivo; por que não fazer campanhas de alfabetização; metas da Secretaria da Educação do Município de São Paulo; como fazer a “transformação” pretendida; o que o PT pretende fazer para combater a evasão e a repetência; mudanças curriculares; formação de professores; possível dificuldade em conciliar a experiência de educador com a de secretário, em uma máquina tão complexa que é sua maior preocupação.

Este tipo de reportagem possibilitando relacionar as políticas educacionais às políticas mais gerais e partidárias foi exceção neste período de publicação da Revista. No estudo-piloto realizado com outros exemplares (cf. Pedroso, 1995) este enfoque está presente, dependendo do repórter responsável (neste caso, trata-se de José Luiz Frare).

Porém, as reportagens que dão um enfoque otimista às mudanças e experiências divulgadas e as que colocam nas mãos dos professores a responsabilidade de resolver os principais problemas educacionais, foram uma constante na Revista, no período aqui estudado. Isto, não somente nas reportagens sobre política educacional, mas também, nos assuntos temáticos e experiências educacionais (não selecionados para análise nesta pesquisa) . Se por um lado essas reportagens podem incentivar os professores a buscarem soluções próprias para melhorar suas aulas (o que parece ser intenção da Revista), por outro não resistem a uma indagação mais apurada, na medida em que não fornecem informações suficientes, como se deixou claro através das questões levantadas acima.

Ao optar por esse tipo de enfoque, a reportagem deixou de destacar algumas experiências municipais e políticas estaduais que vinham sendo elaboradas e implantadas pelos novos governos eleitos em 1976 e 1982, respectivamente (cf. Cunha, 1991), que

elegeram como principal objetivo estabelecer na educação os princípios democráticos pelos quais a sociedade brasileira lutava desde o final da década anterior. Descontextualizadas, as experiências focalizadas, não permitem ao leitor uma análise do que estava ocorrendo no país e na educação naquele período. Curiosamente, a Revista esteve em sintonia com o clima político do período ao divulgar as propostas, oficiais ou não, que estavam sendo feitas. Mas, nenhuma informação foi dada sobre a diferença política, das décadas de 70 e 80, no que diz respeito às propostas democratizadoras da educação, aos novos governos estaduais eleitos pelo voto direto em 1982 e em 1986 bem como às suas propostas para a educação. Lembre-se que nove candidatos a governador pelo PMDB e um pelo PDT venceram as eleições estaduais de 1982 e que, em 1986, com exceção do Estado da Paraíba, todos os governadores eram considerados de oposição. Isto talvez explique a omissão dos nomes dos governadores e seus partidos nas reportagens sobre as políticas estaduais de educação, uma vez que, como se viu anteriormente, no período aqui focalizado, dos ministros que passaram pelo MEC, três eram senadores do PFL (15/03/1985 a 17/01/1989) e um era deputado (considerado “moderado”) do PMDB, até o final do governo Sarney (Cf. Cunha, 1991).

3.3. As Escolas Rurais na revista Nova Escola:

As escolas rurais tiveram presença constante na revista, no período aqui estudado, como se pode constatar no quadro a seguir:

QUADRO 19 - Escolas Rurais:

| Estados e Municípios | Nº e ano da Revista | Temas |
|--|-------------------------------------|---|
| Amazonas * | 01/mar/86 | Calendário escolar, condições precárias |
| Lages (SC) *, ** | 02/abr/86 | Escola Itinerante |
| Cananéia (SP) * | 04/jun/86 | UEACs ***, Reforma agrária |
| São Paulo (Estado) | 05/ago/86 14/ago/87 19/mar/88 | Proposta pedagógica Proposta pedagógica Escolas do Pontal do Paranapanema |
| Minas Gerais * | 06/set/86 | Proposta Curricular |
| Paraná *, ** | 08/nov/86 | Escolas Consolidadas |
| Osório (RS) | 20/abr/88 | Estudo do meio na zona rural |
| Cuiabá (MT) | 23/ago/88 | Projeto Terra |
| Acre ** | 24/set/88 | Projeto Seringueiro: Oxfam/MEC/CEDI |
| Estatísticas Nacionais e Projeto Nordeste | 25/out/88 | Entrevista com José Raimundo Carvalho, secretário de Ensino Básico do MEC |
| Escola Estadual Rural Fundamar, entre os Municípios de Machado e Paraguassu (MG) | 25/out/88 | Projeto Fundamar |
| São Miguel do Oeste (SC)*, ** | 25/out/88 | Projeto de Educação Rural de São Miguel |
| Escolas-Família (ES, BA, PI, MA, CE, PE, AP, MG, AM, RO) *, ** | 25/out/88 | Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) |
| Dom Inocêncio (PI) | 28/mar/89 | Fundação Ruralista (entidade privada) |
| Escolas Rurais Produtivas (MT) ** | 30/mai/89 | Escola Agrotécnica de São José do Povo |
| Método de Alfabetização (DF) | 30/mai/89 | Método Ludo-Genético |
| Análise da escola rural | 30/mai/89 | Seção Opinião de Maria Lúcia Prado Costa, da Escola Estadual Fundamar, em Paraguassu (MG) |

* Referência ao trabalho infantil

** Referência ao êxodo rural

*** Unidades Escolares de Ação Comunitária

As principais questões abordadas nas reportagens sobre as escolas rurais foram os currículos, as classes multisseriadas, a formação dos professores, o êxodo rural e o trabalho infantil. Elas aparecem nos depoimentos e análises dos entrevistados pela Revista,

mas sem questionamentos e debates. Como exemplo podem ser citadas as reportagens: *Um Novo Calendário Escolar no Amazonas* (Revista Nova Escola n° 01, p. 6-10), de Laurentino Gomes; *Uma Escola que se move* (Revista Nova Escola n° 02, p. 6-8), de Francisco José Karam; e *Aventura e heroísmo nas escolas de Cananéia* (Revista Nova Escola n° 04, p. 6-12), de Oswaldo Coimbra.

A reportagem do Amazonas trata de proposta de calendários diferentes com o objetivo de diminuir a taxa de evasão escolar que até 1984 era de 60% entre as 30.000 crianças matriculadas na 1ª série do 1º Grau. A causa dessa situação, de acordo com a reportagem, é o trabalho das crianças na colheita de juta e malva para ajudar os pais e irmãos, além das dificuldades enfrentadas pelas crianças para chegarem às escolas. A reportagem cita o exemplo de um menino de 11 anos que atravessa sozinho o rio Amazonas, no município de Itacoatiara, remando quase meia hora, tendo, depois, que remar mais três quilômetros por um afluente. Entretanto, o secretário de Educação de Manacapuru, situado às margens do rio Solimões, a 150 km de Manaus, constata que, apesar da evasão ter diminuído para menos de 30%, em seu município, por causa dos novos calendários aí implantados desde 1980, “o grande problema é que, a partir dos sete anos de idade, a criança vira força de trabalho definitiva, como qualquer adulto”. Em consequência, deixa de estudar. A reportagem cita, também como exemplo, uma família (pai de 40 anos, filhos de 15 e 12 anos) que passa quase seis meses dentro da água para cultivar a juta e a malva. Os três já sofrem de reumatismo. Conta, ainda, a vida de uma professora que dá aulas em sua casa para 23 crianças. Ela estudou até 3ª série, nunca ouviu falar o nome do Ministro da Educação e se muda para terra firme na época das enchentes, assim como todas as crianças. Além dos calendários adaptados ao regime dos rios (cheias que inundam

grandes extensões) e à vida econômica da população, a secretária de Educação do Estado, Freida de Souza Bittencourt, pretende numa próxima fase, adaptar os currículos à realidade regional. As cartilhas usadas são do sul e trazem palavras relativas a coisas desconhecidas na região, como por exemplo, elefante, uva e pêssego. Para tanto, foi preparada nova cartilha com a ajuda do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa de Manaus), com palavras regionais como barro, juta, luz, igarapé e uirapuru. A reportagem traz, em destaque os artigos da Lei 5692/71 que abrem a possibilidade de calendários diferenciados (Artigo 11; Artigo 11, parágrafo 2º; e Artigo 12).

A reportagem não questiona, nem ao menos polemiza o trabalho infantil, principal responsável pela mudança do calendário escolar. Se quisesse poderia tê-lo feito, pois a declaração do secretário focalizou a questão. O aumento dos anos de escolaridade, no caso, não parece abrir perspectivas de melhoria de condições de vida e trabalho, mas apenas equacionar a permanência na escola e no trabalho. A reportagem não focaliza, também, as relações trabalhistas aí existentes, a proibição do trabalho infantil antes dos 14 anos e a regulamentação específica do trabalho após os 14 anos. Alerta, apenas para a insalubridade desse tipo de trabalho.

A reportagem de Lages (SC) também não debate a questão. Apenas relata que lá foi criada (não diz por quem) a Escola Itinerante de Lages. A idéia foi criar uma escola que se desloca para vários lugares do município que tem 5271 quilômetros quadrados, 160.000 habitantes que em grande parte vivem em propriedades rurais (3.600) onde se desenvolvem atividades de agricultura, pecuária e extrativismo vegetal. O objetivo é atender quatro comunidades diferentes que não possuem ensino de 5ª a 8ª séries, evitando o êxodo rural, uma vez que o município “precisa de seus jovens nos trabalhos do campo e

não pode permitir o êxodo rural”, afirma a reportagem. Uma das professoras ressalta “a forma pouco convencional” como funciona a Escola Itinerante criando “um relacionamento aberto e sem autoritarismo entre os 130 alunos e seus professores”. As férias do meio do ano são em setembro e as do fim do ano vão da terceira semana de dezembro à segunda semana de março. Com esse calendário, “os alunos podem ajudar as famílias na colheita de soja, milho e feijão, sem perder aulas”.

Na reportagem *Aventura e heroísmo nas escolas de Cananéia* o editor Oswaldo Coimbra relata sua visita a algumas das 698 Unidades Escolares de Ação Comunitária, que de acordo com a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo são escolas destinadas “a alunos filhos de trabalhadores do campo, assalariados rurais, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários; enfim dos expropriados da terra, de instrumentos de trabalho e do direito à assistência médica, transporte, educação e lazer”.

As escolas comunitárias, como informa a reportagem, surgiram no Vale do Ribeira, no início da década de 1970, “como reação do governo paulista ao movimento de guerrilha, implantado na região por Carlos Lamarca”. Esta afirmação consta do documento “O que é a Unidade Escolar de Ação Comunitária”, da Coordenadoria do Ensino do Interior do Estado de São Paulo. Durante nove anos, conforme a reportagem, algumas dessas escolas guardaram canecos doados pelo guerrilheiro. Em destaque, a reportagem informa que a experiência dessas escolas foi valorizada pelos governos, depois do processo de abertura política”, criando-se nos últimos dois anos, 250 novas UEACs.

As UEACs são diferentes das 10.757 escolas rurais existentes no Estado de São Paulo. Para elas são contratados professores que trabalham quatro horas por dia com atividades de ensino e mais quatro horas com a “comunidade”. As turmas são

multisseriadas (de 1ª a 4ª série, de pré-escola e de ensino supletivo). Os professores “são obrigados a manter em suas escolas uma horta, um pomar, (para enriquecimento da merenda escolar) e um jardim”. “Todos, homens e mulheres, trabalham com enxadas, cozinham e servem a merenda, e limpam os prédios das escolas”, sendo que “a maioria conta com a ajuda de seus alunos nessas tarefas”.

São três as áreas de atividades que os professores desenvolvem junto à comunidade: Saneamento Básico, Alimentos e Associativismo. Entre elas a reportagem cita: organizar mutirões para a construção de poços e fossas, promover vacinações, criar e dirigir clubes de mães, jovens e crianças, encaminhar a documentação da população, fazer feiras de artesanato etc.

Treze das quinze regiões administrativas do Estado de São Paulo possuem UEACs. Cada Divisão Regional de Ensino treina seus professores.

O editor e o fotógrafo relatam sua visita às ilhas de Cananéia (São Paulo), próximas ao Paraná, onde existem 19 UEACs. As condições dessas escolas, por eles relatadas, podem ser resumidas em ausência de: saneamento, água potável, atendimento médico, estradas, casas, segurança (devido à proximidade de animais e insetos como aranhas, cobras, onças etc.). Quando os professores e professoras chegam aos locais para onde foram designados, têm que construir tudo.

As crianças andam até oito quilômetros pelo mato, matando cobras, para chegarem às escolas. Outras, vão pelos rios, em pequenas canoas, remando em pé. Após as aulas, algumas trabalham na coleta de ostras “enfrentando mosquitos, aranhas e cobras jararacuçu, de mais de um metro de comprimento. Outras, ainda, em Marujá, como Ronaldo, de 13 anos, que “ajuda seu pai a pescar e, às vezes trabalha como servente de

pedreiro, quando ganha 30 Cruzados por dia”. Ou como Salvador, 15 anos, que “já é pescador experiente, capaz de andar de canoa à noite pelos rios e pelo mar”. “Nós pescamos há muito tempo”, ele diz, “estamos acostumados” e “sempre achamos o caminho de volta”.

Quanto aos professores, a reportagem relata conversas sobre disputa de posse de terras, em Ariri, onde a professora local encabeçou um abaixo-assinado pedindo à polícia que tirasse o sub-prefeito de lá. Este ameaçava a população a mando do dono de uma serraria que vendia terras sem escritura. Quando os lavradores que viviam nelas, alguns há 60 anos, negavam-se a abandoná-las, ele ateava fogo em suas casas.

Questionada pelo repórter quanto à possível “distorção de seu papel de professora” por seu envolvimento no abaixo-assinado, respondeu que “foi exatamente por ser professora que a comunidade achou que ela tinha autoridade para encabeçar um abaixo-assinado”.

O sub-prefeito foi preso, pois a polícia descobriu um assassinato que ele tinha cometido no Paraná, antes de fugir para o Ariri. Na última passagem de ano, informa a reportagem, a população recebeu como um presente a notícia de sua morte, mas não informa como morreu.

Um outro professor, Jairto Pedroso, de 24 anos, quando questionado pela reportagem sobre namoro, responde: “nós, é claro, não estamos proibidos de namorar, por isso temos nossas paqueras. Mas o professor é um modelo para a comunidade, como o padre. Não podemos ser afoitos”.

Professoras, como as duas que trabalham em Santa Maria, saem de Cananéia, viajam várias horas de barco, depois outras tantas de canoa. Quando a canoa

encalha têm que esperar a subida das águas durante 4 ou 5 horas, expondo-se às picadas dos mosquitos. Quando conseguem chegar em Santa Maria, há, ainda, 9 km de mato que percorrem a pé, às vezes com mantimentos para si e para a merenda dos alunos. Por tudo isso, ganham 3.500 cruzados líquidos, mensais.

A tudo isso a reportagem chama de “aventura e heroísmo”. Por que será que esses professores trabalham aí? Fica a pergunta, não respondida pela reportagem.

Analisando-se o destaque da reportagem vê-se que ele informa o que são as UEACs, mas não se refere ao governo militar da década de 1970, nem aos objetivos do “movimento de guerrilha implantado na região por Carlos Lamarca”. Tampouco informa quem foi Lamarca, o que fez, e porque lutava. Nem mesmo pergunta, ou se perguntou omitiu a resposta do porquê as pessoas guardaram seus canecos durante 9 anos.

A reportagem não cita, também, o nome dos governadores que “valorizaram” essa experiência e nem o governador que criou mais 250 novas unidades. Como foi nos “últimos dois anos” e esse número da Revista é de 1986, conclui-se que tenha sido o governador Franco Montoro (PMDB)²¹. Não explica, também, o porquê das disputas de terras na região, apesar de ter questionado a atuação da professora que encabeçou o abaixo assinado.

Como as reportagens anteriores, esta também não questiona o trabalho infantil. Somente elogios e glórias aos “heróis professores”, modelos para a “comunidade”, exemplo de abnegação para os leitores da Revista. Para as crianças da região, fica o relato do choro do fotógrafo: “Entramos na canoa e iniciamos nosso regresso a Cananéia. Com

²¹ Sobre as políticas educacionais do Governo Montoro, ver, por ex. L.Pedroso (1991)

cinco minutos de viagem vemos quatro pequenas cabeças adiante de nós, quase perdidas naquele ermo do rio Cantagalo. Todos nos emocionamos quando percebemos que são Lourdes e seus irmãos, remando em silêncio, sozinhos no rio. O fotógrafo Lau Polinésio chora”.

Em Nova Escola 08, 24, 25, 28 e 30 sete reportagens focalizam experiências em escolas rurais, consideradas bem sucedidas. São elas: *Escolas Consolidadas: a qualidade chega ao ensino da zona rural*, de Martha Feldens (Revista Nova Escola nº 08, p. 20-24); *Ação Comunitária – Projeto Seringueiro: uma luz no meio da mata*, de Flaminio Araripe (Revista Nova Escola nº 24, p. 36-39); *Sonho é realidade no Fundamar*, de Rosângela Guerra (Revista Nova Escola nº 25, p. 15-17); *Núcleos fixam os jovens no campo*, de Sílvia Fantinatti (Revista Nova Escola nº 25, p. 18-19); *As escolas-família se espalham*, de Robinson Sasaki (Revista Nova Escola nº 25, p. 20-22); *No meio do sertão, um império escolar vira município*, de Hamilton de Souza (Revista Nova Escola nº 28, p. 20-24) e *Escola Rural: uma tentativa de educar e fixar o homem no campo*, de Lúcio César Tadeu (Revista Nova Escola nº 30, p. 26-28). No exemplar nº 25 a reportagem *Escola Rural: As iniciativas que estão dando certo*, de Vera Gomes (Revista Nova Escola nº 25, p. 12-14), apresenta estatísticas oficiais e entrevista José Raimundo Carvalho, secretário de Ensino Básico do MEC.

A reportagem “*Escola Rural: As iniciativas que estão dando certo*” divulga estatísticas oficiais segundo as quais de cada grupo de 30 escolas de 1º grau no país, 23 (77%) estão na zona rural; 19 delas são constituídas por apenas uma ou duas salas; 155 500 escolas rurais do país atendem a quase 5,9 milhões de crianças; somente 254 mil dessas crianças (4,3%) freqüentam o chamado 1º Grau maior (da 5ª à 8ª série). Entre as barreiras

para o prosseguimento dos estudos estão a falta de vagas, a imposição de um calendário escolar que não respeita os períodos de plantio e colheita e a estrutura fundiária que acarreta evasão (14,07%) e repetência (26%). José Raimundo Carvalho, secretário de Ensino básico do MEC admite que

a concentração de terras nas mãos de latifundiários e a adoção de novas tecnologias rurais provocam o êxodo de pequenos agricultores para os centros urbanos e o surgimento de maior número de trabalhadores volantes, os chamados bóias-frias, que se mudam com frequência em busca de trabalho.

A soma dessas condições desfavoráveis, ele continua, afasta o professor habilitado do trabalho no campo. Assim, 53% dos professores rurais são leigos e recebem menos do que um salário mínimo. Somente a partir do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1975-1979), é que o governo federal manifesta preocupação com a educação rural. Mas, a prioridade dada à escola rural só saiu do papel em 1980, quando o MEC assinou um convênio com o Banco Mundial para a aplicação de 77 milhões de dólares em 500 municípios nordestinos, onde os problemas são mais acentuados.

A reportagem apresenta os resultados do Programa Expansão e Melhoria da Educação Rural do Nordeste (Edu rural): construção de 3 241 salas de aula, treinamento de 32 mil professores, distribuição de 5,8 milhões de livros didáticos e 4,1 milhões de pacotes contendo lápis, caderno e borracha. Mas, avaliação do programa revela que as mudanças no quadro de evasão e repetência ainda não são significativas. Carvalho acredita que

a melhoria nesse quadro só será sentida a longo prazo, porque o programa possibilitou o crescimento de equipes técnicas estaduais, algum envolvimento das comunidades, professores e alunos na busca de soluções, e o surgimento de um

processo de consulta à população e de pesquisa vocabular para a elaboração de currículos e de maneiras de ensino.

Técnicos do MEC alegam que isso não foi possível por causa da rotatividade das equipes educacionais nas trocas de governo e da alta aplicação de recursos em atividades administrativas do programa. Com o fim desse projeto, e dos recursos especiais, os Estados e municípios nordestinos voltam a depender de suas escassas verbas para atacar os problemas da escola rural. Mas aguardam esperançosos a concretização das negociações entre o governo federal e as instituições internacionais para financiamento do Projeto Nordeste, que prevê a aplicação de 400 milhões de dólares no ensino básico daquela região.

“Escolas consolidadas: a qualidade chega ao ensino da zona rural” focaliza as Escolas Consolidadas do Paraná. São 36 unidades (10.400 alunos) em funcionamento no Estado, implantadas desde 1981 e construídas com recursos do BID (Banco Interamericano de Investimentos²²). Pertencem aos municípios e são mantidas com verba repassada pela Secretaria Estadual de Educação. Funcionam como “unidades-pólo” acolhendo crianças de localidades diversas. Oferecem “transporte gratuito, boa alimentação, salas amplas, oficinas, laboratórios, quadras de esporte e toda uma infraestrutura somente encontrada em grandes e raras escolas urbanas. Os profissionais que aí trabalham são habilitados e trabalham em tempo integral. Algumas unidades contam, até com psicólogos. Uma das maiores vantagens desse sistema, segundo Roberto Luís de Souza Freitas, técnico do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Pró-Rural), “é a abolição das classes multisseriadas” que em sua opinião, “impedem que o ensino tenha a qualidade

²² Embora a reportagem designe a sigla BID como Banco Interamericano de Investimentos, a designação correta é Banco Interamericano de Desenvolvimento.

devida”. Para Louris da Piedade Sávio Mérida, diretora de uma dessas escolas, o grande mérito “está em oferecer às crianças do Campo uma Educação capaz de promover sua fixação nos locais onde nasceram”. Nosso empenho, ela reafirma, “é no sentido de evitar o êxodo rural”. Nestas escolas, que atendem crianças desde a pré-escola até a 8ª série, nenhuma taxa é cobrada das crianças que recebem o material escolar quando seus pais não podem comprá-lo. Os alunos têm direito a uma refeição – sopa, feijão, arroz, carne e legumes. Os pratos são preparados com os produtos distribuídos pela FAE. Antes da aula tomam um copo de leite com Toddy. A reportagem traz, também, informações sobre o trabalho desenvolvido.

“*Sonho é realidade no Fundamar*” focaliza a Escola Estadual Rural Fundamar, localizada entre os municípios de Machado e Paraguaçu (sul de Minas Gerais), construída em 1983 pelo governo estadual que arca com os custos do ensino formal da pré-escola à 4ª série. Todos os outros benefícios implantados para que a escola funcione 8 horas por dia, mais os custos do maternal (para crianças de 3 a 4 anos), alimentação para ex-alunos, atividades na horta, oficina e transporte gratuito (para que continuem os estudos na cidade) foram idealizados e mantidos pela Fundação 18 de Março (Fundamar). Trata-se de entidade jurídica de direito privado, criada em 1978 pelo advogado e fazendeiro Túlio Viana da Costa, que cedeu 90 hectares de suas terras ao projeto que oferece educação a 241 crianças, filhas de agricultores da região, e assistência jurídica às pessoas carentes do meio rural. A Fundamar usa recursos próprios e de várias entidades públicas e particulares. A reportagem aborda o funcionamento da escola, suas instalações, atividades desenvolvidas e metodologia de ensino. Maria Lúcia Prado Costa, diretora da Fundação e filha de Viana da Costa, reclama que os fazendeiros da região recusam-se a colaborar: “na verdade, falta

consciência social a eles”, ela diz. O resultado é animador: apenas quatro alunos deixaram a escola em 1987, durante a alfabetização.

“*Núcleos fixam os jovens no campo*” é uma reportagem realizada em São Miguel do Oeste (SC) sobre o Programa de Educação Rural (Perasmo), organizado pela Secretaria da Educação do município que espalhou nas áreas agrícolas da região 14 núcleos educacionais, com dois objetivos: “tentar acabar com a evasão automática após a 4ª série por falta de escolas de 1º Grau completo e fixar o jovem no meio rural”. Cerca de 90% da clientela são filhos de pequenos proprietários. Os núcleos educacionais, que atendem de 15 a 47 crianças cada, estão instalados em salões comunitários e são conservados por clubes de mães. “Para não comprometer a imprescindível ajuda que os jovens prestam nas lavouras dos pais, o Perasmo optou por funcionar apenas três dias por semana, em período integral. São 10 horas de aulas por dia, que somam 900 aulas/ano”. Quanto à metodologia de ensino, a professora Sônia Locatelli, diz que sempre procurou textos dentro da realidade local, mas que percebeu que as crianças se sentem atrasadas em relação ao habitante urbano. Para atender essa demanda, serão introduzidas aulas de prática comercial, porque “o agricultor sempre perde no preço e o seu trabalho sai quase de graça”. Em destaque, a reportagem divulga convênio – passe rural – entre a Secretaria Estadual de Educação e prefeituras catarinenses, através do qual garantem transporte gratuito para os estudantes que querem continuar seus estudos na zona urbana.

A reportagem “*As escolas-família se espalham*”, realizada no Estado do Espírito Santo, relata que durante 20 anos, desenvolveu-se neste Estado um modelo de escola rural que demonstrou ser adequado para filhos de agricultores e que, por isso, está sendo adotado em outros Estados brasileiros. Trata-se da escola-família agrícola,

implantada em 11 municípios capixabas e, mais recentemente, em dezenas de cidades da Bahia, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Amapá, Minas Gerais, Amazonas e Rondônia. As escolas-família são uma iniciativa do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) – associação sem fins lucrativos, criada em 1968 por representantes da Companhia de Jesus – dos prefeitos, dos vigários, dos agricultores, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e da Associação dos Amigos do Espírito Santo (entidade formada em Pádova, na Itália). Além de educação básica, o Mepes oferece assistência médica, atendimento para crianças menores em 11 creches e atualização e formação de professores. As atividades são financiadas através de convênios junto ao governo do Estado, prefeituras, Legião Brasileira de Assistência e três entidades filantrópicas sediadas na Holanda, Alemanha e Itália. O curso tem a duração de três anos e é equivalente ao de 5ª a 8ª série atendendo somente alunos com mais de 14 anos. O objetivo inicial foi o de conter o êxodo rural dos pequenos agricultores capixabas, descendentes de alemães, poloneses e, principalmente de italianos, que começaram a abandonar suas terras no final da década de 60, desestimulados pela política de erradicação do café. A metodologia é não-convencional e é baseada em experiência francesa. As unidades foram sendo construídas acompanhando os processos de assentamento de agricultores sem-terra. Os períodos de permanência em casa e na escola são alternados (duas e uma semana respectivamente), em regime de internato. Isto permite ao jovem estudar sem prejuízo do trabalho na lavoura. Nas aulas práticas os alunos aprendem a plantar, adubar e criar animais, em terrenos cedidos por órgãos públicos e particulares. O dinheiro arrecadado com a produção é revertido para a manutenção da escola. Cada aluno pagava, em maio de 1988, 500 cruzados por semana de internato, o que, no depoimento de um aluno, não paga nem a

comida recebida. Os professores são selecionados por dois critérios: ter origem nas comunidades rurais ou nas escolas-famílias e ser comunicativo e integrado às atividades comunitárias. Segundo a reportagem, “o comprometimento ideológico dos professores é grande”. Os professores fazem cursos de atualização. Os pais e ex-alunos continuam participando dos conselhos administrativos. Há conselhos por escola e regionais (Norte e Sul) e a junta diretora do Mepes. Esta está preocupada com a demanda de ampliação existente, incluindo a ampliação da procura de vagas para meninas, demonstrando que os pais estão vencendo o preconceito de que mulher não precisa estudar. A professora Alda Pessoti, da UFES pretende ajudar o Mepes a apresentar um projeto de regularização do curso ao Conselho Estadual de Educação.

A reportagem *“Ação Comunitária: Projeto Seringueiro – uma luz no meio da mata”* focaliza o Projeto Seringueiro que mantém 11 escolas no Acre e começou quando o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, liderado por seu presidente, Chico Mendes, decidiu implantar cooperativas que ajudassem os seringueiros a enfrentar a exploração dos intermediários do látex e a invasão das áreas de extração pelos pecuaristas. Para controlar as cooperativas, os seringueiros precisavam, antes de mais nada, saber ler, escrever e contar. O sindicato tomou, então, a iniciativa de reivindicar ao Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia a construção de escolas nos seringais. Isso coincidiu com o projeto de alfabetização da antropóloga Mary Alegretti, autora da tese “O seringueiro: um estudo de caso num seringal nativo do Acre”. Graças a ela, os seringueiros conseguiram, em 1981, financiamento da Fundação Oxfam, entidade inglesa que repassa recursos para projetos sociais. Conta, também com recursos do MEC, da Secretaria Estadual da Educação e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, de Salvador, além do

apoio técnico do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), em São Paulo. As escolas são construídas pelos seringueiros que caminham horas para assistir às aulas, nas noites de sábado ou na manhã de domingo. As escolas são freqüentadas, também por crianças (220 filhos de seringalistas) a pedido dos pais, “a fim de evitar a perda dos valores culturais com a mudança para a cidade em busca de escolas”. Todas as escolas do projeto Seringueiro são registradas na Secretaria da Educação e recebem merenda escolar, transportada pelo sindicato. Mas, não interfere no funcionamento (calendário e horário escolar). O supervisor faz longas viagens (de até 18 horas a pé) verificando o andamento do Projeto e criando material didático voltado para a realidade do seringueiro. Os professores são escolhidos pelos seringueiros entre pessoas da comunidade que são treinadas e, posteriormente, contratadas pela Secretaria da Educação. A partir dessa experiência bem sucedida, os seringueiros de Nova Esperança, montaram, em 1985, um posto de saúde, administrado pela própria comunidade. A Secretaria da Educação do Acre “não descarta a possibilidade de tirar frutos da experiência comunitária dos seringueiros”. “Estamos esperando os resultados para construir outras escolas assim”, afirma Zilnázia Rodrigues Cavalcanti, coordenadora de Planejamento da Secretaria.

A reportagem *“Especial: No meio do sertão, um império escolar vira um município”* relata visita a Dom Inocêncio, na região sudeste do Piauí. É um município com apenas dois meses de vida. Foi criado a partir do trabalho do padre Manuel Lira Parente, e da Fundação Ruralista (entidade privada sem fins lucrativos) por ele criada em 1958. De lá para cá, o padre vem desenvolvendo um trabalho no meio da caatinga que gira em torno da construção de escolas e atendimento às famílias da região. Com ajuda e financiamento de entidades como a Oxfam (inglesa), e contribuintes brasileiros e estrangeiros (de São Paulo,

Inglaterra, Holanda e Alemanha) e, eventualmente dos governos estadual e federal, a Fundação abriu estradas em mutirão com os homens da caatinga (3 mil quilômetros), construiu cerca de 200 aguados e barreiros e 29 açudes e iniciou um programa de captação domiciliar da água da chuva, já implantado em 300 residências. Este programa vem contribuindo para diminuir o índice de mortalidade infantil, que ocorre principalmente por falta de água potável. Atualmente a rede escolar que a Fundação Ruralista mantém é composta de 23 escolas de 1º Grau (até 4ª série), além de turmas do infantil (2 a 6 anos) e da pré-escola. São 1 700 alunos e 42 professores leigos. Todas as escolas são de alvenaria, bem cuidadas, com reservatórios de água, cozinhas e depósitos de alimentos. Alguma têm, ao lado, as “Casas para a Educação “, para abrigar os alunos e suas mães; ao lado de outras, as famílias mantêm suas choupanas. Contribuíram para o sucesso do empreendimento: o ensino de bordado artesanal, só para as mulheres (alunas e mães) criando uma fonte de renda e de atração para a escola; o fornecimento de três refeições diárias (merenda para as crianças e gêneros alimentícios para as mães); e o abastecimento de água, inicialmente buscada a muitos quilômetros e agora garantida por um bem montado sistema de captação e armazenamento de água de chuva. A própria Fundação treina os professores, por ser difícil conseguir professores habilitados para dar aula lá. Nos anos 70, equipes de estudantes da UNICAMP, coordenadas por Maria Augusta Bastos de Matos, passaram anos freqüentando as escolas da entidade, organizando cursos de treinamento e produzindo material didático das várias disciplinas de 1ª a 4ª série, a partir da realidade regional. Atualmente, as professoras, em sua grande maioria, são ex-alunas da Fundação que cursaram até a 4ª série e recebem 70% do salário mínimo por mês. Com a emancipação de Dom Inocêncio, os planos do padre Lira são de passar para o poder público uma série de tarefas que vinham

sendo assumidas pela Fundação, como a manutenção e melhoria das estradas, as obras contra a seca, a assistência social e de saúde, deixando para a Fundação apenas o setor de ensino, que ele tem como intenção transferir para alguma ordem religiosa com experiência em Educação. Em 15 de novembro de 1988, o padre Lira – candidato único apoiado pelos três partidos existentes (PFL, PMDB e PDS) foi eleito prefeito, tendo sido empossado em 1º de janeiro de 1989. Em destaque, a reportagem apresenta uma biografia do padre.

Apesar de ter conseguido – depois de tantos anos de luta – criar o município, ele considera sua obra “frustrada” quanto à finalidade, na medida em que ainda não conseguiu conter a migração dos jovens. Mas, continua fiel ao que escreveu em uma carta em 1965: “Cada vez mais me convenço de que a escola é o único meio de reunir o povo”. O difícil será arranjar sucessores pois, segundo o próprio padre, a entidade é um império autocrático, onde ele reina absoluto, sendo a lei e a ordem, um verdadeiro mito vivo consagrado pela própria determinação. E a quem muitos chamam, respeitosamente, de “Vô Padre”.

A reportagem *“Escola Rural: Uma tentativa de educar e fixar o homem no campo”* focaliza a primeira das quinze escolas rurais produtivas que o governo estadual pretende implantar, até 1990, em convênio com as secretarias municipais da Educação, nas regiões mais carentes de Mato Grosso. É a Escola Agrotécnica de São José do Povo. Segundo o professor Neiran Fernandes, as escolas rurais deverão se integrar às necessidades das comunidades rurais onde estiverem instaladas: “não está nos planos da Escolas Técnicas Rurais Produtivas formar técnicos agrícolas para atender à demanda do mercado de trabalho”. Isso até pode ocorrer, diz o professor,

mas o objetivo principal é de caráter educacional e social. Queremos aproveitar o fato de estarmos resolvendo um problema sério da zona rural, que é o ensino de 5ª a 8ª série, para formar o aluno e prepará-lo para voltar à propriedade dos pais. Isso vai resolver o problema do êxodo rural, que existe em todo o país e é grave num Estado essencialmente agrícola como o Mato Grosso.

A escola funciona em regime de internato porque as distâncias são muito grandes, abrangendo quatro municípios vizinhos. Em sala de aula estudam durante quatro horas as disciplinas básicas – Português, Matemática, Programas de Saúde Rural, Ciências, História, Geografia, Educação Artística, e Religião (opcional), além de receber aulas de Educação Física duas vezes por semana. Como se vê, explica René Portela, um dos diretores da escola, “o currículo é tradicional, mas as aulas sempre são interligadas com o que o aluno vai aprender no campo, no outro período”. Todos os 52 alunos são filhos de agricultores que repassam para as famílias os conhecimentos recebidos. Como exemplo, a reportagem cita o sistema de aproveitamento de água já adotado por uma das famílias. A escola já está produzindo mel que é vendido para a comunidade. Possui horta, criação animais de corte e peixes, e pretende ser auto-suficiente.

Das reportagens acima pode-se inferir que as experiências consideradas bem sucedidas incluem no trabalho desenvolvido muito mais do que aulas e métodos. Condições melhores de alimentação, transporte e infra-estrutura, aliadas ao trato das questões agrícolas, à preparação das crianças para o trabalho e, em alguns casos, o envolvimento dos pais e da comunidade, são fatores que contribuem para manter as crianças nas escolas. Tudo isso, porém, não garante sua permanência na zona rural, como reconhece o padre Manuel Lira (*No meio do sertão, um império escolar vira um município*). Muitas das experiências são lideradas pela iniciativa privada, em parceria, ou não, com os Estados e

municípios. Mas, nenhuma delas questiona as razões do êxodo rural e do trabalho infantil. Chegam mesmo a propor mudança de calendário para resolver a questão, isto é, liberar as crianças para o trabalho. Naturalmente, poder-se-ia questionar se esta solução não seria melhor do que as crianças ficarem fora da escola. Entretanto, essa discussão não foi feita, ao menos nos números iniciais da Revista. Somente no exemplar n° 30, na Seção Opinião, Maria Lúcia Prado Costa, assistente social da Escola Estadual Fundamar, em Paraguassu (MG), opina sobre os problemas e a ideologia da escola rural e sugere, como destaca a Revista, “uma saída para o ensino rural”.

Maria Lúcia inicia afirmando que

apesar da evidência – mil vezes constatada – de que a permanência do lavrador no campo é determinada estruturalmente pelas condições econômicas de que ele dispõe para trabalhar e dar o sustento a sua família, permanece em nossas cabeças o velho *slogan* “a escola rural deve contribuir para radicar o trabalhador na terra”.

No entanto, ela continua, “mais interessante do que contestar a ideologia oficial seria estudar mecanismos que possibilitem a reversão dos problemas que têm feito de nossas escolas rurais um tosco e melancólico arremedo de escola”. Na extensa e maluca listagem das ausências nas escolas da roça, parece se destacar, ela analisa, a da “legitimidade”. A escola rural não tem público; os índices de evasão são assustadores e a população que nem sequer ingressa na escola não chega a ser computada pelas estatísticas. “*Não tendo público, a escola rural não tem representatividade, e sem representatividade ela não tem como legitimar, perante a sociedade, suas reivindicações*”, ela conclui. As causas apontadas por Maria Lúcia referem-se às enormes distâncias a serem percorridas por alunos e professores que desanima ambos, pois sabem que o trabalho escolar é “fraco e

ineficiente”. A alternativa seria, em sua opinião, a formação de núcleos de educação rural que aglutinem em torno de si o maior número possível de pessoas que deles se beneficiem. Tais núcleos deveriam oferecer ensino formal do pré à 4ª série do 1º Grau e pré-profissionalizante, além de alimentação, serviços de saúde e assistência social, e, ainda, um item essencial: transporte. Cita como exemplo o projeto que está sendo desenvolvido no sul de Minas, do qual participa. Experiências como essa poderão se desenvolver, pois, de acordo com ela, a atual Constituição Brasileira “veio conferir aos municípios recursos financeiros inéditos e reafirmar a obrigatoriedade de investir 25% de seus orçamentos em Educação” (grifos meus).

Maria Lúcia não explicou, porém, como fazer os municípios investirem da forma como está sugerindo, “sem contestar a ideologia oficial”, o que significaria ausência de mudança nos objetivos...

Quanto à Revista, apesar de abrir espaço às opiniões de Maria Lúcia que relaciona a questão da escola rural com a política geral do país, não propôs, no período estudado, um debate mais amplo sobre o trabalho infantil e o êxodo rural. As outras reportagens sobre escolas rurais (cf. quadro acima) focalizaram mais as questões pedagógicas, principalmente a questão das classes multisseriadas, onde não há concordância sobre sua eficiência, ou não, e a confecção de cartilhas e materiais didáticos especiais que consideram o vocabulário e as experiências culturais das crianças.

As reportagens citadas procuram apresentar, como se viu, experiências consideradas positivas. As críticas são pontuais, não relacionadas à falta de políticas mais abrangentes para as escolas rurais. Críticas pertinentes, como a de Maria Lúcia, da Escola Rural Fundamar (Revista Nova Escola nº 30) são publicadas separadamente das

reportagens. Note-se que a experiência desta escola já havia sido focalizada na reportagem “*Sonho é realidade no Fundamar*”, no exemplar nº 25 e naquela oportunidade as críticas não apareceram.

Em seu artigo, Maria Lúcia levanta uma questão pertinente às análises que têm sido feitas nesta pesquisa. Em suas palavras: “*Não tendo público, a escola rural não tem representatividade, e sem representatividade ela não tem como legitimar, perante a sociedade, suas reivindicações*”. Não sendo público, poder-se-ia dizer, os professores das escolas rurais, sem representatividade, social utilizam o espaço a eles concedido pela revista, para “desabafar” na seção Cartas, seus problemas.

No exemplar nº 19 da Revista, Professora de Campos do Jordão (SP) reclama de cobras que entram em sua sala de aula. Tendo pedido cuidados à Prefeitura e não sendo atendida, diz-se preocupada com a segurança das crianças e exclama: “Me ajudem!”. No exemplar nº 29, Professor de Tanque Novo (BA) “desabafa”: porque será que este governo não libera mais verbas para distribuição de merenda? Com esta situação o resultado é a derrota, principalmente nas escolas rurais, onde as crianças andam quilômetros para chegar à escola”. Também com relação à merenda, professora de Formiga (MG), no exemplar nº 32, pergunta: “De que adianta o uso de tecnologia na preparação da merenda escolar, se os nossos alunos da Escola Targino Muniz andam até 4 quilômetros para chegar à escola e não estão recebendo merenda suficiente?”. No mesmo exemplar, professora responsável por biblioteca, em Melgaço (PA) relata a situação precária de “sua terra” que fica “no Marajó”, distante 800 quilômetros por via pluvial (único meio de transporte) de Belém e pede sugestões de como elaborar um plano de trabalho para bibliotecas. Em Nova Escola nº 33, professora de Congo (PB) relata que andou 12

quilômetros a pé – do sítio até a cidade – para concluir o curso de magistério e ganha Ncz\$ 15,90. Pergunta: “onde está o dinheiro para a educação?”; e professora leiga de Tanque Novo (BA) que trabalha em escola rural, com crianças carentes que até desmaiam de fraqueza porque a merenda só chega atrasada e é insuficiente, reclama que recebe menos da metade de um salário mínimo. No exemplar n° 35, Professora de Redenção (CE), desabafa:

Leciono há sete anos ... e faço esse desabafo porque não suporto mais presenciar tanta injustiça. É revoltante, triste e lamentável a situação dos alunos em nossa escola. As crianças têm fome, não há merenda. As crianças têm sede, a água é poluída e não há filtros na escola. As crianças desejam brincar, falta ânimo. Esses fatores influenciam na frequência e conseqüentemente na aprendizagem. E o professor assiste a tudo isso de mãos atadas, pois não dispõe de meios para amenizar essa situação, ele próprio já é desvalorizado pela sociedade, que não reconhece a sua importância para o engrandecimento do país. Acredito que esse quadro poderá ser revertido. Depende todos, principalmente de um maior empenho das autoridades comprometidas com a causa educacional (Revista Nova Escola n° 35, nov/1989, p. 5).

Ainda, no exemplar n° 19, Professor de Sátiro Dias (BA), também “desabafa” criticando as autoridades da Educação principalmente quanto à zona rural e aos baixos salários. No exemplar n° 20, professora de Buíque (PE) diz-se desesperançada, não acreditando mais em palavras e promessas enganadoras dos chefes políticos deste país. Em suas palavras: “andei três quilômetros por dia, durante oito anos para me formar. Hoje trabalhamos quatro horas por dia, transmitindo nossas palavras, para ganhar só Cz\$ 1 200,00. Sou uma professora muito revoltada, uma professora da zona rural que precisa ser valorizada”. No mesmo exemplar, Professor de Roça Nova (BA) contesta professores e coordenadores de Seminário realizado em Caldas de Cipó (BA), dentro do Programa de

Apoio à Educação Rural (Nordeste), por erros conceituais de conteúdo disciplinar. Em Nova Escola n° 21, Professora de Chapada dos Guimarães (MT) reclama da Secretaria de Educação que quer as crianças alfabetizadas em um ano o que, em sua opinião, não é possível para as crianças da zona rural; e Professora de Pancas (ES) defende a necessidade de um professor só para a 1ª série na zona rural. No exemplar n° 23, Professora de Cacoal (RO) reclama que “o sistema educacional não dá o mínimo valor ao professor leigo rural, que vive isolado, dificilmente recebe supervisão, tem uma escola com crianças mal alimentadas (que até desmaiam de fraqueza), a merenda é insuficiente, o material didático é racionado e o salário pior ainda”.

Essas cartas mostram com maior clareza a confrontação entre as experiências tidas como positivas e divulgadas pela Revista com a dura realidade dos professores missivistas. Assim compiladas, poderiam até mesmo aparentar um certo *status* de representatividade que faltaria aos professores rurais, como apontou a professora Maria Lúcia P. Costa, acima. Porém, sua publicação individualizada, não contribui para a compreensão dos problemas de forma ampla e, principalmente, relacionada com as políticas educacionais definidas para as escolas rurais. Acaba, apenas, reproduzindo questionamentos e depoimentos personalizados e fragmentados, da mesma forma como acontece nas reportagens.

Como se viu nestes três últimos sub-itens, os artigos, reportagens e matérias relacionados às políticas estaduais e municipais de educação, bem como às escolas rurais, trazem as marcas da personificação dos processos sociais e da fragmentação noticiosa.

Nos meios de comunicação de massa, explica Marcondes Filho, faz-se um jogo com o texto noticioso fragmentando a realidade. “A fragmentação da realidade em partes estanques”, ele diz,

repercute no caráter da veiculação noticiosa do jornalismo. Tal fragmentação (que é a forma geral de disposição do mundo na perspectiva burguesa) produz igualmente mentalidades fragmentadas, diluídas, difusas, que vêem o contexto social, a realidade, sem nenhum nexos, sem nenhum fio ordenador. Para a mentalidade fragmentada, a fragmentação noticiosa cai como uma luva.

... Os processos fragmentados de transmissão noticiosa quebram a lógica dos fatos entre si; estes são tomados no seu aparecimento imediato e perde-se a dimensão de uma totalidade que os subsuma e os explique. A fragmentação, por outro lado, é acompanhada de imediatividade. ... A produção fragmentada de notícias, assim, é uma técnica também mercadológica. Opera-se, nesse caso, a desvinculação da notícia de seu fundo histórico e social, e, como um dado solto, independente, ela é colocada no mercado de informação.

... A compartimentalização da história, sua redução a fragmentos desconexos é a técnica manipulativa que se opera no jornal, que mantém os leitores e o público em geral incapazes de, separados da visão conjunta dos processos sociais, seu entrelaçamento e interdependência, discernir no meio desse amontoado, quem, em última análise, detém as rédeas desse processo e para onde o leva. ... A quebra da unidade, da totalidade na apresentação jornalística torna os homens objetos inconscientes das estruturas de dominação que criam diariamente” (Marcondes Filho, 1986, p. 40-42).

A separação entre teoria e prática, é uma das bases desta imediatividade.

Segundo Antônio A. S. Zuin,

Atualmente impera uma certa dicotomia entre teoria e prática no debate educacional que se aferra na tendência de subordinar a teoria a um certo

imediatismo, cuja compreensiva impaciência pode se metamorfosear numa irrefletida catástrofe. Há uma simpatia generalizada pelos educadores que, em nome de uma legítima, mas perigosa intenção, proclamam a urgência de soluções dos problemas educacionais, subordinando a teoria à prática imediata. Também podemos notar certa aversão ao exercício do pensamento reflexivo nos indivíduos que se consideram educados, já que são capazes de opinar um pouco sobre os mais variados assuntos. ... Esse modo de agir encontra-se ancorado em condições sociais que determinam tanto as justificativas de falta de tempo, quanto a aversão à teoria. Atualmente, o que interessa é o acúmulo do maior número de informações no menor espaço de tempo possível por meio do consumo de produtos semi culturais que parecem fornecer de antemão as respostas para todas as nossas dúvidas, bem como o atendimento dos nossos mais recônditos desejos. Os indivíduos, tanto cognitivamente, quanto afetivamente, são educados para subordinarem-se ao processo da semi-cultura²³ que impinge a exaltação da adaptação e do conformismo, ou seja, das consciências felizes, ao invés do discernimento e do inconformismo (Zuin, 1995, p. 117).

De acordo com Marcondes Filho, além da fragmentação das notícias, ocorre, também, a personificação dos processos sociais: “O processo de personalização dos fatos sociais e das notícias em geral, levado a efeito pela imprensa, está intimamente associado ao mecanismo de intimização das questões públicas, da bagatelização dos fatos e do culto à personalidade” (Marcondes Filho, 1986, p. 42).

Marcondes Filho cita Holzer & Schuhler (1971, p. 404) para explicar que pela técnica de personalização o público aprende

a questionar não as condições do sistema social no qual se trabalha e se vive, e sim as vantagens e desvantagens de pessoas, procedimento através do qual esse público

²³ Zuin, refere-se aqui ao conceito de semi-cultura desenvolvido por Adorno em *Teoria da Semi-Cultura* (1996).

se vê, ao mesmo tempo, exortado a buscar continuamente em si mesmo as causas para os problemas e as dificuldades que surgem no próprio meio (Marcondes Filho, 1986, p. 42-43).

O mesmo autor interpreta a fragmentação da notícia como “estratégia mercadológica” no sentido de “dividir para vender mais”. Já, a “personalização dos fatos sociais e jornalísticos está no núcleo da explicação histórica burguesa”. Recorre a Marx, que no prefácio do 18 Brumário de Luís Bonaparte, chama atenção para o fato de que a burguesia se ocupa da história (qual seja, da historiografia) como se ela fosse realizada por indivíduos e não pelas classes:

A personalização da notícia conduz ... tanto ao endeusamento quanto à execração individualizada dos agentes sociais, mantendo seus verdadeiros suportes, as classes e agrupamentos estruturais maiores, totalmente distante dos fatos e de suas implicações. A política torna-se o espaço das idiossincrasias pessoais, das causas subjetivas, dos humores deste ou daquele político que age soberanamente na vida política. A participação e a ação do receptor resumem-se em esperar pelas atitudes do político e torcer para que ele se “lembre dos desfavorecidos”. A política, aí, separa-se do povo; dentro dessa mesma lógica está a funcionalização da política como “coisa para especialista” (Marcondes Filho, 1986, p. 46).

Nos receptores das notícias, Zuin recorre a Rouanet (1986, p. 192) para explicar, de um ponto de vista psicológico, que:

Há uma alusão ao processo de mecanização e padronização das instâncias psicológicas, já que a auto-conservação só é possível quando o indivíduo se habitua a responder imediatamente aos estereótipos e simulacros dos produtos semiculturais. A exemplo dos mecanismos de projeção e identificação, a capacidade de rotular aquilo que é bom daquilo que é ruim, tão observada nas crianças e que é central para os primeiros passos da afirmação e diferenciação do ego em relação ao exterior, é apropriada pela sociedade administrada para que possa servir aos

propósitos da desumanização. Rouanet já alertava para o fato de que quando a estereotipia e a personalização se transformam em traços de caráter acabam por impedir a percepção adequada da realidade. ... A cultura de massas prescinde da mediação do líder, desde que as idéias se convertam, de alguma forma, em pessoas, e sempre que as relações sociais, forças incompreensíveis, se humanizem, permitindo que as tragédias coletivas sejam vividas como psicodramas (Zuin, 1995, p.102 e 106).

A opacidade da situação política e econômica, conclui Zuin, citando Adorno et al. (1972, p. 346) “proporciona, para a pessoa ... uma oportunidade ideal para a regressão ao nível infantil da estereotipia e da personalização (ibidem, p. 102)”.

Considerações finais

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar a Revista Nova Escola como meio de comunicação de massa, integrante da chamada indústria cultural, no período político denominado “Nova República” (1986 – 1989). Este período, sob a presidência de José Sarney, marcado por importantes acontecimentos que buscavam consolidar a democracia no país, culminou com a primeira eleição direta para a presidência da República após o regime militar, em meio a uma das mais intensas crises econômicas passadas até então pelo país.

O abrandamento da censura permitiu, àquela época, uma redefinição das relações entre os meios de comunicação e o Estado. A chamada grande imprensa escrita e, posteriormente, as emissoras de rádio e televisão, passaram a divulgar os eventos políticos, pressionados em parte pela pressão dos movimentos populares que, após o movimento das “Diretas Já” (1984), haviam ganho destaque na cena política e, também, por necessidades mercadológicas e empresariais, uma vez que perderiam público caso se mantivessem alheios aos acontecimentos, bem como sua condição de formadores de opinião das massas.

Além disso, esses meios de comunicação buscavam contribuir nesse período de “transição democrática” para o fortalecimento da chamada “transição pelo alto” que não rompia com o passado, mas que elegeria indiretamente pelo Colégio Eleitoral, como presidente da República, Tancredo Neves, em 1985. Após a sua morte, o embate das forças políticas que formavam a Aliança Democrática estabeleceria novos ordenamentos políticos, notadamente no plano federal.

Neste período, a atuação do Ministério de Educação (MEC) - por onde passaram três ministros do PFL e, no final da gestão, um do PMDB considerado “moderado” - estabeleceu políticas que procuraram fortalecer, legitimar e assumir o *slogan* então criado: “Nova República”. Dentre estas políticas, ressaltam-se as identificadas com a imagem de mudança proposta, especialmente as relacionadas à “democratização” do ensino e de sua gestão.

Um dos meios de divulgação e convencimento utilizados à época foi a imprensa escrita. No caso aqui estudado, a Revista Nova Escola, cuja origem, fruto de um contrato feito entre o MEC e a Fundação Victor Civita, fundação esta “sem fins lucrativos” presidida pelo proprietário de uma grande e influente empresa editorial – Editora Abril - , pretendia estabelecer um novo tipo de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada. Tal relacionamento, naquele momento, permitiu, do lado do MEC, veicular e legitimar sua política. Do lado da Fundação Victor Civita, os ganhos se traduziram tanto no plano financeiro quanto no plano político. Entre os ganhos no plano financeiro, pode-se citar como exemplo, as impressões que eram feitas em sua gráfica; as edições, que desde o primeiro número já ultrapassavam os 300 mil exemplares, sendo que a maior parte era distribuída em 220 mil escolas do país; as vendas em bancas de jornais e por assinatura; e a veiculação de publicidade paga. Entre os ganhos no plano político, destaca-se, de forma relevante, sua imagem de empresa a serviço do público, uma vez que se propunha a contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e com as propostas de mudança em curso no país.

Diferentemente de outras publicações anteriores, como, por exemplo, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos²⁴, criada oficialmente em 1944, como publicação do MEC, a Revista Nova Escola tentava passar uma imagem de independência, incluindo a expressão de críticas, porém de forma pontual, sem contestar as diretrizes governamentais federais. Desta forma, as eventuais falhas apareciam como meros “desvios”.

A concretização deste tipo de contrato legitimava, portanto, uma dupla pauta: as políticas ministeriais encontravam uma caixa de ressonância favorável e a Fundação Victor Civita canalizava o “espírito público empresarial” a favor de seus interesses.

Este aspecto evidencia-se nos artigos, reportagens e matérias que divulgavam as políticas educacionais levadas a efeito nos âmbitos federal, estadual e municipal, e que foram classificados e analisados anteriormente neste trabalho sob a rubrica “Política Educacional”.

Das análises feitas, destaca-se a caracterização da Revista Nova Escola como um meio de comunicação de massa, integrante da chamada indústria cultural, atuando, portanto, no nível das mensagens produzidas e difundidas em grande escala em sociedades complexas. Tal condição se impõe apesar de e por ser a Revista dirigida a um público específico – os professores de 1º Grau. A questão é controversa. Porém, a incursão em estudos teóricos sobre esse tema permitiu a caracterização encontrada, à medida em que a Revista exerce seu papel na imprensa escrita, “produzindo” notícias que são veiculadas e

²⁴ De acordo com Gandini (1995), a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) era um “órgão oficial

vendidas como “mercadoria” de acordo com seus interesses políticos, econômicos e ideológicos.

Tais interesses, porém, não impediram que a Revista procurasse atender algumas necessidades individuais dos professores, tendência esta que, aliás, constituiu-se em orientação dos meios de comunicação de massa, a partir da década de 1960, nos Estados Unidos da América. A Revista seguiu essa orientação, no período estudado, quando procurou atender a demandas particulares, fornecendo informações sobre direitos trabalhistas, proporcionando uma troca de correspondência entre professores e com os responsáveis pelas experiências pedagógicas publicadas, e divulgando cursos, seminários, congressos etc. Pode-se mesmo dizer que ao responder a essas necessidades e interesses, a Revista considerou os professores como *público*, no sentido do atendimento de suas necessidades específicas.

Também em algumas reportagens, notadamente as relacionadas ao Congresso Nacional (processo constituinte, elaboração da nova Constituição Brasileira de 1988 e discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a Revista procurou ouvir tanto opiniões de representantes oficiais (MEC e outros órgãos governamentais) quanto de políticos, professores, representantes de entidades do magistério e representantes de entidades patronais das escolas particulares, informando de maneira abrangente sobre os fatos que estavam na pauta política do momento.

Porém, quando as políticas estaduais e municipais de educação, bem como as escolas rurais foram focalizadas, as reportagens caracterizaram-se pela *fragmentação*

do Ministério da Educação, publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógico (INEP)”.

noticiosa e pela *personalização de processos políticos e sociais*. Isto se deu quer pela “tradução” dos fatos em notícias (leia-se mensagens), quer pela omissão de informações (principalmente quanto aos partidos políticos aos quais pertenciam os governadores e prefeitos dos Estados e municípios focalizados), quer pelo reforço de atitudes de abnegação e criatividade dos professores em nome da melhoria da qualidade do ensino, mesmo em condições muito adversas, sugerindo sua responsabilidade em questões nem sempre de sua alçada.

Houve, também, uma diferença nítida de tratamento quanto às políticas nos planos dos Poderes Legislativo (Congresso Nacional) e a do Executivo e, dentro deste, em cada plano (federal, estadual e municipal), aproximando-se daquilo que se caracteriza como “manipulação jornalística”, ao tratar os conteúdos de acordo com o caráter e, principalmente, com o efeito que se quer atingir. Isto é o que se chama de estruturação da informação visando uma adaptação ideológica, característica da indústria cultural.

No plano federal, existia uma aparência democrática por parte da Revista, mas o que estava sendo exercido era um jogo de interesses onde cada ator – Executivo, Legislativo e Revista – assumia um papel. Naquele momento, o Congresso Nacional (Poder Legislativo) chamava para si os holofotes, e a Revista dava visibilidade aos debates apresentando posições e depoimentos controversos em amplas reportagens. Porém, ao tratar das políticas do MEC (seu parceiro de contrato), ressaltava sempre como positivas suas ações, apenas se permitindo aceitar algumas pequenas incorreções apontadas pelos seus leitores ou algumas críticas publicadas separadamente das reportagens que divulgavam suas políticas.

Nos planos estadual e municipal, o tratamento das notícias destacava as experiências tidas como positivas sem, entretanto, nomear os governantes por elas responsáveis. Esta omissão não era gratuita, pois estavam em jogo os interesses dos titulares do MEC (e, portanto, do Governo Federal), a quem não interessava promover os prefeitos e, principalmente, os governadores, bem como seus partidos que, em sua maioria, faziam oposição no plano federal.

Como pondera F. Neumann,

nos sistemas constitucionais é extremamente difícil identificar o poder político. O Direito Constitucional pode, ou não, segundo ele, mostrar claramente a distribuição do poder; a doutrina dos poderes separados pode exprimir, ou não, se as forças sociais são equilibradas da mesma maneira que as instituições políticas; e, isso, geralmente não se dá. O Direito Constitucional apenas supre a moldura para o exercício do poder político, mas não identifica o seu detentor ou suas funções (Neumann, 1969, p. 26).

Destaque-se, ainda, na Revista, as intenções da “manipulação noticiosa” praticada pela indústria cultural, em relação aos leitores. As notícias, não isoladamente, mas em conjunto, atuam no receptor de modo a desencadear um “jogo psíquico” que em um momento desencadeia processos de preocupação e, em outro, de alívio e descontração. A programação noticiosa joga com esse duplo caráter ideológico da notícia. Verifica-se a adequação da linguagem para ora incomodar, ora confortar, dentro de uma lógica de alternar as informações, desorganizando a racionalidade do leitor. Esta tensão faz com que o jornalismo colabore na reformulação e confirmação das opiniões e atitudes políticas que nem sempre são as suas, leitor. A manipulação volta-se ao incentivo à passividade e apatia

das massas, favorecendo uma política de conservação dos poderes e uma despolitização de seus receptores.

Por outro lado, é possível concluir que, se os emissores das notícias pretendem tal esvaziamento de conflitos, os leitores, isto é a “massa”, também o desejam.

Adorno argumenta que

a idéia de que o mundo quer ser enganado tornou-se mais verdadeira do que, sem dúvida, jamais pretendeu ser. Não somente os homens caem no logro, como se diz ... como também desejam essa impostura que eles próprios entrevêm: esforçam-se por fecharem os olhos e aprovam, numa espécie de auto-desprezo, aquilo que lhes ocorre e do qual sabem porque é fabricado. Sem o confessar, pressentem que suas vidas se lhes tornam intoleráveis tão logo não mais se agarrem a satisfações que, na realidade, não o são ... A dominação técnica progressiva se transforma em engodo das massas, isto é, em meio de tolher a sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Mas estes constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática, que não se poderia salvaguardar e desabrochar se não através de homens não tutelados (Adorno, 1973: p. 292, 295).

Este é o cerne das questões aqui debatidas: a possibilidade de consolidação democrática numa sociedade de massa, onde a indústria cultural tutela os indivíduos e o papel desempenhado pela Revista Nova Escola no período de redemocratização política do país.

Pode-se, pelas análises feitas, dizer que a atuação da Revista, no período estudado, foi *democrática*, quando informou e abriu espaço de comunicação para os professores, quer através das correspondências publicadas, quer através da presença de seus representantes em artigos, reportagens e matérias. Foi, porém, ao mesmo tempo,

aparentemente democrática ao utilizar técnicas jornalísticas próprias da indústria cultural, notadamente, como já citado, praticando a *fragmentação* noticiosa e a *personalização* dos fatos transformados em notícias cumprindo assim a função de legitimar e disseminar sua ideologia e sua existência.

Apesar das reportagens consideradas amplas o suficiente para bem informar os professores, e da atuação de alguns repórteres que se empenharam para tal, a Revista em seu todo, transitou sempre entre os caminhos da “liberdade” e da “segurança”, da “preocupação” e do “alívio”, dos “fatos” e da “ideologia”. Transitou enfim, tal como a democracia, pela “*dissolução dos sinais fundamentais da certeza*”, como aponta Lefort, desvirtuando a lógica democrática,

à qual o trabalho da ideologia destinada sempre a restituir a certeza não consegue pôr fim. ... Numa sociedade onde os fundamentos da ordem política e da ordem social se subtraem, onde o adquirido não traz nunca o selo da plena legitimidade ..., onde o poder se exerce na dependência do conflito, - em tal sociedade, a possibilidade de um desvirtuamento da lógica democrática permanece aberta. (Lefort, 1984: p. 141).

A Revista Nova Escola, portanto, pretende tornar virtuoso o que é vicioso. Com sua adesão ao *slogan* “Nova República”, e em nome da publicidade de mudança que a “transição pelo alto” propalava, reforçou as políticas conservadoras, que se modernizavam *na aparência* para manter-se. Lembrando o Príncipe de Salina, personagem de Lampedusa, tudo muda para ficar como está.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. "A Indústria Cultural", in: Cohn, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. Cia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

_____ "Teoria da Semicultura". Tradução de Newton Ramos de Oliveira com a colaboração de Bruno Pucci e Cláudia de Moura Abreu. In *Educação & Sociedade*. Campinas, Papyrus, 1996.

ADORNO, Theodor W. et al. "Studiens in the Authoritarian Personality", in: *Gesammelte Schriften 9. – Soziologische Schriften II – Erste Hälfte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972.

ARENDT, Hannah. *As origens do Totalitarismo*. Volume III: Totalitarismo, o paroxismo do poder. Introdução de Marcos Margulies, tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Documentário, 1979.

_____ *A condição humana*. 5ª ed. Trad. de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.

BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

BAUDRILLARD, Jean. *A sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. Trad. de S. Bastos. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Trad. Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia*. São Paulo, Pioneira, 1973.

_____ (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo, Cia. Editora Nacional/Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

- COMPARATO, Fabio Konder. “Segurança e Democracia”, in: LAMOUNIER, Bolivar et al. (org.). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo, Cortez; Niterói, RJ, Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF, FLACSO do Brasil, 1991.
- DOCUMENTO BASE ao VII Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. promovido pela INTERCON, em São Paulo, de 2 a 7 de setembro de 1984, in: MELO, José Marques (org.) *Comunicação e Transição Democrática*. Porto Alegre, Mercado Aberto/Intercon, 1985.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Editora Globo, 3ª ed. (revista), 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- GANDINI, Raquel Pereira Chainho. *Ideologia e Burocracia na Rotulação de Estudantes*, in: *Educação e Sociedade*, VIII(24):61-74, Campinas, CEDES, agosto 1986.
- _____ *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952)*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo, Cortez, 1992
- GOMES, Wilson. “Theatrum Politicum 1: A Encenação Política na sociedade dos Mass Mídias” in BRAGA, José Luiz et al. (org.). *A Encenação dos Sentidos: Mídia, Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1995.
- HORKHEIMER, Max. & ADORNO, Theodor. W. (org.). *Temas Básicos da Sociologia*. Tradução Álvaro Cabral. 2ª ed., SP, Ed. Cultrix, 1978.
- LAZARFELD, Paul F. & MERTON, Robert K. “Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social”, in: LIMA, Luiz Costa (introdução, comentários e seleção). *Teoria da Cultura de Massa*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- LEBRUN, Gérard. *O que é Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

- LEFORT, Claude. *As formas de História – ensaios de antropologia política*. Tradução de Luis Roberto Salinas Fortes e Marilena Chauí. SP, Brasiliense, 1979.
-
- “A filosofia política diante da democracia moderna”. In *Revista de Filosofia Política*, nº 1. Porto Alegre, L&PM, 1984.
- LIMA, Luiz Costa (introdução, comentários e seleção). *Teoria da Cultura de Massa*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MELO, José Marques (org.). *Comunicação e Transição Democrática*. Porto Alegre, Mercado Aberto/Intercon, 1985.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia: Jornalismo como produção Social da Segunda Natureza*. São Paulo, Ática, 1986.
- MARRACH, Sonia. “O caso Collor ou a política na era dos meios de comunicação de massa” in *Educação & Sociedade*, Nº 44. Campinas, Papius/Cedes, 1993.
- MATOS, Sérgio. “O controle econômico” in MELO, José Marques (org.). *Comunicação e Transição Democrática*. Porto Alegre, Mercado Aberto/ Intercon, 1985.
- MATTELART, Armand. “O imperialismo cultural na era das multinacionais” in: WHERTEIN, Jorge (org.). *Meios de comunicação: realidade e mito*. Trad. Maria Cândida Dias Bordenave, Sigrid Sarti, Teresinha J. Direne. São Paulo, Editora Nacional, 1979.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da Sociedade Industrial – o homem unidimensional*. 4ª edição. Tradução de Giasone Rebuá. RJ, Zahar, 1973.
- MILLS, Charles Wright. *The power elite*. New York, Oxford Univ. Press, 1956
- NEUMANN, Franz. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Organização e prefácio de H. Marcuse, Trad. Luiz Corção. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- OLIVEIRA, Cleiton de. *Estado, Município e Educação: análise da descentralização do ensino no Estado de São Paulo (1983-1990)*. Tese de Doutorado Campinas, Faculdade de Educação da UNICAMP, 1992.

- PEDROSO, Leda A. *Democracia, política e administração educacional: a proposta Montoro (1978-1984). Dissertação de Mestrado*. Campinas, Faculdade de Educação da UNICAMP, 1991.
- _____ “Escola Padrão e autonomia”, in: *ANDE* (Revista da Associação Nacional de Educação), nº 20, São Paulo, Cortez, 1994.
- _____ “Democracia, Política Educacional e Professores”, in: *Cidadania Textos*. Campinas, Gendec/Unicamp, 1995.
- RODRIGUES, Neidson. “A democratização da escola: novos caminhos”, in: *Revista da Associação Nacional de Educação (ANDE)*, ano3, nº 6, 1983.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1986.
- RUBIM, Antonio A. C. “Dos Poderes dos media: Comunicação, Sociabilidade e Política” in FAUSTO NETO, Antonio et al. (org.). *Brasil: Comunicação, Cultura & Política*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Trad. J. A.G. Albuquerque, 3ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1985
- ZUIN, Antônio Álvaro Soares. *Indústria Cultural e Educação: o novo canto da sereia*. Campinas-SP, Autores Associados, 1999.

APÊNDICE 1 – POLÍTICA EDUCACIONAL: Resumos de artigos, reportagens e matérias não citados nos capítulos da tese

Observação: os algarismos entre parênteses correspondem ao número de artigos, reportagens e matérias que foram resumidos em cada exemplar da Revista Nova Escola (NE).

(6) NE 01: março/1986

- **“Um Novo Calendário Escolar no Amazonas”** (p. 6-10): Reportagem de Laurentino Gomes, citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“Como vai a Educação na Nova República?”** (p. 40-41): citada no capítulo III, item 1.

- **“O Milagre da Multiplicação”** (p. 46-49) Reportagem de Ana Célia Ossame (Manaus), Betania Mascarenhas (Recife) e Jacy Magalhães (Brasília), citada no Capítulo III, item 3.2.

(5) NE 02: abril/1986:

- **“Uma escola que se move”** (p. 6-8) Reportagem de Francisco José Karam, citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“Reforma Silenciosa”** (p. 10-17). Edição de Amélia Nascimento sobre experiências no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Ceará. Reportagem citada no capítulo III, item 3.1.

- **Enquete: “Qual o maior problema na Educação de 1º grau?”** (p. 20-21).

Reportagem sem assinatura. “Autoridades ligadas ao ensino, políticos, professores, artistas e pessoas que vivem o cotidiano escolar”, opinam sobre essa questão. A seguir

estão os entrevistados e os destaques dados às suas respostas à questão-título da reportagem. Moacir Gadotti, professor de Filosofia da Educação na PUC (São Paulo e Campinas) e na UNICAP (Campinas): “A má formação dos professores”; Aloisio Sotero, Secretário Geral do Ministério da Educação: “A repetência que leva ao abandono”; Marieta Severo, atriz, mãe de três meninas (16, 15 e 10 anos): “Os currículos não motivam os alunos”; Tony Ramos: “Os baixos salários dos professores”; Terezinha Menezes, dentista, mãe de três crianças (7, 10 e 13 anos): “A fome, que tira o ânimo de aprender”; Rodrigo Camargo, 13 anos, aluno de 8ª série: “Muita gente ainda é analfabeta”; Anna Bernardes da Silveira Rocha: ‘As milhares de crianças sem escola’.

- **“Livros Didáticos: Agora quem escolhe é você”** (pp. 36-37). Reportagem de Elizabeth Ferrich sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), lançado pelo presidente Sarney, em agosto de 1985. Foram distribuídos pela FAE 8 milhões de livros de português e matemática, para as duas primeiras séries do 1º Grau, que haviam sido escolhidos pelos professores. A meta é atingir quatro livros para todas as escolas do país, em 1989, quando 25 milhões de estudantes serão beneficiados com 100 milhões de livros. A idéia é selecionar os títulos e colocar à disposição dos professores, no próximo ano (1987) os que são realmente de interesse pedagógico.

Alguns dados:

- 42 milhões de livros serão distribuídos, até o final de abril/86, pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), dentro do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), lançado pelo presidente Sarney, em agosto de 1985;
- em 1985 foram distribuídos apenas 8 milhões de livros;
- os professores escolheram os livros através de um guia com 1 000 títulos enviado às escolas;
- os livros não mais serão descartáveis, e a pretensão é que durem três anos;
- a preocupação foi de equipar as escolas com livros de Português e de Matemática, visando atender principalmente às duas primeiras séries, onde se concentram dois terços dos alunos de 1º Grau;

“É principalmente pela falta de livros que muitos deixam a escola: por não conseguirem acompanhar as aulas, ou por vergonha de não possuírem o material”, afirma

Douglas A. Tenório, secretário de Educação de Alagoas e presidente do Fórum de Secretários Estaduais. Em Alagoas, onde o livro *Caminho Suave* foi o mais solicitado, todos os 400.000 alunos da rede estadual se beneficiaram com o Programa.

No Maranhão, onde a secretária de Educação, Leda Tajra, se diz totalmente favorável ao fim do livro descartável, foram distribuídos 2.600.000 livros para 1.600.000 alunos da rede estadual.

Na Bahia, 4 milhões de livros para 2 milhões de crianças.

No Paraná nem todos os alunos foram contemplados. De 1.600.000 alunos, somente “os carentes foram atendidos”, explicou a secretária Estadual de Educação, Gilda Poli Rocha Loures.

A meta é atingir quatro livros para todas as escolas do país, em 1989, quando 25 milhões de estudantes serão beneficiados com 100 milhões de livros. A idéia é selecionar os títulos e colocar à disposição dos professores, no próximo ano os que são realmente de interesse pedagógico.

Em destaque são apresentados os títulos mais escolhidos e feita uma crítica às cartilhas *Caminho Suave* (607 mil pedidos) e *No reino da Alegria* (430 mil pedidos) baseada em trabalho publicado pela Fundação do Livro Escolar, em 1984, na edição nº 2 do Jornal *O Livro Nosso de Cada Dia*. Nenhuma avaliação foi apresentada quanto à cartilha mais pedida *A Magia de Aprender* que obteve 850 mil pedidos.

Observações:

Nesta reportagem é citado o nome do presidente Sarney, o que não acontece com outras reportagens que focalizam programas estaduais. O Governo Federal, através do MEC mantém convênio com a Fundação Victor Civita, editora da revista Nova Escola.

- **Opinião:** “Só resta cumprir a Lei” (p. 66). Terezinha Saraiva, diretora de Desenvolvimento Social do Sesi, ex-secretária municipal de Educação do Rio, na administração Marcos Tamoio, opina sobre municipalização do ensino e Emenda Calmon. Artigo citado no Capítulo III, item 2.

(2) NE 03: abril/1986:

- **“Material à venda em mercados”** (p.16). Reportagem de Maria José Quadros, sobre distribuição de material escolar da FAE através da Empresa Baiana de Alimentos, presente em 120 municípios e 212 postos de comercialização de alimentos básicos. A destacar nesta reportagem a divulgação das atividades da FAE, sempre presente na revista e a declaração de seu presidente, Carlos Pereira: “...dentro do princípio de descentralização pregado pela Nova República, pretendemos estender esta experiência a todo país”.

- **“Oito Anos de Escola?”** (p. 21). Reportagem sem assinatura sobre número de anos de escolaridade obrigatória. Citada no Capítulo III, item 2.

(5) NE 04: maio/1986

- **“Aventura e heroísmo nas escolas de Cananéia”** (p. 6-12). Editor Oswaldo Coimbra. Reportagem citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“Você concorda com o fim de Moral e Cívica?”** (p. 20-21). Reportagem sem assinatura citada no capítulo III, item 2.

- **“Os Grêmios estão de volta”** (p. 37-39). Reportagem de Cláudia Ferraz e Paulo Fernando Figueiredo. Na chamada da reportagem, os repórteres destacam: “No final da década de 60, eles despertaram muitas das lideranças que hoje atuam na vida pública. Depois de perseguidos e fechados pelo regime dos anos 70, os grêmios estudantis estão de volta, graças aos bons ares da abertura”.

- **“CIEP: uma escola na berlinda”** (p. 54-59). Reportagem de Lucena Lemos, Maria Helena g. Pereira e Paulo Fernando Figueiredo. A reportagem apresenta argumentos favoráveis e contrários aos CIEPs através das opiniões de seus responsáveis e de seus críticos. A favor: Darcy Ribeiro, idealizador do projeto; Yedda Linhares, Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Lia Faria, diretora da Consultoria Pedagógica de Treinamento; Laurinda Barboza, diretora do Departamento Geral da Secretaria Municipal de Educação, Aníbal de Gouveia Júnior, diretor do CIEP Thomas Jefferson, ou como o chama a população, Palácio Batá (palácio porque é bonito, Batá porque é o nome do lugar); alguns professores e alunos. Contrários: Vanilda Paiva, diretora do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP); Godofredo da Siva Pinto, deputado estadual, ex-presidente do Centro Estadual de Professores (CEP).

Vanilda Paiva aponta a construção dos CIEPs “à beira de estradas movimentadas para servirem aos interesses políticos eleitorais do governo fluminense”. Para ela, é “um projeto arquitetônico que se ressent de uma autêntica proposta pedagógica”. Godofredo Pinto afirma que “os CIEPs fazem parte de uma política educacional discriminatória e injusta, pois só atende a uma minoria de crianças”. Com a quantia gasta (10% do orçamento da administração direta para 1986) “o governo poderia multiplicar as escolas comuns, aumentando as vagas e acabando com o terceiro turno que, apesar dos ‘brizolões’, continuam a existir nas duas redes”.

Os argumentos contrários de Godofredo foram rebatidos por Yedda Linhares. Os de Vanilda, não.

- **Opinião: “Merenda fortalece municípios”** (p. 66). Carlos Pereira de Carvalho e Silva, presidente da Fundação de Assistência ao Estudante, opina sobre a municipalização da merenda considerando positivo seu aspecto descentralizador, fortalecendo a autonomia municipal/regional. Na chamada do artigo, “a municipalização da merenda estimula a produção local de alimentos, gera empregos e aumenta a arrecadação de impostos”.

(2) NE 05: junho/1986

- **Enquete: “O que deveria mudar na ortografia?”** (p. 26-28): Reportagem de Paulo Fernando Figueiredo (RJ), Eduardo Toaldo (SP) e Francisco Karam (SC) sobre a reforma ortográfica prevista para entrar em vigor em 02 de janeiro de 1987. A seguir, destaques dos depoimentos entrevistados. Luís Nassif, jornalista de economia da Folha de S. Paulo: “Deveríamos nos livrar do latim”; Luana de Moraes, aluna da 7ª série do Colégio Hugo Sarmiento, em São Paulo: “Nos acentos não deveria mudar nada”; Ricardo Ramos, presidente da União Brasileira dos Escritores, em São Paulo: “Sem os acentos, os erros aumentam”; Lucila Turri, professora de Português da EEPSG Prof. Benedito Tolosa, em São Paulo”; Antônio Houais, presidente do Encontro Internacional para Unificação Ortográfica, no Rio de Janeiro: Por enquanto, chega de mudanças”; Vlada Sanalios, revisor de O Estado de S. Paulo: “Poderíamos muito bem dispensar o hífen”; Carlos Drumond de Andrade: “A questão é útil mas secundária”; Péricles Eugênio da Siva Ramos: “poeta, tradutor, escritor e professor, em São Paulo: Melhor era escrever ‘ezame’ e ‘sensação””;

Nilcéa Lemos Palandré, professora de Prática do Ensino de Português, na Universidade Federal de Santa Catarina: ‘Os acentos poderiam ser abolidos’; José Francisco Lé, professor de Português do Curso Objetivo, em São Paulo: “O x só nas palavras que têm som de x”; Vânia Lúcia Rabelo Martins, alfabetizadora, em Santa Catarina: “As letras duplas e o m antes do p”.

- **“Uma nova proposta para classes multisseriadas”** (p. 44-46). Reportagem de Elizabeth Lorenzotti. Chamada da reportagem: “Durante um ano, professores da zona rural se reuniram com técnicos da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo) e contaram suas experiências, no trabalho com classes multisseriadas. O resultado é esta nova proposta de ação educativa que, sem negar a realidade da escola rural, possibilita sua transformação”. A proposta em síntese: 1) trabalhar ao mesmo tempo as semelhanças e as diferenças existentes nas classes e nos programas; 2) reorganizar a programação, criando um único programa por disciplina, com diferentes níveis de complexidade; 3) Planejar para uma classe, não levando em conta as séries, mas os diferentes níveis de capacitação dos alunos; 4) Fazer um planejamento único por disciplina, levando em conta os momentos de produção do conhecimento e a integração entre as disciplinas; 5) Atuar com uma metodologia que considere trabalho individual e coletivo, espaço físico e integração da disciplinas no trabalho coletivo.

“57 milhões de livros” (pp. 50-51). Entrevista concedida à Nova Escola por Egberto da Costa Gaia, diretor da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), sobre a entrega dos livros didáticos às escolas, em 1987. Gaia divulga números e regiões que serão atendidas, fala sobre a pretensão da FAE de descentralizar a distribuição tece considerações sobre a importância do livro didático, os problemas que eles apresentam, a escolha dos professores e à atuação da FAE quanto ao material escolar.

(3) NE 06: setembro/1986

- **“Você acha que diretor de escola deve ser eleito?”** (p.8-9). A revista pergunta e Gilda Poli Rocha Loures, secretária Estadual de Educação do Paraná, responde sim, e Luís Gonzaga Pinto, presidente da União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial, de São Paulo, responde não. Reportagem citada no Capítulo III, item 2.

- **“Universidade ajuda a mudar o ensino rural”** (p. 20-23). Reportagem de Rosângela Guerra. A Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais encomendou uma pesquisa à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a finalidade de “conhecer de perto as causas dos males que afetam a escola rural mineira, para poder atacar com eficiência seus efeitos. A pesquisa foi feita em 102 municípios, durante três anos, levantando sua história, usos e costumes. Entre outras, destaque-se aqui, algumas de suas conclusões: “a escola rural é um tosco arremedo da escola urbana e, por isso, desconsidera o fato óbvio de o aluno ser, antes de tudo, um trabalhador”; um exemplo do autoritarismo da escola rural “é dado pela inflexibilidade do calendário escolar, que desconsidera as épocas das colheitas, obrigando os alunos a faltarem às aulas, uma vez que seus pais não podem prescindir deles na lavoura”; pelo fato de a maioria dessas escolas serem municipais, ficam sujeitas “aos mandos e desmandos das administrações locais”. A nova proposta curricular, elaborada a partir da pesquisa, começou a ser introduzida nas escolas dos 102 municípios pesquisados, já em 1983. Da proposta constam: treinamento de professores, elaboração de material didático, e melhorias de instalações. Em uma das escolas, foi criado o Clube Agrícola, onde as crianças cultivam uma horta e um mandiocal, e a produção serviu para enriquecer a merenda e engrossar a caixa escolar, pois o excedente é vendido”.

Observações: trabalho infantil; não consta se houve, ou não, mudança de calendário escolar, seleção de professores que não por indicação política; ausência do nome do governador que encomendou a pesquisa e fez convênio com a Universidade; fotos de crianças trabalhando na horta (elas já não trabalham bastante em casa e/ou na lavoura?)

- **“Alfabetizar crianças pobres”** (p. 40-44). Reportagem de Oswaldo Coimbra e Nilson de Souza. Método de alfabetização “A Didática do Nível Pré-Silábico”, desenvolvido por professores do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação, de Porto Alegre (GEEMPA), vem possibilitando a aprovação de 97% dos alunos para a 2ª série, em dez classes experimentais, na periferia da capital gaúcha. A proposta parte do princípio de que “as crianças das classes populares que conseguem sobreviver até os 7 anos não apresenta deficiências de inteligência (ao contrário do que se diz) capazes de justificar seu insucesso escolar. Se isso ocorre é porque a didática adotada

pela escola tradicional (e planejada para crianças de classe média) é inadequada para essas crianças”. A reportagem traz informações sobre o trabalho didático e outras atividades desenvolvidas, fornecidas pela professora Esther Grossi. O GEEMPA, criado em 1970, fornece cursos de dois anos a professores interessados em aplicar sua proposta, tendo atendido a mais de dez mil professores. A proposta foi reconhecida pela Fundação Ford (EUA) que junto com o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação gaúcha, também contribui para a manutenção de suas atividades.

(3) NE 07: outubro/1986

- **“Salas de Leitura: Um prazer ao alcance das novas gerações”** (p. 26-31). Reportagem de Isabel dos Santos Kumpera (SP), Jorge Eduardo e Martha Feldens (Paraná), Bethânia Mascarenhas (PE), Lane Bastos (PA). Chamada: Um bem-sucedido programa da FAE leva livros de literatura infantil e juvenil às escolas carentes, democratizando o prazer que um bom livro traz”. Lígia Cademartori, coordenadora nacional do programa, explica que ele foi criado há dois anos (1984) com o objetivo de “resgatar nas crianças e jovens o prazer de ler”. O acervo inclui 150 títulos incluindo obras didáticas, livros de literatura infanto-juvenil, romances, poesias, teatro, biografias, histórias em quadrinhos, jornais e revistas, escolhidos por pesquisadores universitários de várias partes do país. Eles são acondicionados em sacolões de plástico e distribuídos pelos próprios professores em sistema de rodízio. Genoíno Bordignon, ex-diretor de Apoio Complementar da FAE, relata que o programa nasceu com financiamento do MEC, tendo pouca adesão dos Estados, no início. Alcançou, depois todos os Estados ganhando designações diferentes em cada um. A reportagem cita dados de Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará e São Paulo. Neste Estado foi realizado o primeiro curso para professores, em Registro, no Vale do Ribeira. O Programa está “consciente de que o aprendizado do livro não se restringiria ao aluno, mas, ao contrário, deveria começar pelos mestres”. Apesar de abranger todos os Estados, o número de escolas e estudantes beneficiados está, ainda, muito longe de atender a todos. A zona rural paulista, por exemplo, possui 17 mil escolas cadastradas que atendem 280 mil alunos. Neste Estado, o Programa está atendendo as regiões de Ribeira, Litoral e Vale do Paraíba (50 mil estudantes e 727 escolas).

Cademartori, em destaque da reportagem, afirma que “em alguns locais onde não for notado interesse pelo programa, ele será cortado, beneficiando outros, de melhor proveito. Estamos procurando sensibilizar as autoridades nessas regiões onde notamos que o projeto ainda não tem a força merecida”.

- **“Burocracia: a mãe do autoritarismo”** (p. 42-43). Artigo de Lúcia Velloso, professora de Língua Portuguesa, assessora da Secretaria Estadual de Educação e ex-diretor da Escola “Colorida”, de São Gonçalo. Em destaque: “Contra a rigidez das normas burocráticas deve estar a atitude crítica de analisar para descobrir os meios de simplificar a administração escolar”. Velloso considera que “os diretores são as pessoas que sentem mais diretamente os efeitos da burocracia que assola as escolas públicas, deixando-as afogadas em papéis e paralisadas pelo autoritarismo das ‘ordens superiores’, pois a ninguém é dado o direito de discutir”. Essas complicações burocráticas, em sua opinião, acabam roubando o tempo que deveria ser gasto com tarefas mais pedagógicas. Mas, ela argumenta, “reclamar não adianta, o que adianta é promover uma modificação de postura, uma abertura de cabeças, uma mudanças de atitudes para afastar a burocracia das escolas e seus efeitos sociais e psicológicos”. Um desses defeitos, ela exemplifica, “é levar as direções a assumirem a posição de primeiro, pensar no possível, do ponto de vista legal, para depois resolver se pretendem mesmo pôr em prática um determinado projeto e se ele está de acordo com a realidade escolar”. Esta atitude, enfatiza, “contamina o professor”. Velloso diz não insuflar ninguém a desrespeitar as normas, mas a refletir e organizar-se para transforma a “engrenagem emperrada num mecanismo dinâmico e funcional”.

- **“Pesquisa em biblioteca”** (p. 52-54). Reportagem de Nilson de Souza. a reportagem divulga trabalho de consultoria da Equipe “Leitura na Escola”, da FLE - Fundação para o Livro Escolar (SP). Célia DE Arnaldo e Silva e Vera Lúcia S. Pereira explicam como os professores devem proceder na orientação de pesquisas em bibliotecas. Em destaque, a reportagem apresenta depoimento de bibliotecária gaúcha sobre sua experiência com o assunto.

Observação: ao contrário de reportagem anterior sobre o programa “Salas de Leitura”, esta aborda o trabalho da FLE somente em termos da metodologia da atividade de pesquisa.

(1) NE 08: novembro/1986

- **“Escolas consolidadas: a qualidade chega ao ensino da zona rural”** (p. 20-24).
Reportagem de Martha Feldens sobre as Escolas Consolidadas do Paraná. Citada no Capítulo III, item 3.3.

(4) NE 09: dezembro/1986

- **“5692: mudar essa lei resolve os problemas da Educação?”** (p. 10-15).
Reportagem de Nilson de Souza (RS), Célia Regina Lopes (RJ) e Ana Maria Sanchez (SP).
Edição de Amélia Nascimento. Citada no Capítulo III, item 2.

- **“Repetência e evasão: No Ceará, a psicoterapia entra na briga”** (p. 30-32):
Reportagem de Zínia Araripe. A Secretaria de Educação do Ceará criou Projeto de Atendimento Psicoterápico em conjunto com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, Ligada à Universidade Federal de Ceará (UFC), por iniciativa do padre, professor e psicólogo Joaquim Colaço Dourado, que procurava, na Universidade onde leciona, “uma forma de socializar e popularizar a Psicologia”. O Projeto nasceu da constatação de que “um elevado índice de evasão e repetência” decorre da dificuldade de aprendizado ou desinteresse dos alunos que vêm, geralmente, das classes de renda mais baixa da população. De acordo com psicólogos da UFC, na base dessas dificuldade, muitas vezes, estão problemas de ordem psicológica. Levantamento realizado na rede oficial de ensino do Ceará mostrou que, de cada cem alunos matriculados na 1ª série no ano de 1976, apenas 8,7 conseguiram terminar a 8ª em 1983. No tratamento são aplicadas técnicas de ludoterapia, terapia individual e de em grupo. Os alunos encaminhados pelas pelos professores são atendidos em um único local, o Centro Social Urbano Presidente Médice. As dificuldades encontradas referem-se ao preconceito existente entre pais e alunos e aos baixos salários pagos aos psicólogos e estagiários (são seis psicólogos e dez estagiários participantes do Projeto). “Se os resultados são animadores no universo dos alunos atendidos - que não ultrapassa a duzentos, vindos geralmente de escolas próximas ao Centro -, deixam a desejar, por excluir a maioria dos estudantes com problemas, estes espalhados entre os 350 mil, das oitocentas escolas públicas do Estado do Ceará”. Edgard Linhares, professor da UFC, ex-assessor da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e pesquisador em alfabetização e leitura, como entusiasta da idéia, sugere que “o Projeto

deveria ser estendido a todo o Estado, substituindo por psicólogos as orientadoras educacionais” que, em sua opinião, são “uma figura que se tornou obsoleta com a implantação e expansão das faculdades de Psicologia, que formam profissionais aptos a substituir, com atuação mais científica e eficiente, o trabalho dos orientadores educacionais”. A contratação de psicólogos para o Projeto estaria no planos da Secretaria de Educação, mas “este é um processo a longo prazo, uma vez que o governador teria que criar uma lei abrindo novas vagas, uma atitude pouco provável numa máquina administrativa que já gasta muito com o atual excesso de funcionários que o Estado sequer consegue pagar em dia”.

- **“O 1º Grau ainda desafia a capacidade do MEC”** (p. 48-49, 52-53, 56-57 e 60): Depoimento de Luís Soares, responsável pela Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional do MEC, à Maria Inês Martins (citada no capítulo III, item 1).

- **Opinião: “Onde buscar dinheiro?”** (p. 66). O professor gaúcho, Hermes Zanetti, advogado, ex-diretor de ensino de 1º Grau e ex-presidente da CPB, opina sobre recursos para financiar o ensino de 1º Grau. Artigo citado no Capítulo III, item 2.

(2) NE 10: março/1987

- **“Material didático: grátis para o Nordeste”** (p. 48-49): Reportagem de Maria Helena Guimarães. Através do Projeto de Módulos, do Programa Nacional de Material Escolar, da FAE, 7 314 667 alunos de 1ª a 8ª séries do 1º Grau, das 85 mil escolas públicas do Nordeste - nove Estados (Maranhão, Piauí, Ceará Rio grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) e o território de Fernando de Noronha -, receberão neste ano uma sacola com material escolar. O armazenamento está sendo feito pelas Secretarias de Educação destes Estados que se encarregam de informar os municípios a data e o local de retirada dos módulos. A quantidade de módulos foi calculada pelo cadastro do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Seec), o que, segundo Egberto da Costa Gaia, diretor de Apoio Didático e pedagógico da FAE, “permitirá a valorização deste trabalho de coleta de dados”, pois “em geral as pessoas não se preocupam em responder os questionários do Seec”. De acordo com ele, “os problemas verificados neste ano serão sanados em 1988”. Gaia espera críticas, também, quanto a especificação e quantidade de

material incluído nos módulos (5 cadernos, 6 lápis pretos, 4 borrachas, 1 apontador, 1 caixa de lápis de cor, 1 caneta esferográfica e 1 régua, acondicionados em uma sacola). Para ele, as críticas que aparecerem “permitirão uma análise das possíveis deficiências e ajudarão a pressionar, no sentido de se conseguir maiores recursos para que possamos operacionalizar todo o Programa”. Por “falta de recursos e pela dificuldade de aquisição de material escolar em grande escala, já que o parque industrial do país não teve condições de fabricar muitos artigos para este ano”, os módulos para os professores (1 066 399 na rede pública) não serão distribuídos. Só de lápis, a FAE compra mais de 50% de toda a produção nacional. Enquanto se prepara para cumprir as demais etapas do Programa que prevêm a distribuição para todo o país, a FAE mantém seus antigos programas de venda de material (com a participação dos Estados e municípios). O problema, segundo Gaia, é que “não abrangem todos os alunos da rede pública, porque muitos Estados e municípios, principalmente do Nordeste, não possuem recursos para cobrir a parte de gastos que lhes cabe” (as prefeituras devem arcar com 20% dos gastos com material escolar e a FAE se responsabiliza pelo restante). Por isso, em 1986, foram atendidos somente 25% dos municípios do país. Para Gaia, “é preciso que eles tenham mais apoio e menor participação”. Quanto aos postos de venda do material escolar a preço de custo, o problema “é que muitas famílias não têm recursos para comprar. além do mais, ele conclui, seria preciso instalar postos em todas as localidades do Brasil. Com os módulos, pretendem beneficiar 192 671 escolas de 1º Grau, num total de 23 543 878 alunos.

- **“Muda o currículo: o que é preciso para a reforma dar certo”** (p. 52-57): Reportagem de Nilson de Souza, Cláudia Ribeiro Ferraz, Vera Gomes Rosângela Guerra e Maria Helena G. Pereira. A reportagem se divide em duas partes: entrevista dada à repórter Maria Inês Martins por Júlio Corrêa, secretário do Ensino Básico, opiniões (curtas) de professores e os principais pontos mudados no currículo. Para Corrêa, a Resolução “só produzirá os efeitos desejados se forem atendidos pelo menos três requisitos: valorização do Magistério, redefinição dos currículos de formação dos professores e aumento do tempo de permanência dos alunos na escola”. Indagado, Corrêa responde questões sobre a extinção da disciplina Comunicação e Expressão, “essencialidade dos conteúdos”, mudança de carga horária e redefinição dos conteúdos das matérias, controle sobre as mudanças,

duração do ano escolar e jornada diária de aulas e recursos. Quanto a estes, afirma que “só recebem recursos do MEC os municípios que têm o Estatuto do Magistério para assegurar aqueles direitos mínimos do professor: salário condizente, forma de acesso, sistema de mérito, progressão funcional etc.”.

Os outros professores entrevistados foram: João Cardoso Palma Filho, da Cenp/SP; Maria Isabel Catani, da Secretaria de Educação e Cultura/RS; Evanildo Bechara, autor de livros de Português; Zaia Brandão, pedagoga carioca, Gilson Puppim, professor de matemática do Rio de Janeiro; Maria Luci Fritsch, da Secretaria de Educação e Cultura/RJ; Marília Bonini, da PUC/RS; Fátima Delicato, da Secretaria de Educação/PE; Lourdes Cavalcanti, professora de matemática, de Recife; Magda Soares, da UFMG; e, Lucila Regina de Souza Machado, professora da UFMG. As mudanças referem-se às quatro matérias do núcleo comum de 1º e 2º Graus (Português, Estudos Sociais, Ciências e Matemática), às matérias ou atividades complementares (Educação Física, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde, Ensino Religioso, língua estrangeira), e à preparação para o trabalho (no lugar da profissionalização) confirmando a Lei 7044/82.

(4) NE 11: abril/1987

- “Ciclo Básico: uma arma contra a repetência” (p. 24-25): Não consta assinatura de repórter. A Coordenadoria de Ensino e Normas pedagógicas (CENP) da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo divulgou dados resultantes da implantação do Ciclo Básico, a partir de 1984. O ciclo estendeu até a segunda série o período de alfabetização nas escolas públicas do Estado, reduzindo em 9,69% (de 64,83% para 55,14%) as reprovações nas duas primeiras séries do 1º Grau, ao final de 1985. Segundo Marília Claret, uma das coordenadoras do projeto, “as mudanças acabaram por mexer com pressupostos históricos da alfabetização”. Agora, ela explica, “o ensino começa a livrar-se de conceitos arcaicos de avaliação, sem ficar preso à simples aprovação ou reprovação do aluno, e voltando-se à aquisição de conhecimentos” e o tempo que o aluno terá para aprender poderá, assim, “ser dosado de acordo com suas características individuais e potencialidades”. Além da quatro horas de permanência diária do aluno na escola, o projeto prevê mais duas para as aulas de reforço, ministradas por um grupo que dá apoio suplementar àqueles que necessitam de

atendimento individualizado. A merenda escolar foi reforçada e a CENP preparou um pacote, contendo material didático para as aulas. Em 87 serão treinados oitenta novos professores. Apesar dos custos (Cz\$ 181 milhões), “está havendo uma redução nos gastos para a Secretaria, uma vez que cada aluno repetente significa um investimento de Cz\$ 3,3 mil”, avalia João Cardoso Palma Filho, coordenador da CENP. Maria Leila Alves, outra coordenadora do projeto avalia suas dificuldades: o material didático do projeto nem sempre chega a seu destino devido à sabotagem dos que não acreditam nas medidas ou por não gostarem do projeto; e resistência dos professores em aceitar o novo, pois “não estão preparados para enfrentar a realidade que está aí”. Para ela, “é preciso dez anos para se consolidar qualquer coisa”. “Quando conseguirmos treinar os cerca de quarenta mil professores que lidam a 1ª e a 2ª séries na rede estadual de ensino”, ela conclui, “os resultados estarão perto do ideal”. Mas, Laurita Fernandes Arruda, da diretoria da Associação dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), afirma que “os argumentos sobre a falta de preparo dos professores são apenas ‘meias verdades’”. Para ela “falta uma visão global, uma amarração entre os projetos oficiais” e isso não acontece “porque a categoria não é chamada a participar da evolução dos programas. Tudo nos chega de cima para baixo, sem ser discutido pela categoria. O distanciamento apontado pela CENP acaba sendo natural”. Laurita critica, ainda, a falta de preparo dos professores e dos grupos de apoio, a falta de espaço físico nas escolas e o número de alunos por classe (35, 40 ou mais). Assim, ela prossegue, “as aulas de recuperação acabam não sendo dadas e os alunos são classificados, para facilitar o aproveitamento, em fortes, médios e fracos”. “Não somos contra o Ciclo Básico”, ela afirma concluindo: “Sabemos que ele busca uma saída, que é um projeto interessante. Achamos, entretanto, que é preciso aproveitar as sugestões dos professores que vivenciam o dia-a-dia em sala de aula, avaliar o que já foi feito nestes três anos e chamar a categoria para uma discussão mais ampla, para que possamos dar nossa contribuição”.

- **“Férias escolares: as crianças descobrem o mar”** (p. 26-29). Reportagem de João Roberto Laque. Chamada: “Em São Paulo, um projeto do governo leva centenas de crianças do interior para a praia e faz das férias de verão uma alegre aventura”. O Projeto Interior na Praia foi criado em conjunto pelas Secretarias do Interior, Educação, Saúde e

Esportes e Turismo, em 1983, e “já levou dez mil crianças carentes do interior para conhecer o mar. Destinado a alunos da rede estadual de ensino com idades entre nove e onze anos, o projeto oferece, a cada mês de janeiro, uma de férias educativas aos estudantes em uma das diversas cidades litorâneas do Estado”. Cada município tem uma cota de quarenta crianças por ano - vinte meninos e vinte meninas - e deve designar quatro monitores, maiores de 21 anos, para acompanhar o grupo no passeio. Um policial militar também acompanha as crianças. Os ônibus para o transporte são cedidos pela prefeitura interiorana, enquanto alojamento, alimentação e roteiro ficam por conta da cidade anfitriã.

- **“Escolas Comunitárias: um jeitinho carioca de driblar a falta de vagas”** (p. 38-41): Reportagem de Lúcia Gomes, citada no Capítulo III, item 3.2.

- **Opinião: “180 dias não bastam”** (p. 66): Júlio Correa, ex secretário de 1º e 2º Grau e atual secretário de Ensino Básico do MEC, opina sobre a extensão do ano letivo. Em defesa da idéia apresenta os seguintes argumentos: na maioria dos países desenvolvidos o ano escolar oscila entre 200 e 220 dias (1 100 e 1 200 horas); comportamentos que prejudicam o rendimento escolar: suspensão de aulas, sem reposição posterior, por causa de acontecimentos externos ao planejamento didático como por exemplo, greves de transportes, de professores, calamidades públicas provocadas por cheias ou secas, comemorações oficiais ou sociais e comoções políticas; períodos de planejamento e avaliação pedagógica, com aulas suspensas para provas e conselhos de classe ou para atividades extra-curriculares, como competições desportivas e comemorações culturais; hábitos de extrema tolerância quanto ao cumprimento do calendário e do horário escolar, deteriorando o processo educativo, como faltas, licenças e substituições de professores, atraso no início das aulas por carência de professores e mesmo o costume brasileiro de nada começar na hora certa. Há, também, semanas entremeadas por sábados, domingos e feriados que se prolongam, em interrupções que fatalmente afetam o entusiasmo, o interesse, a pesquisa e o aprendizado de qualquer assunto. Em seus cálculos restam 150 dias para efetivo trabalho com os alunos. O enfrentamento dessa situação, para ele, é urgente, sobretudo quando se consideram as propostas para a Educação que vêm sendo colocadas a propósito da Constituinte. Aparentemente, ele julga, “os mais afetados pela medida serão os

professores e funcionários, uma vez que, para a maioria, as férias prolongadas constituem um problema”. Finalmente, defende 210 dias letivos.

(4) NE 13: junho/1987

- **“Eu achava que a caneta pesava mais que a enxada”** (p. 30-32): Reportagem de Vera Gomes sobre Projeto de alfabetização de adultos, criado em 1986, em Cabo (PE) através de convênio entre a Fundação Educar e a Prefeitura local que entraram com 70% e 30% respectivamente dos recursos. A fundação assume o pagamento dos monitores e o repasse da verba para a aquisição de material didático. A Prefeitura, através da secretaria Municipal de Educação, cuida do método (inspirado no método Paulo Freire) e da execução do programa. Em 85, antes do programa a evasão era de mais de 50%. Em 86, dos 1 450 alunos matriculados, apenas 32,5%, pararam antes do final do curso. Em 87, com a mudança do ano letivo, de acordo com o período quando não há corte de cana (março a setembro) espera-se que o índice de evasão diminua ainda mais. Os 800 alunos que já conseguiram se alfabetizar, apresentam desempenho melhor do que os antigos alunos do Mobral.

- **“FAE dá mais um prêmio para incentivar a pesquisa”** (p. 39): Matéria sobre a Fundação de Assistência ao Estudante, do MEC, que está promovendo mais um *Prêmio FAE de Pesquisa Estudantil* para alunos de 1º e 2º Graus das redes oficial e particular de todo o país. O tema deste ano é *Saúde: dentro e fora da escola, um direito seu*. Inserido no Programa de Saúde Escolar, o concurso visa estimular a prática de pesquisa e redação.

- **“Promessas: os novos secretários contam seus planos”** (pp.40-45). Reportagem de Davi de Oliveira, Maria Inês Martins, Jussara Pereira, Lane Bastos, Maria José Baldessar, Martha Feldens, Regis Farr, Rosângela Guerra, Rosymeire Rodrigues e Vera Gomes. Citada no Capítulo III, item 3.1.

- **Opinião: “Um erro estratégico”** (p. 66): Regis Farr, colaboradora de Nova Escola e do Jornal do Brasil, ex-editora do Jornal do Professor, em 85 e 86, opina contra atitude dos professores que fizeram feriado por conta própria na semana do carnaval. Para ela, o professor deve exercitar seu “espírito crítico” e “encontrar formas mais dignas,

responsáveis e, sobretudo mais convincentes” para transformar condições desfavoráveis de trabalho.

(4) NE 14: agosto/1987

- **“Aula integrada: uma solução corajosa para a escola rural”** (p. 22-25): Reportagem de Cláudia Ribeiro Ferraz sobre a proposta de aula integrada para classes multisseriadas, feita pela Equipe de Ensino Rural da CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, que está sendo aplicada em 36 das 50 escolas rurais de Avaré (SP). O projeto foi objeto de reportagem anterior (NE 05).

Observação: mais uma experiência de escolas rurais. Em São Paulo não se fala de trabalho infantil.

- **“Livro Didático: ele deve ser bem conservado”** (p. 39): Divulgação da Campanha da FAE “Cuide bem do Livro”. A campanha é posterior à adoção de livros reutilizáveis pela FAE, que pretende uma duração de três anos para eles, aumentando a capacidade de atendimento do Programa de distribuição de Livros didáticos.

- **“Alfabetização: não basta um bom método para vencer esse desafio”** (p. 48-53): Reportagem de Nilson de Souza (RS), Regis Farr (RJ), Robinson Sasaki (SP), Rosângela Guerra (MG) e Rosemeyre Rodrigues (MS). Professores entrevistados opinam sobre o tema São eles: Darcy Ribeiro, responsável pelo programa de Educação no Rio de Janeiro, no governo Leonel Brizola, e atual secretário de Desenvolvimento Social de Minas Gerais; Ana Maria Baeta, diretora da Coordenadoria de 1º Grau da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e professora da Universidade Santa Úrsula; José Juvêncio Barbosa, pesquisador em alfabetização e ex-assessor da extinta Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor); Rose Neubauer da Silva, professora da Faculdade de Educação da USP e coordenadora da CENP de São Paulo; Maria Auxiliadora Pimentel, da Faculdade de Educação da UFMG e psicóloga especializada em crianças com problemas de aprendizagem; Esther Pillar Grossi, professora e pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação, Metodologia, Pesquisa e Ação (GEEMPA) de Porto Alegre (RS); Maria Elisabete de Oliveira Gonçalves, professora de

Metodologia e Prática de Ensino da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e da Faculdades Unidas Católicas (FUCMT).

- **“Experiência: professores estimulados melhoram ciclo básico”** (p. 56-60): Reportagem de Vera Gomes sobre a implantação do Ciclo de Alfabetização nas escolas municipais de Recife. Chamada: “Com treinamento apropriado e novas condições de trabalho, eles viabilizaram no Recife um projeto aberto às classes populares. E o índice de evasão caiu de 60 para 20%. A reportagem traz informações sobre treinamento de professores, salários (maiores) e metodologia. Em destaque a reportagem apresenta dados de outras experiências de Ciclos Básicos de Alfabetização.

(3) NE 15: setembro/1987

- **“Escolas-Produção: para muitos, o sonho de uma vida nova”** (p. 30-33): Reportagem de Vera Gomes sobre três escolas de Pernambuco que fazem parte de um projeto de vinte escolas-produção (dezenove no Nordeste e uma em Brasília) que recebem dinheiro da OEA (Organização dos Estados Americanos). Estas escolas pretendem oferecer a seus alunos do 1º Grau, além da instrução regular, a oportunidade de se tornarem “micro-empresários”. Para tanto, elas incluem no currículo algumas disciplinas de preparação para o trabalho e montam oficinas para cada atividade. Parte do lucro auferido com a produção fica com os alunos.

- **“Salário-Educação: É justo dividir o bolo com a escola particular?”** Reportagem de Hamilton de Souza com a colaboração de Maria Inês Martins (DF), Nilson de Souza (RS), Régis Farr (RJ), Rosângela Guerra (MG) e Vera Gomes (PE). Reportagem citada no Capítulo III, item 2.

- **“Educação de Adultos: EDUCAR promete apoiar projetos, sem privilégios”** (p. 52-53): Reportagem sem assinatura sobre a Fundação Educar. Leda Maria Chaves Tajra, diretora da entidade, divulga sua atuação nos quase dois anos de criação, desde que substituiu o MOBREAL. Fornece números, metas e objetivos. A reportagem apresenta, também, a relação dos nomes e endereços dos coordenadores estaduais da Educar e incentiva a apresentação de projetos, uma vez que, segundo Tajra, “a idéia é descentralizar

o programa de alfabetização”, respeitando as características regionais, sem qualquer tipo de privilégio. “É só ter um projeto viável”, ela conclui.

(2) NE 16: outubro/1987

- **Entrevista: “O presente esquecido”** (p. 48-49): a repórter Rosângela Guerra entrevista Neidson Rodrigues, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, ex-Superintendente educacional da Secretaria da Educação de Minas Gerais (1983-1987). Rodrigues fala do passado, presente e futuro nos objetivos educacionais, no papel da escola em formar cidadãos, na mudança de conceito de cidadania e nas Ciências, e no que seria preciso fazer para corrigir as “distorções” nos rumos e enfoque da Educação.

- **“Proposta: “Promessa de mudança no Nordeste”** (p. 53): Matéria (paga?) sobre “Projeto de Educação Básica no Nordeste” que está sendo implantado pelo MEC e deverá ser efetivado em quinze anos. O objetivo é combater a evasão e a repetência. foram estabelecidas três linhas políticas: “universalização do ensino básico de boa qualidade, valorização do educador e democratização da administração da Educação”. Os recursos que serão destinados virão da receita gerada pela Emenda Calmon (13% dos impostos recebidos pela União e 18% pelos Estados e Municípios) e o restante (50%) através de financiamentos dos bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento. As metas a serem atingidas paulatinamente são: ampliação de 180 para 210 dias letivos, aumento para 6 horas da jornada diária e obrigatoriedade de ensino básico sem estabelecimento de faixa de idade. Júlio Correa, secretário de Ensino Básico, do MEC, afirma que “o importante é garantir que o aluno, independente da idade, receberá a educação básica”.

(5) NE 17: novembro/1987

- **“A força do sertanejo”** (p. 22-26): Reportagem de Vera Gomes sobre região do sertão nordestino que vai do Maranhão até o norte de Minas Gerais. São 1 470 municípios (quase mil em estado de emergência devido a seca), numa área de 1,43 milhão de quilômetros quadrados (quase 85% do território nordestino), onde vivem 18,7 milhões de pessoas “empenhadas na façanha de resistir à miséria e de fazer com que algumas de suas

crianças continuem freqüentando a escola”. As dificuldades lá são: falta de escolas, de material escolar, de merenda e água; professoras leigas e mal remunerados que trabalham “por caridade”, saques nas cidades, desânimo generalizado.

- **“Informática: Devagar computador chega à escola pública”** (p. 27-29): Reportagem de Nilson de Souza (RS), Paula Stutz (RJ) e Vera Gomes (PE) sobre Projeto Educação pelo Computador (Educom) patrocinado pelo MEC. A reportagem divulga experiências no Rio Grande do Sul, Recife, Rio de Janeiro e Niterói. Em destaque a reportagem traz considerações de Paulo Gileno Cysneiros, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco e coordenador do projeto Educom. Cysneiros aponta as dificuldades de um programa como esse. Entre elas cita a dificuldade de se produzir bons programas para a escola, mesmo com o treinamento de professores, custo da infra-estrutura de manutenção e segurança das máquinas, troca de equipamentos obsoletos, a não existência, ainda, de equipamentos à prova de crianças, umidade poeira, variações de energia etc. Finalmente, ressalta que “é preciso acabar com o mito de que o computador irá desenvolver, de modo significativo, a inteligência de nossas crianças”, apesar de exemplos encorajadores em países desenvolvidos e com crianças com deficiências e superdotados.

- **“Municipalização - Prepare-se: o ensino começa a mudar de mãos”** (p. 30-33): Reportagem de Hamilton de Souza sobre municipalização do ensino no Estado de São Paulo. A reportagem divulga planos da Secretaria da Educação segundo os quais 572 municípios serão convidados, a partir de janeiro de 1987, a firmar convênios com o governo estadual para assumirem, parcialmente, a responsabilidade pelo ensino público de 1º e 2º Graus. a reportagem considera que “a municipalização do ensino mexe, evidentemente, com a vida do professor estadual, na medida que, em tese, o empregador passa a ser o município, no lugar do estado, e também porque a maior parte dos problemas das escolas deve ser resolvida a nível local e não mais na capital estadual, onde fica a Secretaria de Educação”. Apesar disso, a reportagem se dirige aos professores: “Mas não se preocupe: os planos em estudo até agora prevêm uma municipalização lenta, gradativa, dentro de um processo que só poderá ser concluído em vários anos. Mesmo porque os municípios ainda não têm estrutura nem recursos para arcar integralmente com esse encargo. E a secretaria da Educação tem garantido que, ao longo de todo o processo, os

direitos dos professores estaduais não serão afetados”. A reportagem cita algumas mudanças que poderão ocorrer e apresenta a posição da UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação) que não é contrária à municipalização, mas sugere sua implantação em 1989, dando tempo aos municípios para se prepararem. Apresenta, em destaque considerações de Gilda Polli, ex-secretária da Educação do Paraná, mas não traz informações quanto à posição das associações dos professores estaduais.

- **“Não deixe seus alunos perderem a pose”** (p. 52-60): Reportagem de Robinson Sasaki sobre interesse da FAE na criação de um programa de educação postural, em conjunto com as universidades de Campinas (SP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que deverão, dentro do projeto, transformarem-se em centros irradiadores de informações sobre a questão. A FAE estabelecerá as estratégias e formas para fazer o programa chegar às escolas, diz a professora Antônia Dalla Pria Bankoff, chefe do Departamento de Metodologia e Ciências Biológicas Aplicadas à Educação Física da UNICAMP. A reportagem não apresenta representante da FAE para pronunciar-se sobre o projeto.

- **“Proposta: uma universidade popular”** (p. 61): Matéria (paga?). Governo do Estado do Paraná pretende criar a Universidade Popular do Trabalho (UPT), até o final de 1987. A proposta prevê oito institutos: arte e cultura popular, meio ambiente, segurança e higiene no trabalho, historiografia das organizações sociais do país, politécnico, relações sindicais, relações comunitárias e alfabetização e ensino supletivo. De acordo com Laécio Souto Maior, coordenador de Desenvolvimento do Trabalho do Paraná, “o trabalhador no Brasil nunca teve acesso a um tipo de informação e cultura que é dado apenas às classes mais privilegiadas”. Rubens Bueno, secretário do Trabalho do Paraná, diz que “outra tarefa da UPT será formar mão-de-obra intermediária. Mas nega que se pretenda fazer da Universidade um aparelho do PMDB, rebatendo crítica da Central Única dos Trabalhadores”. A UPT será “eminentemente informal, sem exigência de qualquer tipo de escolaridade para ingresso. “Os analfabetos poderão fazer os cursos, ao mesmo tempo em que são alfabetizados”, afirma Laécio. Os certificados serão de 1º e 2º Graus, pois quem tiver algum grau de escolaridade pode cursar o supletivo, que é o mesmo oferecido pela Secretaria de Educação.

(3) NE 18: dezembro/1987

- **Especial: “A biblioteca escolar ainda é um privilégio”** (p. 6-13): Reportagem de Hamilton de Souza em colaboração com Adriana Castelo Branco (RJ), Ana Júlia Rodrigues (BA), Dinah Lopes (SC), Francisco Karam (SC), João Roberto Laque (SP), Luiz Spada (GO), Maria Inês Martins (DF), Martha Feldens (Paraná), Paula Stutz (RJ), Rosângela Guerra (MG), Rose Rodrigues (MS), Ruth Vieira (PA), Vera Gomes (PE) e Zínia Araripe (CE), sobre número de bibliotecas escolares (estaduais, municipais e particulares). Levantamento mostra situação nos seguintes Estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Pernambuco, Bahia, Ceará e Pará. Divulga, também, atuação da FAE, através do Programa Salas de Leitura e endereços onde conseguir apoio. Em destaque, apresenta dois exemplos de bibliotecas bem sucedidas.

- **Proposta: “Férias em meses diferentes”** (p. 45): Matéria (paga?) Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) apresentou proposta de reescalonamento das férias escolares ao MEC e à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. O objetivo é desconcentrar as viagens que estaria levando o setor de transportes e as áreas de turismo “a beira do caos”. Para João Cardoso Palma Filho, assessor da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, crítico da proposta, argumenta que a transferência de férias para outros meses na rede pública não aliviaria em nada o congestionamento do aparato turístico: “a rede estadual é freqüentada por uma clientela de baixa renda, que não costuma fazer turismo, ocupar hotéis nem fazer reservas de avião. Apenas 15% da população brasileira têm possibilidade de fazer turismo.

- **Opinião: “A escola pública desejada”** (p. 66): Maria Eliete Santiago, professora universitária e técnica da Delegacia do MEC, em Recife, opina sobre a “essencialidade” da escola que, para ela seria o ensino. Argumenta que “é tendo condições para garantir o ensino como instrumental cultural que a escola servirá, de fato, às camadas populares”. Equívocos estariam sendo cometidos pelos que consideram a merenda escolar ou a guarda das crianças, objetivo dos pais. Isso, de acordo com ela, pode ser percebido por suas expressões reivindicatórias, tais como: “puxe pelo meu filho”, “meu filho está fraco”, pode carregar no meu filho”.

(7) NE 19: março/1988

- **“Educação Ambiental: o respeito à vida também se aprende na escola”** (p. 12-18): Reportagem de Hamilton de Souza. Colaboração de Ana Júlia Rodrigues (BA), Elizabeth Nogueira (SC), Flaminio Araripe (AC), Luiz Spada (GO), Maria Inês Martins (DF), Martha Feldens (Paraná), Paulo Stutz (RJ), Rosângela Guerra (MG), Rose Rodrigues (MS), Ruth Vieira (PA), Vera Gomes (PE), Zínia Araripe (PE). A reportagem inicia com um histórico, desde 1500, sobre “as marcas da agressão ao meio ambiente”. Enfatiza depois, nas palavras de Myriam Krasilchik, professora da Faculdade de Educação da USP, que neste processo de auto-destruição “a Educação Ambiental passa a ter importância fundamental na formação do cidadão, sendo o sistema escolar formal a instituição que melhor oferece condições para implantá-la”. Além das entrevistas com professores de universidades (USP, UFRJ e UNESP) apresenta três destaques: “Planos e Ações na área do ensino” nos seguintes Estados: Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Rio grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina e São Paulo; “Um programa no Vale do Ribeira”; e “Como iniciar um trabalho na sua escola”.

- **Entrevista: “A escola brasileira é contra o povo”** (p. 22-24): Reportagem de Rosângela Guerra. Entrevistada professora Magda Becker Soares, da Faculdade de Educação da UFMG. Chamada: “Magda Soares acha falso atribuir à própria pobreza o fracasso escolar das crianças de classes populares. Ela mostra que, na verdade, a culpa é apenas da escola. E defende que o aluno das camadas populares deve aprender o dialeto da classe dominante - sem abandonar a sua cultura - para usá-lo como um instrumento de luta”. Na entrevista, Magda Soares fala das causas do fracasso escolar destacando as ideologias subjacentes que, de acordo com ela, fazem com que não haja escola para todos e que a escola existente seja “contra o povo e não para o povo”.

- **Proposta: “Muros das escolas pintados por crianças”** (p. 25): reportagem sem assinatura. Em Pernambuco a Brigada Portinari (grupo de artistas plásticos) após colaborar em três campanhas eleitorais “sentiram a necessidade de aproximar as crianças das artes”. O projeto “Pintura na Escola” pretende percorrer, em um ano e meio, as 78 cidades mais populosas do Estado, “interiorizando a cultura e ressaltando os valores culturais de cada

região”. Os recursos virão de três fontes: benefícios da Lei Sarney, fabricantes de tintas e governo de Pernambuco.

- **Concurso: “Crianças avaliam os programas da FAE”** (p. 39): Matéria (paga?). Criado em 1979, o Prêmio FAE de Pesquisa Estudantil, “visa estimular a atividade intelectual dos alunos de 1º e 2º Graus, incentivando o gosto pela leitura, pela escrita e pela pesquisa e encorajando a participação do jovem numa tarefa cultural”. Para 1988 a FAE lançou como tema do concurso a “Assistência ao Estudante: a busca pela melhoria do ensino”. Espera, com isso, uma avaliação dos seus próprios programas, através das críticas dos participantes.

- **“Sem-Terra: A escola ao lado da comunidade”** (p. 40-43): Reportagem de Hamilton de Souza sobre as escolas do Pontal de Paranapanema, município de Teodoro Sampaio (extremo oeste do Estado de São Paulo). A rede escolar do Pontal é constituída de 54 escolas estaduais isoladas, de emergência e UEACs (Unidade Escolar de Ação Comunitária), que atende não só os acampamentos mas também os filhos dos posseiros e dos trabalhadores já assentados nos projetos agro-pecuários. As condições das escolas dos acampamentos são precaríssimas. A prefeitura de Teodoro Sampaio, que deveria distribuir regularmente a merenda, não o fazia há quinze dias, quando a reportagem visitou uma escola no Trevo de Euclides da Cunha, onde moram 140 famílias. Em destaque a reportagem apresenta depoimento de professora um histórico da criação dessas escolas, em 1984, quando foram autorizadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

- **“Radar: O que vai agitar sua vida durante esse ano”** (p. 44-45): reportagem sem assinatura sobre principais discussões, lutas e propostas para o ano de 1988 em alguns Estados: São Paulo (municipalização do ensino, reforma curricular e luta pela jornada única do professor); Minas Gerais (municipalização e novo currículo); Rio Grande do Sul (Quadro de Pessoal por Escola e municipalização); Pernambuco (ciclo básico e concurso público para professores que até então eram contratados por indicação política); Sergipe (concurso para o magistério e novo estatuto); Ceará (ensino profissionalizante e luta pela democratização da pré-escola e melhoria do 1º Grau); Bahia (ciclo básico); Rio de Janeiro (mudanças curriculares nas escolas de formação de professores e luta para corrigir os planos de carreira dos Magistérios estadual e municipal; Distrito Federal (Plano Quadrienal

de Educação); e Paraná (ciclo básico, reformulação dos cursos de Magistério e implantação da nova grade curricular no 1º Grau e luta por melhores salários).

- **“Alternativa: Construção em ardósia aquece sala de aula”** (p. 55): Reportagem de Silvia Fantinatti sobre construção de escolas de ardósia em Lages (SC) com o objetivo de esquentar mais o ambiente interno.

(5) NE 20: abril/1988

- **“Carteira escolar: a dura luta pelo direito de sentar direito”** (p. 12-17): Reportagem de Robinson Sasaki sobre inadequação das carteiras escolares aos diferentes tamanhos dos alunos o que acarreta problemas de postura. Tais problemas podem gerar desde acidentes até dificuldade de concentração e agressividade devido ao cansaço. Em 1978, o Centro Brasileiro de Construções Escolares (Cebrace), extinto órgão do MEC, elaborou estudos que culminaram em projetos de três tamanhos diferentes de carteiras. Somente as Secretarias de Educação dos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia se interessaram. Mas, de acordo com o diretor técnico do Centro de Apoio à Construção Escolar (Cedate) órgão que substituiu o Cebrace, em 1981, houve alteração proposital na qualidade das carteiras e o atual órgão não tem interesse em aperfeiçoar o projeto inicial. A reportagem apresenta sugestões de “como agir para seu aluno sofrer menos” e divulga experiências que estão sendo feitas em Universidades (UNICAMP, URFJ, UFSC e UFPE).

- **“Escola Rural: estudo do meio agita ensino gaúcho”** (p. 36-39): Reportagem de Cláudia Ribeiro Ferraz. Em 1981, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Osório (RS), o casal de professores Luiz Alberto S. Marques e Tânia Engelmann Marques, funcionários da 11ª Delegacia de Educação, começou a implantar o estudo do meio nas escolas rurais da região, buscando adequar o ensino de 1º Grau à realidade de professores e alunos. Através de trabalho conjunto com os professores e cursos de capacitação para leigos e professores sem o 2º Grau, patrocinados pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, toda a rede municipal de Osório (setenta escolas) e dez das 24 escolas estaduais estão adotando a metodologia a partir da 1ª série. A reportagem traz depoimentos de professores e resultados obtidos.

- **Saúde dentária: na base da brincadeira**” (p. 46-49): Reportagem de Zínia Araripe. O secretário de Saúde do município de Fortaleza, elaborou programa de prevenção e educação para a saúde oral. O programa está sendo implantado nas escolas municipais de Fortaleza, num trabalho conjunto entre as secretarias de Educação e Saúde. A reportagem apresenta a metodologia do programa e as dificuldades encontradas, inclusive as greves de professores que atrasam o cronograma previsto. Em destaque apresenta ações da Divisão Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde (levantamento da saúde bucal de crianças e adultos) e do Programa Saúde do Escolar da FAE, que não mais repassa recursos aos Estados para aquisição de unidades clínicas simplificadas e passou a controlar o programa, buscando alterar seu caráter emergencial, para priorizar o atendimento preventivo. Segundo Ézio Bazzo, coordenador do Programa de Saúde do Escolar, “há um grande entrave nesses programas oficiais: os dentistas são mal remunerados e dificilmente cumprem as visitas”. Apesar das dificuldades, a FAE acredita que, em 88, 5 milhões de alunos em idade escolar serão beneficiados pelo programa.

- **“Balanço: nem todos os planos para a Educação deram certo”** (p. 55-57): Reportagem sem assinatura sobre o primeiro ano de gestão dos secretários estaduais. Citada no Capítulo III, item 3.1.

- **“Clientelismo: Pernambuco quer acabar com o desvio de recursos”** (p. 59): Reportagem de Vera Gomes sobre pesquisa de Maria das Graças Corrêa de Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco. Ela analisa “de que forma o clientelismo se faz presente no planejamento educacional no Nordeste, e particularmente a sua influência nas construções escolares”. No estudo do Projeto Pólo Nordeste para o Programa de Expansão e Melhoria da Educação Rural, realizado de 1979 a 1984, financiado em parte pelo Banco Mundial, “parecia não haver como o clientelismo interferir”, supunha a pesquisadora. Mas isso não ocorreu. Após a constatação de obras paralisadas e atrasadas, assinou-se termo aditivo para a execução das obras diretamente pelos municípios, na tentativa de agilizar as construções. Mas, a fiscalização se tornou mais difícil porque a equipe técnica se sentiu sem autoridade para cobrar dos prefeitos. Para ela, “o estudo confirmou a manipulação de projetos educacionais como base de sustentação eleitoral de políticos, tendo em vista as

eleições gerais de 1982, demonstrando assim o caráter conservador do processo de modernização do sistema público escolar”.

(2) NE 21: maio/1988

- **“Ação Comunitária: Uma escola criada e mantida com muita garra”** (p. 38-41): Reportagem de Hamilton de Souza. Após quatro anos de luta (visitas às autoridades, pedidos aos políticos, abaixo-assinados), moradores do Jardim das Flores - loteamento popular encravado na zona rural de São Paulo, a mais de 40 quilômetros do centro da cidade - conseguiram a construção de uma escola. Quando a escola começou a funcionar, os moradores conseguiram indicar a diretora - Maria Eliane Pereira de Oliveira, formada em Filosofia e mestre em Pedagogia - que havia participado ativamente do movimento dos moradores, apesar da resistência inicial da Secretaria da Educação, por não ser efetiva do Estado. Os moradores mobilizaram-se, também, para conseguir carteiras e arrumar a escola, com a participação dos alunos e das seis professoras contratadas. As mães encarregaram-se da merenda até a contratação de uma servente. Os resultados, após um ano de funcionamento, são descritos na reportagem. Por exemplo, melhor índice de aproveitamento a aprovação dos alunos; não depredação da escola (fato comum na periferia de São Paulo); participação das professoras na greve daquele ano, através de representantes, mas sem interromper as aulas satisfação da comunidade; realização de atividades extra-classe, com apoio da comunidade.

Observação: apesar desta reportagem se enquadrar mais - na classificação aqui elaborada - na rubrica Teorias e Experiências Educacionais, é preciso notar que este tipo de atuação muda parâmetros da política educacional vigente quanto ao relacionamento entre o público e o Estado. A revista, inclusive, a partir desse número passa a apresentar “ações comunitárias”, valorizando esse tipo de experiência.

- **“CIEPs: os escolões do Rio de Janeiro já não são mais os mesmos”** (p. 53-54): Reportagem de Paula Stutz. O governo Moreira Franco (PMDB) fez várias mudanças nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), construídos durante o Governo Brizola (PDT). Segundo a ex-secretária da Educação, Maria Yedda Linhares, “das nossas escolas no Estado só restaram os prédios”. Os responsáveis pelas mudanças argumentam

“dificuldades com pessoal e falta de recursos materiais e financeiros impossibilitaram a manutenção dos projetos originais”. As principais mudanças foram: fim do material didático para os alunos de alfabetização, fim do treinamento contínuo dos professores de alfabetização, redução do número de professores, fim do horário integral para professores, substituição da merenda escolar, fim do animador cultural, extinção do programa de Educação Juvenil, Alteração no Projeto do Menor Residente. Zaia Brandão, diretora do Departamento Geral de Educação do Rio, entende que os “escolões” representam “uma rede paralela de ensino”, que discrimina uma grande parcela de estudantes. Marilena Rescala, assessora da Secretaria de Educação, diz que o governo pretende construir alguns “escolões” que começaram a ser construídos às vésperas das eleições de 1986. Mas, o objetivo, de acordo com ela, “é aproveitar o que deu certo nos CIEPs nos “moreirinhas”, escolas pré-fabricadas que começaram a ser construídas.

Observações: dá nome e partido dos governadores; descontinuidade dos projetos.

(5) NE 22: junho/1988

- **“Ação Comunitária: uma escola para crianças trabalhadoras”** (p. 24-27): Reportagem de Ana Márcia Souza: “Ação Comunitária: Uma escola para as crianças trabalhadoras”, sobre a Escola de 1º e 2º Graus Cidade de Emaús, no bairro de Bengui (PA), que é um “prolongamento quase natural do trabalho desenvolvido pelo padre Bruno Secchi, que há mais de 10 anos reúne, na República do Pequeno Vendedor, os menores que ganham a vida nas ruas da cidade”, oferecendo treinamento profissionalizante. Em 1983 recebeu recursos do Ministério da Educação e, posteriormente, passou a receber verbas públicas para se manter, embora pertença a uma instituição privada vinculada à Igreja Católica. Os funcionários e professores são pagos pela Secretaria de Educação do Pará; a Funabem forneceu recursos para reforma do prédio (NE 22: jun/88). Graça Trapasso, vice-diretora da escola, admite que “embora a Emaús possua um índice de evasão menor que o das escolas públicas, ainda tem perdido muitos alunos que acabam optando pelo trabalho”. Mas isso, segundo ela, não causa desânimo nas pessoas envolvidas na experiência. Ao contrário, tem reforçado a convicção de que precisamos avançar mais se queremos atender

à classe trabalhadora, o menor trabalhador. Continuamos perseguindo, todos os dias, as respostas que as crianças procuram na escola e ainda não chegamos à escola ideal”.

- **“Diagnóstico: A escola pública está sendo assassinada”** (pp.40-42). Reportagem de Flamínio Araripe. Documento “Educação, uma decisão política”, entregue ao presidente da República pelos governadores das regiões Norte e Centro-Oeste, apresenta um diagnóstico da grave situação do ensino em seus Estados e território, bem como um plano regional de Educação Básica, cujo objetivo “é atender - no período de oito anos - 90% da população de 7 a 14 anos de idade, com a construção de 51 589 salas de aula”. A reportagem apresenta dados do Documento e as opiniões de Josué Fernandes, secretário da Educação do Acre, segundo o qual, “o documento revela que o assassinato da escola pública já está em marcha se nada for feito com urgência, e a omissão terá um resultado drástico, porque atenta contra a própria cidadania”. O documento, ele afirma, “foi elaborado conjuntamente para aumentar o poder de pressão junto ao governo federal, já que isoladamente, cada Estado e território alegava falta de peso político para reivindicar recursos”.

- **“Êxodo: Crise esvazia ensino público em favor da rede privada”** (p. 42-43): Reportagem de Nilson de Souza. No Rio Grande do Sul, desde 1985, o número de matrículas na rede estadual de ensino vem caindo. Apenas no Colégio Júlio de Castilhos, um dos maiores de Porto Alegre, 600 dos 3 100 alunos deixaram de fazer matrícula e procuraram escolas da rede privada. Apesar disso, Werner Sonntag, vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, e Bernardo de Souza, secretário da Educação do Estado, concordam em que “as paralisações são apenas uma causa aparente da crise que esvazia as escolas públicas no sul do país”. Para eles, a verdadeira razão desse êxodo é, simplesmente, que não há vagas para todos na rede pública”, problema resultante de vinte anos de abandono. O medo de novas greves pressionou os pais a procurarem a rede privada. A imagem que ficou é a de uma escola particular bem melhor do que a pública. O governo gaúcho (não diz quem, nem partido) anunciou a aplicação de 1 bilhão de Cruzados em todo o Estado, para reformar e reconstruir escolas, e implantar o plano de remanejamento de pessoal.

- **“Saúde: Ministério pede ajuda na batalha contra o sarampo”** (p. 43): Na luta contra o sarampo, a Secretaria Nacional de Ações Básicas do Ministério da Saúde, apela para os professores para que orientem a comunidade sobre a gravidade dessa doença e sobre a importância da vacina anti-sarampo a partir dos nove meses de idade.

- **Opinião: “A mediocridade estimulada”** (p. 66): Eunice Jacques, editora de Opinião, do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, opina sobre deterioração da universidade brasileira. Em sua opinião, no Brasil acabamos com as escolas de formação profissionalizante e estimulamos os malformados a obter diplomas universitários, quaisquer que sejam, “enchendo o país de profissionais inadaptados, medíocres e ineficientes”.

(5) NE 23: agosto/1988

- **“Municipalização: ela só trará a democracia se todos participarem”** (p.12-21): Reportagem de Ana Lagôa em colaboração com Cristina Scomazzom)SC), Maria Inês Matrins (DF), Nara Baptisti (RJ), Rosângela Guerra (MG) e Vera Gomes (PE). Reportagem citada no Capítulo III, item 2.

- **“Escola Rural: Projeto Terra procura resgatar a cultura popular”** (p. 28-31): Reportagem de Rosana Bond. Em Sucuri, povoado a oito quilômetros de Cuiabá (MT), Ana Maria Oliveira Lopes e Gilberto Fraga iniciaram experiência patrocinada pelo ministério da Educação, através do “Projeto Interação entre Educação Básica e os diferentes Contextos Culturais Existentes no País”. A partir desse trabalho os dois professores elaboraram um projeto próprio de interação da escola com a comunidade e coordenam um trabalho de “dinamizar e melhorar o ensino das 59 escolas rurais do município de Cuiabá, introduzindo no currículo - principalmente através de atividades artísticas - o conhecimento da realidade local e o resgate da cultura popular”. Ana Maria reconhece que a necessidade das crianças ingressarem no mercado de trabalho e a falta das séries finais do 1º grau são os maiores problemas enfrentados pelas escolas rurais, e responsáveis pelos altos índices de evasão”. Por isso, ela diz, “estamos trabalhando agora para ampliar a seriação nas escolas rurais de Cuiabá”. Apesar das resistências dos professores, pretendem continuar com o “Projeto Terra”, até conseguir implantá-lo em todas as escolas de Cuiabá.

- **“Balanço: Pacotes agitam a rede escolar de Minas Gerais”** (p. 48-49): Reportagem de Rosângela Guerra. Professores de Minas Gerais acusam o governo de cortar verbas do setor. Apresentam balanço com números da falta de vagas, resultados das medidas tomadas pelo governo que atingiram o pessoal do ensino: demissões, complemento de carga horária, remanejamento, fim das atividades paralelas e extra-classe. O secretário da Educação, Hugo Gontijo defende-se alegando o descaso para com a Educação durante os últimos vinte anos.

- **“Preservação: Escolas acham saída contra a depredação”** (p. 49-50): Reportagem de Martha Feldens, Ana Maria de Souza e Flaminio Araripe. A reportagem divulga experiências bem sucedidas nos Estados do Acre, Pará e Paraná. Neste último Estado, no distrito de São Silvestre, município de Campo Largo, a escola municipal Nicolau Moraes de Castro foi transformada em centro de interesse da comunidade. Em Belém, Dina de Oliveira, artista plástica, organizou, com a secretaria da Educação, o projeto “Educação, exercício de vida e arte com o duplo objetivo de “desenvolver nas crianças de famílias de baixa renda o gosto pela arte e estimulá-las a proteger o patrimônio público”. No Acre, o secretário da educação, Josué Fernandes criou um projeto para abrir a escola para a população: “Sistema de Manutenção de Instalações Físicas da Rede de Ensino. O objetivo é criar “um sentimento de preservação das escolas, que, boas ou ruins, é o povo quem as paga, e, ao mesmo tempo, incentivar a comunidade a fazer, ela própria, pequenos consertos nos prédios”.

- **Pesquisa: “Novo perfil da professora muda também o ensino”** (p. 51): Reportagem: “Novo perfil da professora muda o ensino”, baseada em pesquisa de Lia Faria, autora da tese de mestrado “Questão Feminina no movimento de contradições das escolas públicas”, sobre novos perfis (10%) que estão aparecendo entre as professoras. Essas mulheres “já assumiram uma nova concepção de vida, participando ativamente de movimentos reivindicatórios e lutando para vencer os obstáculos”.

- **“Aos professores da escolas da Rede Oficial de Ensino”** (p. 57): Matéria paga da FAE divulgando o Programa Salas de Leitura e conclamando os professores a divulgar entre os alunos que os livros vão chegar: “O sucesso do Programa Salas de Leitura está em suas mãos. Acreditamos no seu trabalho, na sua dedicação e... conte com a gente. Sucesso.

(7) NE 24: setembro/1988

- **“Construção Escolar: não se faz mais escola como antigamente”** (p. 12-19): Reportagem de José Luís Frare em colaboração com Adriana Tigre Lacerda (PE), Beatriz Coelho Silva (RJ), Luiz Spada (GO), Nara Baptisti (RJ), Nilson de Souza (RS), Rosângela Guerra (MG), Sílvia Fantinatti (SC), Tânia Mendes (DF) e Valdemir Santana (BA). A reportagem parte das escolas antigas, construções que se tornaram em símbolos da arquitetura de uma época. Lastima a precariedade das escolas atuais, resultado da “democratização” do ensino, do rápido crescimento demográfico e das constantes migrações internas, sobretudo do campo para a cidade. Valoriza o espaço físico enquanto material pedagógico e divulga projetos arrojados recentes dos arquitetos Oscar Niemeyer (CIEPs, no Rio de Janeiro) e Éolo Maia (escolas em Minas Gerais). Apresenta, em destaque duas experiências de escolas construídas em mutirão e conservadas pela comunidade: uma em Varginha, zona rural da Grande São Paulo e, outra, no Distrito de Matriz da Luz, a nove quilômetros de São Lourenço da Mata, na região metropolitana de Recife.

Observação: em Recife, o nome de Arraes é citado, bem como o de Brizola, no Rio.

- **Entrevista: “É preciso avaliar cada escola”** (p. 22-24): Reportagem de Martha Feldens. Entrevistado: Belmiro Valverde Jobim Castor, secretário da Educação do Paraná. Castor responde perguntas relacionadas à sua proposta de avaliação externa das escolas do Estado, feita através de exames aplicados pela Secretaria da Educação. O objetivo seria “ter algum instrumento que, independentemente das condições muito específicas de cada escola, permita fazer um julgamento a respeito do que aquela escola está realmente transmitindo aos seus alunos e o que eles estão aprendendo”. Estas avaliações, ele enfatiza, não podem ter um sentido comparativo. Castor fala, ainda, da liberdade de currículos existentes que não define conteúdos e da necessidade de se uniformizar, minimamente programas e conteúdos e o acesso democrático à informação. A avaliação está sendo montada pela Fundação Carlos Chagas, de São Paulo. Os primeiros resultados já estão sendo tabulados e serão divulgados para as cidades, sem identificação das escolas.

- **“Ação Comunitária: Projeto Seringueiro - uma luz no meio da mata”** (p. 36-39): Reportagem de Flaminio Araripe, citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“Livros Didáticos: A coleção que faz sucesso no interior do Piauí”** (p. 52-53): Reportagem de Efreim Ribeiro. Em 1982, a Secretaria da Educação do Piauí editou a coleção de livros didáticos “Vivendo a Vida”, elaborado por uma equipe de professoras a partir de conceitos e palavras que fazem parte de sua realidade diária. Os livros tiveram aceitação entre os professores e alunos e estão sendo usados em unidades de ensino em todos os 116 municípios do Estado do Piauí, sendo que 80% das escolas urbanas do interior também os adotaram. São livros para as quatro séries iniciais abrangendo todo conteúdo a ser trabalhado. Segundo professor entrevistado, o aproveitamento dos alunos é muito bom, visto que o índice de reprovação era de 50%.

- **“Grátis: contrabando fornece vídeos às escolas”** (p. 57): Reportagem de Sílvia Fantinatti. A Secretaria Estadual da Educação de Santa Catarina solicitou a junto à Receita Federal a doação de tevês e videocassetes apreendidos como contrabando. Por enquanto apenas a Coordenadoria de Ensino de cada município receberá os equipamentos que serão utilizados para cursos e seminários. Mas, pretendem equipar todas as escolas catarinenses em dez anos. O idealizador do projeto e assessor da Secretaria da Educação, Cezar Laus, diz que se tudo der certo e o ministério da Ciência e Tecnologia liberar os recursos solicitados para o projeto, acredita que em 1989 os gastos com treinamento de professores serão reduzidos pela metade.

- **Atualidades: “A face sombria da Educação dos Japoneses”** (p.58): Reportagem de R. S. O I Simpósio Nipo-brasileiro de Educação, realizado em junho de 1988, em São Paulo, como parte dos festejos dos 80 anos de migração japonesa, contou com a participação de 60 professores de escolas públicas da província japonesa de Hyogo. Apesar do índice de quase 100% de escolarização no nível obrigatório (seis anos de primário e três de ginásio) e 95% nos três anos do ciclo colegial, apenas 30% dos estudantes têm acesso à universidade. Tal fato está gerando conseqüências preocupantes: 207 suicídios, em 1987, após a reprovação no vestibular; distúrbios emocionais e delinqüência. A chamada “Educação Concentrada na Capacidade” formou forças de trabalho altamente qualificadas que sustentaram o rápido crescimento do Japão. Porém, mudou provocou sérias mudanças na sociedade: crianças passam a se isolar e a se dedicar cada dia mais aos estudos para enfrentar a “guerra dos vestibulares”. Por isso, o chefe da missão japonesa no Simpósio,

Ryoichi Ishii, esclarece que “queria conhecer o calor humano dos brasileiros e o contato que as crianças daqui mantêm com a natureza”.

- **Opinião: “Uma nova lei para todos os Graus”** (p. 66): Hermes Zanetti, deputado federal (PSDB-RS) e presidente da CPI da Lei Calmon, opina sobre a necessidade de uma nova lei que abranja todos os graus de ensino. Artigo citado no Capítulo III, item, 2.

(7) NE 25: outubro/1988

- **“Escola Rural: As iniciativas que estão dando certo”** (p. 12-14): Reportagem de Vera Gomes, citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“Sonho é realidade no Fundamar”** (p. 15-17): Reportagem de Rosângela Guerra, citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“Núcleos fixam os jovens no campo”** (p.18-19). Reportagem de Sílvia Fantinatti, citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“As escolas-família se espalham”** (p. 20-22). Reportagem de Robinson Sasaki, citada no capítulo III, item 3.3.

- **“Salas de Leitura”** (p. 23): Matéria paga da FAE divulgando o “Programa Salas de Leitura - A Alegria de Ler na Escola”.

- **“Banho de Cultura: Oficinas literárias oferecem uma viagem de surpresas e descobertas”** (p. 44-46): Reportagem de Rita Moraes. O departamento Estadual de Cultura do Espírito Santo desenvolve há sete meses o “Programa de Difusão Cultural nas Escolas, atendendo alunos da 5ª a 8ª série, que durante 15 dias freqüentam o centro Cultural Carmélia M. de Souza, em Vitória. Aí as crianças tomam contato com obras de arte e literatura, ao mesmo que recebem informações sobre preservação do meio ambiente. O fundamental, porém, são as oficinas literárias, de arte e artesanato. A reportagem descreve as atividades desenvolvidas. O Departamento Estadual de Cultura encomendou a um grupo de quartanistas de Psicologia da UFES um trabalho de avaliação do efeito residual do programa.

- **“Alfabetização: Acre luta contra a evasão e a repetência”** (p. 58-59): Reportagem de Flaminio Araripe. De cada 100 crianças matriculadas na 1ª série do 1º Grau da rede pública, no Estado do acre, mais de 60 são reprovadas antes de completar o ano

letivo. A secretaria Estadual de Educação vem testando, desde maio, em quatro escolas de Rio Branco, a capital, um projeto para tentar reverter essa dramática situação: “Projeto Experimental de Lotação de Classes de Primeira Série a Partir do Critério de Prontidão à Alfabetização”. Se a experiência tiver êxito, será estendida a todo o Estado, em 1989. Trata-se de dividir as crianças em três grupos homogêneos, por “níveis” de desenvolvimento, além de completar o trabalho com salas de reforço para atendimento individual. A pedagoga Socorro Milomem, do Departamento de Ensino Especial, responsável pelo projeto, lamenta não ter podido fazer pesquisas e não contar na equipe com alguém que tenha pós-graduação. Além disso, das quatro escolas em que o projeto foi implantado, apenas uma possui orientador educacional. Houve, também, problemas com pais que se sentiram prejudicados. Mas, os professores estão animados, dando tudo que têm para evitar o quadro de repetência, completa Socorro Milomem. A primeira experiência neste sentido foi feita em 87, na escola Castelo Branco, com a formação de uma sala de reforço para repetentes de dois e três anos na 1ª série. Dos 37 alunos, 35 foram aprovados. “Foi uma tentativa para evitar a repetência, que para muitos era atribuída à fome e à pobreza, sem que a escola nada fizesse para modificar a situação”, conta a pedagoga Socorro. Para ela, “o critério de avaliação na escola pública, hoje, é criminoso, vergonhoso”. Em destaque, a reportagem apresenta quadro explicativo da teoria construtivista, segundo a qual “as habilidades físicas e psíquicas são importantes, obviamente, mas não são fundamentais para a alfabetização”. Explicações da pedagoga Marília Claret Geraes Duran, autora de uma tese sobre o tema, defendida na PUC-SP e assessora da Cenp-SP, mostram resumidamente as relações entre a aquisição da leitura e da escrita pela criança. No entanto, ela acha que “o método utilizado na alfabetização pode ajudar, mas não é o mais importante”. Para sair da situação dramática em que se encontra a Educação no Brasil, ela continua, “qualquer esforço de mudança é válido e deve ser incentivado”.

(7) NE 26: novembro/1988

- “Curso de Mgistério: Uma fábrica sem controle de qualidade” (p. 12-22):
Reportagem de Robinson Saski em colaboração com Adriana Tigre Lacerda (PE), Martha

Feldens (Paraná), Nara Baptisti (RJ), Nilson de Souza (RS), Rosângela Guerra (MG) e Vera Gomes (DF). Ampla reportagem apresenta um histórico dos cursos de formação do magistério; depoimentos de alunas sobre deficiências dos cursos e desvalorização da profissão; descontinuidade de projetos do MEC (extinção do Cenafor e suspensão do projeto “Subsídios para a Organização da Escola de 2º Grau - Habilitação Magistério”, elaborado em convênio com a PUC-SP); um “debate” entre professores (Selma Garrido Pimenta, da PUC-SP; Isabel Lélis, da PUC-RJ e da UFRJ; Maria Lisboa de Oliveira, da UFMG; Marcos Antônio Lorieri, coordenador de um Cefam, em São Paulo; Eulina Pacheco Lutfi, professora de 1º Grau e do Curso de Habilitação Magistério da rede de ensino paulista; e Jefferson Ildfonso da Silva, diretor do Centro de Educação da PUC e do Sindicato dos Professores de São Paulo); experiências em andamento nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul; e as propostas da equipe da PUC-SP, coordenada pela professora Selma Garrido Pimenta, que foi suspensa pelo MEC.

- **Entrevista: “A escola não deve reprovar ninguém”** (p. 26-28): Reportagem de Renato Anselmi. Entrevistado: Luiz Carlos Cagliari, professor de Fonética e Fonologia do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Cagliari fala sobre o início da educação formal, que para ele deveria ser aos 5 anos, já com a aprendizagem de leitura; métodos de alfabetização; entrada no mercado de trabalho mais cedo; fixação na repetência e homogeneização das classes; garantia de permanência do aluno na escola, sem reprovação (sem isso não há democratização do ensino); não perigo de cair o nível de ensino; currículo; ensino profissionalizante; revolução na educação.

- **“O que eles acham: o mais importante na LDB”** (p. 40-41): Professores e autoridades educacionais opinam sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Reportagem citada no Capítulo III, item 2.

- **Pesquisa: “Universidade busca soluções para o 1º Grau”** (p. 55): Reportagem de A. L. A Universidade Estadual Paulista (Unesp) está implantando, no Estado de São Paulo, núcleos regionais de ensino com o objetivo de estabelecer uma relação sistemática e contínua com a rede de 1º Grau. Com isso, a Unesp pretende romper a barreira que separa a produção intelectual universitária da realidade cotidiana do ensino básico. Essa proposta, segundo Odair Sass, um dos responsáveis pelo Núcleo central de Ensino, “surgiu da

tentativa de recuperação de um dever histórico da universidade brasileira. Ou seja, contribuir para a qualificação do ensino básico, fundamental e médio”. A Unesp já instalou oito núcleos - Assis, Franca, Araraquara, Botucatu, Rio Claro, Jaboticabal, São José do rio Preto e São Paulo -, e todos estão trabalhando em conjunto com a rede oficial no diagnóstico dos problemas do ensino de 1º grau. A partir desse diagnóstico, serão elaborados projetos de pesquisas e cooperação. Segundo Odair, os professores perderam a confiança no trabalho da universidade por serem somente usados como objeto de estudos e matéria-prima para elaboração de teses e artigos. Por isso, ele propõe que “se faça uma inversão, seguindo a lógica do próprio conhecimento científico: ir da prática para a teoria, E, além disso, que se desfaça a idéia de que a universidade está aí só para ‘pensar’ sem se envolver com os problemas sociais”.

- **“Currículo: A reforma chega às escolas do Rio”** (p. 56-57): Reportagem de Nara Baptisti, citada no Capítulo III, item 3.2.

- **“Livro Didático: gaúchos adotam textos de autores locais”** (p. 57): Reportagem de Nilson de Souza. Os alunos das escolas públicas do Rio Grande do Sul passam a receber, no próximo ano, textos didáticos adaptados à realidade gaúcha e escritos por autores locais. A decisão foi tomada pela Secretaria da Educação do Estado após uma análise dos conteúdos dos livros adotados na rede de ensino. A principal conclusão dos estudos é a de que as publicações, além de não refletirem a realidade do Rio Grande do Sul por serem produzidos no centro do país, transmitem “uma ideologia em que o preconceito, as discriminações racial, sexual e econômica objetivam a manutenção da hegemonia da classe dominante”.

- **Opinião: “O ensino Público tem remédio”** (p.66): João Carlos Di Gênio, diretor-presidente do Centro Educacional Objetivo, opina sobre a “situação falimentar” da educação no Brasil. Apresenta vários indicadores estatísticos, concluindo que “o setor educacional, como os demais aparelhos estatais, converteu-se numa burocracia mastodôntica que perdeu de vista seu objetivo precípua, que é o de educar para reproduzir-se indefinidamente”. Ao desperdício dos recursos, ele continua, “somam-se o clientelismo endêmico nas nomeações, o desalento dos professores em face da remuneração e das condições de trabalho, a depredação das escolas, o absenteísmo crônico dos funcionários e

os pífios resultados obtidos pelo alunado da escola pública”. “O que fazer?”, ele pergunta e responde: “a receita é amarga, mas indispensável. Desmontar a máquina inchada. Devolver os funcionários para a sala de aula. Capacitar os professores e especialistas da Educação. Valorizar os docentes, com a correção das distorções salariais, a garantia de uma evolução funcional na carreira e a realização de concursos de ingresso e de acesso. Não há mágica fora disso. Sem guerra declarada à burocracia, a escola pública permanecerá em seu mundo fechado de faz-de-conta”.

(4) NE 27: dezembro/1988

- “**Projetos: O esforço para aumentar a escolaridade no Nordeste**” (p. 36-40): Reportagem de Vera Gomes e Zínia Araripe. Dados do MEC demonstram que dos 7 milhões de crianças matriculadas em 1988 na 1ª série do 1º Grau, na rede pública de todo o país, mais de 2,7 milhões, em 1989, não ingressarão na 2ª série. Um milhão de alunos (14%) já abandonou a escola desde o início do ano letivo. Outro 1,7 milhão (24,5%) será reprovado em dezembro. Iniciativas para combater esse quadro têm surgido em vários Estados. Esta reportagem apresenta experiências em andamento em Fortaleza e na região metropolitana de Recife.

Pernambuco: “Projeto Nova Escola”, financiado pelo Banco Mundial e implantado desde 1987, em cinco cidades (Olinda, Cabo, Moreno, Paulista e Igarapé), na área metropolitana de Recife, baixou os índices evasão: em Olinda, de 19,25% (1986) para 8,65% (1987); em Cabo, de 12% (1986) para 5,9% (1987). Estão envolvidos no projeto cerca de 30 mil alunos, mais de mil professores e quase cem supervisores. As principais mudanças efetuadas, explica Maria Adozinda Monteiro Costa, foram: substituição das cartilhas tradicionais por novas concepções pedagógicas, abolição da repetência, atualização semanal dos professores e a mudança de sua postura em sala de aula. A reportagem relata a metodologia desenvolvida, que parte do pressuposto de que “o aluno é construtor de seu conhecimento. O saber da criança é respeitado e valorizado, servindo como ponto de partida para a alfabetização”, esclarece Adozinda. “Pretendemos construir uma escola verdadeiramente popular, que dê condições aos alunos de lutarem por sua libertação”, ela conclui.

Ceará: O “Projeto de Extensão Escola Viva”, experiência baseada no CIEP do Rio de Janeiro, foi implantado em 1987 pela Secretaria da Educação do Ceará, com o objetivo de “aumentar o rendimento escolar, reduzir os índices de absenteísmo, repetência e evasão, atenuar as dificuldades de ajustamento pessoal e social dos alunos, desenvolver novas capacidades e habilidades, corrigir deficiências nutricionais e promover a integração escola-comunidade”. Apenas a Escola de 1º Grau Anísio Teixeira, implantou e continuou com o projeto, pois as medidas adotadas em 1988 pelo governo do Ceará na área da Educação (corte das complementações de carga horária e dos contratos dos professores que possuíam mais de um) acabaram representando um retrocesso ao projeto. Por falta de professores e sem incentivo do governo, a Escola Santo Afonso, que havia iniciado o projeto, desistiu da experiência. A Escola Anísio Teixeira mantém a experiência a duras penas: há falta de professores, as horas a mais não são pagas, os educadores, às vezes, contribuem do próprio bolso para completar o dinheiro da merenda. A reportagem relata o trabalho aí desenvolvido, cujos resultados apareceram com apenas três meses de trabalho: a frequência dos alunos triplicou e o índice de aprovação passou de 35% para 56,9%.

- **“Magistério: Minas forma professor de deficientes”** (p. 55): Reportagem de N. G. Desde agosto de 1985 está em funcionamento no Instituto São Rafael, em Belo Horizonte, o primeiro - e até agora único, em Minas - curso de Magistério para a educação de portadores de deficiência auditiva, física, mental e visual. Há 62 anos em atividade, o São Rafael é o mais antigo estabelecimento público de ensino do Estado voltado para deficientes visuais. Tem 200 alunos matriculados no 1º Grau. São exigidas no curso de Magistério 120 horas de estágio (contra 90 horas no curso regular). Em julho de 89 formase a primeira turma de professores.

- **“Supletivo: O segredo é tratar o aluno como adulto”** (p. 56): O Projeto de alfabetização Sinal Verde para a Educação foi implantado este ano no Centro de Estudos Supletivos de Maringá (Paraná). Regina Maria Zanata Esper, criadora do método de alfabetização aí utilizado, explica que ele se divide em cinco módulos com avaliação ao final de cada um. A escola servirá de modelo para os oito centros supletivos mantidos pela Secretaria da Educação do Paraná.

- **“Orçamento: Corte nas verbas federais atinge atuação da FAE”** (p. 59): Reportagem de V. G. Chamada: “A medida prejudica milhares de alunos e professores”. “Para se adaptar à reforma tributária aprovada na nova Constituição, que aumentou a participação dos Estados e municípios na receita dos impostos, o governo federal teve que reduzir seu orçamento para 1989, fazendo cortes em vários setores, inclusive na Educação. Com isso, vários programas da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) devem ser desativados, entre eles o de concessão de bolsas de estudos, o de saúde escolar (a ser repassado aos Estados) e o de Salas de Leitura”. Apesar dos cortes, segundo o presidente da FAE, Carlos Pereira de Carvalho e Silva, “96% dos recursos da entidade serão mantidos e três programas têm recursos garantidos no orçamento do próximo ano: o da alimentação escolar, o do livro didático e o de material escolar”. Isto porque, ele explica, esses programas tratam de ações suplementares à Educação e estão consagrados na nova Constituição com recursos provenientes do Finsocial. Os programas do livro didático e do material escolar, que até este ano foram financiados com recursos do Tesouro, passarão a ter recursos do salário-educação. Ao Ministério da Educação caberá compatibilizar esses programas aos demais que já são financiados com recursos do salário-educação, como o de construção e aquisição de equipamentos para as escolas, o de complementação salarial de professores e ainda o repasse previsto para os Estados e municípios”. Com relação ao Programa Salas de Leitura, o presidente da FAE ainda tem esperança de vinculá-lo ao Programa Nacional do Livro Didático. Para ele, “esse é um programa muito importante do ponto de vista pedagógico, que este ano distribuiu 3,5 milhões de livros de literatura infanto-juvenil e periódicos da maior importância para o professor, como as revistas *Nova Escola*, *Sala de Aula*, *Ciência Hoje*, *Ensino de Ciências*, *Correio da Unesco*, e *Educação Municipal*, da Undime”. O programa funciona como a única alternativa de acesso aos livros e informações para milhares de escolas, professores e alunos que não têm biblioteca, ele conclui.

(7) NE 28: março/1989

- **“Alfabetização: Uma revolução na ótica do que é ensinar e aprender”** (p. 12-18): Reportagem de Cláudia Ribeiro Ferraz em colaboração com Adriana Tigre (PE), Nara

Baptisti (RJ), Nilson de Souza (RS) e Rosângela Guerra (MG). Ampla reportagem sobre as pesquisas de Emília Ferreiro, educadora argentina cujas descobertas “estão conseguindo derrubar muitas das velhas certezas dos métodos tradicionais de alfabetização”. Além de entrevistar professores que estão aplicando as idéias de Ferreiro, a reportagem dá notícia dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Apresenta, ainda, uma biografia de Ferreiro, bem como suas principais obras já traduzidas para a língua portuguesa.

- **“Especial: No meio do sertão, um império escolar vira um município”** (p. 20-24): Reportagem de Hamilton de Souza, citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“Informática: Crianças paulistas se apaixonam pelos micros”** (p. 28-29): Reportagem de J. L. F. O “Projeto Informática Educacional” está sendo desenvolvido em oito escolas da rede municipal de São Paulo. Voltado prioritariamente para crianças da 5ª série, o curso foi criado no início de 1987 através de convênio firmado entre a Secretaria Municipal da Educação e o Instituto III Millennium, entidade sem fins lucrativos surgida dentro da Prodam, empresa de processamento de dados da Prefeitura de São Paulo. A informática é aí usada como um instrumento educacional e pedagógico, não um curso profissionalizante, explica o professor Hazimi Sato, coordenador do projeto. Nosso objetivo fundamental, ele diz, “é através do microcomputador, estimular a criatividade, ajudar a desenvolver o raciocínio e dar um sentido de organização mais eficiente à criança”. A reportagem apresenta a metodologia do trabalho e aponta seu principal problema que é o de atender um número reduzido de estudantes (2 600 crianças este ano). Em destaque, divulga um curso de informática pré-profissionalizante mantido pela Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, funcionando desde o começo de 1987.

- **“Matemática: Um método de ensino baseado no raciocínio da criança”** (p. 36-39): Reportagem de Vera Gomes. Em 1988, foi introduzido o novo currículo na rede de ensino oficial de 1º Grau do Distrito Federal. Pelo novo currículo foi adotado novo método de ensino da matemática, desenvolvido no Laboratório de Matemática da Universidade de Brasília, financiado pela Capes através do programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Sub-programa Educação para a Ciência. A reportagem

apresenta explicações do método e material utilizado (caixas de sapato, de ovos, palitos, tampinhas etc.).

- **“Livro Didático: melhorar o visual não é luxo”** (p. 40-42): Reportagem de Rosângela Guerra. A pedido da FAE, o programador visual, Paulo Bernardo Vaz, analisou alguns livros didáticos distribuídos às escolas da rede pública. A conclusão de Vaz, mestre em editoração pela Universidade de Paris, é que a programação visual dos livros didáticos brasileiros é tratada pelos editores com um descaso total e absoluto, ao contrário do que se observa em jornais e revistas, que recebem um tratamento visual avançado. Vaz destaca alguns pontos básicos que permitem avaliar com critério o visual de um livro didático, além de fornecer exemplos de falhas em alguns livros dificultando a leitura e como se deveria proceder para facilitá-la. Em destaque, a reportagem apresenta seus argumentos de que “qualidade visual não custa mais caro”.

- **“Paisagismo: O embelezamento da escola nas mãos da criança”** (p. 44-45): Reportagem de Martha Feldens. A Secretaria Estadual da Educação do Paraná implantou em 40 escolas um programa de paisagismo e Educação Ambiental. Como exemplo, a reportagem cita a Escola Polivalente de Curitiba, onde os alunos plantaram hortas e introduziram modificações no paisagismo da escola. Os conteúdos das disciplinas foram integrados nessas tarefas.

- **Opinião: “Está na hora do Brasil acordar”** (p. 58): Isolde Benilde Andreato, presidente da Associação dos Professores do Paraná, opina sobre a situação da Educação no Brasil. Isolde argumenta que a Educação é uma tarefa de todos, mas acaba ficando nos ombros apenas dos professores e de algumas comunidades, quando seria obrigação em escala decrescente: primeiro dos governos, depois dos pais e professores. As preocupações por ela apontadas são: “a municipalização do ensino, a tendência de privatização da escola, as Constituições Estaduais, a baixa remuneração dos profissionais da Educação, as estruturas das escolas a cada dia mais pobres e desatualizadas, as péssimas condições de trabalho de professores e alunos, o desvio de verbas para projetos duvidosos e já fadados ao fracasso antes mesmo de serem aplicados”. Isolda tece, ainda outras considerações sobre os problemas sociais e educacionais, e conclui: “Nossa grande esperança reside nos fortes que ainda estão no Magistério, clamando por justiça e levantando bandeiras de luta, mesmo

quando massacrados pelas ditaduras, mesmo quando discriminados pela repressão, mesmo quando recebidos por bombas militares, cavalaria, batalhão de choque, como aconteceu no Paraná, no ano passado, quando professores, alunos, pais, líderes religiosos e amigos chegavam em passeata até o Palácio do Governo, armados apenas com palavras de ordem, cantos e uma vontade enorme de discutir com o governo as reivindicações da categoria”. É preciso, ela finaliza, “que o Magistério resgate seu valor e a Educação, a sua prioridade nos planos governamentais ou então o Brasil vai chorar muito pela sua liberdade”.

(6) NE 29: abril/1989

- **“Ensino Noturno: A semente do fracasso”** (p. 12-16): Reportagem de José Luis Frare em colaboração com Adriana Tigre (PE), Martha Feldens (Paraná), Nilson de Souza (RS), Rosângela Guerra (MG) Vera Gomes (DF). A reportagem parte de exemplos individuais de alunos trabalhadores, em São Paulo. Apresenta somente algumas estatísticas dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, e das cidades de Assis (SP) e Uberlândia (MG), uma vez que o MEC e as Secretarias da Educação da maioria dos Estados não fazem levantamentos sobre o ensino noturno. José Raimundo, ex-secretário de Ensino Básico do MEC, admite que “O Ministério da Educação não tem dado a devida atenção ao ensino noturno”. Este descaso começa pela ausência de levantamentos que permitam traçar um quadro preciso da situação termina com a falta de uma política educacional para enfrentar o problema. “O ensino noturno precisa ser ajustado ao tipo de clientela que atende”, reconhece Raimundo. Mas, essa constatação é absolutamente ignorada e desprezada pela escola e pelos organismos governamentais encarregados da Educação. O MEC suspendeu, em 1983, os levantamentos sobre os índices de repetência e evasão no noturno. E, questiona a reportagem, “se não se conhece sequer os efeitos, não há como combater as causas. O fato é que, hoje, a escola oferece o mesmo material didático, o mesmo currículo, os mesmos programas disciplinares e a mesma metodologia para clientelas diferentes”. “A escola não está atendendo o povo trabalhador, não está dando condições para ele estudar, denuncia a pesquisadora Célia Pezzolo, autora do livro *Ensino Noturno - realidade e ilusão*. Diante dessa situação, pergunta a reportagem “não seria preferível acabar de uma vez com os cursos noturnos a continuar como está?” A pergunta, afirma a reportagem, provoca

calafrios nos especialistas que estudam o assunto. “A escola noturna é uma conquista da população”, dispara Pezzolo. Ela lembra que o ensino à noite só existe por causa das reivindicações e das lutas dos movimentos populares iniciadas na década de 50, e defende que a escola noturna deveria ser melhor que a diurna porque o esforço do aluno da noite é muito maior. Ninguém possui fórmulas acabadas para apresentar, analisa a reportagem, “mas há praticamente consenso sobre as principais medidas que devem ser adotadas para tirar o ensino noturno do buraco negro. Algumas dessas sugestões dependem exclusivamente de Estado; outras podem ser colocadas em prática pelos próprios professores, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, supervisores de ensino, inspetores de alunos - enfim, todos os que estão em contato com os estudantes têm uma importante contribuição a dar”. Afinal, conclui, se é verdade que a instituição da escola noturna foi uma vitória da população, através de suas lutas, só há um caminho para garantir e ampliar essa conquista: participação e pressão de todos os interessados - educadores, alunos e comunidade”.

Observação: este é um tipo de reportagem analítica, que se posiciona diante do problema apresentado. Será característica de Frare, ou novo enfoque da revista?

- **Entrevista:** “A escola de 1º Grau não existe” (p. 20-22): Entrevistador: Robinson Sasaki, editor-assistente de Nova Escola. Entrevistadas: professoras Arlette D’Antola e Myrtes Alonso, do Programa de Supervisão e Currículo do curso de pós-graduação da PUC de São Paulo. Criada pela Lei 5692 de 1971, a escola de 1º Grau chega à maioria sem cumprir o seu principal objetivo: democratizar o acesso ao ensino básico e manter a criança por no mínimo oito anos no sistema educacional. De acordo com a reportagem, “os altos índices de repetência e evasão e a pequena quantidade de alunos (17 em cada grupo de 100) que conseguem completar a 8ª série comprovam esse fracasso”. Um dos fatores que contribuíram para isso foi a esperada integração entre os cursos primário e ginásial não ter saído do papel. Eles continuam funcionando com dois segmentos distintos e desarticulados, com outros nomes: 1º Grau menor e 1º Grau maior. As professoras entrevistadas falam de sua pesquisa sobre o tema que faz parte de um projeto maior de pesquisas sobre *A busca do saber comum e universal*, encomendado à PUC pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do MEC. Para verificar de fato a

não integração entre os cursos que deram origem ao 1º Grau, foi feito um levantamento nas regiões sul e sudeste e pesquisadas as tentativas, mesmo frustradas, de promover essa integração. As professoras analisam as causas desse fracasso e concluem pela necessidade de “um projeto mais amplo para definir as linhas político-pedagógicas gerais”. Mas, completa Arlette, “cada escola deveria ter autonomia para implementar essas linhas, pois precisam ser adaptadas à clientela e ao cotidiano da escola”. Aos professores cabe lutar para conquistar melhores condições de trabalho e à população posicionar-se e exigir uma escola de qualidade.

- **“Alfabetização: Capacitação é porto seguro para professores”** (p. 28-29): Reportagem de Cláudia Ribeiro Ferraz. A Secretaria Municipal da Educação de Salvador iniciou, em setembro de 1986, um projeto de capacitação permanente de professores de 1ª e 2ª séries, com encontros semanais. A reportagem parte do depoimento de uma professora que começou a frequentar os encontros e mudou sua prática e crenças. Em seguida, entrevista Maria Thereza Marcílio de Souza, coordenadora de Programas de Ensino da Secretaria da Educação que mostra o quadro do ensino público em Salvador. Após um grande seminário, organizado pela equipe central de capacitadores, do qual participaram educadores de São Paulo, Pernambuco e Caxias do Sul, iniciaram as reuniões semanais, por região e por turno, atingindo mais de mil professores. Nos encontros eram lidas e discutidas obras de Paulo Freire, Telma Weisz, Terezinha Carraher e Emília Ferreiro. A tônica do trabalho é “dar acompanhamento pedagógico ao professor, assegurando-lhe condições para estudar sobre o processo de aquisição de conhecimento da língua pela criança”. Mas, “não impusemos nada”, continua Kadja Cristina Guedes, coordenadora de ciclo básico na rede, “nem as idéias de Emília Ferreiro nem um novo sistema de avaliação ou mesmo uma linha rígida de ação em sala de aula”. Para ela, “é claro que muitos professores aderem porque consideram um ‘método’ novo de trabalho. Só que, na prática, eles vão percebendo que a questão mais séria é a dimensão política do projeto, que dá reais oportunidades às classes populares, mexendo de fato na estrutura do ensino. Em vez de se trabalhar só a consciência crítica, estamos empenhados na qualidade do ensino”.

Observação: não diz se os professores recebem para participar dos encontros e se é livre ou não a participação.

- **“LDB: esquentando o debate sobre a nova lei de Educação”** (p. 36-39): Reportagem de Adriana Tigre, Nilson de Souza, Renato Anselmi, Robinson Sasaki e Vera Gomes. Reportagem citada no Capítulo III, item 2.

- **“Sucata: As fábricas de material pedagógico”** (pp. 50-51): Reportagem de Vera Gomes. “Inconformados com a carência de material concreto nas salas de pré-escola, alguns professores de Taguatinga, cidade satélite de Brasília, resolveram ir à luta em 1985: ocuparam a oficina de práticas industriais do Centro de Ensino 9, do Complexo Escolar B, e passaram a confeccionar, com sucata, todo tipo de material pedagógico necessário para enriquecer suas aulas”. Essa experiência que no início era chamada de “Faça você mesmo”, espalhou-se por nove oficinas que estavam desativadas e serviam de depósito para material sofisticado que estava estragando. As oficinas foram desobstruídas para se transformarem em “verdadeiras fábricas de material pedagógico”. No início os professores usavam suas horas de folga para isso. Posteriormente, o trabalho foi reconhecido pela Fundação Educacional do Distrito Federal, e os professores foram autorizados a procurar as oficinas dentro do tempo reservado no contrato de trabalho (quatro horas semanais) para planejamento, reuniões e pesquisas. Atualmente há cursos para os interessados, mas há uma barreira que persiste desde o início do projeto: “a falta de verbas para a compra de papel, madeira, tintas e cola”. Os professores organizam bingos e rifas para arrecadar o dinheiro necessário ou saem à cata de sobras de materiais em gráficas, marcenarias e lojas de tintas. O professor Ruitter, um dos idealizadores das oficinas, reclama que não há previsão de verbas no Plano Quadrienal da Fundação Educacional. Mesmo assim os professores continuam trabalhando e fizeram uma exposição com seus trabalhos.

- **Opinião: “Como acabar com o analfabetismo”** (p. 58): Célia Pereira Maduro Neto, trabalhando no MEC há 16 anos, opina sobre a erradicação do analfabetismo, consagrada na nona Constituição, a ser conseguida nos próximos dez anos, tendo para isso sido destinados 50% dos recursos de manutenção do ensino. Célia ressalta que “a consecução plena desse objetivo está relacionada a três fatores: um primeiro, de natureza social, diz respeito ao fato de ser difícil tal resultado educacional sem a completa democratização de oportunidades sociais, tornando-se imprescindível a associação do esforço de universalização da alfabetização ao esforço de melhoria econômica e social para

todos; um segundo, político-educacional, sugere que a discussão da alfabetização seja inserida em um projeto político-pedagógico global, que esteja fundamentalmente em um novo papel do Estado e na participação da sociedade; por último, um terceiro fator, mais restrito ao aspecto educacional, sugere que não haverá erradicação do analfabetismo sem a universalização básica, de boa qualidade, às crianças na idade e na época certas”. Tais pressupostos e outras condições apontadas por Célia para a consecução deste objetivo dependerão da “participação dos estudantes, de seus pais, dos professores, dos técnicos e especialistas em Educação, de todos os segmentos da sociedade e, sobretudo, da efetiva vontade política do Estado”.

(6) NE 30: maio/1989

- **“Ciclo Básico: Um balanço da luta contra a evasão e a repetência na 1ª série”** (p. 12-19): Reportagem de Ana Lagôa, em colaboração com Adriana Tigre Lacerda (PE), Luiz Spada (GO), Martha Feldens (Paraná), Nara Baptisti (RJ), Nilson de Souza e Vera Gomes. A reportagem apresenta dados dos Estados com experiência em CB: Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Goiás, Rio de Janeiro. Cita dois Estados onde as autoridades de ensino criticam a experiência: Pernambuco e Santa Catarina. E, três Estados que estão iniciando a implantação: Mato Grosso do Sul, Pará e Goiás. Apresenta, também, dois destaques com depoimentos de coordenadores, alunos e professoras de uma escola em São Paulo - EEPG Prof. Ademar Hiroshi Suda - considerada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), “um dos melhores exemplos do amadurecimento do Ciclo Básico na rede de ensino paulista”.

- **Entrevista: Paulo Freire “Por uma escola séria e alegre”** (p. 22-25): Entrevista de José Luiz Frare e Hamilton de Souza, citada no Capítulo III, item 3.2.

- **“Escola Rural: Uma tentativa de educar e fixar o homem no campo”** (p. 26-28). Reportagem de Lúcio Cesar Tadeu, citada no Capítulo III, item 3.3.

- **“Alfabetização: Uma técnica sob fogo cruzado na zona rural”** (p. 32-35): A técnica conhecida como “O jogo das Palavras, ou Método Ludo-Genético, como prefere sua autora, Zélia Almeida, foi introduzida experimentalmente pela Fundação Educacional do Distrito Federal, em 25 turmas do Ciclo Básico, nas cidades-satélites de Tabatinga e Núcleo

Bandeirante, em Brasília, com o objetivo de reverter o grave quadro de repetência verificado nas escolas rurais. O método, segundo sua autora resultou de cinco anos de pesquisas, iniciadas em Belo Horizonte (MG) a partir das brincadeiras que realizava com o filho, para despertá-lo para a leitura e a escrita na fase de pré-escolarização. As professoras tiveram o primeiro contato com os fundamentos da nova técnica em palestras da própria autora. As que adotaram o método reconhecem como vantagens as brincadeiras propostas e o volumoso material oferecido pronto, os quais segundo a Fundação, teriam colaborado decisivamente para o melhor rendimento escolar no ano anterior, quando nenhuma das 800 crianças participantes ficou retida na 1ª série. Mas, contraditoriamente, as mesmas professoras criticam vários outros aspectos da metodologia, declarando que se vêm obrigadas a adaptá-los às suas necessidades e à realidade dos alunos. Além disso, as crianças não conseguiram se alfabetizar em três meses, conforme a autora garantia, ocorrendo, defasagem entre leitura e escrita, e elaboração de frases e composições somente com as palavras e frases típicas da cartilha. As palavras-chaves escolhidas, como por exemplo, rola (pássaro), jia (rã), via (rua) e taca (chicote para tocar o gado) não são conhecidas das crianças do Distrito Federal. A Fundação Educacional reclama do alto custo do material e da impossibilidade de oferecê-lo gratuitamente, no ano anterior, à metade dos 800 alunos atingidos pela experiência. Os outros 50% do material foram adquiridos pelos pais dos alunos ou com recursos obtidos em festas, bazar, quermesses e rifas. O órgão encarregado pela Educação no Distrito Federal espera que em 1990 a cartilha e as fichas sejam distribuídas às escolas pelo Programa do Livro Didático da Fundação de Assistência ao Estudante, conforme anunciou a autora Zélia Almeida. A reportagem apresenta detalhadamente o método e, em destaque, a opinião da professora Marialice Pitaguary, do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, e especialista em alfabetização, segundo à qual “a técnica de Zélia Almeida peca por supor uma forma de como a criança vê o mundo e desenvolve o processo de aprendizagem”. Marialice explica que “a alfabetização não é impor códigos de leitura e escrita para a criança, com coisas prontas e tolhedoras como as de uma cartilha”. Ela desenvolve uma pesquisa na favela do Paranoá (DF), aplicando as teorias e descobertas de Emília Ferreiro.

- **“Tese: Educação no Acre, um ponto de vista crítico”** (p. 44): Reportagem de Flaminio Araripe. Um painel de 21 anos da política educacional do Acre foi montado pela professora de Pedagogia Edir Marques de Oliveira, da Universidade Federal do Acre, em sua tese de mestrado “Educação Básica: Imposição Política ou Pressão Social? Análise Histórica da Educação no Estado do Acre (1962-1983)”. A tese, defendida na Universidade Federal Fluminense, destaca que “o discurso pelas transformações sociais do governo João Goulart não chegou a apresentar sinais concretos na sala de aula. Com o golpe militar de 64 e a deposição do governador eleito José Augusto de Araújo, ‘a política educacional acreana reproduzia as diretrizes políticas e a ideologia da educação federal - neutra, técnica e não envolvida politicamente”. Em 1966, 81,5% dos professores do Estado não tinham qualificação: “nas contratações, a indicação política prevalecia sobre a competência técnica e os que não se submetiam a isso eram marginalizados”, sendo que os professores começaram a ser contratados por concurso público somente em 1979, época da reestruturação da Associação dos Professores do Acre, que levou à greve da categoria em 1980, a primeira da história do Estado. Com a abertura política, no período do último governo nomeado, começaram a se desenvolver experiências alternativas de educação popular desvinculadas da escola pública, levadas por intelectuais que militaram nos movimentos sociais e de bairro e no sindicalismo rural, organizados pela Igreja progressista. “São alternativas que apontam para a luta por uma escola pública assumida como responsabilidade do Estado, mas organizada e orientada pelas comunidades, afim de lhes garantir espaço onde o saber seja socializado a serviço de seus interesses de classe”, afirma Edir. Atualmente, ela avalia, “está havendo um arrefecimento dos movimentos populares. Muitos de seus líderes passaram a ter poder, por cooptação. Nas escolas oficiais há uma tentativa de gestão democrática, que corre o risco de cair no democratismo, no assembleísmo, sem propostas mais consistentes”. “Vejo a necessidade de trabalhar na formação ideológica dos professores, que, em sua grande maioria, ainda são produto de uma visão tecnicista adotada no ensino”, conclui Edir.

- **Opinião: “Uma saída para o ensino rural”** (p. 58). Artigo de Maria Lúcia Prado Costa, assistente social da Escola Estadual Fundamar, em Paraguassu (MG), citado no Capítulo III, item 3.3.

APÊNDICE 2 – Cartas – Síntese das Cartas enviadas pelos leitores e publicadas pela Revista Nova Escola nas Seções Cartas e Sala dos Professores

Observação: os algarismos entre parênteses correspondem ao número de cartas selecionadas em cada exemplar da Revista Nova Escola (NE).

As Cartas enviadas pelos leitores são publicadas nas Seções “Cartas”, “Sala dos Professores” e “Você e a Lei”. As Seções “Cartas” e “Você e a Lei” aparecem na Revista desde o primeiro número. Isto porque, antes de sua primeira edição, foram enviadas para apreciação de alguns professores, matérias e reportagens para serem publicadas desde o início. A Seção “Sala dos Professores” começou a ser publicada no exemplar número 06. Estas Seções foram editadas sob estas rubricas até o exemplar de número 18, em dezembro de 1987. No primeiro número de 1988, as Seções “Cartas” e “Você e a Lei” foram incorporadas à Seção “Sala dos Professores” que, ampliada e reformulada, passou a classificar a correspondência recebida em: “Gostei”, “Não gostei”, “Concordo”, “Discordo”, “Desabafo”, “Depoimento”, “Apelo”, “Sugestões”, “Recados”, “Endereços”, “Meus Direitos”, “Agenda”, “Permuta” e “Correção”.

Abaixo estão classificadas e sintetizadas as cartas dos trinta e seis primeiros números²⁵. As que se referem às matérias, reportagens e aos artigos selecionados para esta pesquisa, bem como as que se referem à revista em geral ou às suas seções serão assinaladas e/ou comentadas. Quanto às demais serão destacados os números dos exemplares nos quais as cartas foram publicadas e os títulos das reportagens, matérias e artigos a que se referem. Vale aqui assinalar que as cartas vêm de professores de

²⁵ Para a classificação e resumo das cartas foram considerados mais seis exemplares da Revista Nova Escola, pois as mesmas são publicadas posteriormente aos artigos, matérias e reportagens. Desta forma, ficaram registradas as cartas referentes aos exemplares selecionados para análise nesta pesquisa.

praticamente todos Estados e de várias localidades e cidades pequenas, inclusive de professores da zona rural.

1. Cartas Referentes à Revista Nova Escola (NE) em geral:

Os seguintes exemplares trazem cumprimentos e elogios à Revista em geral: NE 01 (1), NE 02 (5), NE 03 (36), NE 04 (1), NE 05 (4), NE 07 (2), NE 09 (2), NE 13 (2), NE 14 (1), 17 (4), 18 (5), 21 (1), 23 (4), 27 (4), NE 29 (4), 30 (2), 31 (1), 34 (3), 35 (1), 36 (3). Várias cartas afirmam usar a Revista em reuniões de professores e como material de trabalho com alunos do Curso de Magistério e estágios. Outras destacam as trocas de experiências entre os professores e instituições de ensino e pesquisa.

Destaque-se aqui, especialmente, alguns exemplares da Revista: NE 03 traz 36 cumprimentos e elogios: um, de professor de Mato Grosso que considera importante a Revista ter “dedicado atenção e espaço às escolas de fora dos grandes centros, mostrando aspectos do ensino em logradouros distantes como Roraima, Amapá, Rondônia etc. Além desse professor, várias autoridades parabenizam e cumprimentam a Revista: Jorge Konder Bornhause, Ministro da Educação; Marco Maciel, Ministro-Chefe do Gabinete Civil; General Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército; José Richa, Governador do Paraná; Maria Madalena Rodrigues dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação; Luiz Alves Coelho Rocha, Governador do Maranhão; e, Jair de Oliveira Soares, Governador do Rio Grande do Sul. A Revista acusa, ainda, o recebimento de 27 agradecimentos e cumprimentos de autoridades estaduais, municipais e de órgãos ministeriais. NE 04 traz os cumprimentos de José Sarney, Presidente da República, que parabeniza a Revista pela importante iniciativa. NE 21 traz carta do Presidente da Mercedes Benz do Brasil elogiando e mantendo o apoio da empresa que há três anos oferece à Revista (através de propaganda). NE 27 publica depoimento de Leandro S. Almeida, presidente da Associação dos Psicólogos de Portugal e professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade do Porto, elogiando a Revista e lamentando não haver publicação similar em Portugal “como um fator de mobilização dos professores de 1º Grau para a importante tarefa de desenvolvimento de cidadãos críticos, atuantes e aptos a influir sobre os destinos do país”. Em sua opinião, a Revista parece atingir dois objetivos fundamentais: “a formação contínua dos professores e a consolidação

associativa (denúncia de situações, panorama educativo do país, direitos etc.)”. Ele acha interessante que “tais objetivos estejam a ser atingidos através do envolvimento dos próprios relatos, de suas próprias opiniões, práticas e sentimentos”; NE 34 traz depoimento de professora de São Paulo (SP) afirmando que “muitas vezes nos esquecemos de que se trata de informações publicadas e nos inteiramos de seus assuntos de tal forma que parece estarmos trocando confidências com nossa maior e mais íntima amiga; em NE 35 supervisora de ensino da rede estadual, em Assis (SP), responsável pelo Ciclo Básico, envia à revista relação de 75 matérias de Nova Escola utilizadas como sugestão de leitura pela Delegacia de Ensino local.

2. Cartas pedindo correção e/ou esclarecimentos:

(1) NE 02: Professora de São Paulo, convidada a ler as matérias do primeiro número, corrige identificação da escola em que trabalha;

(1) NE 04: Lídia Avelas Estanislau, pesquisadora da Fundação Nacional pró-Memória, em Brasília (DF) elogia trabalho desenvolvido pela sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar , em parceria com o Ministério da Cultura, objeto de reportagem anterior “Escola aberta do Calabar”. Lamenta, entretanto, “que a matéria faça referência apenas ao apoio financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC e não mencione o “Projeto Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País”, também do Ministério da Cultura, cuja linha de trabalho viabilizou a Escola Aberta, além de outras escolas em Salvador e mais de 100 projetos no país”;

(1) NE 05: Coordenador da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), João C. Palma Filho, esclarece que faltou a fundamentação teórica das atividades de Expressão-Educação Artística, objeto de reportagem de NE 02 “Hoje tem festa”, e discorda do título escolhido o qual, em sua opinião, “reforça a idéia de que os professores dessa área são apenas os ‘festeiros’ da escola”;

(1) NE 06: Professor do Amapá corrige valor do salário dos professores dos territórios de Roraima e Amapá, publicados na reportagem “Os professores mais bem pagos do país” (NE 05);

(1) NE 10: Professoras corrigem erro de identificação em reportagem anterior;

(1) NE 13: UDEMO (União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial) esclarece a posição da entidade e protesta contra a matéria publicada em NE 10 - “Avanços e tropeços” - que trata do Projeto de Lei que cria o Conselho de Escola de caráter deliberativo;

(1) NE 23: dois professores de Alagoa Grande (PB) questionam possível racismo na capa de NE 20, porque a criança negra aparece atrás das outras crianças brancas. A Revista responde que a carteira da menina negra está entre as duas outras, sem nenhum preconceito;

(1) NE 26: Presidente da Adime discorda que o governo de Minas pretenda implantar a municipalização de acordo com as solicitações das prefeituras, conforme publicado na reportagem “Municipalização: ela só trará a democracia se todos participarem”. A Revista agradece o “detalhamento da questão” e esclarece que a informação veiculada foi fornecida pelo próprio Secretário da Educação, e é criticada, na mesma reportagem, pela presidente da UTE;

(1) NE 31: professora Arlette D’Antola, da Puc-SP, pede a citação dos nomes de auxiliares de pesquisa citada em reportagem anterior;

(1) NE 32: Coordenadora do Projeto Educação para a Saúde, da Fundação Osvaldo Cruz, esclarece que a Fundação está providenciando reedição dos livros sobre prevenção de doenças visando atender solicitações dos professores;

(1) NE 36: Nivon de Carvalho e Silva, superintendente executivo da Funai, Goiânia (GO), afirma “ter se deparado com uma informação que não corresponde com a realidade”. Esclarece que “o encontro sobre escolas indígenas realizado em julho em Miracema foi promovido e conduzido na verdade pelos técnicos da 6ª Superintendência Executiva Regional da Funai. Contrapondo à informação de que as ‘cartilhas bilingües carecem de visão pedagógica e respeito às diferenças culturais de cada grupo indígena’, esclarecemos que temos na área xerente um programa educacional que prioriza a capacitação dos recursos humanos, a confecção de material didático e o acompanhamento das atividades escolares, e que adotamos uma metodologia de construção de conhecimentos, alicerçada no contexto sócio-econômico, lingüístico e em conformidade com o real interesse e aspiração desse povo”. A Revista responde que “as críticas à ‘falta de unidade pedagógica’ na rede de ensino dos xerente e ao conteúdo das cartilhas usadas partiram da Diretoria de Ensino de 1º

Grau a Secretaria Estadual da Educação, que, em junho, atribuiu ao próprio órgão a iniciativa de realizar o encontro sobre educação dos índios do Tocantins”.

3. Correções e/ou retificações da Revista na Seção Erramos:

(1) NE 11: A redação corrige reportagem de NE 10 “Muda o currículo: o que é preciso para a reforma dar certo”;

(2) NE 19: Correção de troca de fotos e depoimentos em NE 18;

(1) NE 22: correção de informação sobre a Fundação Cultural de Curitiba;

(2) NE 24: Professora de Garibaldi (RS) corrige e a Revista publica erro conceitual de matemática, em reportagem anterior; e professora de Boa Vista (RR) corrige autoria da Proposta bilingüe para índios (Seção Mural);

(1) NE 27: Retificação de frase em reportagem anterior;

(1) NE 28: Retificação de dados sobre a formação de professoras participantes de reportagem anterior;

(2) NE 29: Retificação na reportagem “Eles ensinam matemática como quem dá receita de bolo”; e, retificação sobre oferta de serviços do CAPE, em reportagem anterior;

(1) NE 30: corrige omissão de nome de professora na reportagem “Matemática e dobraduras em curso de extensão”;

(2) NE 34: Corrige nº de Estados brasileiros (NE 33) que é de 26 Estados e o Distrito Federal; esclarece dados referentes à professora Rosa Maria Whitaker Ferreira (NE 32).

4. Cartas enviando sugestões e reivindicações à Revista:

(1) NE 01: Professora de São Paulo elogia e sugere que os temas sejam aprofundados e sempre mostrem o “lado positivo dos acontecimentos”. Provavelmente, referindo-se à reportagem publicada em NE 01 “Ilhéus: é o fim da repetência”, a professora questiona por que a Revista não fala de São Paulo, e sugere artigos “que nossas autoridades leiam e coloquem em prática aqui”;

(3) NE 02: Professora de São Paulo elogia a Revista e pede que as edições futuras voltem-se para as “reivindicações do magistério” e que se dê “bastante ênfase ao aprimoramento da Língua Portuguesa, ultimamente muito maltratada”. Uma outra professora, do Rio de

Janeiro, elogia e sugere matérias sobre ensino de Ciências; e, a terceira, também do Rio de Janeiro, elogia e sugere que a Revista “promova a troca entre a escola e a família e ponha “muitos alunos e pais falando para nós, porque precisamos ouvi-los”;

(1) NE 06: Professora de São Luís (MA), aponta um “ponto falho” na Revista. Em suas palavras: “na seção Enquete, onde sempre são abordados assuntos que interessam de perto ao professor, nunca foi ouvida a opinião de um deles. Já falaram ministros, padres, artistas e secretários. E o professor? Será que não teremos espaço nem na nossa revista?”;

(1) NE 11: Professor de Curitiba espera que a Revista não exclua o outro lado da questão (o dos professores sem preparo e definição vocacional que acabam preferindo tarefas burocráticas nos núcleos e inspetorias de ensino só para se ver livre dos alunos). Em sua opinião, “é importante que não cause a impressão de que todos os professores são idealistas, vocacionados, todos dignos de confiança e todos em constante processo de auto-aperfeiçoamento”;

(1) NE 13: Professora de São Paulo sugere que “se amplie a discussão sobre a importância da arte-educação no processo educacional brasileiro e do ensino da língua portuguesa em nossas escolas, enfocando a questão político-ideológica da gramática. Ela pergunta: “a quem serve o ensino da língua?”;

(3) NE 23: Professor de Boa Vista (RR) pede sugestões práticas e eficientes para o trabalho em escola rural; professora do Rio de Janeiro (RJ) pede reportagens sobre museus, parques bibliotecas, fábricas etc.; professor de Rochedo (MS) pede reportagem sobre o ábaco chinês;

(1) NE 24: Professora de Saquinho Hidrolândia gostaria que a Revista “fosse mais ampla e ajudasse o ensino para professores leigos”;

(2) NE 27: Professora de Natal sugere publicação de textos literários de professores e alunos; e, professor de Bebedouro (SP) repudia a exaltação da Batalha do Riachuelo, na contra-capa do nº 22 da Revista, por ter sido “uma guerra estimulada entre países irmãos pelo imperialismo inglês e que destruiu o Paraguai”;

(4) NE 30: professor de Cametá (PA) sugere capa dura para encadernação e índice geral por ano; professora de Gurupi (TO) sugere artigo mostrando que o analfabetismo está crescendo; professor de São Bernardo do Campo (SP) sugere reportagens sobre ensino

básico de outros países; professora de Goiânia (GO) sugere concurso entre municípios com o objetivo de acabar com o analfabetismo;

(4) NE 31: professora de São Paulo (SP) sugere reportagem sobre alfabetização de adultos; Professora de Rezende Costa (MG) sugere reportagens sobre Educação Artística e Ensino Religioso, de 1ª a 4ª série; professor de Antônio João (MS) sugere matérias sobre deficientes auditivos; e professora de Diadema (SP) pede matérias sobre analfabetismo;

(5) NE 33: professora de Recife (PE) sugere que os governos estaduais e municipais enviem uma Revista Nova Escola para cada professor; professora de Carapichel (BA) pede a continuidade de reportagens sobre escolas rurais; professora de Nova Iguaçu (RJ) sugere reportagem sobre a filosofia de Maria Montessori; professor de Belo Horizonte (MG) sugere reportagem sobre os homens que estão optando por dar aulas no primário; professora de São Paulo pede reportagem sobre educação de excepcionais e também uma matéria que mostre o significado das muitas siglas da educação;

(3) NE 34: professora de Diadema (SP) sugere mais ênfase ao problema do analfabetismo, com troca de experiências, depoimentos e indicação de livros sobre o assunto; professora de Turmalina (MG) solicita reportagens sobre classes multisseriadas na zona rural; professora de Campinas (SP) critica a revista achando-a “pouco clara e objetiva, pois, na maioria das vezes o que lemos é muito diferente da realidade das crianças;

(2) NE 35: Professora do Rio de Janeiro (RJ) sugere que a Revista abra um espaço para “mostrar como está a elaboração da LDB”. Ela crê que “o processo não está sendo divulgado a contento para a sociedade”. Professora de Ilhéus (BA) sugere que a Revista aborde a formação do professor como tema, pois, em sua opinião, tal formação está um caos”;

(2) NE 36: professora de São Luís (MA) sugere que a Revista publique matérias sobre a nova Constituição, com dicas aos professores sobre como explicá-la de maneira simples aos alunos; professor de Junqueiro (AL) sugere que a Revista retome a reportagem sobre quanto ganha o professor brasileiro, publicada em 1986.

5. Cartas expondo problemas (não referentes a matérias e reportagens anteriores):

(1) NE 02: Professora de São Paulo manifesta solidariedade aos colegas da rede municipal de ensino de São Paulo “que vêm há um mês e meio, desde o início da gestão do prefeito Jânio da Silva Quadros, sofrendo contínuas perdas em conquistas duramente obtidas”;

(1) NE 04: Professor de Porto Alegre (RS) apela aos colegas professores de Educação Física para que discutam e pressionem a aprovação do projeto que regulamenta a profissão, em mãos do então deputado federal Márcio Braga;

(2) NE 05: Professora de Guapiara (SP) denuncia a falta de merenda escolar nas escolas isoladas, em São Paulo, onde até 20 de março, haviam recebido a merenda somente uma vez, que deu para quinze dias; professora de Curitiba (Paraná) demonstra “desagrado com certas propagandas de televisão (como a da Melissinha), onde a imagem do professor é usada de maneira deturpada, desvalorizando a profissão;

(1) NE 07: Graduanda em Pedagogia, Habilitação em Deficiência Mental, alerta professores e firma seu protesto diante da recusa de algumas escolas de São Paulo, como, por exemplo, a EEPG Rodrigues Alves, que se negam a receber estagiários;

(1) NE 10: Professora ACT, de Junquetti, Santa Ernestina (SP), gostaria de opinar sobre cursos e reflexões feitas nas escolas, em que só os professores com classe participam; reivindica participação nos cursos, estudos e eventos de atualização;

(4) NE 11: Professora de Porto Alegre (RS) reivindica “Plano de Carreira” e não “Plano de Pagamentos”, para Estados e municípios; e três cartas de professoras, protestam contra a humilhação a que é submetida a professora na propaganda da sandália Melissinha;

(1) NE 13: Professor do município de Alto Alegre, em Bacuri, no Maranhão, pergunta onde estão escondidas as merendas destinadas ao município, onde 85% dos alunos são carentes, “já que o rádio, a televisão e os jornais vivem publicando a distribuição desse benefício à população escolar”;

(1) NE 14: Professor de Cruz do Espírito Santo (PB) apela às autoridades responsáveis pela Educação no Brasil para que, no início de cada ano, seja feito um treinamento para os professores que lecionam para crianças da 1ª à 4ª série, pois segundo ele, “quase todos começam a ensinar sem nenhuma instrução” e “isto dificulta muito o trabalho e o desenvolvimento dos alunos”;

- (1) NE 15: Professora de São Gonçalo do Amarante (CE) queixa-se que a Companhia Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC), pela qual é contratada, paga somente meio salário mínimo por mês, enquanto os colegas registrados pelo Estado ganham “o suficiente”, pelo mesmo número de horas e séries em que lecionam”;
- (1) NE 19: Professora de Campos do Jordão (SP) reclama de cobras que entram em sua sala de aula. Tendo pedido cuidados à Prefeitura e não sendo atendida, diz-se preocupada com a segurança das crianças e exclama: “Me ajudem!”;
- (1) NE 22: Professor de Barra do Turvo (SP) solicita ajuda “no sentido de sensibilizar as autoridades estaduais para a melhoria das estradas de acesso à escola em que trabalha (...) assim como para a construção de novo prédio escolar, já que o atual é muito precário”;
- (3) NE 24: Mãe e professora de Cachoeira Dourada (GO) apela para que os pais se conscientizem do direito ao recreio, pois muitas escolas estariam cortando-o; professora de Poços de Caldas (MG) pergunta: “como fazer os alunos de 1º Grau usarem uma máquina de escrever? Como controlar as crianças que fazem muito barulho na aula? Devo castigá-las?”; professor de Iraquara (BA) pede ajuda, pois está dando aula na calçada. Passa os deveres e as crianças vão responder em casa. Elas não têm livros didáticos;
- (3) NE 25: professora de Rio Verde de Mato Grosso (MT) relata as péssimas condições de sua escola e trechos de redação dos alunos que retratam a situação; professor de Esperantina (PI) espera que alguma empresa privada se interesse pelo projeto do Centro de Educação Musical de Esperantina; estudante de Serra Branca (PE) diz-se impressionado em saber que existem grandes bibliotecas que ninguém usa enquanto em sua cidade não há bons livros e bibliotecas;
- (2) NE 26: professor de Cabedelo (PB) diz-se decepcionado com a Educação, pois os governantes municipais de seu município contratam professores “pelo número de votos que eles têm nas suas casas” e professora do Rio de Janeiro (RJ), formada pelo Instituto de Educação, no Rio, reclama porque não consegue emprego na rede particular. O motivo alegado é que “os colégios do governo são muito fracos e que ela teria que fazer cursos por fora”. Em NE 30, professora de São Luís do Maranhão (MA) solidariza-se com o colega de Cabedelo (PB).

(1) NE 27: Professora de escola rural em Quixeramobim (CE) pede ajuda, pois a sala de aula corre o risco de cair e a Prefeitura diz não ter recursos para consertá-la;

(4) NE 29: Professor de Tanque Novo (BA), “desabafa”: porque será que este governo não libera mais verbas para distribuição de merenda? Com esta situação o resultado é a derrota, principalmente nas escolas rurais, onde as crianças andam quilômetros para chegar à escola”; um professor de Monsenhor Gil (PI) relata que na escola em que trabalha a merenda deu apenas para dois meses e, como não há merenda, os alunos ficam sem recreio; uma professora rural de Seropédica (RJ), responsável pela merenda, pede idéias de cardápios; e, uma Professora de Rondon do Pará (PA) pede que a ajudem a trabalhar com os pais, pois “as crianças desaprendem em casa o que aprendem na escola”; diretora de 1º Grau e mãe de uma criança excepcional relata que lá há recursos e que ela formou uma sala especial para seu filho e outras seis crianças, mas não têm experiência. Suplica sugestões para melhorar o trabalho com as crianças;

(1) NE 30: Professora de Belém (PA) queixa-se de diretora que não permitiu a organização de uma sala de leitura, mas diz que em outra escola onde está atualmente, logo começará uma. Interessante sua opinião sobre o assunto, pois acredita que a falta de salas e bibliotecas, bem como aula de religião, contribuem para o desenvolvimento intelectual e comportamental do aluno de alunos agitados e agressivos;

(3) NE 31: professora de Niterói (RJ) critica conselhos de classe por pretenderem apenas mostrar “aos coordenadores de escola ou ao diretor, os fracassos dos alunos no que se refere à aprendizagem ou a comportamento em sala de aula”; professor de São Sebastião da Boa Vista (PA) reclama porque “atualmente não temos mais professores e muito menos educadores. Em lugar dos outrora abnegados missionários do saber - os professores - temos hoje os profissionais, isto é, os ‘trabalhadores da educação’, para expressar-me em linguagem mais conforme à ideologia de determinado partido político; professora de responsável por biblioteca, em Melgaço (PA) relata a situação precária de “sua terra” que fica “no Marajó”, distante 800 quilômetros por via pluvial (único meio de transporte) de Belém e pede sugestões de como elaborar um plano de trabalho para bibliotecas;

(1) NE 32: professora de Formiga (MG) pergunta: “De que adianta o uso de tecnologia na preparação da merenda escolar, se os nossos alunos da Escola Targino Muniz andam até 4 quilômetros para chegar à escola e não estão recebendo merenda suficiente?”;

(3) NE 33: professor de Iraquara (BA) diz que gosta da profissão, mas que seu salário (Ncz\$ 15,00) não dá nem para comprar uma calça nova. Pergunta se o professor não merece ganhar ao menos um salário mínimo; professora de Congo (PB) relata que andou 12 quilômetros a pé - do sítio até a cidade - para concluir o curso de magistério e ganha Ncz\$ 15,90. Pergunta: “onde está o dinheiro para a educação?”; professora leiga de Tanque Novo (BA) que trabalha em escola rural, com crianças carentes que até desmaiam de fraqueza porque a merenda só chega atrasada e é insuficiente, reclama que recebe menos da metade de um salário mínimo;

(2) NE 35: professora de Salvador (BA) relata dificuldades que passa em sua “escolinha”, pois metade dos alunos paga 60% a menos do valor real, por se tratar de pessoas com baixo poder aquisitivo. Em suas palavras “não visamos altos lucros e sim trabalhar em prol da Educação e nos entregamos de corpo e alma a esta profissão tão desvalorizada”. Ela comenta que em quatro anos de funcionamento ainda não conseguiu comprar um imóvel, tendo que pagar aluguel. Termina dizendo: “Estou fazendo este relato para mostrar a vocês as dificuldades por que passam as pessoas que se dedicam à Educação neste país. Esperamos que este nosso depoimento seja publicado e pessoas ligadas à Educação nos ajudem a continuar com o nosso árduo trabalho. Estamos vendo que no próximo ano não poderemos continuar com a nossa escolinha, pois o aluguel será muito alto”. Professora de Redenção (CE), desabafa: “Leciono há sete anos (...) e faço esse desabafo porque não suporto mais presenciar tanta injustiça. É revoltante, triste e lamentável a situação dos alunos em nossa escola. As crianças têm fome, não há merenda. As crianças têm sede, a água é poluída e não há filtros na escola. As crianças desejam brincar, falta ânimo. Esses fatores influenciam na frequência e conseqüentemente na aprendizagem. E o professor assiste a tudo isso de mãos atadas, pois não dispõe de meios para amenizar essa situação, ele próprio já é desvalorizado pela sociedade, que não reconhece a sua importância para o engrandecimento do país. Acredito que esse quadro poderá ser revertido. Depende todos,

principalmente de um maior empenho das autoridades comprometidas com a causa educacional”.

6. Cartas referentes às seções:

Idéias (sugestões práticas de atividades variadas):

(3) NE 01, 02 e 25: elogiando a seção;

(1) NE 05: criticando a seção;

Humor:

(1) NE 03: “Cileuza”: elogiando os quadrinhos humorísticos de Eva Funari;

(1) NE 19: elogiando a presença do escritor Luís Fernando Veríssimo na nesta seção;

Era uma vez (histórias):

(1) NE 02: elogiando e pedindo continuidade.

(1) NE 26: elogiando e mostrando desenho de aluna após a leitura da história;

Você e a Lei (consultas sobre direito trabalhistas):

NE 01: No primeiro número a Revista não publica cartas nesta seção, mas fornece 15 informações sobre direitos do professor em escola particular. Os números de cartas publicadas nesta seção nos outros números da Revista são os seguintes: NE 02 (6), NE 03 (7), NE 04 (6), NE 05 (6), NE 06 (7), NE 07 (7), NE 08 (8), NE 09 (7), NE 10 (6), NE 11 (7), NE 13 (6), NE 14 (7), NE 15 (7), NE 16 (7), NE 17 (11), NE 18 (8), NE 19 (7), NE 20 (9), NE 21 (9), NE 22 (11), NE 23 (8), NE 24 (8), NE 25 (10), NE 26 (9), NE 27 (9), NE 28 (1), NE 29 (6), NE 30 (3), NE 31 (4), NE 32 (2), NE 33 (3), NE 34 (2), NE 35 (4), NE 36 (3).

Sala dos Professores (Pedidos de ajuda e/ou correspondência entre leitores sobre temas específicos): NE 07 (7), NE 08 (11), NE 09 (3), NE 10 (11), NE 11 (13), NE 13 (11), NE 14 (13), NE 15 (não publicada neste nº), NE 16 (11), NE 17 (11) NE 18 (11), NE 19 (7), NE 20 (11), NE 21 (13), NE 22 (20), NE 23 (15), NE 24 (20), NE 25 (0), NE 26 (5), NE 27 (31), NE 28 (25), NE 29 (9), NE 30 (24), NE 31 (18), NE 32 (22), NE 33 (24), NE 34 (23), NE 35 (17), NE 36 (25).

Agenda (divulgação de Congressos, Seminários, Encontros, Cursos etc.): NE 14 (3) NE 15 (4), NE 16 (3), NE 17 (10), NE 18 (3), NE 19 (3), NE 20 (3), NE 21 (4), NE 22 (8), NE 23 (6), NE 24 (9), NE 25 (11), NE 26 (10), NE 27 (4), NE 28 (5), NE 29 (6), NE 30 (4), NE 31 (5), NE 32 (6), (NE 33 (6), NE 34 (6), NE 35 (4), NE 36 (6).

Endereços (pedidos de endereços de escolas, instituições e professores entrevistados): NE 09 (30), NE 19 (3) e (5) pedidos de permuta de Estado, NE 20 (7), NE 21 (4), NE 22 (2), NE 23 (2).

7. Cartas referentes a assuntos temáticos:

Educação em geral:

(2) NE 03: elogiando reportagem anterior “Voltar ao passado não resolve o futuro”;
(14) NE 02 (1), 07 (1), NE 08 (1), NE 10 (1), 14 (1), NE 17 (1), NE 18 (2), NE 23 (1), NE 26 (3), NE 29 (2): Apresentam reflexões, comentários e sugestões pessoais dos missivistas;
TV e Educação:

(4) NE 17 (2); NE 12 (1): sobre erros de grafia (Xou da Xuxa); NE 19 (1): sobre reportagem “XUXA? Meu Deus, o que eu faço?”;

Psicologia:

(2) NE 01: sobre reportagem “Não sei mais o que fazer com essa criança”;
(1) NE 06: sobre reportagem “E se a criança não tiver mãe”;
(2) NE 11 e 13: sobre reportagem “Superdotado: ele pode estar em sua classe”;
(1) NE 12: criticando reportagem anterior “Ceará, a psicoterapia entra na briga”, por deturpar o papel do orientador educacional e considerar a escola uma clínica, “onde em vez de ensinar, se fará terapia”;
(4) NE 19: uma sobre reportagem “A escola espera demais da família” e três sobre “Como se escreve (por linhas tortas) o fracasso escolar de uma criança”;
(1) NE 20: sobre reportagem “Como se escreve (por linhas tortas) o fracasso escolar de uma criança”;
(1) NE 21: sobre reportagem “A escola espera demais da família”;
(2) NE 24 e 27: dois elogios à reportagem “Uso das mãos: O que o canhoto precisa é de respeito e orientação”; e dois professores, uma de Rio Grande (SP) e outro de Belo

Horizonte (MG) lamentam a existência e elogiam reportagens que tratam de castigos em sala de aula;

(1) NE 26: professora de Areia elogia reportagem “Comportamento: você pode e deve ajudar o aluno tímido”;

Livros Didáticos:

(1) NE 01: sobre reportagem “Cuidado! O livro que você adotou pode estar cheio de Preconceitos contra a mulher”;

(1) NE 03: sobre reportagem “Delegado de ensino proíbe livro”;

(1) NE 07: sobre reportagem “História: é possível superar a limitação dos livros?”;

(2) NE 20 e 21 sobre reportagem “Há muita enganação nos livros didáticos”;

(1) NE 22: professor de São Paulo diz que a Revista fez o professor esquecer um pouco o livro didático, tornando seu trabalho mais diversificado, desenvolvendo no aluno o espírito crítico;

(4) NE 24: Professora de Petrópolis (RJ) e diretor de Águia Branca (ES) elogiam reportagem “Comunicação e Expressão: As belas mentiras dos livros didáticos”; professora de Rio Grande (RS) elogia reportagens sobre livros didáticos em geral; e professora de Natal (RN) pede reportagem sobre livros não-consumíveis;

(2) NE 25: professor de Garibaldi (RS) critica o livro Mágica do Aprender (4^a série);

(1) NE 26: professora de São Paulo (SP) opina quanto à escolha dos livros didáticos;

(1) NE 27: supervisora pedagógica de Ucrânia (MG) relata discordância, apontada pelas crianças ao ler uma frase da cartilha Alegria de Saber;

(1) NE 28: Professora de Duque de Caxias (RJ) elogia reportagem “Livros Didáticos: A coleção que faz sucesso no interior do Piauí”;

(1) NE 33: professora de Resende (RJ) elogia reportagem “O que o aluno pensa do Livro Didático”;

(1) NE 34: professora de Juracema (BA) concorda com carta anterior sobre o racismo e preconceito de classe presentes nos livros didáticos;

(1) NE 35: estudante de magistério elogia reportagem “Falta vida na hora de estudar o corpo humano”, mas pede que as biólogas entrevistadas indiquem ou editem livros didáticos que retratem com clareza e de forma real o funcionamento do nosso organismo;

Saúde:

(1) NE 06: Criticando a reportagem “Receita caseira para acabar com piolho”, por descaracterizar as escolas que, “em vez de local de aprendizagem, está se tornando local de saneamento básico, expondo as crianças ao ridículo. Quanto a dar banho nas crianças no pátio da escola, não só é desrespeitoso, é uma violência”;

(1) NE 26: elogiando a reportagem “Acidentes: não deixe seu aluno se expor a riscos na escola”;

(1) NE 29: odontólogo e professor parabeniza a Revista pela reportagem “Para redescobrir os dentes”;

Halley:

(1) NE 01: sobre reportagem anterior “Halley: anotações para uma aula”.

Divulgação:

(1) NE 09: carta divulga o disco “Música em Fanfarra” que havia sido objeto de reportagem anterior;

Índio:

(1) NE 04: sobre reportagem anterior “Verdades e mentiras sobre o índio brasileiro”;

(1) NE 32: professora de Diadema (SP) elogia reportagem “Festejar o dia do índio é coisa séria”;

(1) NE 33: Coordenadora Geral de Referência Cultural da Fundação Nacional Pró-Memória/Ministério da Cultura, Brasília (DF), questiona reportagem “Índios, um programa para preservar a língua dos Guajajara”, transcrevendo trecho da moção de repúdio ao documento final do Encontro Nacional de Educação Indígena, RJ, 1987;

Mulher:

(4) NE 03: duas comentando reportagem anterior “Preconceitos contra a mulher” (nos livros didáticos);

(2) NE 34: duas professoras parabenizando reportagem anterior “Estamos enganando nossas crianças”;

(2) NE 36: professor de Portelândia (GO) e professora de Oeira (PI) elogiam reportagem anterior “Estamos enganando nossas crianças”, sobre preconceitos contra a mulher (NE 31);

Raça Negra:

(1) NE 25: professor de Taguatinga (DF) discorda do professor Luiz A. Gonçalves sobre racismo. Em sua opinião, o professor Gonçalves quer “implantar o racismo no Brasil, botando negros contra brancos. No Brasil não existe racismo”;

(3) NE 29: professora de Vera Cruz (SP) e professora de Florianópolis (SC) contestam opinião do professor de Taguatinga (cf. acima) reafirmando o racismo existente no Brasil. Estudante do Curso de Magistério de São Sebastião da Boa Vista (PA) gostou que o governo de Minas tenha recolhido a cartilha que festeja o centenário da abolição e induz os professores a exaltarem os brancos. Curiosamente, essa estudante, de 15 anos, termina a carta afirmando: “O Brasil não é racista, mas a maioria da sua população é”;

Pré-escola:

(1) NE 02: Sugerindo reportagens sobre o tema;

(1) NE 14: Propondo ênfase no ensino pré-escolar;

(2) NE 15: elogiando reportagem anterior;

(1) NE 22: pedindo reportagens sobre Jardim I e II;

(1) NE 25: pedindo reportagem sobre creches;

(1) NE 26: pedindo reportagens sobre pré-escola;

(2) NE 36: uma carta elogiando e outra criticando reportagem anterior;

Educação Sexual:

(1) NE 08: sobre reportagem anterior “A escola deve dar educação sexual?”.

(5) NE 15 e 16 elogiam reportagem anterior “Sexo: um tabu começa a ser derrubado”, que trata de sexo e AIDS;

(1) Professor de Uruguaiana (RS) sugere que a Revista publique encarte sobre doenças sexualmente transmissíveis, a exemplo do encarte sobre Planejamento Familiar. A Revista responde que isso já está em seus planos;

Violência:

(1) NE 20: sobre experiência relatada em “Violência: Escolas se abrem, as agressões ficam de fora”;

(1) NE 26: professora de Vitória da Conquista (BA) considera estarecedor o quadro apresentado sobre a violência praticada contra crianças, no artigo do professor Ézio Flávio Bazzo, do Programa Saúde do Escolar da FAE - “Opinião: Em defesa da criança”;

Ensino Religioso:

(5) NE 24, 25 e 26: Professor de Governador Valadares (MG), professora de Nova Friburgo (RJ), professora de Cafelândia (GO), professora de Campo Grande (AL) e professor de Salvador (BA) comentam reportagem “O que eles acham: Do ensino de religião nas escolas”;

(1) NE 30: professor de Jaraguá do Sul (SC) acha que “os adultos querem meter muita coisa na cabeça das crianças, principalmente religião”;

Leitura:

(1) NE 30: Professora de Aracitaba (MG) elogia entrevista de Ziraldo - “A escola não está preparada para a mágica da leitura”- mas, atribui ao auxiliar de biblioteca a função de orientar o uso de livros e, não a um monitor, como sugere o entrevistado;

(1) NE 32: professor de João Pessoa critica afirmações de Regina Zilberman, em reportagem anterior sobre literatura infantil;

Escrita:

(1) NE 06: sobre reportagem anterior “Um método de redação criativa”;

(1) NE 30: elogiando reportagem “Redação: Porque nossos alunos têm dificuldade para escrever”;

Metodologia/Didática:

(2) NE 04: sobre reportagem anterior “Alunos do 1º Grau devem trabalhar em grupos?”;

(1) NE 10: sobre reportagem anterior “Avaliação Escolar: Instrumento a favor ou arma contra os alunos?”;

(1) NE 12: sobre reportagens anteriores: “Quinta Série: Atenção: seus alunos estão levando um choque” e “Oito segredos de um contador de histórias”;

(2) NE 13: sobre reportagens anteriores “Quinta Série: Atenção: seus alunos estão levando um choque” e “Oito segredos de um contador de histórias”;

(1) NE 15: sobre reportagem anterior “O jornal da classe”;

(1) NE 20: uma sobre reportagem “Lição de Casa: Tome cuidado, ela pode estar errada”;

- (1) NE 21: pedindo espaço para falar do estágio de Pedagogia;
- (1) NE 24: pedindo reportagem sobre trabalho em grupo;
- (1) NE 29: considerando que criticar não basta, sendo preciso conscientizar-se de que bons métodos, na teoria, não têm importância e que o importante é pô-los em prática;
- (1) NE 30: Professora de Cáceres (MT) elogia reportagem “Criatividade: Uma verdadeira lição de idéias, técnicas e muita liberdade”;
- (1) NE 33: professor de Malta (PB) comenta reportagem sobre experiências realizadas em Recife e Belo Horizonte, em NE 29, demonstrando preocupação com a sugestão de deixar a correção dos erros de português para mais tarde;
- (1) NE 34: professor de Caraipeiras (PE) parabeniza a revista pela reportagem sobre metodologia, em NE 31;

Alfabetização:

- (1) NE 03: sobre reportagem anterior “A cartilha que deu certo”;
- (1) NE 05: sobre reportagem anterior “Não sou contra a cartilha”;
- (1) NE 08: sobre reportagem anterior “Eles levam a sério a alfabetização de adultos”;
- (1) NE 09: sobre reportagem anterior “Alfabetizar crianças pobres”;
- (1) NE 14: professora alfabetizadora elogia a Revista;
- (1) NE 15: professora de Botucatu (SP), após tomar conhecimento do “método de alfabetização de Emília Ferreiro”, em reportagem anterior, pede indicação de livros sobre o mesmo, sendo atendida pela Revista;
- (1) NE 19: professora elogia reportagem “Há um caminho novo para ensinar a ler e escrever”;
- (2) NE 22 e 24: professora da Fazenda Barreira Branca, em Marabá (PB) e professora de Franco da Rocha (SP) comentam aprovando reportagem “Alfabetização: Um trabalho que valoriza a atenção individualizada”;
- (1) NE 25: professor de Santa Isabel (SP) elogia reportagem “Pais x Professores: o papel de cada um na alfabetização”;
- (2) NE 26: professora de Orlândia (SP) elogia comandante do exército pela iniciativa em aproveitar espaços ociosos de quartéis para instalar salas de alfabetização para menores

carentes (Seção Mural); e professora de Lavrinhas (SP) emite opinião sobre ensino das letras às crianças;

(1) NE 29: Professora de Crateús (CE) parabeniza professora entrevistada em “Alfabetização: com P se escreve poesia”;

(1) NE 30: professora de Porto Alegre (RS) envia cartilha de sua autoria, baseada em anos de experiência;

(2) NE 32: professor de Ijuí (RS) parabeniza a revista pela reportagem “Revolução na Alfabetização”; professora de Andradina (SP) considera excelente a reportagem sobre as idéias de alfabetização de Emília Ferreiro em NE 28;

(1) NE 34: professora tece considerações sobre a “prontidão para a alfabetização”;

(3) NE 36: uma professora de Terezina (PI) e outra de Adrianópolis (PR) elogiam reportagem “Sem afeto, não há alfabetização; uma professora de Ponta Grossa (PR) polemiza com a entrevistada, Marizinha Pimentel, sobre a mesma reportagem;

Educação de Deficientes:

(1) NE 24: Professor de Barra Mansa manifesta apreço pela cobertura dada ao Projeto Excepcional (Seção Mural); professora de Jandaia do Sul envia artigo sobre dificuldades do trabalho com deficientes visuais (a Revista acusa recebimento e afirma que tratará do assunto);

(3) NE 28: professoras de Vacaria (RS), Campinas (SP) e Nova Iguaçu (RJ) pedem reportagens sobre esse tema;

(1) NE 32: professor de Cristópolis (BA) acredita que o “amor à profissão ainda existe, pois o único professor do povoado havia conseguido alfabetizar um aluno surdo-mudo, “mesmo sem contar com recursos para alunos normais”;

(1) NE 33: professora de São Paulo (SP) pede reportagem sobre educação de excepcionais.

Especialistas em Educação:

(1) NE 20: professor de Maceió (AL) pede Seção Sala dos Especialistas”;

Supervisão Escolar:

(1) NE 19: professora de Ponta Grossa (Paraná) pede espaço para esse tema devendo, segundo resposta da Revista, ser atendida dentro de alguns meses;

(1) NE 25: supervisora de Cuiabá (MT) elogia depoimento de professora em reportagem anterior;

(1) NE 28: Supervisora e Orientadora Educacional de Rio Pardo de Minas (MG) reclama que “o governador Newton Cardoso visando conter o déficit público, colocou na rua todo pessoal contratado, deixando as escolas sem professores, os alunos sem aula e mais de 10 mil professores e especialistas de ensino sem emprego”. Ela pergunta: “que farei com o diploma que tanto sacrifício fiz para conseguir? O governador ameaça extinguir a função. Será que vou ter que voltar aos bancos da faculdade para começar tudo de novo?”;

Magistério:

(1) NE 20: um pedido de reportagem sobre “estágio Supervisionado no Magistério”;

(1) NE 22: “magisteriana” de São Paulo pede “Cantinho da Normalista”, na Revista;

(3) NE 29 e 30: normalista do Rio de Janeiro, professora de Pão de Açúcar (AL) e professora de Urupiranga (PA) elogiam a reportagem “Curso de Magistério: Uma fábrica sem controle de qualidade”; e, professora do Curso de Magistério elogia Revista e diz aproveitá-la no estágio;

(1) NE 35: Professora de Ilhéus (BA) sugere que a Revista aborde a formação do professor como tema, pois, em sua opinião, tal formação está um caos”;

Pais:

(1) NE 24: sugerindo matéria sobre escola de pais;

Bibliotecas:

(1) NE 20: professora de Veranópolis (RS) elogia reportagem “Biblioteca para poucos”;

Educação Ambiental:

(9) NE 21 (3) e NE 22 (1): professor de Porto Alegre (RS), Manaus (AM) Cachoeiras de Macacu (RJ) Paracambi (RJ) elogiam reportagem: “Educação Ambiental: O respeito à vida também se aprende na escola”; em NE 23, 24 e 27, uma professora de Caicó (RN), um professor de Santo André (SP), um de Parapiranga (BA), um de São José dos Campos (SP) e uma de Vitória da Conquista (BA) elogiam reportagem “Educação Ambiental: O respeito à vida também se aprende na escola”; em NE 29, professor de Prefeito de Cachoeira de

Minas (MG) relata trabalho em 15 escolas municipais rurais, a partir desta reportagem. As crianças receberam prêmios em dinheiro e os trabalhos formaram uma exposição;

(1) NE 27: Professora de Curitiba (Paraná) relata que alunos da 4ª série de escola estadual enviaram ao Presidente da República e ao Governador do Estado do Paraná abaixo-assinado pedindo a preservação das matas;

Educação para o Trânsito:

(2) NE 35: professora de Aracitaba (MG) elogia suplemento para o trânsito (em NE 32); professor de São Paulo afirma que seu filho de 2 anos e 9 meses viu um “furação” no desenho de um semáforo (feito pela equipe de Maurício de Souza) onde as cores e posições estão equivocadas;

8. Cartas referentes às disciplinas escolares:

Matemática:

(3) NE 01 e NE 03 (comentando e elogiando reportagem anterior); NE 17 lamentando falta de base dos alunos;

(1) NE 28: homenageando professora falecida, em Santos (SP);

(1) NE 30: diz que é preciso que os professores de matemática questionem os livros didáticos e façam com que as crianças utilizem o raciocínio e a análise;

(1) NE 33: professor de matemática de São Paulo (SP) pergunta como conciliar o ensino da matemática imposto pelos currículos oficiais com a necessidade de torná-la menos teórica e mecânica e mais prática, dinâmica, conduzindo ao desenvolvimento do raciocínio lógico;

(1) NE 35: duas professoras Cordovil (RJ) relatam experiência de ensino de matemática, evidenciando a “matemetização do pensamento”;

Ciências:

(3) NE 02 (pedindo reportagens); NE 13 (elogiando reportagem anterior “Ciências: Construindo um pluviômetro e uma biruta; em NE 15, a Revista acusa recebimento de várias cartas de professores interessados em conhecer melhor o trabalho de Ernesto Jacob

Keim, objeto da reportagem “Biólogo alerta: livros estão cheios de erros”. a Revista fornece o endereço do professor;

Educação Física:

(13) NE 04 uma carta divulgando Projeto de Regulamentação da profissão; NE 05 uma carta criticando a não inclusão da Educação Física como disciplina regular para os alunos da zona rural; NE 09 uma carta elogiando reportagem anterior “Brincando e Aprendendo”; NE 20 uma carta sobre reportagem “Não deixe seus alunos perderem a pose” que trata de educação postural. A Revista informa ter recebido mais de setenta cartas enviadas à professora cujo trabalho foi objeto da reportagem citada. A revista publicou duas dessas cartas neste número e uma em NE 21. Em NE 23 professor de Natal (RN) e professora de Cabedelo (PB) elogiam opinião do professor de Educação Física, L. João Batista Freire, da Faculdade de Educação Física, da UNICAMP em: Educação de corpo inteiro”; em NE 28, um professor de Jacaraípe (ES) e professora de São Paulo (SP) elogiam idéias de professor de Educação Física em reportagem “Longe das quadras, perto da natureza”; em NE 30: professor de Fortaleza (CE) elogia professora que pratica Tai Chi Chuan com seus alunos em reportagem “Educação Física: Tai Chi em vez de um, dois, três quatro...”; professor de Recife (PE) parabeniza a revista pela divulgação da primeira revista de caráter científico na área de Educação Física: A Motrivivência, nas regiões do Nordeste.

Estudos Sociais:

(1) NE 06 (elogiando reportagem anterior);

História:

(3) NE 06 (2) e NE 07 (1) (elogiando reportagem anterior “É possível superar a limitação dos livros?”);

(1) NE 27: elogiando reportagem “Livro Didático: um jeito de contar a História diferente do ensino tradicional”;

(1) professor de Ijuí (RS) cumprimenta a revista pela reportagem “Inconfidência Mineira – 200 anos de uma história mal contada”;

(1) NE 34: professores de uma escola em Guararapes (SP) relatam trabalho com alunos a partir de reportagem anterior sobre a Inconfidência Mineira;

(1) NE 35: professora de Vitória da Conquista (BA) parabeniza a revista por reportagem sobre a Revolução Francesa;

Geografia:

(1) NE 09 (elogiando reportagem anterior “Como explorar os modelos da terra”);

(2) NE 22 e 25: professor de Brasília (DF) e professora de Rondinha (RS) elogiam reportagem “Geografia: é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”;

(2) NE 23: professora de Nova Olímpia (Paraná) e professor de São Miguel (RN) elogiam reportagem “Geografia: Um mundo que não estava nos mapas”;

(1) NE 32: professora de Mogi das Cruzes (SP) informa que a Associação dos Geógrafos Brasileiros publicou trabalho sobre “a projeção de Peters” informando, também, como adquiri-lo;

Educação Moral e Cívica:

(1) NE 06 (firmando posição favorável ao fim dessa disciplina);

(1) NE 09 (favorável ao ensino dessa disciplina);

Educação Artística:

(1) NE 21: professora de Belém (PA) diz-se preocupada com professores dessa disciplina que não procuram passar trabalhos que interessem à realidade das crianças; professora de Manaus (AM) agradece a minibanda ganha em concurso promovido pela Revista;

(1) NE 27: Professor de Ceará-Mirim (RN) pede reportagem sobre a disciplina na escola pública do Nordeste;

(1) NE 29: professora de São Paulo (SP) questiona a função da disciplina nas escolas;

(1) NE 33: professora de Mafra (SC) lamenta que os próprios professores não entendam o que deveria ser o conteúdo da disciplina Educação Artística, limitando-se a preparar festas, ensinar poesias ensaiar hinos, técnicas de dobradura, pintura e desenho;

(1) NE 35: professora de Assis (SP) elogia artigo de Luís Camargo, “A criança sabe desenhar”, onde critica o mimeógrafo por atrofiar a capacidade criadora da criança;

Física:

(1) NE 35: professora de Cáceres (MT) parabeniza reportagem “Alunos aprendem Física criando seu próprio laboratório”;

9. Cartas sobre Experiências Educacionais e Relatos Pessoais:

(1) NE 03: sobre reportagem anterior “Ensinar é um ato de amor”, concordando com o depoimento da escritora Adélia Prado;

(1) NE 04: sobre reportagem anterior “Escola Aberta do Calabar”, pesquisadora da Fundação Nacional pró-Memória, em Brasília (DF), critica omissão da reportagem quanto a Projeto do Ministério de Cultura que viabilizou A Escola Aberta, bem como outras escolas em Salvador e mais de 100 projetos no país (cf. item Pedidos de Correção e Esclarecimentos);

(2) NE 05 e 07: sobre reportagem anterior “Ele fez da escola um lugar de gente feliz”, professoras de Taguatinga (DF) e de São Paulo (SP) elogiam, com emoção, experiência do “herói” professor;

(1) NE 06: sobre reportagem anterior “Aventura e heroísmo nas escolas de Cananéia”, professora de Ipiaú (BA), leu com “emoção” a reportagem sobre a luta e otimismo dos professores entrevistados;

(2) NE 15: professora de São Sebastião (SP) elogia reportagem sobre escola-oficina de São Paulo, considerando o trabalho árduo, mas gratificante;

(1) NE 19: Inspetora de alunos, de Itapuí (SP), relata experiência pessoal;

(1) NE 21: Professor de Campo Erê (SC) critica o senhor Rubens Alves, entrevistado na reportagem “O bom professor é um criador de novos mundos”;

(2) NE 29: Professora de Sertânia (PE) concorda com professora entrevistada em “O que eles sentem: na hora de reprovar um aluno”; e, professora de Pancas (ES) sugere reportagem com o professor Paulo Freire;

(2) NE 32: professora de Diadema (SP) critica professores que são “manda-chuvas” e não aceitam questionamentos. Ela diz fazer seu questionamento para que “todos os educadores pensem no seu trabalho; claro que ganhamos pouco, mas não devemos nos esquecer das crianças que mais tarde serão alguém neste país”; aluna do 2º Grau relata sua experiência ao tomar a decisão de ser professora, sendo que a Revista havia contribuído para tal. Apesar de ir contra a vontade dos pais e desânimo dos amigos ela acredita que terá “a maior recompensa que uma profissão pode trazer: a sensação de ser útil, de estar realizando algo pelo próximo”;

(1) NE 33: professor de Porto Alegre (RS) relata experiência em escola, na linha “construtivista”;

10. Cartas sobre Política em Geral:

(1) NE 02: Professora de Campinas (SP) elogia reportagem “Professora, o que é Constituinte?”;

(2) NE 09: Professora de Itararé (SP) e professor de Niterói (RJ) elogiam reportagem “Constituinte e Educação: como escolher um bom candidato”;

(1) NE 12: Professor de Natal (RN) conclama seus colegas a aproveitar a Constituinte “para unir nossas forças e reivindicar a unificação do salário dos professores em todos os Estados do Brasil, além de um Estatuto único e completo. Só assim acabarão as enormes distorções de que somos vítimas”;

(1) NE 15: Professor de Portel (PA) comenta: “precisamos da Constituinte para elaborar novas leis que possam melhorar o sistema educacional. Livros novos, salas de estudo etc. Mas queremos também salários dignos. De que serve decorar a sala, se a cozinha está pegando fogo?”;

(1) NE 22: professora de São Luís (MA) desabafa “sou professora há 18 anos e quero dizer que a situação política no Brasil está ruim, pois os donos do poder estão cada vez mais ricos e o povo cada vez mais pobre. Os professores, principalmente, são mal remunerados e o ensino está num nível cada vez mais baixo”;

(2) NE 25: Professor de Santa Isabel (SP) diz ter ficado horrorizado com a apreensão do livro *Brasil: Nunca Mais*. A denúncia da apreensão foi publicada na Seção Mural (NE 22); e professora de Ibatirama (BA) pede reportagem sobre “maneiras de despertar a consciência crítica dos jovens sobre a política, para que não sejam tão acomodados”;

(1) NE 27: Professor de Araguatins (GO) sugere balanço do que foi feito em Educação após o término da Constituinte;

(3) NE 29: duas professoras do Rio de Janeiro (RJ) relatam que, aproveitando as eleições do ano anterior, fizeram na escola em que trabalham eleições para representantes de turma e de turno; um professor de Anápolis (GO) sugere reportagem sobre direito a voto aos 16 anos, garantido pela Constituição;

(2) NE 30: Professor de Boa Vista (RR) considera que “se os políticos estão se destacando, hoje, é porque em algum momento de suas vidas foram felizes ao ocupar um lugar em alguma escola”. Mas depois, em sua opinião, se esquecem do passado e hoje pensam apenas em sua melhoria pessoal”. A sociedade brasileira “tem grande parte de culpa por não fazer as cobranças necessárias dos políticos, não fazer valer as suas exigências”. E, professor de Carbonita (MG) acredita que “o único jeito de mudarmos o sistema educacional brasileiro é ingressarmos na política e disputarmos os poderes Executivo e Legislativo”. Sua “receita” para os professores é: “participar mais”;

(3) NE 34: duas professoras, sendo uma de São Paulo (SP) e outra de Glória de Dourados (MS) comentam reportagem anterior “*Seus alunos vão votar*” (NE 31). A primeira afirma que “é bom saber como se deve fazer para explicar aos alunos o que é política, pois esse tema é muito restrito nas escolas”; a segunda parabeniza a revista considerando que “quem a leu com atenção tomou conhecimento da responsabilidade que é votar para presidente”; professora de Uberlândia (MG) tece considerações sobre a importância do momento histórico para “trabalharmos com nossos alunos a importância do voto, o convívio coletivo e a reflexão da nossa função social”, sugerindo questões e simulação de eleição, incluindo a comunidade;

(1) NE 36: professora de Caetité (BA) elogia reportagem sobre Amazônia: “Amazônia: a última chance” (em NE 31, opinião do senador Fernando Henrique Cardoso, na seção opinião). Não podemos deixar de lado um caso tão sério como este, ela diz. “Pena que Chico Mendes já perdeu a vida; antes eu nunca tinha ouvido falar nele. Quantos Chiccos Mendes não têm por aí?”

11. Cartas sobre Política Educacional:

(1) NE 01: Professora de São Paulo comenta artigo “Mais tempo na Escola”, do Professor José Mário Pires Azanha;

(1) NE 03: Professor de Pompéia (SP), critica diretora do Instituto Municipal de Educação de Ilhéus, por esta aparecer na foto com um cigarro na mão;

(4) NE 04: Duas professoras comentam reportagem anterior - “Milagre da Multiplicação”. A de Itabira (MG) critica a improvisação de salas de aula em ônibus, barracas e palafitas em Recife, Manaus e Brasília; a outra, de Porto Alegre, queixa-se de que, enquanto outros

Estados fazem o “milagre da multiplicação de vagas”, o Rio Grande do Sul reduz o número de professores nas periferias, deixando alunos sem atendimento. Outras duas professoras comentam reportagem “Reforma Silenciosa”. Uma, de Uberlândia (MG), critica as “leis” de uma escola do Paraná, onde uma professora não pôde dar aula porque se atrasou um pouco. A outra, diretora do Departamento de Educação Municipal de Anápolis (SC), concorda com as pessoas entrevistadas, pois acredita que “o problema do ensino está ligado a alguns fatores que dificilmente podem ser separados ou considerados distintamente”;

(1) NE 05: Professora de Alverga, em João Pessoa (BA), deseja que a “Reforma Silenciosa” (reportagem anterior) produza resultados concretos: “à escola cabe criar um espaço ético para agir, articulando as ações escolares às demais, políticas e sociais, oportunizando a formação intelectual e sócio-cultural do alunado como prioridade”;

(2) NE 06: Professora de Campo Grande (MS), firma seu apoio à opinião de Marieta Severo, atriz entrevistada na reportagem “Qual o maior problema na educação de 1º Grau”, pois é aluna do Magistério e não se sente motivada pelas matérias; e, professora de Ipiáu (BA), escreve que leu com emoção a reportagem “Heroísmo nas escolas de Cananéia. Em suas palavras: “vendo tanta luta e otimismo dos professores entrevistados, sentimos o quanto vale a pena acreditarmos que a Educação é viável, apesar de tudo”;

(2) NE 09: uma professora de Ilhéus (BA) e outra de Vitória (ES), apoiam a opinião favorável ao direito ao transporte de alunos, professores e supervisores rurais;

(2) NE 10: Professor de Ilhéus (BA) considera oportuna reportagem “5692 - Mudar essa lei resolve os problemas da Educação?” Agora, ele diz, “com a Constituinte já formada, é preciso que fiscalizemos nossos eleitos a fim de que transformem em lei as reivindicações assumidas nos palanques, para que a Educação brasileira afinal assuma seu lugar em nossas vidas”; e, professor de Porto Alegre, relata ter ficado estarrecido com o volume de papéis que as professoras estão obrigadas a preencher, observados em escolas públicas e particulares;

(1) NE 12: Professor de Taguatinga (DF) critica opinião de missivista anterior contrária à eleição de diretores de escola;

(1) NE 13: Diretor da UDEMO protesta contra reportagem “Avanços e tropeços”, sobre a criação do Conselho de Escola, com caráter deliberativo. Critica posição de ex-deputado

entrevistado argumentando que ele gostaria que os professores tivessem participação majoritária no Conselho, o que, em sua opinião, tornaria o Conselho uma arma a favor do professor e não a favor da Educação ;

(2) NE 14: Professora de Brandão, em Teresina (PI) comenta reportagem “Escola Comunitárias: um jeitinho carioca de driblar a falta de vagas”, considerando a experiência um grande exemplo e observando que “seria muito proveitoso se todos os educadores não apenas desejassem uma Educação melhor, mas também lutassem e fizessem algo de concreto em prol disso”; e professora de Brasília (DF) discorda da opinião de Júlio Correa (secretário do Ensino Básico do MEC, expressa em artigo anterior “180 dias não bastam”. Ela argumenta que “o problema da qualidade de ensino não se concentra no número de dias letivos”. Em suas palavras, “seria preciso que o sr. Júlio Correa descesse à sala de aula e viesse ver as precárias condições do ambiente físico no qual trabalhamos, a falta de material, a péssima formação dos professores, que não entendem nem o conteúdo programático (e este já é lastimável), as condições de aprendizagem em que se encontram nossas crianças, o salário indecente dos professores “;

(4) NE 16: Professor de Quixadá (CE) considera que a meta prioritária do governo que deveria ser a Educação, não está sendo cumprida. A educação brasileira, em sua opinião, caminha para o caos, pois os alunos não aprendem, os professores sentem-se frustrados com os míseros salários e as greves se sucedem prejudicando os alunos, parecendo que fazem parte do currículo. Diante disso, afirma que “é hora do Ministro Jorge Bornhausen regularizar a Educação no Brasil”. Professora de Guarapuava (Paraná), elogia trabalho sobre educação de jovens e adultos em Cabo (PE) que foi objeto da reportagem “Eu achava que a caneta pesava mais que a enxada”. E, dois professores, uma de Monsenhor Tabosa (CE) e outro de Canavieiras (BA), criticam opinião da professora Maria Teresa M. Amaral que na reportagem “Leigos: um velho problema, muito longe de uma solução” afirma que “leigo é tão analfabeto e tão carente quanto os seus alunos;

(2) NE 17: Professor de Salvador (BA) lamenta falta de base dos alunos em matemática atribuindo-a à “famigerada lei 5.692 que desobrigou o aluno de estudar”; e, professora municipal, responsável pela Fundação Educar (Bahia) parabeniza a Revista pela reportagem “Eu achava que a caneta pesava demais”;

(1) NE 18: Professor de Amarante (PI) concorda com a opinião da professora de Brasília que, em carta à Revista, discorda da opinião do sr. Júlio Correa em “180 dias não bastam”;

(2) NE 19: Professor de Sátiro Dias (BA) “desabafa” criticando as autoridades da Educação principalmente quanto à zona rural. Reclama, também, dos baixos salários. E, professora de Santo André (SP) critica supervisores de ensino;

(4) NE 20: Professora de Fazenda Água Boa (GO) elogia o sistema adotado em Recife, objeto da reportagem “Professores estimulados melhoram o Ciclo Básico”; professora de Buíque (PE) diz-se desesperançada, não acreditando mais em palavras e promessas enganadoras dos chefes políticos deste país. Em suas palavras: “andei três quilômetros por dia, durante oito anos para me formar. Hoje trabalhamos quatro horas por dia, transmitindo nossas palavras, para ganhar só Cz\$ 1 200,00. Sou uma professora muito revoltada, uma professora da zona rural que precisa ser valorizada”. Professora de Joinville (SC) critica governador de Santa Catarina por não investir em educação apesar de dizer que “prefere escolas cheias a cadeias lotadas”. Professor de Roça Nova (BA) contesta professores e coordenadores de Seminário realizado em Caldas de Cipó (BA), dentro do Programa de Apoio à Educação Rural (Nordeste), por erros conceituais de conteúdo disciplinar. Estudante do curso de Magistério, em Ibipêba (BA) critica eleição para principal cargo da diretoria de sua escola, por não ter tido a participação de alunos;

(6) NE 21: Professora de Itatuba (PB) elogia entrevista do professor Neidson Rodrigues em “O presente esquecido”; professora do Rio de Janeiro (RJ) critica “rigor descabido” em concurso para o magistério daquele Estado, argumentando que o discurso oficial sobre a necessidade de melhoria da qualidade de ensino dependesse apenas de professores de “alto nível” desconsiderando a necessidade de recursos materiais, cursos de reciclagem e salários condizentes. Professora de Chapada dos Guimarães (MT) reclama da Secretaria de Educação que quer as crianças alfabetizadas em um ano o que , em sua opinião, não é possível para as crianças da zona rural. Professor de São Sebastião da Boa Vista, em Marajó (BA), tece comentários sobre a municipalização do ensino, indicando possibilidades e perigos, e sugerindo consulta aos professores e diretores. Professora de Pancas (ES) defende a necessidade de um professor só para a 1ª série na zona rural. Professora de

Campo Alegre de Lourdes (BA) pergunta onde está a merenda escolar que os jornais, o rádio e a televisão divulgam estar sendo distribuída para todos os Estados;

(2) NE 22: professora de Curitiba (Paraná) discorda de opinião da professora Magda Soares em reportagem “Escola brasileira é contra o povo”, pois em sua opinião ela “supervaloriza o papel da linguagem quando trata do fracasso da escola junto às camadas populares; sobre a mesma reportagem, professor do Rio de Janeiro (RJ) considera que “a escola é uma instituição conservadora porque visa a transmissão daqueles valores que a comunidade dos adultos supõe serem permanentes. A maioria dos diretores e professores, conformada ou deformada pela pedagogia do tacape, reproduz com os alunos o tratamento recebido na própria infância e adolescência. Daí a notável resistência às mudanças pedagógicas e metodológicas”;

(4) NE 23: Professor de Pádua (RJ) elogia reportagem “Carteira Escolar: A dura luta pelo direito de sentar direito” sobre a necessidade de carteiras adequadas à estruturação do corpo das crianças; professora de São Vicente de Paula (RJ) elogia reportagem e parabeniza professores entrevistados em “Sem-Terra: A escola ao lado da comunidade”; professor de Camboriú (SC) considera que um país que vê aumentar sua população em 3 milhões de pessoas a cada 12 meses, jamais terá recursos para a Educação. Considera, ainda que a maioria das pessoas espera da escola soluções para problemas que as crianças já trazem da escola e para os problemas sociais do país; e, professora de Cacoal (RO) reclama que “o sistema educacional não dá o mínimo valor ao professor leigo rural, que vive isolado, dificilmente recebe supervisão, tem uma escola com crianças mal alimentadas (que até desmaiam de fraqueza), a merenda é insuficiente, o material didático é racionado e o salário pior ainda”;

(1) NE 24: Professor de Osasco (SP) elogia entrevista “Professor anda mais carente que aluno”, com a professora Anna Bernardes Silveira Rocha, do CFE;

(3) NE 25: Professora de Alagoinhas (BA) discorda quando a reportagem “Diagnóstico: A escola pública está sendo assassinada” só se refere ao Norte e Centro-Oeste, pois, ela diz, “aqui no Nordeste o rumo da Educação não é diferente”. As autoridades dizem que nenhuma criança ficará sem vaga, mas a realidade é outra”; professor de São Paulo pede para a Revista abordar a não- reprovação em inglês para os alunos das escolas oficiais do

Estado de São Paulo; e professor de Souto Soares (BA) pede reportagem sobre direitos e deveres dos alunos;

(2) NE 26: Professor de Wenceslau Braz (Paraná) faz depoimento favorável aos Conselhos de Classe; e professora de Tucuruí (PA) propõe que a disciplina Técnicas Agrícolas seja reprovativa e não opcional;

(4) NE 27: Coordenação de Cultura de Vitória da Conquista (BA) aplaude a reportagem “Escola rural: Projeto Terra procura resgatar a cultura popular”, em Mato Grosso; professora de São Paulo pede reportagem sobre jornada única; professora de Belém denuncia governador do Pará que “além de considerar o Estatuto do Magistério inconstitucional, não recebe a categoria para dialogar, enquanto sua esposa, que é Secretária da Educação, não tem compromisso com o ensino e demitiu mais de 30 diretores sem critério algum”; e, professora de Ibititá (BA) denuncia que os professores de seu município fizeram uma reunião para criar sua Associação, mas o diretor não os quer receber;

(6) NE 28: Professor de Guerino Teodora de Menezes (MS) elogia monitores e supervisores e a reportagem “Ação Comunitária: Projeto Seringueiro: uma luz no meio da mata”; professora de São Paulo (SP) questiona e professora de Alegre (ES) concorda com opinião do professor Luiz Carlos Cagliari, sobre reprovação, expressa em “Entrevista: A escola não deve reprovar ninguém”. Mas, professora de Caldas (MG), em NE 29, não concorda com o professor Cagliari, “quando ele defende a idéia de que a pré-escola é um luxo desnecessário e que cabe à família desenvolver o que vem antes do 1º Grau”; professora de “Águas de Lindóia (SP) concorda com a professora Lia Cestariolo (cf. item Professores) e “desabafa” quanto à situação em São Paulo, onde em sua opinião, as medidas são tomadas de cima para baixo, os projetos de mudança são colocados em linguagem inacessível para a maioria dos professores e os cursos de atualização são oferecidos em locais e horários inacessíveis. E, professor de Caetité (BA) acha que a Fundação Educar, em seu município, está sendo pior do que o mobral: “só colocam professores do mesmo partido político deles”, “não há supervisão, não há aulas todo dia e poucos alunos comparecem”. Estão dando aulas para crianças menores de 10 anos e alguns

professores só têm a 3ª série do 1º Grau. Em sua opinião, “o mobral não tinha tanta politicagem assim”;

(9) NE 29: Professora de Pedra do Indaiá considera muito valiosa a entrevista do professor Luiz Carlos Cagliari, da UNICAMP, em “A escola não deve reprovar ninguém”; professora de Curitiba (Paraná) considera excelente a entrevista do professor Tomaz Wonghon em “Nunca faremos a última greve”, por mostrar em poucas linhas “a repressão articulada pela Nova República contra os professores”; professora de Pão de Açúcar elogia opinião de João Carlos Di Gênio, diretor-presidente do Centro Educacional Objetivo, por suas opiniões em “O ensino Público tem remédio”; professor de Doutor Camargo (Paraná) concorda com opinião do missivista de Camboriú (SC) (cf. acima, NE 23); três professores falam sobre merenda: professor de Tanque Novo (BA) pergunta: “por que este governo não libera mais verbas para a distribuição da merenda? Em sua opinião, “com esta situação o resultado é a derrota, principalmente nas escolas rurais, onde as crianças andam quilômetros para chegar à escola”; professor de Monsenhor Gil (PI) relata que na escola em que trabalha a merenda deu apenas para dois meses e, como não há merenda, os alunos ficaram sem recreio; e professora rural de Seropédica (RJ), responsável pela merenda, pede idéias de cardápios. Professor de São Luís do Maranhão (MA) considera que a Educação neste país está debilitada e cita como exemplo um colégio de 2º Grau que tem poucos alunos porque faltam professores; professora de Campos (RJ) concorda com a professora Lia Cestariolo (cf. reportagem citada acima)

(2) NE 30: Professor de Niterói (RJ) interpreta a questão da municipalização do ensino público de 1º Grau. Em sua opinião, os artigos da Constituição referentes a esse assunto definem as “competências municipais, não a responsabilidade prioritária ou exclusiva por este ou aquele grau de ensino”; professora de Franca (SP) concorda com a criação do Ciclo Básico, da Jornada Única e a utilização de histórias infantis na alfabetização;

(10) NE 32: a Secretaria da Educação e Cultura de Cuiabá (MT) parabeniza a revista pela reportagem “Ensino Noturno – A semente do fracasso (NE 29), por retratar a realidade do ensino noturno no Brasil. Informa, também, que esta secretaria desenvolve o projeto “Resgate do Ensino Noturno: Uma Educação Centrada no Aluno Trabalhador”, que coloca em prática algumas das alternativas sugeridas na reportagem; uma professora de Osasco

(SP) também elogia esta reportagem sobre ensino noturno; professor de Caarapó (MS) elogia reportagem sobre reformulação do Curso de Pedagogia, com ênfase no 1º Grau, feita na Universidade Federal do Acre; professora de Sengés (PR) elogia opinião da presidente da Associação dos Professores do Paraná (NE 28); Professora de Formiga (MG) pergunta “de que adianta o uso de tecnologia na preparação da merenda escolar, se os nossos alunos (...) andam até 4 quilômetros para chegar à escola e não estão recebendo merenda suficiente?” Professora de Cambé (PR) se diz “chocada com a carta de professor sobre a Fundação Educar, pois em seu município o projeto é muito eficiente; em relação ao “desabafo” do mesmo professor, em (NE 28), a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, criada pelo decreto nº 91980 em 25/11/85, explica que tem atribuição de fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. A Fundação coloca-se à disposição das entidades para apoio técnico, e/ou financeiro e material, sendo de responsabilidade das entidades a seleção dos professores, a supervisão, a mobilização dos alunos, enfim, a execução dos programas; professora de São Paulo (SP) acha oportuna colocação feita pela professora Célia Maduro, funcionária do MEC, na Seção Opinião (NE 29) em relação ao problema da erradicação do analfabetismo, “no que tange à instigação da efetiva vontade política do Estado”. Porém, ela considera que as finanças do país não comportariam o acionamento da máquina de erradicação total do analfabetismo, tendo em vista “o fracasso do Mobral”. Ela considera que os esforços devam ser concentrados em programas para jovens de 7 a 14 anos, senão de 7 a 14 anos; um professor de Campinas (SP) e uma professora de Foz do Iguaçu (PR) concordam com a opinião da professora Isolde Benilde Andreato, na seção Opinião (NE 28). O primeiro considera que a educação brasileira está caminhando para um triste fim e que “cada vez mais encontramos gente boa do Magistério disposta a lutar por dias melhores, mas essa gente está sendo vencida pelo cansaço e pela falta de compostura do nosso governo”; a segunda, considera que “se não lutarmos pelo nosso resgate, vamos chorar muito mesmo pela nossa liberdade”;

(6) NE 33: uma professora do Rio de Janeiro (RJ), um professor de Criciúma (SC), uma professora de Pedras de Fogo (PB) e um professor de Lagarto (SE) elogiam reportagem com Paulo Freire, em NE 30, destacando sua “visão progressista”, por “tirar a venda que

nos impõem a fim de nos esconder a verdade”, e parabenizando a prefeita Luiza Erundina por tê-lo como secretário; um professor de Boa Vista (RR) elogia as professoras Arlette D’Antola e Myrtes Alonso pela entrevista em NE 29 “A escola de 1º Grau não existe”; e um professor de Indiaporã (SP) elogia reportagem “Ciclo Básico, uma nova arma contra a evasão”, em NE 29;

(1) NE 34: professora de São José do Rio Pardo afirma ter gostado da entrevista com Paulo Freire e que espera vê-lo novamente na revista

(5) NE 35: professora de São Paulo (SP) elogia reportagem sobre trabalho dos leigos no Araguaia, em NE 32 e professor de Belo Horizonte (MG), sobre essa mesma reportagem, critica “as prefeituras locais administradas por grupos conservadores [que] obviamente não investem nessa experiência. E o governo do Estado vem boicotando sistematicamente o projeto, por não concordar com a linha adotada”; professora do Rio de Janeiro (RJ) comenta reportagem sobre os professores leigos do Araguaia (NE 32). Ela questiona a preocupação com a situação dos alunos, expressa pela professora entrevistada, indagando: “Mas como fica o professor?” E continua: “o salário que recebemos não é pouco, é miserável, indigno, injusto e imoral. Não podemos aceitar que o centro seja o aluno. Nós, educadores, somos o centro, o mais importante. E aqui vai um recado aos professores leigos do Araguaia: lutem sim, pela melhoria de condições nas escolas, lutem principalmente pelo salário”. Professora de Redenção (CE), desabafa: “Leciono há sete anos (...) e faço esse desabafo porque não suporto mais presenciar tanta injustiça. É revoltante, triste e lamentável a situação dos alunos em nossa escola. As crianças têm fome, não há merenda. As crianças têm sede, a água é poluída e não há filtros na escola. As crianças desejam brincar, falta ânimo. Esses fatores influenciam na frequência e conseqüentemente na aprendizagem. E o professor assiste a tudo isso de mãos atadas, pois não dispõe de meios para amenizar essa situação, ele próprio já é desvalorizado pela sociedade, que não reconhece a sua importância para o engrandecimento do país. Acredito que esse quadro poderá ser revertido. Depende todos, principalmente de um maior empenho das autoridades comprometidas com a causa educacional”. Professora do Rio de Janeiro (RJ) sugere que a Revista abra um espaço para “mostrar como está a elaboração da LDB”. Ela crê que “o processo não está sendo divulgado a contento para a sociedade”.

(2) NE 36: um professor de Goiânia (GO) e outro de São Paulo (SP) elogiam reportagem sobre o Estado de Tocantins (NE 33);

12. Cartas sobre Política Educacional (MEC/FAE/FUNDAÇÃO EDUCAR)

(1) NE 05, Professora de Guapiara (SP) denuncia a falta de merenda escolar nas escolas isoladas, em São Paulo, onde até 20 de março, haviam recebido a merenda somente uma vez, que deu para quinze dias (este exemplar é de agosto/86);

(1) NE 07: Sobre a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Professor de Indaiatuba (SP) sugere que parte da verba para a distribuição de livros didáticos seja destinada para a distribuição de livros infanto-juvenis;

(2) NE 08: um professor de Auriflora (SP) e outro de Novo Gama (GO) denunciam o não recebimento dos livros do Programa Nacional do Livro Didático (o exemplar da Revista é de novembro de 1986).

(1) NE 10: professora de Palmas Monte Alto (Bahia) critica o formulário para escolha dos livros por apresentar poucos e desconhecidos títulos. Por exemplo, apenas três títulos de Estudos Sociais para 3ª série, dos quais teve que escolher dois que não conhecia. Sugere que sejam enviados os próprios exemplares para a escolha.

(1) NE 12: Professor de Bagre (PA) comenta: “Parece que tudo vai bem com a educação. Livros distribuídos pela FAE, MEC criando salas de leitura, merenda escolar reforçada; só o professor fica para trás. Salários baixos, cursos deficientes, politicagens nas nomeações. Senhor Ministro da Educação, sem bons professores não há educação”;

(1) NE 13: Professor do município de Alto Alegre, em Bacuri, no Maranhão, pergunta onde estão escondidas as merendas destinadas ao município, onde 85% dos alunos são carentes, “já que o rádio, a televisão e os jornais vivem publicando a distribuição desse benefício à população escolar”;

(1) NE 14: Edison Wagner, da FAE, responde à carta da professora de NE 10 sobre a escolha dos livros didáticos por formulários, especialmente sobre a disciplina de Estudos Sociais: “Não é bem assim”, ele diz. “Para esta disciplina estão listados 36 títulos. Como os conteúdos de Estudos Sociais para a 3ª e 4ª séries são dependentes de currículos locais, algumas editoras elaboram versões especiais para as diferentes unidades da Federação.

Além destas, há ainda sete títulos não específicos que podem ser adotados, a critério dos professores. Ou ainda livros do tipo “integrado”(19), com conteúdos de Estudos Sociais. Quanto à sugestão de remeter às escolas os “próprios exemplares”, em vez da listagem dos títulos, é inexequível. Significaria encaminhar a cada uma das 200 mil escolas brasileiras uma coleção de 1 400 títulos, ou seja, 280 milhões de exemplares!

(1) NE 19: professora de Itiúba (BA) indaga a causa de a merenda escolar deixar de ser distribuída em escolas daquele município que têm classes com menos de 40 alunos: “Os pais pensam que somos nós, os professores, culpados. Parece que, nessas classes, as crianças não precisam comer”;

(1) NE 21: professora de Campo Alegre de Lourdes (BA) pergunta onde está a merenda escolar que os jornais, o rádio e a televisão divulgam estar sendo distribuída para todos os Estados.

(1) NE 23: professora de Cacoal (RO) reclama: “o sistema educacional não dá o mínimo valor ao professor leigo rural, que vive isolado, dificilmente recebe supervisão, tem uma escola com crianças mal alimentadas (que até desmaiam de fraqueza), a merenda é insuficiente, o material didático é racionado e o salário pior ainda”.

(1) NE 28 professor de Caetité (BA) acha que a Fundação Educar, em seu município, está sendo pior do que o mobral: “só colocam professores do mesmo partido político deles”, “não há supervisão, não há aulas todo dia e poucos alunos comparecem”. Estão dando aulas para crianças menores de 10 anos e alguns professores só têm a 3ª série do 1º Grau. Em sua opinião, “o mobral não tinha tanta politicagem assim”;

(4) NE 29: três professores referem-se à merenda: um professor de Tanque Novo (BA) pergunta “por que este governo não libera mais verbas para a distribuição da merenda?”. Em sua opinião, “com esta situação o resultado é a derrota, principalmente nas escolas rurais, onde as crianças andam quilômetros para chegar à escola”; um professor de Monsenhor Gil (PI) relata que na escola em que trabalha a merenda deu apenas para dois meses e, como não há merenda, os alunos ficam sem recreio; e, uma professora rural de Seropédica (RJ), responsável pela merenda, pede idéias de cardápios. Uma professora de

Salvador (BA) diz-se constrangida com o fechamento do Programa Salas de Leitura, no Complexo Escolar Clériston Andrade, em Salvador;

(3) NE 32: (Professora de Formiga (MG) pergunta “de que adianta o uso de tecnologia na preparação da merenda escolar, se os nossos alunos (...) andam até 4 quilômetros para chegar à escola e não estão recebendo merenda suficiente?”. Professora de Cambé (PR) se diz “chocada com a carta de professor de Caetité (BA) sobre a Fundação Educar, pois avalia que em seu município o projeto é muito eficiente. Em relação ao “desabafo” do mesmo professor (NE 28) Rosângela L. Silva, da Fundação Educar (PR), esclarece que a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, criada pelo decreto nº 91980 em 25/11/85, explica que tem atribuição de fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. A Fundação coloca-se à disposição das entidades para apoio técnico, e/ou financeiro e material, sendo de responsabilidade das entidades a seleção dos professores, a supervisão, a mobilização dos alunos, enfim, a execução dos programas;

(1) NE 33: professora leiga de Tanque Novo (BA) que trabalha em escola rural, com crianças carentes que até desmaiam de fraqueza porque a merenda só chega atrasada e é insuficiente, reclama que recebe menos da metade de um salário mínimo;

(5) NE 35: Equipe de Professores do Programa de Educação Básica, de Poço Verde (SE), discorda da professora Rosângela L. Silva (NE 32) afirmando que “não adianta a cara colega (...) dizer-nos que a Fundação Educar tem a atribuição de fomentar programas etc. Pois o que mais estamos cansados de ver são órgãos e instituições governamentais se acusarem mutuamente. Enquanto isso, nossa Educação está um caos”. A carta da Equipe começa afirmando que “em Poço Verde somos unânimes em afirmar que essa Fundação Educar é o maior fiasco. O Programa de Educação Básica está parado. Muitos de nossos alunos ficaram sem concluir a Segunda etapa do programa, pois os professores passaram de outubro de 1988 a fevereiro de 1989 sem receber seus vencimentos, dos quais apenas uma parte foi paga no final de julho passado (1989)”; dois professores de Terra Roxa (PR) discordam da professora de Cambé (PR) quando diz acreditar que a Fundação Educar funcione em todo o Paraná. Eles afirmam que em seu município ela nunca existiu e que lá os analfabetos e semi-analfabetos constituem 65% da população; um professor de Morro do

Chapéu (BA) pergunta: “A relação de material escolar fornecida pela FAE aos alunos do Nordeste é enorme, mas onde será que fica tudo aquilo?” Aqui, ele continua, “o aluno recebe apenas um simples caderno. É preciso que esse quadro mude, as autoridades têm que tomar uma atitude”. Uma professora de Redenção (CE), desabafa: “Leciono há sete anos (...) e faço esse desabafo porque não suporto mais presenciar tanta injustiça. É revoltante, triste e lamentável a situação dos alunos em nossa escola. As crianças têm fome, não há merenda. As crianças têm sede, a água é poluída e não há filtros na escola. As crianças desejam brincar, falta ânimo. Esses fatores influenciam na frequência e conseqüentemente na aprendizagem. E o professor assiste a tudo isso de mãos atadas, pois não dispõe de meios para amenizar essa situação, ele próprio já é desvalorizado pela sociedade, que não reconhece a sua importância para o engrandecimento do país. Acredito que esse quadro poderá ser revertido. Depende todos, principalmente de um maior empenho das autoridades comprometidas com a causa educacional”.

13. Cartas sobre Professores (considerados enquanto categoria profissional):

(1) NE 02: Professora da rede estadual de ensino de São Paulo manifesta solidariedade aos colegas da rede municipal de ensino de São Paulo “que vêm há um mês e meio, desde o início da gestão do prefeito Jânio da Silva Quadros, sofrendo contínuas perdas em conquistas duramente obtidas”;

(2) NE 07: Professor de Macapá (Amapá) corrige dados salariais da reportagem “Os professores mais bem pagos do país”; e professora de Curitiba (Paraná) parabeniza o governador e o secretário de Educação do Amapá pelos salários pagos aos professores de lá, queixando-se de que o prefeito de Curitiba não cumpre o Estatuto do Magistério, pelo qual os professores municipais deveriam receber 3 salários mínimos;

(1) NE 10: Professor de Sapucaia (RJ) elogia reportagem “Quanto ganha o professor brasileiro”, pela informação comparativa entre os Estados. Mais alarmantes do que as diferenças, em sua opinião, é que cada unidade da federação adota um critério, “ficando claro que nossos vencimentos dependem da boa vontade e interesse de cada político e não de nosso desempenho ou importância social”;

(1) NE 11: Professora de Campinas (SP) comenta reportagem “Formação de professores” concordando que é “hora de nós mesmos brigarmos para que melhorem o nível de ensino da nossa profissão”. Para ela, “é preciso encarar de frente o problema e lutar por algo mais substancial do que só os salários (que de fato são baixíssimos, mas não são o único problema de nossa categoria)”;

(2) NE 12: Professor de Bagre (PA) comenta: “Parece que tudo vai bem com a educação. Livros distribuídos pela FAE, MEC criando salas de leitura, merenda escolar reforçada; só o professor fica para trás. Salários baixos, cursos deficientes, politicagens nas nomeações. Senhor Ministro da Educação, sem bons professores não há educação!”; e um Professor de Natal (RN) conclama seus colegas a aproveitar a Constituinte “para unir nossas forças e reivindicar a unificação do salário dos professores em todos os Estados do Brasil, além de um Estatuto único e completo. Só assim acabarão as enormes distorções de que somos vítimas”;

(1) NE 14: Professora de Pelotas (RS) comenta reportagem “O que é preciso para a reforma do currículo dar certo”, considerando oportuníssima a opinião da professora Magda Soares, quando afirma que a formação do professor depende de suas condições de trabalho, coisa que, na opinião da leitora, não há no país;

(1) NE 15: Professora do Rio de Janeiro (RJ) elogia reportagem “Um dia na vida de um professor”, considerando-a um retrato fiel;

(1) NE 16: Professora de Caçador (SC) cumprimenta a Revista por dar vez e voz aos professores;

(2) NE 20: Professor Manguelirinha (Paraná) critica frase do então ministro da Educação, Jorge Konder Bornhause - “A dignificação da carreira do professor é mais do que salário”- indagando ao hoje “nobre senador”, se não passou em sua memória o fato de que também é dignidade trabalhar e receber um salário condizente, capaz de manter a si aos seus dependentes”. Professor de Indaiatuba (SP) pede que a Revista publique textos de professores de 1º e 2º Graus;

(1) NE 21: Professora de Vila Velha (ES) critica reportagem “Balanço: Um ano difícil, de poucas conquistas novas”, por não mencionar a paralisação de 51 dias do Magistério do Espírito Santo. A Revista responde que o movimento foi citado. Realmente foi citado, mas

não destacado entre “os movimentos de maior duração” que apresenta, entre outros, os Estados do Piauí e o Distrito Federal com 42 e 45 dias de paralisação, respectivamente;

(17) NE 24 (7), NE 25 (8) e NE 27 (2): professores questionam os salários dos professores municipais, tema da reportagem “O escândalo do salário ilegal”, contando suas desventuras e/ou criticando os prefeitos, uma vez que a reportagem trata dos professores municipais. As cartas vêm de Mendes (RJ), Bom Jardim (MA), América Dourada (BA), Brasília (DF), Nazaré (PB) e Almirante Tamandaré (Paraná). Uma professora de Crateús (CE) diz ser professora há 18 anos e, apesar de ganhar Cz\$ 1300,00 mensais, adorar a profissão. O título dado à carta é “Amor”. A revista acusa recebimento de muitas cartas sobre essa matéria, inclusive das Secretarias de Educação de Itúna (MG) e Currais Novos (RN) cujas tabelas de vencimentos registram salários maiores do que um salário mínimo;

(2) NE 26: quatro supervisoras das escolas estaduais do município de Coxim (MS) parabenizam a professora Lia Ribeiro Cestariolo “por seu dinamismo e coragem em elaborar um trabalho que retrata a qualidade de ensino em nosso país” e repudiam a UFRS, “por rejeitar sua tese”; e professora de Senhora dos Remédios (MG) pede pesquisa sobre “perfil do professor (seus sonhos, dificuldades, como ele vive etc.);

(4) NE 27: quatro professoras de Campo Alegre de Lourdes relatam situação irregular de trabalho, pagamentos e salários dos professores. Enviaram petição ao juiz da Comarca de Remanso, mas não obtiveram resposta (por falta de juiz). Esta carta foi classificada como “Desabafo”, e não como denúncia, como outras duas neste mesmo exemplar.

(1) NE 28: professor de David Canabarro pede modelos para elaborar Estatuto do Magistério Público Municipal. A revista publica endereço da Coordenadoria de Apoio à Gestão da Escola, da Secretaria de Ensino Básico do MEC.

(2) NE 29: professor de Jaguaruana (CE) relata que professores municipais, deste município, fundaram seu sindicato e considera ser preciso que “outros companheiros se conscientizem da importância deste órgão”; professora de Morro do Chapéu (BA) diz sentir vergonha em responder qual é sua profissão, não pela profissão, mas pelo quanto ganha uma professora leiga;

(1) NE 30: professora do Rio de Janeiro (RJ) sente-se revoltada com a vergonhosa situação da Educação no Brasil. Em sua opinião, “a corrupção progride, enrola-se mais o

povo e rouba-se mais”. Ela pergunta por que a greve dos professores no Rio durou mais de quatro meses. E responde: “Porque não interessa ao governo que as pessoas estudem”. Para ela devemos lutar e esperar que em 89 surja um “Salvador da Pátria” que nos salve, nos ajude a escalar esse poço e que termine logo com essa triste novela”;

(1) NE 33: professora de Pindamonhangaba (SP) comenta greve dos professores da rede estadual de ensino considerando que “os alunos estão sendo humilhados, são marginalizados pela própria escola e pela sociedade, que os explora desde muito cedo, pelo trabalho”. Em sua opinião, “precisamos apoiar os professores, pois são peças importantes demais nesta engrenagem chamada escola, e esta, por sua vez, peça maior da grande máquina chamada sociedade. A greve não é só problema deles, mas de todo o povo, e sua solução só virá quando houver conscientização, união e participação de todos. Todos os anos os professores precisam fazer esse papel humilhante e até ridículo de ter que provar nas ruas, através de protestos, seu valor e sua importância”;

(4) NE 34: quatro professores polemizam opinião professor do Pará, expressa em carta publicada em NE 31, sobre a questão de o professor ser ou não considerado como “trabalhador da educação”: professora de São Paulo (SP) considera a carta do professor do Pará “preconceituosa quando se refere aos trabalhadores da educação”; professora de Osasco (SP) também discorda do professor afirmando que “é uma trabalhadora da educação com muito orgulho” e que a luta por salários faz parte da luta pela valorização do ensino; da mesma forma, professora de São Paulo (SP) acredita que “colegas que alegam que os professores estão apenas envolvidos em movimentos e partidos políticos na verdade estão buscando um pretexto para não assumir uma luta que também é deles. “O inimigo não é a greve”, ela continua, “mas sim o governo que faz tudo para acabar com o Magistério (...) se os alunos perdem dias letivos hoje com as greves, num futuro bem próximo, sem esses movimentos, eles perderão o direito a uma escola pública; somente uma carta de um professor de Umarizal (RN) concorda com o professor do Pará afirmando que “há muitos trabalhadores da educação e poucos educadores” e “que isso só contribui para aumentar o descrédito da nossa classe”;

(2) NE 35: professora do Rio de Janeiro (RJ) comenta reportagem “Araguaia: leigos conquistam com garra uma habilitação adequada ao campo” (NE 32). Ela questiona a

preocupação com a situação dos alunos, expressa por uma das professoras entrevistadas, Dulcinéia da Silva, indagando: “Mas como fica o professor?” E continua: “o salário que recebemos não é pouco, é miserável, indigno, injusto e imoral. Não podemos aceitar que o centro seja o aluno. Nós, educadores, somos o centro, o mais importante. E aqui vai um recado aos professores leigos do Araguaia: lutem sim, pela melhoria de condições nas escolas, lutem principalmente pelo salário”; aluna do magistério de Diadema (SP) diz querer dar seu apoio total à professora Dulcinéia da Silva, supra citada.

(6) NE 36: dois professores do Rio de Janeiro (RJ) elogiam artigo “É preciso investir no professor”; três professores, enviam cartas classificadas na seção “Desabafo”: professor de Pimenta Bueno (RO) concorda com a professora Cristina Sá, do Rio de Janeiro (RJ), em carta publicada na seção “Desabafo” (NE 30): “Não é possível continuar recebendo salários de miséria, como eu que ganho NCz\$ 220,00 e trabalho oito horas, faço oito planos de aula por dia, merenda, enfim, assumo todas as funções da escola”; professora de Umbuzeiro (PA) “desabafa”: “aqui em Umbuzeiro da Paraíba, uma professora ganha NCz\$ 13,00. Isto acontece em muitos outros municípios da Paraíba. Nós temos que apelar para a agricultura, temos que botar um roçado para colher milho, feijão e batata, porque, senão, como vamos sustentar nossa família?”; e professora de São Francisco do Maranhão (MA) também “desabafa”: “Como um professor que não ganha um quarto do salário mínimo pode trabalhar bem? Eu ganho NCz\$ 20,00 por mês e ainda enfrento uma série de problemas, como falta de merenda, material escolar etc. Neste mesmo exemplar, uma professora de Ponta Grossa (PR) polemiza com a entrevistada, Marizinha Pimentel, sobre a reportagem “Sem afeto, não há alfabetização (NE 32) afirmando concordar que sem afeto não há alfabetização, mas algo está implícito em tudo isso, que não é o afeto ou a posição frente o aluno. Criam-se cursos para melhorar o nível dos professores, entrevistas afirmam que o professor deve ser mais afetuoso em relação aos alunos, mas o outro lado da moeda não é colocado. Os governantes nunca colocam a Educação em primeiro plano. E então? As coisas vão mal só com professores e alunos?”